

NAYARA DE OLIVEIRA SOUZA

**SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: D. JOAQUINA DO
POMPÉU ENTRE O PASSADO E O PRESENTE –
POMPÉU/MG (1990-2015)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Souza, Nayara de Oliveira, 1988-
S729s Sobre memória e história : D. Joaquina do Pompéu entre o
2016 passado e o presente - Pompéu / (1990-2015) / Nayara de
Oliveira Souza. – Viçosa, MG, 2016.
ix, 170f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndice.

Orientador: Patricia Vargas Lopes de Araujo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.134-142.

1. Pompéu, Joaquina do, 1752-1824. 2. Memória.
3. Mulheres - História - Minas Gerais. 4. Representações sociais.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.
Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e
Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 920.76

NAYARA DE OLIVEIRA SOUZA

**SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: D. JOAQUINA DO
POMPÉU ENTRE O PASSADO E O PRESENTE –
POMPÉU/MG (1990-2015)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 19 de Agosto de 2016.

Angelo Alves Carrara

Luiz Lima Vailati

Patrícia Vargas Lopes de Araujo
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo e sempre, a Deus.

Aos meus pais, Sandra e José Augusto, e ao meu irmão, Heider, que sempre me apoiaram em todas as decisões. Por seu amor incondicional! Sem vocês não seria nada!

À minha orientadora, Patrícia Vargas, por confiar no desenvolvimento do meu trabalho, por entender minhas dúvidas, por ser aberta ao diálogo. Suas sugestões para tornar meu texto mais fluído foram muito engrandecedoras. Obrigada por me ensinar História! Você foi essencial para essa vitória!

A todos os professores do Departamento de História e Geografia e especialmente aos professores do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, por partilharem seus conhecimentos e pela confiança na minha pesquisa, especialmente aos professores Luiz Vailati e Leonardo Cívale, pelas valiosas observações no processo de qualificação e por aceitarem o convite de fazer parte da banca de defesa da dissertação.

Aos meus queridos colegas de curso, pelas palavras amigas, pelos puxões de orelha, pelos livros, pelo incentivo e esforços na realização desse e de outros trabalhos.

Aos membros externos da banca de defesa da dissertação, professor Dr Angelo Alves Carrara (UFJF) e professora Dra Glaura Teixeira Nogueira de Lima (UFTM), que extremamente gentis, aceitaram o convite a contribuir para enriquecimento desse trabalho.

À sociedade pompeana que recebeu a mim e a minha família com tamanho carinho que hoje já somos pompeanos de coração. Especialmente sou grata, ao Hugo de Castro, por horas intermináveis de conversas sobre a riqueza de nossas memórias e histórias, pelo empréstimo de materiais, pelo acolhimento de todos os questionamentos que surgiram. Também sou grata ao Leo Medeiros, por sua prontidão em me ceder fotografias de Pompéu. Agradeço também a todos os funcionários do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu que acompanharam todo processo de elaboração desse trabalho, sempre me incentivando mesmo quando minhas ideias estavam perdidas. Aos memorialistas da cidade que compartilharam a riqueza de suas memórias e me receberam com tanto carinho. Enfim, sou grata a todos aqueles em Pompéu que de alguma forma contribuíram para realização desse trabalho, pelas conversas, pelos livros e revistas emprestados e pelos “causos” contados.

Agradeço a todos, que direta ou indiretamente confiaram e acreditaram na realização deste trabalho. Obrigada!

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	v
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
PARTE I.....	14
CAPÍTULO 1	15
DONA JOAQUINA DO POMPÉU EM SEU TEMPO.....	15
1.1 As Minas Gerais no tempo de D. Joaquina	16
1.2 O desenvolvimento da pecuária no Centro Oeste mineiro	22
1.3 A herança de D. Joaquina ao longo do tempo	29
CAPÍTULO 2	37
DONA JOAQUINA DO POMPÉU EM MEMÓRIA.....	37
2.1 O conceito de memória.....	38
2.2 Apresentação dos discursos da memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu.....	43
2.2.1 As obras literárias de memorialistas	44
2.2.2 O Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e o Museu da Cidade.....	47
2.2.3 Funções dos discursos da memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu	53
CAPÍTULO 3	4
OS USOS DADOS À MEMÓRIA SOBRE DONA JOAQUINA DO POMPÉU.....	4
3.1 Planos de Inventário para Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG	5
3.2 Celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu	16
3.3 Apontamentos sobre o uso da memória segundo os memorialistas entrevistados	39
PARTE II	43
CAPÍTULO 4	44
DONA JOAQUINA DO POMPÉU COMO HISTÓRIA	44
4.1 O retorno à sociedade: a construção de um projeto à luz dos resultados da pesquisa	47
4.1.1. Livro paradidático “Dona Joaquina como História”	51

CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
1. Fontes Documentais	66
1.1 Legislação	66
1.2 Fontes Impressas	66
1.3 Memorialistas	67
1.4 Mapas	67
1.5 Material Iconográfico	67
1.6 Eletrônico	68
1.7 Entrevistas	68
2. Referências Bibliográficas	69
2.1. Dicionários	69
2.2. Dissertações e Teses	69
2.3. Artigos, capítulos de livros e livros	69
ANEXOS	74
ANEXO I – Mapa de uso e ocupação do solo do Município de Pompéu	74
ANEXO II - Patrimônio Inventariado de Pompéu para o exercício de 2003 a 2015 ..	75
ANEXO III – Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988	95
ANEXO IV – Roteiro da Oficina: “Pompéu em memória”.	96
ANEXO V – Imagem da articulação do comércio colonial e a Zona Mineradora....	101

LISTA DE SIGLAS

CBC: Currículo Básico Comum.

EPP: Central dos Ingressos Promoções e Eventos Ltda.

ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

IHG-MG: Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

IPI: Imposto sobre produtos industrializados.

PCL: Política Cultural Local.

PNC: Plano Nacional de Cultura.

PPC: Índice de Patrimônio Cultural.

VAF: Valor Adicionado Fiscal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Pompéu-MG.	11
Figura 2: Mapa do município de Pitangui e seus distritos em 1927	11
Figura 3: Mapa de Localização do Centro Oeste Mineiro no século XIX	21
Figura 4: Imagem do Solar de D. Joaquina do Pompéu	24
Figura 5: Mapa dos domínios de D. Joaquina do Pompéu.	30
Figura 6: Limites da Fazenda do Pompéu	32
Figura 7: Acrílico de Dona Joaquina por Yara Tubynambá.....	35
Figura 8: Fazenda do Laranjo	48
Figura 9: Complexo Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu	50
Figura 10: Herdeiros de D. Joaquina com elevado grau de instrução	57
Figura 11: Capa do material de divulgação da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Pompéu na administração 2009-2012.	60
Figura 12: Celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu	17
Figura 13: Celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu	18
Figura 14: Convite de Inauguração do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu.....	21
Figura 15: Folder de Divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2012..	23
Figura 16: Folder de Divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2013..	26
Figura 17: Folder de Divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2014..	29
Figura 18: Monumento de Dona Joaquina do Pompéu.....	31
Figura 19: Folder do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2015.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Prefeitos Municipais de Pompéu-MG.....	54
Tabela 2: Quadro Resoluções e Deliberações Normativas (1996-2012)	5
Tabela 3: Homenageados com fotografias expostas no Museu da Cidade, e demais dependências do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu.	24
Tabela 4: Tema- Escravidão e Comércio no Mundo Moderno.....	49
Tabela 5: Tema- Colonização Portuguesa e Resistência	49
Tabela 6: Tema- Embates Políticos e Culturais no Processo de Construção e Afirmação do Estado Nacional	50

RESUMO

SOUZA, Nayara de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2016. **Sobre memória e história: D. Joaquina do Pompéu entre o passado e o presente – Pompéu/MG (1990-2015)**. Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araujo.

Investigamos nessa pesquisa sobre a forma, a função e os usos dados à memória sobre Dona Joaquina do Pompéu nos anos finais do século XX e nos anos iniciais do século XXI na cidade de Pompéu-MG. Por meio de uma investigação participante no Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e no Museu da Cidade, observamos que a trajetória da família de D. Joaquina de Pompéu se projeta na constituição do formato da memória sobre essa personalidade que tem a função de criar/(re)significar o imaginário social sobre o mito que deu origem à história da cidade afim de manter o compartilhamento de um mesmo conjunto de ideias e imagens que regem a sociedade pompeana. Percebemos que o uso que se faz dessa memória se concentra na construção de um estoque de bens materiais e imateriais que se ligam a essa memória e que possam ser empregados para o desenvolvimento político e econômico do município, tanto em via pública, quanto em via privada. A partir da análise desenvolvida, apontamos para a construção de um livro paradidático que possa ser utilizado em meio educativo sobre o uso da memória sobre D. Joaquina como fonte de um estudo de História crítico.

ABSTRACT

SOUZA, Nayara de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August 2016. **About memory and history: Joaquina of Pompéu between the past and the present–Pompéu/MG (1990-2015)**. Advisor: Patrícia Vargas Lopes de Araujo.

In this research we investigated the form, function and other uses that Joaquina of Pompéu's memory is given on the late twentieth century and early twenty-first century in the city of Pompéu/MG. Through a participatory investigation at the Cultural Center Dona Joaquina of Pompéu and the City Museum, we observed that the trajectory of Joaquina of Pompéu's family projects in the constitution of the memory format about this personality that has the purpose to create/ (re)define the social imagery of the myth that gave rise to the city's history in order to maintain sharing the same set of ideas and images that rules Pompéu's society. We noticed that the use made of this memory is focused on building a tangible and intangible inventory of assets that are connected to that memory and can be used for political and economic development of the city, both public and private. From the analysis developed, we point out to the construction of a textbook that can be used in an educational environment about Lady Joaquina's memory usage as a source of a study of critical history.

INTRODUÇÃO

A motivação para realização desse trabalho se deu, de algum modo, a partir da conclusão do Bacharelado em Geografia, durante o qual desenvolvemos estudo monográfico sobre as transformações da paisagem no tempo de vida de D. Joaquina, ocorridas em função do desenvolvimento da pecuária na fazenda do Pompéu. A partir desse momento nosso interesse voltou-se à figura de D. Joaquina do Pompéu. Após a conclusão da monografia, alguns questionamentos persistiram, principalmente, no que se refere a força e a atualidade da lembrança sobre D. Joaquina nos dias atuais em rodas de conversa, em nomes de rua, em monumentos, em livros e em discursos políticos na cidade de Pompéu e região. Novas indagações surgiram, especialmente em relação à constituição de um elemento simbólico atuante no espaço da cidade de Pompéu, pois mesmo se passando mais de dois séculos, a memória sobre D. Joaquina continua atuante no imaginário da sociedade pompeana e até mesmo da sociedade mineira.

Quando do ingresso no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Mestrado Profissional Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania, oferecido pelo Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa a lembrança dos questionamentos não resolvidos envolvendo a memória sobre D. Joaquina vieram à tona novamente.

Iniciado em 2014, o curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Mestrado Profissional Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania se distingue de outros mestrados acadêmicos em função da exigência da apresentação de “material prático” que dialogando com as discussões teóricas-metodológicas e apontamentos gerados pelo estudo possa ser aplicável ao nosso campo de atuação específico. Desse modo, a elaboração de uma pesquisa no campo da memória, permitiu-nos refletir sobre os elementos simbólicos que constituem nossa sociedade e quem sabe, sensibilizar para o conhecimento daquilo que parece invisível, mas que tem força para trazer contornos políticos e culturais.

Resolvemos então, desenvolver um estudo que discutisse os elementos de constituição do imaginário social de uma sociedade em uma cidade mineira que configurou-se pela sedimentação e confluência de camadas históricas ao longo do mesmo espaço emanado por uma carga simbólica e política capaz de marcar o território por meio da memória. Nos lançamos a esta aventura!

Como explicar a permanência do imaginário de uma personalidade na lembrança de uma sociedade por mais de dois séculos? Partimos da premissa de que, sendo a memória emanada de poder simbólico, ela não deve ser apenas uma característica natural e positiva dos que partilham dessa lembrança. Desse modo, portanto, qual a sua função? E ainda, qual o uso dado a esta memória? A partir desses questionamentos, procuramos investigar os objetos materiais e imateriais utilizados como suporte, a constituição dos discursos que validam a permanência dessa lembrança e as etapas de difusão social. Essas são questões fundamentais que buscamos responder ao logo do desenvolvimento da pesquisa.

Partimos da hipótese de que o motivo para a persistência dessa lembrança ocorre por meio da preservação da memória sobre D. Joaquina do Pompéu e sua institucionalização na sociedade pompeana. Temos como princípio a perspectiva de que a trajetória da família de D. Joaquina de Pompéu se projeta na constituição do formato da memória sobre D. Joaquina do Pompéu por via institucional/pública, através de discursos e narrativas de fundação e de caracterização do município e de seu povo. Acreditamos, que essa memória tem a função criar/(re)significar o imaginário social sobre o mito que deu origem à história da cidade afim de manter o compartilhamento de um mesmo conjunto de ideias e de imagens que regem a sociedade de Pompéu. E ainda, em uma primeira análise, acreditamos que o uso comum que se faz dessa memória, se dá por meio do registro e da catalogação de bens materiais e imateriais que remetem a imagem de D. Joaquina como fundadora do município de Pompéu-MG.

A memória sobre D. Joaquina é presente e atuante na dimensão coletiva, por meio da evocação e da transmissão feita pela sociedade. Essas relações sociais estabeleceram interferências na organização da memória sobre a cidade e sobre a origem e a identidade dos indivíduos que dela fazem parte. Nesse sentido, temos como objetivo a análise sobre a forma, a função e os usos dados a memória sobre Dona Joaquina do Pompéu nos anos finais do século XX e nos anos iniciais do século XXI na cidade de Pompéu-MG.

A memória da qual falamos está relacionada à figura de D. Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, ou simplesmente, D. Joaquina do Pompéu (1752-1824). A tradição de grande fazendeira e produtora agropecuária da região do Centro Oeste de Minas Gerais guarda resquícios até hoje na cultura e na economia local e sua lembrança sobrevive na memória da população, não só

da cidade de Pompéu, mas por onde sua fama e familiares se alastraram, como revela Noronha:

A atualidade e a força dessa memória estão expressas em pelo menos duas circunstâncias importantes: a) no discurso das pessoas do Alto São Francisco, como constituinte do seu universo simbólico; b) na importância dada a essa lembrança que funciona como um ícone representativo de certos valores e situações para aqueles que se lembram. Essa última se encontra evidenciada na preocupação e no empenho – daqueles que se consideram descendentes de Joaquina do Pompéu – em registrar sua memória e a cobrança, muitas vezes implícita, de uma abordagem ‘digna’ de sua história¹.

A imagem de Joaquina do Pompéu, nesse sentido, “parece” surgir de modo espontâneo, está presente nos modos de vida de todos que podem desfrutar de alguma maneira dessa memória. Na região de Pompéu, município mineiro que recebe o nome de uma de suas fazendas, as pessoas se sentem à vontade para lembrar sua descendência ou que conhecem esta personalidade, contar um pouco sua versão das histórias². Nesse sentido, a memória evocada a partir de D. Joaquina do Pompéu sinaliza para a coesão natural de um grupo³, construída socialmente e dependente, ao mesmo tempo, da relação espaço-temporal, o nível de engajamento e a função dos indivíduos na coletividade que veem na sua imagem a ordem do sagrado e uma continuidade do passado evidente.

Noronha⁴, que também efetuou pesquisa sobre D. Joaquina, aponta para o fato de que a força e a persistência de sua lembrança não se encerraram no passado remoto, nem se fragilizaram perante as transformações contemporâneas. A memória sobre D. Joaquina apresenta-se extremamente atuante na história do povo do Alto São Francisco, participando de processos políticos e da prática de grupos sociais heterogêneos, atuando na sua literalidade, de forma que o passado apresenta-se como algo que expressa continuidade nas relações que se estabelecem no presente. O uso da memória é dado como modelo de ação, ou seja, um modelo a ser seguido como exemplo de sucesso permitindo a relação do sujeito no presente com o passado identidade⁵. Nesse sentido, a comunidade

¹NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.p. 20.

²Ora evocada nos casos de uma senhora escravocrata e braba, ora como uma mulher desbravadora dos currais brasileiros e civilizada, uma Dama – citada por Noronha¹ como a “Sinhá Braba” e a “Dama do Sertão”.

³ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 140-141.

⁴NORONHA, G. C. op Cit.

⁵ Um quadro de referências do passado que ao mesmo tempo une o grupo em suas características culturais comuns, mas também o distingue de outros.

trata de D. Joaquina em si, de modo singular⁶, e não apenas sobre sua representação, estabelecendo com o passado uma relação intransitiva, ou seja, traz em si mesmo a ideia completa, sem necessitar de um outro termo para completar ou justificar o seu sentido.

O debate sobre D. Joaquina e a permanência de sua memória ao longo do tempo foi foco de diferentes estudos acadêmicos e também de memorialistas. Dentre os estudos acadêmicos, destacamos o de Gilberto César de Noronha, *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*⁷, dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Uberlândia e o estudo realizado por Laizeline Aragão de Oliveira, *Nos Domínios De Dona Joaquina Do Pompéu: negócios, família e elites locais (1764-1824)*⁸, dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Ouro Preto. Dentre as obras literárias destacamos a de Agripa Vasconcelos, *Sinhá braba*, romance do ciclo agropecuário nas Gerais⁹ e o livro de Antônio Campos Guimarães, *A Dama do sertão*¹⁰, as duas obras constituem-se de romances sobre a vida de D. Joaquina mesclando elementos históricos documentais e ficção. Destacamos também a obra realizada por Coriolano Ribeiro e Jacinto Guimarães, *Dona Joaquina do Pompéu*¹¹, um estudo histórico-genealógico da família de D. Joaquina do Pompéu com seus antecedentes e descendentes e por fim, o estudo realizado por Deusdedith P. Ribeiro de Campos, *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*¹², obra que tem como objetivo atualizar e complementar a obra histórico-genealógica produzida por Coriolano Ribeiro e Jacinto Guimarães.

Todos esses estudos contribuíram para a realização de nossas pesquisas. As obras dos memorialistas nos ajudaram a compreender o imaginário social criado em torno da memória sobre D. Joaquina do Pompéu. Os estudos acadêmicos, por outro lado, foram o ponto de partida para elaboração do nosso plano de pesquisa afim de que pudéssemos

⁶ TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 Nov. 2014.

⁷ NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

⁸ OLIVEIRA, L. A. *Nos domínios de Dona Joaquina do Pompéu: negócios, famílias e elites locais (1764-1824)*. 2012.133f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2012. Disponível em: < http://www.ichs.ufop.br/pgh/images/stories/Laizeline_Arago_de_Oliveira.pdf > Acesso em 24 Set. 2015.

⁹ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba: romance do ciclo agropecuário nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

¹⁰ GUIMARÃES, Antônio Campos. *A Dama do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

¹¹ RIBEIRO, Coriolano; GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

¹² CAMPOS, D. P. R. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003.

confirmar, confrontar ou complementar as discussões elaboradas por esses autores. A obra de Laizeline Aragão de Oliveira teve como objetivo compreender o arranjo familiar de D. Joaquina do Pompéu frente aos negócios que estabeleceu em seu tempo de vida. Esse estudo contribuiu à nossa pesquisa no que se refere ao papel da família na constituição e na transmissão da memória sobre D. Joaquina do Pompéu e também para as nossas discussões do uso da memória sobre D. Joaquina como símbolo feminista nos dias atuais. Já o estudo realizado por Gilberto César de Noronha, embora compartilhemos do mesmo objeto como pesquisa, nossos trabalhos se divergem e se complementam em alguns pontos.

Noronha, assim como o nosso trabalho, tem como objeto de pesquisa a memória, entretanto damos focos diferentes. Noronha centraliza seu trabalho nas imagens produzidas pela memória e história sobre D. Joaquina do Pompéu. Nosso interesse de pesquisa se centraliza não especificamente nas imagens produzidas de D. Joaquina, que Noronha faz brilhantemente, mas sim, no fenômeno de memória que se institucionaliza em princípios da década de 1990 até o ano de 2015.

Ao final de seu trabalho, Noronha se revela aberto ao diálogo científico, explanando a ambição de que sua pesquisa fosse merecedora de conselhos e sugestões¹³ e assim, nos sentimos à vontade para dar continuidade a um estudo que envolva a memória sobre D. Joaquina que persiste ao longo de mais de dois séculos, como fenômeno de memória, fruto de desejos intencionais de um grupo que seleciona e negocia a forma como esta memória é utilizada como elemento simbólico de manutenção do poder ainda nos dias atuais.

É válido destacar os pontos em que divergimos do estudo da memória sobre D. Joaquina realizado por Noronha. O primeiro deles é quanto a adoção do termo “memória *de* D. Joaquina” em detrimento do termo “memória *sobre* D. Joaquina”. Nós adotamos o termo memória *sobre* D. Joaquina por acreditar que assim fica claro para o leitor que não estamos pesquisando sobre a memória que D. Joaquina teria produzido em vida, no qual representaria de fato as memórias que ela teria vivido ou que a ela pertencessem de fato, uma biografia. Tratamos das lembranças que foram produzidas após a sua morte, sua representação. Noronha também aborda as imagens que foram produzidas sobre D. Joaquina durante sua vida e após a sua morte, embora utilize o termo “memória *de* D.

¹³ NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007. p.267.

Joaquina”, que ao nosso entendimento pode deixar confuso o leitor. Ao tratar do imaginário em torno da história-memória¹⁴ sobre D. Joaquina é importante que esclareçamos dois pontos conceituais centrais, já que fazemos usos diferentes desses conceitos: o conceito de imaginário e o conceito de história-memória.

Ao falar de “imaginário”, Noronha se vale da conceituação elaborada por Jacques Le Goff¹⁵, distinguindo “imaginário” de “representação”. Para Noronha, “as imagens que constituem a memória de D. Joaquina, nesses termos, não devem ser tomadas como representação – conceito que para Le Goff, é uma tradução mental da realidade exterior, puramente intelectual”¹⁶. O conceito de “representação” remeteria a uma perspectiva de uma reprodução/tradução da realidade. Para o autor, no entanto, a memória sobre D. Joaquina seria também fruto de criações, portanto, imaginário, apenas imaginário. Em nossa pesquisa entendemos o papel do imaginário como intangível e criador do fenômeno de memória sobre D. Joaquina. Entretanto, não analisamos a memória no que tange ao seu imaginário na base conceitual elaborada por Le Goff e utilizada por Noronha, mas sobre sua representação institucionalizada e influenciada pelo universo de imagens sobre D. Joaquina abordados por Noronha¹⁷. Abordamos a memória sobre D. Joaquina como uma representação, no entanto, a leitura e os usos dados carregam consigo uma carga sem fim de valores subjetivos e simbólicos que jamais assumiriam uma tradução fiel à realidade vivida, mas apenas uma das possíveis leituras que se faz e que nos levam à D. Joaquina, influenciadas pelas imagens criadas.

Valemo-nos do conceito de imaginário social utilizado por Bronislaw Baczko que afirma que o imaginário social é uma “orientação da actividade imaginativa em direcção ao social, isto é, a produção de representações da ‘ordem social’, dos actores sociais e das suas relações recíprocas, bem como das instituições sociais”¹⁸. Para fins de nossa análise, consideramos o imaginário social como um conjunto de ideias guias constituídas a partir de construções mentais que estabelecem associações na esfera política e social, criando elementos e simbologias capazes de produzir uma representação social. De acordo com Baczko:

¹⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993.p. 9. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 01 Jun. 2014.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

¹⁶ *Ibid.*, p. 117.

¹⁷ A Dama do Sertão e a Sinhá Braba

¹⁸ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 309.

Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças¹⁹.

Os discursos estabelecidos na construção do imaginário social são produzidos a partir da experiência, do desejo e do temor individual e coletivo que cada um possui. Nesse sentido, o discurso deve encontrar reconhecimento comum pertencente ao conjunto de simbologias criadas pela sociedade. Segundo Baczko, é “assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento”²⁰. O imaginário social produzido por agentes sociais está longe de ser espontâneo, pois são frutos intencionais do desejo de quem o produz. Desse modo,

Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo colectivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram²¹.

Nesse sentido, acreditamos que o imaginário social contribui para constituição da memória sobre D. Joaquina, que oportunamente é utilizada como história afim de manter-se ilustre e excepcional na atualidade, mesmo que no passado sua história não tenha alcançado tamanha expressividade ou reconhecimento.

Noronha cogita a possibilidade de o imaginário conter ou não simbolismos, uma imagem pode (ou não) ser símbolo de um sistema de valores, ou também ideologias²². Afirma que a partir de 1924 a memória sobre D. Joaquina se institucionaliza e passa a conter valores ideológicos para o exercício de domínio de um grupo sobre o outro²³. Em nosso caso, de acordo os objetivos de nossa pesquisa, afirmamos a presença de símbolos e valores ideológicos na forma, na função e no uso dado à memória sobre D. Joaquina, que remetem a um período diferente daquele analisado por Noronha. Nesse ponto nossos trabalhos se complementam. Essa complementaridade de nossos trabalhos se dá em razão da lógica temporal analisada, visto que Noronha remonta o passado de memória sobre D. Joaquina a partir das imagens produzidas sobre esta personalidade ao longo do tempo,

¹⁹ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 309.

²⁰ Ibid., p. 311.

²¹ Ibid., p. 312.

²² NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007. p.117.

²³ Ibid., p.237.

desde o seu tempo de vida até a culminância da comemoração dos 250 anos de aniversário natalício de D. Joaquina em 2002. Nós, realizaremos estudos sobre um período diferente, tomando por base as análises feitas por Noronha com as devidas problematizações que aparecerão ao longo do texto, propomos analisar os usos dados à memória sobre D. Joaquina do Pompéu no período compreendido entre a década de 1990 e o ano de 2015.

A decisão por pesquisarmos esse período ocorreu devido a recente valorização da memória como elemento constituinte do patrimônio cultural, tendo em vista a criação do chamado ICMS Patrimônio Cultural pelo Estado de Minas Gerais. O ICMS Patrimônio Cultural é um dos critérios de política pública estadual que disponibiliza recursos aos municípios por meio do ICMS²⁴. A elaboração da Constituição de 1988 estabeleceu parâmetros de redistribuição de recursos nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, definindo a participação dos municípios em 25% da receita do ICMS e do IPI²⁵ de exportação do estado. O Decreto 32.771, de julho de 1991, estabeleceu em Minas Gerais, que a partilha dos recursos do ICMS obedecesse aos seguintes critérios: Valor Adicionado Fiscal (VAF), municípios mineradores e compensação financeira por desmembramento de distrito²⁶. Segundo Isabella Biondini, Flávio Carsalade e Mônica Starling, a distribuição seguindo esses critérios se deu de forma a privilegiar os municípios que já são mais ativos economicamente, portanto, favorecendo apenas o viés econômico de desenvolvimento dos municípios. Nesse sentido, outras medidas de redistribuição do recurso foram pensadas a fim de atender um maior número de municípios mineiros que se propusessem à prática valorativa de ações que envolvessem a qualidade de vida da população e o aumento na arrecadação municipal²⁷.

A legislação elaborada com este objetivo – Lei 12.040, de 28 de dezembro de 1995, designada Lei Robin Hood, incorporou novos critérios para a distribuição do ICMS²⁸. Nesse sentido o governo de Minas Gerais induziu o governo dos municípios a

²⁴ Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

²⁵ Imposto sobre produtos industrializados.

²⁶ BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In. Seminário sobre Economia Mineira. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

²⁷ BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In. Seminário sobre Economia Mineira. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

²⁸ Essa lei foi a substituída pela Lei 13 803, de dezembro de 2000, que passou a nortear a execução da política até janeiro de 2009, e em 2009, pela Lei 18 030, que passou a regimentar a distribuição da parcela do tributo estadual a partir de 2011.

“adesão às políticas de patrimônio cultural, educação, saúde, meio ambiente, responsabilidade fiscal e produção de alimentos, dentre outros”²⁹. Dessa forma, estabelecemos a década de 1990 como um ponto de inflexão para nossa análise visto que a partir da criação dessa lei os municípios são orientados à uma gestão que envolva a valorização do patrimônio cultural local como forma de obtenção de recursos financeiros. Analisamos, portanto, a forma, a função e os usos dados à memória sobre D. Joaquina que se institucionaliza a partir da década de 1990 e que pudemos observar por meio do trabalho de campo desenvolvido no Centro Cultural D. Joaquina do Pompéu e no Museu da Cidade. Nesse trabalho de campo, tivemos contato e posteriormente foram analisados os Planos de Inventário para Proteção do Patrimônio Cultural do Município, a Celebração em comemoração ao aniversário de nascimento de D. Joaquina do Pompéu e entrevistas com memorialistas da cidade que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O segundo ponto de divergência de nosso trabalho e o de Noronha se dá na relação com o passado de memória sobre D. Joaquina, habitualmente utilizado institucionalmente como história de um município. Para ele, a memória sobre D. Joaquina faz história, é uma memória histórica, é lembrada pela historiografia em momentos diversos³⁰. De fato, a memória sobre D. Joaquina é lembrada na historiografia oficial do Centro Oeste mineiro, entretanto, essa memória é tomada como história, mas, no entanto, é memória. Memória seletiva de um grupo que a institucionaliza como narrativa oficial de origem de um município e que parece não refletir a memória ou a história da sociedade pompeana como um todo.

Noronha não realiza propostas de desconstrução ou de problematização dessa memória tomada como história, apenas sinaliza evidências de momentos em que ela é usada como tal. Pretendemos, a partir da realização desse trabalho, rever a relação com o passado utilizado na memória institucionalizada sobre D. Joaquina. Essa relação que ainda venera o passado e enxerga no presente a continuidade daquilo que foi vivido.

²⁹ BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. Op. Cit. p. 1-24.

³⁰ “Joaquina se faz presente em diferentes concepções e procedimentos historiográficos, algumas vezes é negada como sujeito histórico, noutras exaltada – nunca tratada como uma memória que faz história, mas sempre atuante enquanto tal, em diferentes momentos: destacamos as lembranças de Joaquina pensadas a partir do tempo em que ela viveu e de modo mais específico alguns momentos, na longa duração, em que a evocação de sua lembrança se fez importante em processos históricos específicos”. Cf. NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.p. 202-203.

Suspeitamos da memória, a analisamos de forma crítica afim de compreender que já não temos mais acesso ao passado. Propomos o rompimento com uma História que busca a continuidade em uma memória e o nascimento de uma memória “que se projeta na descontinuidade de uma História”³¹.

O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade, - como na operação que, de um golpe a suprime³².

Tomamos como premissa o fato de que não temos mais acesso direto ao passado e, portanto, construímos interpretações sobre o passado. Partindo dessa perspectiva, é possível destacar o papel de D. Joaquina e a produção agropecuária da fazenda do Pompéu para o abastecimento interno da Colônia no seu tempo de vida. Laizeline Oliveira, em um estudo sobre o abastecimento da América Portuguesa, percebe que as fazendas de D. Joaquina eram “autossuficientes, e também um importante núcleo fornecedor de produtos para o abastecimento da Vila de Pitangui e circunvizinhança, bem como de outras regiões da Capitania”³³, comércio este, que favorecia a visibilidade social e ampliação da rede comercial de D. Joaquina.

O comércio do rebanho e de outros gêneros alimentícios era feito principalmente em Pitangui e em Vila Rica do Ouro Preto. E mais tarde, com a vinda da Família Real para o Brasil e a Independência do país, D. Joaquina também enviou gados para o abastecimento da corte para serem comercializados no Rio de Janeiro, a capital da Província³⁴. A pecuária em Minas Gerais transformou o Centro Oeste da Capitania, modificou a cultura e a economia local³⁵.

³¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, 1993. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014. p.19.

³² Ibid., p.19.

³³ OLIVEIRA, L. A. *Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824)*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n.2, 2009. Disponível em:<http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf> Acesso em: 21 out. 2010. p. 02.

³⁴CAMPOS, D. P. R. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003.

³⁵SOUZA, N. O. *A economia local e as transformações na paisagem: a fazenda de D. Joaquina do Pompéu e a pecuária no Centro Oeste mineiro*. 2011. 46f. Monografia de conclusão do curso de Bacharel em Geografia. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2011.

A área de estudo de nossa pesquisa circunscreve-se ao município de Pompéu, situado no Alto São Francisco, da Mesorregião Central de Minas Gerais, mais especificamente na microrregião de Três Marias, no Alto São Francisco (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Pompéu-MG.

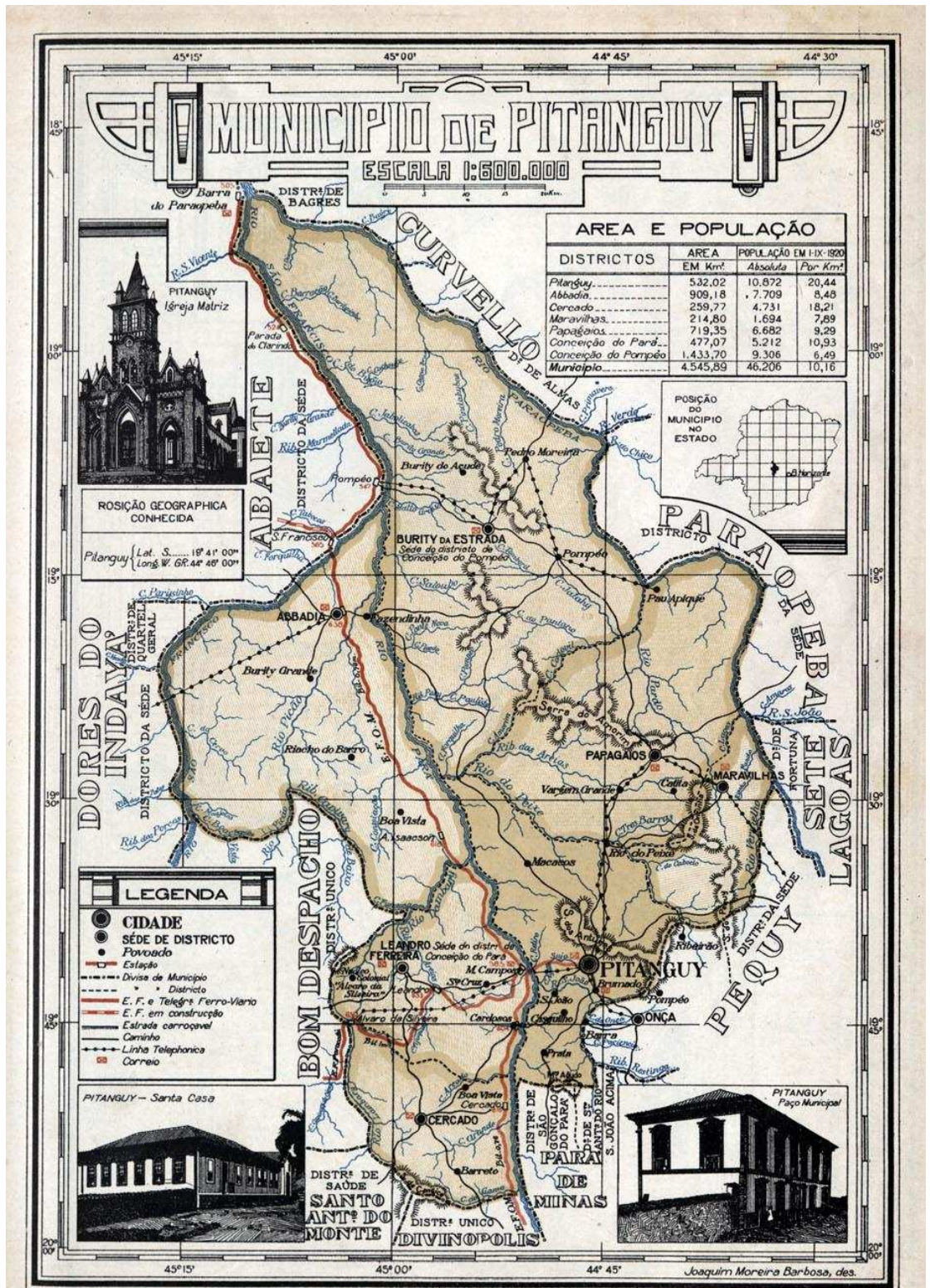


Fonte: WIKIPEDIA. *Pompéu*. 2016. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pomp%C3%A9u> > Acesso em 17 Fev. 2016.

A atual cidade de Pompéu foi fundada nas terras de D. Joaquina, de um então arraial chamado “Buriti da Estrada” ³⁶, fundado distrito em 1841. Com a criação da paróquia em 1866 o distrito de Nossa Senhora da Conceição de Pompéu foi elevado a freguesia pertencente ao município de Pitangui (ver figura 2) e em 17 de Dezembro de 1938 por decreto do governo Benedito Valadares, descendente de D. Joaquina, foi criado o Município de Pompéu sendo instalado a 1º de Janeiro de 1939³⁷. Figura 2: Mapa do município de Pitangui e seus distritos em 1927

³⁶BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Promoção-da-família Editora, 1971.

³⁷Ibid.



Fonte: Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais 1927: estudos críticos. Disponível em: <WWW.albumchorographico1927.com.br> Acesso em 14 Jun.2014.

Com relação à metodologia foi utilizada como técnica investigativa a metodologia de observação participante complementada por entrevistas semiestruturadas e análise documental. Segundo Moreira, a observação participante está ligada a “uma estratégia de campo que combina, ao mesmo tempo, a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise”³⁸. Nessa pesquisa foi adotada como técnica de investigação a realização de um trabalho de campo durante todo o período de elaboração da dissertação que consistiu em participação ativa junto ao Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e no Museu da Cidade de Pompéu, a partir do reconhecimento do espaço, consentimento ao acesso livre às dependências, observação e interação com os indivíduos envolvidos e a realização de entrevistas semiestruturadas com memorialistas da cidade. Para obter validação dessa técnica enquanto instrumento de pesquisa científica se fez necessário delimitar o objeto de análise - a memória sobre D. Joaquina do Pompéu - e o foco de observação, nesse caso, os usos dados a esta memória. Afim de classificar o grau de envolvimento do observador com os sujeitos de pesquisa, adotou-se a tipologia caracterizada por Gold³⁹ de “Participante como Observador” que consiste na anuência da comunidade a ser pesquisada do papel do pesquisador e da produção de um estudo científico no início da pesquisa.

A observação teve início com a participação nas atividades cotidianas dos espaços analisados com o intuito de se compreender a maneira geral de funcionamento e também na participação, mediante convite, de atividades específicas realizadas pela coordenação do Centro Cultural, como apresentação de palestras, roteiros de fotografias e entrevistas para programa de televisão. Ao longo da pesquisa foram realizadas observações de cunho descritivo em um caderno de campo onde as impressões gerais sobre as práticas sociais adotadas foram anotadas, em seguida, foram selecionados fatos que evidenciavam o foco da pesquisa sobre os usos dados à memória sobre D. Joaquina do Pompéu e por fim, após selecionados, esses fatos passaram por uma análise qualitativa à luz da bibliografia levantada sobre o conceito de memória e seus usos na sociedade moderna possibilitando

³⁸ MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.p. 52. Disponível em: <http://www.4shared.com/postDownload/nfbMdib_/O_METODO_FENOMENOLOGICO_NA_PES.html> Acesso em: 17 Fev. 2016.

³⁹ GOLD, Raymond L. Roles in Sociological Field Observations. *Social Forces*, 36. 217-23, 1958. Apud in MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. Op. Cit.

a discussão de novas perspectivas para o uso da memória no qual possibilitem o desenvolvimento de um conhecimento válido cientificamente.

A pesquisa está organizada em quatro capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. No capítulo I – “Dona Joaquina do Pompéu em seu tempo”, destacamos D. Joaquina em vida, o desenvolvimento de uma economia local na região do Centro Oeste de Minas Gerais, a transformação das atividades econômicas da exploração do ouro para o desenvolvimento da pecuária, a herança e as relações sociais e familiares de D. Joaquina nesse período. No capítulo II – “Dona Joaquina do Pompéu em memória”, caracterizamos o conceito de memória, a contraposição desse conceito segundo autores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Paul Ricoeur, Tzvetan Todorov. Nesse capítulo buscamos ainda refletir sobre como a memória sobre D. Joaquina é abordada por trabalhos acadêmicos de autores como Gilberto César de Noronha e Laizeline Aragão de Oliveira e também por memorialistas e romancistas, como Coriolano Ribeiro, Jacinto Guimarães, Deusdedith P. Ribeiro de Campos, Antônio Campos Guimarães e Agripa Vasconcelos.

No capítulo III – “Os usos dados à memória sobre Dona Joaquina do Pompéu”, abordamos os usos dados à memória sobre D. Joaquina do Pompéu nos dias atuais que reforçam a ideia-imagem criada pelo imaginário social nas representações da memória de mulher ilustre e excepcional. Procuramos levantar as variadas maneiras que seu nome aparece e marca o espaço, com intencionalidades claras do período vivido, principalmente influenciado pelos momentos políticos e incentivos públicos e privados para manutenção do poder, a criação e manutenção de uma narrativa fundadora que forneça elementos simbólicos capazes de manter o compartilhamento do imaginário social que rege esta sociedade.

No capítulo IV – “Dona Joaquina do Pompéu em História”, relatamos como a experiência prática da pesquisa resultou na elaboração de um material prático que servisse à sociedade na forma de compreender a memória sobre D. Joaquina de forma crítica. O resultado final se deu na elaboração de um livro paradidático para uso em escolas do município, do Centro Cultural D. Joaquina do Pompéu e o Museu da Cidade de Pompéu, propondo a problematização da memória sobre D. Joaquina de forma exemplar, como instrumento científico de se fazer História.

PARTE I

CAPÍTULO 1

DONA JOAQUINA DO POMPÉU EM SEU TEMPO

Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, Dona Joaquina do Pompéu, nasceu em Mariana-MG a 20 de agosto de 1752. Aos dez anos de idade, após o falecimento de sua mãe, muda-se com as irmãs e o pai para a Vila do Pitangui, região onde mais tarde seria fundada a cidade de Pompéu. Casa-se aos 12 anos e falece aos 72 anos, em 14 de dezembro de 1824.

Pitangui data do final do século XVII, primeiramente descoberta por negros fugidos do sul da Bahia e mais tarde explorada e habitada por bandeirantes paulistas. Sétima Vila do Ouro em Minas Gerais, essa cidade é considerada por muitos historiadores a “célula mater” de formação de inúmeros municípios do Centro Oeste mineiro e palco de revoltas contra a Coroa. No final do século XVII a região Centro Oeste de Minas Gerais foi povoada por bandeirantes na busca pelo metal mais precioso e apreciado da época, o ouro. Com intenso povoamento e a grande exploração do ouro, o então governador das Minas Gerais D. Braz Baltazar da Silveira decreta em 9 de junho de 1715 que o então arraial passaria à condição de vila, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui.⁴⁰ O nome Pitangui era uma referência desde o início do povoamento local. Joaquim Ribeiro Costa, no livro *Toponímia de Minas Gerais*, citado no site da Confederação Nacional do Municípios apresenta duas versões para o vocábulo. Uma explicação é pitang-y - rio das pitangas -; a outra, mitang-y - rio das crianças. Existe também uma outra versão de que a origem do vocábulo vem da corruptela ‘pinta-aqui’, uma exclamação usada por garimpeiros quando encontravam pepitas de ouro. Pitangui esteve no cenário político e econômico das Minas Gerais por muito tempo, famosa por seus motins e profunda influência política.⁴¹

O tempo de vida de Dona Joaquina é marcado por um período de transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil. A descoberta, a ascensão e o declínio da produção aurífera, assim como outros aspectos, como o povoamento do interior do Brasil, a exportação de bens primários, o abastecimento da Colônia pela pecuária, a criação de

⁴⁰ Cf. FIUZA, Ricardo A. Malheiros. Pitangui: matriz de cidades motins. *Revista Casa dos Contos*, v.2, 2008. Disponível em: http://www.pitangui.mg.gov.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=150:pitangui-matriz-de-cidades-e-de-motins&catid=59:imprensa&Itemid=125 > Acesso em: 16/10/2010.

⁴¹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Disponível em: http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp > Acesso em 12 Ago. 2010.

um novo tipo social - o do fazendeiro de gado -, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e sua Independência, são fatores de transformação, motores que engendram o Brasil no espaço e no tempo em que D. Joaquina viveu.

Concordamos com Paul Claval quando aponta para o fato de que:

os espaços humanizados superpõem múltiplas lógicas: eles são em parte funcionais em parte simbólicos. A cultura marca-os de diversas maneiras: modela-os através das tecnologias empregadas para explorar as terras ou construir os equipamentos e as habitações; molda-os através das preferências e os valores que dão as sociedades suas capacidades de estruturar espaços mais ou menos extensos e explicam o lugar atribuído as diversas facetas da vida social; ajuda enfim a concebê-los através das representações que dão um sentido ao grupo, ao meio em que vive e ao destino de cada um⁴².

O espaço muda ao longo do tempo de acordo com a forma como ações e pensamentos humanos concebem funcionalidades diferentes e, para o compreender no momento de investigação pretendida, é preciso mergulhar no contexto cultural daquele período histórico.

Nesse capítulo temos como objetivo apontar sobre as transformações econômicas pelas quais a região Centro Oeste de Minas Gerais passou no tempo de vida de D. Joaquina do Pompéu. Analisamos a importância das atividades econômicas da exploração do ouro e do desenvolvimento da pecuária e também a herança e as relações sociais e familiares que D. Joaquina do Pompéu estabeleceu nesse período.

1.1 As Minas Gerais no tempo de D. Joaquina

A partir do século XVI diversos caminhos foram abertos em busca do ouro no Brasil possibilitando a formação de núcleos mineradores que mais tarde deram origem às Comarcas e às Vilas do Ouro. No princípio da exploração mineradora até meados do século XVIII houve um movimento demográfico em direção ao interior do território brasileiro, uma “imensa corrente de pessoas, de todas as condições sociais, originárias tanto de outras regiões da Colônia quanto da Metrópole e de seu Ultramar, se mobiliza na expectativa de um novo Eldorado”⁴³. Este povoamento foi feito onde se formavam núcleos mineradores com certa distância entre si. No Brasil, os principais núcleos

⁴² CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. PIMENTA, L. F; PIMENTA, M. C. A. 3ª Ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.

⁴³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geares. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.29.

mineradores povoadores eram no Centro-Sul, as Capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e sem dúvida, a Capitania de Minas Gerais foi o mais importante e significativo núcleo desse período.

A dinâmica da economia e da sociedade mineradora, os caminhos do ouro funcionam como intermediações fundamentais. São eles os primeiros e principais lugares de territorialização progressiva das Minas Gerais, que acompanha a geografia dos descobertos auríferos e diamantíferos⁴⁴.

A Capitania de Minas Gerais⁴⁵ se transformou em função do desenvolvimento da atividade mineradora. As transformações ocorreram de acordo com os interesses sociais, culturais e econômicos da sociedade que, naquele momento, vivia uma busca intensa pelo ouro.

A partir das descobertas auríferas as expedições ao território das Minas Gerais passam a ter origem em São Paulo e não mais, ou pelos menos com menor intensidade, a partir da Bahia, como era feito anteriormente. Saindo de São Paulo, “terra adentro e serra acima”, com o objetivo de apresamento de índios, seguida da busca do ouro, ocuparam-se as nascentes de duas grandes bacias hidrográficas: a do Paraná e a do São Francisco⁴⁶.

Segundo as pesquisadoras Adriana Romeiro e Ângela Botelho, três caminhos levavam às Minas Gerais: o de São Paulo, também comum ao Rio de Janeiro, o caminho novo do Rio de Janeiro e o caminho do Rio São Francisco, também conhecido como Caminho Geral do sertão, ponto de entrada e de trânsito de pessoas vindas da Bahia, de Pernambuco, Maranhão e outras regiões⁴⁷.

Nas primeiras décadas do século XVIII o governo português se preocupou em estabelecer núcleos urbanos com autoridades instaladas afim de uma melhor organização daquele espaço geográfico que passava por rápidas e intensas transformações.

⁴⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geares. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.30.

⁴⁵ A Capitania de Minas Gerais foi fundada em 2 de dezembro de 1720. No entanto, a extensa área já estava sendo visitada desde meados do século XVI por bandeiras em busca de metais. Data de 1664 o primeiro documento oficial que faz menção explícita ao descobrimento das “Minas dos Cataguás” e aos “sertões do Caeté”, denominação primitiva para se referir a Minas Gerais. A partir das descobertas auríferas a região ficou sob jurisdição do Rio de Janeiro. Com as descobertas auríferas milhares de pessoas de diferentes partes — do Reino, de São Paulo e de outras regiões — dirigiram-se ao interior do continente em busca de riquezas. Cf. ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

⁴⁶ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

⁴⁷ Ibid.

Foram criadas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, as três mais antigas vilas do território mineiro, fundadas em 1711: Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (Sabará). Em 1713 foi criada a Vila de São João del Rei, em 1714 Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro), em 1715 Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e em 1718, São José del Rei (Tiradentes). As vilas existentes se distribuíam por três comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas (Sabará), Rio das Mortes (São João del-Rei) ⁴⁸.

Se a mineração provocou um rápido povoamento das Minas Gerais, estimulou também o desenvolvimento de atividades mercantis indispensáveis ao abastecimento das áreas de mineração, promovendo a articulação não apenas de áreas da Capitania, mas também com outras regiões e com a Metrópole. Estudos mais recentes sobre a economia mineira ao reverem as análises tradicionais que restringiam a economia das Minas Gerais colonial à mineração, voltaram-se para o debate sobre a constituição de uma economia interna à própria Capitania e à América Portuguesa. Os estudos tradicionais sobre a economia mineira colonial sustentavam em suas análises que nada se produzia nas Minas Gerais que comprometesse a atividade mineradora, exceção a uma rudimentar agricultura de subsistência.

Estudos mais recentes, por outro lado, indicam o desenvolvimento de atividades diversificadas desde o início do século XVI, importantes para garantir a estabilidade e a dinâmica do mercado interno mineiro, em especial quando da crise da mineração. A crise da mineração não significou o declínio das atividades econômicas, mas ao contrário, estimularia mudanças nessas atividades, com investimentos no desenvolvimento da produção interna, conservando-se como importante centro exportador.

Ao longo do século XVIII, as jazidas e aluviões de ouro foram se esgotando conforme a exploração foi se tornando mais intensa até meados desse século. O que se percebe na segunda metade desse século é a gradual queda da exploração de metais preciosos em todo o Brasil em paralelo ao desenvolvimento de atividades econômicas alternativas. A mineração foi a atividade econômica inicial e a partir dessa, outras atividades foram desenvolvidas como forma de abastecimento interno. Alexandre Mendes Cunha afirma que:

Da mineração como atividade inicial para uma vida urbana com adensada estrutura de serviços e ampla atividade comercial é, como se disse, que se qualifica a necessidade de fluxo regular de abastecimento, polarizando os espaços produtivos do entorno e articulando áreas um pouco mais distantes dentro do

⁴⁸ ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

território com a decorrente necessidade do estabelecimento de nucleações intermediárias⁴⁹.

Portanto, mesmo com as explorações auríferas, outras atividades econômicas eram desenvolvidas em Minas Gerais, como o comércio de gado, de escravos e de comestíveis. Entretanto, segundo Cunha⁵⁰, até a primeira metade do século XVIII a única atividade econômica de eficiência efetiva nas Minas era a mineradora. O que se observa naquele momento é o cerceamento da Metrópole a qualquer outra atividade que desviasse o foco da mineração impossibilitando o surgimento de um sistema de relações entre as regiões e atividades produtoras que abasteceriam as regiões mineradoras. Na segunda metade do século XVIII, ainda de acordo com Cunha, uma cadeia de complementaridade vai se efetivando a partir do polo minerador, adensando rotas de comércio e estabelecendo uma rede de abastecimento a partir dos caminhos do ouro.

Internamente à própria Capitania, no entorno estendido da região mineradora, ainda no Dezoito, mas já avançando no Dezenove, aparecem regiões produtoras, algumas com certo grau de especialização, de bens agrícolas e mesmo manufaturados, como nos derivados da cana-de-açúcar⁵¹.

Com relação ao processo de ocupação de Minas Gerais, outro aspecto a ser destacado é o da população. Segundo Angelo Carrara, a configuração demográfica em Minas Gerais se formulou desde os primeiros anos de ocupação a partir dos centros mineradores. Entretanto, esse movimento demográfico não é exclusividade apenas em direção aos centros mineradores, a ocupação de Minas Gerais pela população se deu “como ondas provocadas pela queda de uma pedra em um lago, a fronteira avançou desde os primeiros anos de ocupação territorial nos fins do século XVII a partir dos núcleos mineradores originais”⁵². Ainda segundo o autor:

A possibilidade de ocupação de terras devolutas ou em áreas de fronteira foi a solução estrutural encontrada por muitos que, no interior de um sistema agrário que demandava certa extensão de matos virgens e capoeiras, ao lado de terras lavradas⁵³.

⁴⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da Capitania à Província: políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007. p. 94. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CUNHA_Alexandre_Mendes-S.pdf > Acesso em: 17 Fev. 2016.

⁵⁰Ibid.

⁵¹ CUNHA, Alexandre Mendes. Op Cit.

⁵² CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2007.

⁵³ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2007. p.160.

O Centro Oeste mineiro até meados do século XIX teve como principais atividades econômicas a exploração de ouro e a atividade agropecuária, onde os principais núcleos exploradores se encontravam na Comarca de Paracatu e em parte da Comarca Rio das Velhas (Figura 2).

Figura 3: Mapa de Localização do Centro Oeste Mineiro no século XIX



Fonte: Elaboração própria a partir de *Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga...*, 1843.

Fonte: Adaptado de CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da Capitania à Província: políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007. p. 168. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CUNHA_Alexandre_Mendes-S.pdf > Acesso em: 17 Fev. 2016.

No Centro Oeste mineiro, uma região de cerrado brasileiro, havia, além da produção de ouro, produção agropecuária para atender o mercado interno. Com o declínio da produção aurífera, a agropecuária tornou-se a alternativa viável para sobrevivência dos que ali pretendiam permanecer ou haviam para ali migrado.

No vasto território a que todos denominavam “sertões” a riqueza não se media simplesmente pelas terras de que se esperavam providos rendimentos agrícolas e pelos escravos, apenas. As fortunas mediam-se também pelo número de cabeças de gado, vacum ou cavalari⁵⁴.

A carne de boi teve um importante papel para alimentação da Colônia desse período. Sua principal função de produção era dada pela conquista de território e para a subsistência, além de ser uma atividade econômica voltada especificamente para o mercado interno, visto que era uma atividade de consumo imediato, especialmente pela população das vilas e dos arraiais. A pecuária era feita de forma contígua e se alastrou a partir de centros irradiadores agrícolas e mineradores, proporcionando integração entre

⁵⁴CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2007. p.199.

eles. Havia, segundo Carrara, uma “articulação entre os ‘currais’ – produtor de reses e fazendas sertanejas – e as muitas ‘minas’ – as ‘gerais’, as de Pitangui, Paracatu, Minas Novas e da Demarcação de Diamantina”⁵⁵. O Centro Oeste mineiro se viu dessa forma então, sob a dominação de outra atividade econômica que não somente o ouro que transformou a paisagem e mudou a cultura local.

Aproveitando extensas áreas desmatadas pelos caminhos da atividade mineradora, os fazendeiros instalariam e investiriam em suas fazendas e dali tirariam seu sustento. O que houve na realidade em Minas Gerais foi “uma mudança nos rumos da economia”⁵⁶. A economia, que antes estava centrada na exploração do ouro, a partir de meados do século XVIII passa a ter por base também a agricultura e a pecuária voltadas para o mercado interno, tanto para a subsistência das fazendas quanto para regiões e Capitânicas próximos.

1.2 O desenvolvimento da pecuária no Centro Oeste mineiro

A pecuária deu origem a um novo tipo social, o fazendeiro de gado. A terra era abundante e não se exigia grande capital para o início das atividades com as fazendas de gado. Nessa atividade estavam empenhados antigos mineradores, o homem livre, escravos e índios que viam no gado fonte de sobrevivência. A atividade extensiva de criação de gado, às leis da natureza com técnicas ainda rudimentares, as transformações econômicas e políticas pela qual o Brasil passava com a transferência da Corte, o enfraquecimento do Pacto Colonial e o declínio do ouro e mais tarde a Independência do país⁵⁷, contribuíram para a transformação do Centro Oeste de Minas Gerais. Embora a Capitania tenha vivido os tempos áureos da lógica do ouro, nesse momento ela assume como alternativa de desenvolvimento econômico uma paisagem que já existia nas áreas desmatadas, a cultura do gado, mas que não era a base do mercado interno em questão.

Com o declínio das explorações auríferas, houve um reajuste na economia mineira. A produção agropecuária, que já existia, atingiu um nível de desenvolvimento

⁵⁵CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2007. p. 145

⁵⁶FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁵⁷Em 1808 a Corte Portuguesa transferiu-se para o Brasil, tornando-se o centro administrativo do governo português (1808-1821). E em 7 de setembro de 1822 é proclamada a independência.

significativo que conseguiu sustentar a economia da Capitania mesmo com a crise da atividade mineradora.

No Centro Oeste de Minas Gerais, na fazenda de D. Joaquina de Pompéu, a situação não teria sido diferente. Mesmo com as explorações de ouro na Vila de Pitangui, D. Joaquina do Pompéu dedicou-se a lida na terra com a produção de gêneros básicos à alimentação da Colônia. Ao se casar em 1764 com o Capitão Inácio de Oliveira Campos, Comandante da Companhia de Ordenanças, parte da Milícia dos Dragões das Minas Gerais, adquirem e mudam-se para fazenda Lavapés, que se localizava próxima a Vila de Pitangui. Nessa fazenda produzia-se, além da criação de gado, lavouras de milho e feijão. Em 1784, o casal adquiriria do fazendeiro Manoel Gomes da Cruz a fazenda Nossa Senhora da Conceição, que teve como primeiro dono Antonio Pompeu Taques⁵⁸ – senhor Pompeu -, daí a origem da denominação D. Joaquina do Pompéu, referindo-se à fazenda do Senhor Pompeu. Manoel Gomes da Cruz, fazendeiro da região em Pitangui, criador de gado no início da segunda metade do século XVIII já havia se especializado no fornecimento de carne para o mercado interno⁵⁹. Cláudia Chaves, ao analisar os livros de registros de Onça e Pitangui, informa que:

Manoel Gomes da Cruz foi o criador que maior número de passagens teve em ambos os registros entre 1765 e 1769, totalizando também o maior valor em movimentação de impostos. No registro de Pitangui, entre 1765 e 1767, os administradores de Gomes Cruz, que se responsabilizavam pela condução do seu gado de Pompéu até Pitangui, conduziram gado 11 das 12 vezes que retornaram ao posto fiscal⁶⁰.

Embora os estudos apontem para o fato de que a fazenda vendida por Manoel Gomes da Cruz era uma das mais produtivas da região, por motivos desconhecidos⁶¹, D.

⁵⁸ “Paulista, depois de perambular pelos currais da Bahia, onde se casou e, em seguida, ficou viúvo, regressou a São Paulo. Mas pouco tempo depois, veio fixar-se no distrito de Antônio Pereira, onde obteve sesmaria em 1711)Ver A.P.M., X,966). Transferiu-se em seguida para Pitangui, onde se casou, segunda vez, com Escolástica Pais, filha de José Rodrigues Betim. Informa Francisco de Assis Carvalho Franco (Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil) que, devido aos motins de 1720, regressou a São Paulo, de onde seguiu, mais tarde, para Goiás, onde faleceu.” BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Promoção-da-família Editora, 1971.

⁵⁹ SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em minas gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2004, Diamantina – MG. Anais... Diamantina - MG: SEM, 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF>> Acesso em: 11 maio. 2011

⁶⁰ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, p. 82-83, 1995. Apud SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em minas gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2004, Diamantina – MG. Anais... Diamantina - MG: SEM, 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF>> Acesso em: 11 maio. 2011.

⁶¹ A história de D. Joaquina de Pompéu é permeada por histórias inacabadas e “causos”. Quanto à aquisição da fazenda do Pompéu, Noronha, relata que as terras foram compradas à preços muito baixos e que Manoel Gomes da Cruz teria caído em uma ‘manta’ por morar distante da fazenda. Cf. NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

Joaquina do Pompéu e o Capitão Inácio adquirem e se mudam para a fazenda de Pompéu em 1784. Além da produção já existente na fazenda, criação de gado, lavouras de milho e feijão o casal também cultivou na nova fazenda plantações de arroz, café, verduras, legumes e árvores frutíferas variadas. Capitão Inácio vivia viajando em razão de seu ofício⁶² e à D. Joaquina do Pompéu coube a administração do Solar⁶³ da fazenda e a educação de seus 10 filhos⁶⁴ (Figura 3). Com a doença e posterior morte do marido, D. Joaquina assumiria por completo a administração da fazenda⁶⁵

Figura 4: Imagem do Solar de D. Joaquina do Pompéu



Fonte: Autoria desconhecida. Disponível no acervo fotográfico do Museu da Cidade de Pompéu

⁶² Capitão Inácio era Capitão-mor e nos regimentos de infantaria ou cavalaria, o capitão-mor era a patente abaixo do posto de sargento-mor. Os Capitães-mores eram responsáveis por manter a ordem nas vilas e sair em busca e captura de escravos fugidos e bandidos.

⁶³ O Solar de D. Joaquina do Pompéu, um casarão muito grande que teve sua construção iniciada em 1785, com dois pavimentos divididos em 40 cômodos, feito de esteio de aroeira em sistema de pau-a-pique, cujas ruínas de mantiveram de pé até 1954.

⁶⁴ Capitão Inácio de Oliveira Campos e D. Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos tiveram dez filhos: Anna Jacinta de Oliveira Campos que casou-se com Thimóteo Gomes Valadares; Félix de Oliveira Campos que casou-se com Eufrásia Maria da Silva; Maria Joaquina de Oliveira Campos que casou-se com Cap. Luiz Joaquim de Souza Machado; Jorge de Oliveira Campos, que casou-se com Antônia Maria de Jesus; Joaquina de Oliveira Campos que casou-se com Antônio Álvares da Silva; Isabel Jacinta de Oliveira Campos que casou-se com Martinho Álvares da Silva; Inácio de Oliveira Campos que casou-se com Bárbara Umbelina de Sá e Castro; Anna Joaquina de Oliveira Campos que casou-se com João Cordeiro Valadares; Antônia Jacinta de Oliveira Campos que casou-se com Joaquim Cordeiro Valadares e Cap. Joaquim Antônio de Oliveira Campos que casou-se primeiramente com Claudina Cândida Lataliza França e pela segunda vez com sua sobrinha Anna de Campos Cordeiro, filha de sua irmã Antônia Jacinta.

⁶⁵ Na fazenda do Pompéu existia uma capela e dois cemitérios, um para brancos e outro para negros, que resistem até os dias de hoje e são inventariados pelo município. O Solar de D. Joaquina não existe mais. Em 10 de dezembro de 1953, pela Lei nº 1.033, o governo de Minas Gerais autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel à União para instalação de um Posto Agropecuário. Entretanto, em 26 de abril de 1954, o Solar foi demolido, sem que a promessa de construção da Escola Agrícola tenha sido cumprida. Atualmente na área onde existia o Solar de D. Joaquina há o Assentamento Rural Antônio Veloso, criado através da portaria nº 79, de 22 de dezembro de 2014.

Após a morte do marido, D. Joaquina se especializou principalmente na produção de gado de corte, para o abastecimento dos mercados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. D. Joaquina fornecia carne principalmente para a Vila de Pitangui e para a Vila Rica do Ouro Preto e mais tarde para o Rio de Janeiro, segundo o memorialista Deusdedith P. Ribeiro de Campos⁶⁶. O comércio da carne bovina poderia ser feito na sua forma salgada ou carne seca, quando se tratava do transporte em longas distâncias ou na forma fresca, de forma que o gado era abatido em açougues presentes nas Vilas.

Em finais do século XVIII não se poderia realizar o corte e o comércio de carne fresca fora dos açougues públicos, como percebemos por meio da legislação das Ordenanças Filipinas:

E poder -se – hão concertar com as pessoas, que se quiserem obrigar a cortar carne nos açougues públicos, polos preços que lhes parecer, que serão declarados nos contractos, que disso fizerem, pondo primeiro em pregão a carniceria, para se arrematar a quem quizer cortar por menos preço. E conformar-se-hão com os preços dos lugares Comarcãos, e com a qualidade da terra e o número dos criadores e gados, que nella e nos ditos lugares houver. E havendo nas aldeias ou freguezias dos termos açougues, em que se haja de cortar carne, cortar-se-ha menos um real por arratel. E os carniceiros das Universidades, Conventos e pessoas, que tiverem provisões para terem açougues apartados, não poderão cortar a maiores preços do que forem declarados no contracto das Cameras. E nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, cortará carne fora dos açougues publicos, nem a maiores preços dos acima dito⁶⁷.

De acordo com o memorialista Deusdedith P. Ribeiro de Campos⁶⁸, D. Joaquina possuía um açougue na Vila de Pitangui, além de uma casa que lhe servia como residência e ainda uma casa de Comissão⁶⁹. Nesse sentido, podemos inferir que de algum modo D. Joaquina do Pompéu obteve a administração de um açougue público na Vila de Pitangui. Segundo Tavares, as câmaras municipais desse período tinham bastante autonomia na

⁶⁶ CAMPOS, Deusdedith P. Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003.

⁶⁷ PORTUGAL. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Livro I. Título LXVIII, Edição de 1870. *Apud in* TAVARES, Geórgia da Costa. Marchantes: estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde carioca (1763-1808). In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Anais... São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.shh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300652057_ARQUIVO_artigoANPUH.pdf> Acesso em: 23 Jun. 2016.

⁶⁸ CAMPOS, Deusdedith P. Ribeiro de. *Op cit.*

⁶⁹ “A casa de Comissão comercializava gêneros de primeira necessidade produzidos nas fazendas de propriedade de D. Joaquina, como fubá, farinha, milho, feijão, arroz, cachaça, açúcar, rapadura, sabão, carne seca e toucinho, mas também gêneros importados, como queijos, fumo, sal, farinha de trigo, facas, vinho, entre outros.” Cf. OLIVEIRA, L. A. *Nos domínios de Dona Joaquina do Pompéu: negócios, famílias e elites locais (1764-1824)*. 2012.133f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós graduação em História. 2012. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/pgh/images/stories/Laizeline_Arago_de_Oliveira.pdf> Acesso em 24 Set. 2015.

execução de suas atividades, por meio, por exemplo, de editais de arrematação para ocupação dos açougues públicos⁷⁰.

O comércio bovino se intensificou com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, abastecida durante muito tempo também pelos mantimentos providos da fazenda do Pompéu. Para Fragoso, a economia de Minas Gerais nesse período exibia um caráter autônomo⁷¹. Ao contrário da visão tradicional de alguns historiadores, que a economia das Minas Gerais estava centrada nas exportações de ouro e seus mantimentos seriam importados, em pleno período dito de rápida decadência do ouro “a população de Minas Gerais cresce 60,8%”⁷². Esse comportamento demográfico esteve associado à regiões e Comarcas de Minas onde se desenvolvia atividades agropecuárias como na Comarca de Rio das Mortes, a região Oeste e o Triângulo Mineiro. Segundo Fragoso:

Esse comportamento demográfico demonstra que a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e pecuária mercantis não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; é isso que explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior economia escravista do país.⁷³

Esses complexos agropecuários cresceriam e adquiririam proporções inter-regionais, alimentando os mercados da cidade do Rio de Janeiro e a agricultura fluminense⁷⁴.

Em princípios do século XIX, o Centro-Sul era o eixo econômico do Brasil Colonial. Mais especificamente, o Rio de Janeiro passa a ser o polo ordenador do fluxo de gêneros de primeira necessidade. Se durante o início século XVIII, com as explorações de ouro na Capitania de Minas Gerais, o Rio de Janeiro era um dos principais polos abastecedores das Minas⁷⁵, com o declínio dessas explorações, o fortalecimento de atividades agropastoris em Minas e as transformações ocorridas no Rio de Janeiro em

⁷⁰ TAVARES, Geórgia da Costa. Marchantes: estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde carioca (1763-1808). In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Anais... São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300652057_ARQUIVO_artigoANPUH.pdf> Acesso em: 23 Jun. 2016.

⁷¹ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁷² Ibid.

⁷³ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Op cit.

⁷⁴ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Op cit.

⁷⁵ ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1990.

finais do século XVIII e início do século XIX, muda-se o eixo de abastecimento alimentar. Agora a Capitania de Minas Gerais abastece a Capital da Colônia, que se torna a porta oficial de entrada e saída da Colônia.

A vinda da Corte ao Brasil intensificou o abastecimento do Rio de Janeiro. E o Estado passaria a intervir diretamente no setor de abastecimento⁷⁶. Para Pedro Henrique Campos a política joanina seria beneficiadora do setor de abastecimento através do conserto e construção de estradas e de isenções para os tropeiros e boiadeiros⁷⁷. Outro acontecimento registra a necessidade de gêneros primários para o abastecimento da Corte, através de providências enviadas pelo príncipe regente antes de sua instalação no Rio de Janeiro. Segundo Lenharo, o príncipe ordenaria que “as Capitanias e portos próximos ao Rio de Janeiro abastecessem a cidade de mantimentos”⁷⁸ e de Minas partiu considerável número de cabeças de boi e porcos, além de cereais. Na região de Pitangui, os mantimentos arrecadados deveriam ser enviados à fazenda Imperial de Santa Cruz, nos arredores do Rio de Janeiro e de lá seriam redistribuídos de acordo com a necessidade da Corte.

De acordo com Lenharo, D. Joaquina do Pompéu se estabeleceu no mercado de gado na Praça do Rio de Janeiro e fez inúmeras contribuições para Coroa Portuguesa⁷⁹. Sobre essa questão, os memorialistas Coriolano Ribeiro e Jacinto Guimarães indicam uma carta descoberta pelos biógrafos de D. Joaquina, datada de 28 de agosto de 1808 e escrita por Diogo Pereira de Vasconcelos, representante comercial da fazendeira em Vila Rica, em que se lia considerações sobre a atividade de D. Joaquina.⁸⁰ De acordo com Ribeiro e Guimarães, Diogo Pereira de Vasconcelos,

Dizia (...) estar satisfeito com a doação de D. Joaquina, pois conseguiria também encaminhar uma carta da proprietária mineira ao príncipe regente, gesto que ‘abonava o seu patriotismo’. Essa carta-documento é demonstrativa de uma situação muito curiosa e reveladora das condições operacionais do empresariado ligado ao abastecimento da Corte. Segundo o representante, não estava fácil, naquele momento, de se encontrar compradores para que fossem providenciadas novas remessas de gado. Fazendo doações ao regente, a proprietária mineira estava,

⁷⁶ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira*. 2006. Disponível em: < www.historia.uff.br/polis/files/texto_7.pdf > Acesso em: 02 maio. 2011.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993. Disponível em: < www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tropeiros-em-alta > Acesso em: 02 maio. 2011.

⁷⁹ D. Joaquina teria realizado em uma só remessa o envio de 200 cabeças de gado para a fazenda de Santa Cruz. Cf. LENHARO, Alcir. Op cit.

⁸⁰ RIBEIRO, Coriolano; GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

portanto, comprimindo as suas próprias possibilidades de mercado. Ela passaria, no entanto, a receber favores do Estado e, do ponto de vista comercial aproveitava-se para sedimentar as suas bases comerciais na praça do Rio de Janeiro, familiarizando-se com as condições de funcionamento do mercado.⁸¹

Oliveira, em um estudo sobre o abastecimento da América Portuguesa, percebe que as fazendas de D. Joaquina eram “autossuficientes, e também um importante núcleo fornecedor de produtos para o abastecimento da Vila de Pitangui e circunvizinhança, bem como de outras regiões da Capitania. Todo esse comércio favorecia cada vez mais sua visibilidade social e a ampliação de sua rede comercial”⁸². Embora seja notável o papel de Dona Joaquina para o desenvolvimento de uma economia local de base pecuarista, esse sucesso não se deve ao fato somente de seu desempenho administrativo ou às condições econômicas⁸³ do período favoráveis. Laizeline Oliveira destaca sobre a importância da rede de relacionamentos que Dona Joaquina estabeleceu, tendo como base as relações de parentesco para o fortalecimento das ações:

Seu sucesso estava ligado também, ao seu bom relacionamento com comerciantes, produtores, autoridades políticas e administrativas. Nesse complexo emaranhado de relações, o parentesco era usado frequentemente como uma garantia extra para a boa conclusão dos negócios. Se por um lado os casamentos ocorriam voltados para o viés da união sanguínea. Por outro lado, as alianças economicamente vantajosas é que atraíam as famílias da elite ao unirem seus filhos⁸⁴.

Durante o período de Independência do Brasil, D. Joaquina de Pompéu também fez doações de gado e escravos para o abastecimento das tropas. O memorialista Deusdedith P. Ribeiro de Campos observa em seu texto algumas cartas que fazem referência a este período e que hoje estão disponíveis no Arquivo Público Mineiro em razão de doação pela família do acervo de D. Joaquina a essa instituição⁸⁵. A carta que segue se refere à doação de cem bois por D. Joaquina as tropas de D Pedro I que lutavam contra os portugueses na Bahia:

⁸¹ Ibid.

⁸² OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n.2, 2009. Disponível em: < http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf > Acesso em: 21 out. 2010.

⁸³ Decadência do ouro na sétima vila de Pitangui.

⁸⁴ OLIVEIRA, L. A. *Nos domínios de Dona Joaquina do Pompéu: negócios, famílias e elites locais (1764-1824)*. 2012.133f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós graduação em História. 2012. Disponível em: < http://www.ichs.ufop.br/pgh/images/stories/Laizeline_Arago_de_Oliveira.pdf > Acesso em 24 Set. 2015. p. 95.

⁸⁵ CAMPOS, Deusdedith P. Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003.

Villa de Pitanguy 26 de agosto de 1823.

Ilma. Sra. D. Joaquina Bernarda da S. de Abreu Castelo Branco.

Para eu me saber decidir sobre a sua offertola de cem bois que os offerceo nas suas Fazendas do Piracutu para o secoro da Baía, levey a prezença do Exmos. Snrs. Do Governo a sua própria carta que V. S. me faz. Acabo de receber o Officio dos mesmos Snrs. Datado de 14 do corrente, no qual determinarão levasse a sua prezença o justo louvor e agradeciemento pela generosa offertola dos cem bois, e que para aquelle Distino Convencionouse com V.S. a extração deste gado a melhor se despor He lugar para melhor ventage e permitir a despuzição para de cujo emporte serem remetidos aos cofres dezenguinados, da qual emportancia será empenca, e subirá a Augusta prezença de S.M. Imperial, a seffazer publico nas emprezas e a voltar a este Termo, do que esperamos de V.S. o bom eggio para este arango, e as determinaçõens suas para meo governo.

Desejo que V.S. seja aestida de feliz saúde e qe. Deos a Gaurde por muitos anos.

De V.S.

Sincero reverente Sobro. E Cro.

Antonio Alves de Araújo.⁸⁶

Nesse sentindo, de acordo com o memorialista Deusdedith P. Ribeiro de Campos, a pecuária consolidaria a economia local, D. Joaquina teria aliado o abastecimento da Corte com a possibilidade de ampliação de seus mercados no Rio de Janeiro, tornando-se personalidade de estima dos governadores portugueses e dos mercados que abastecia. A fazenda do Pompéu se tornou, segundo o autor acima referenciado, um centro de abastecimento de carne do mercado do Rio de Janeiro. A produção agropecuária da fazenda do Pompéu, para Deusdedith P. Ribeiro de Campos, se fez importante no abastecimento interno da Colônia, remetendo a existência de uma economia colonial interna que se baseava na produção de gêneros de primeira necessidade.

1.3 A herança de D. Joaquina ao longo do tempo

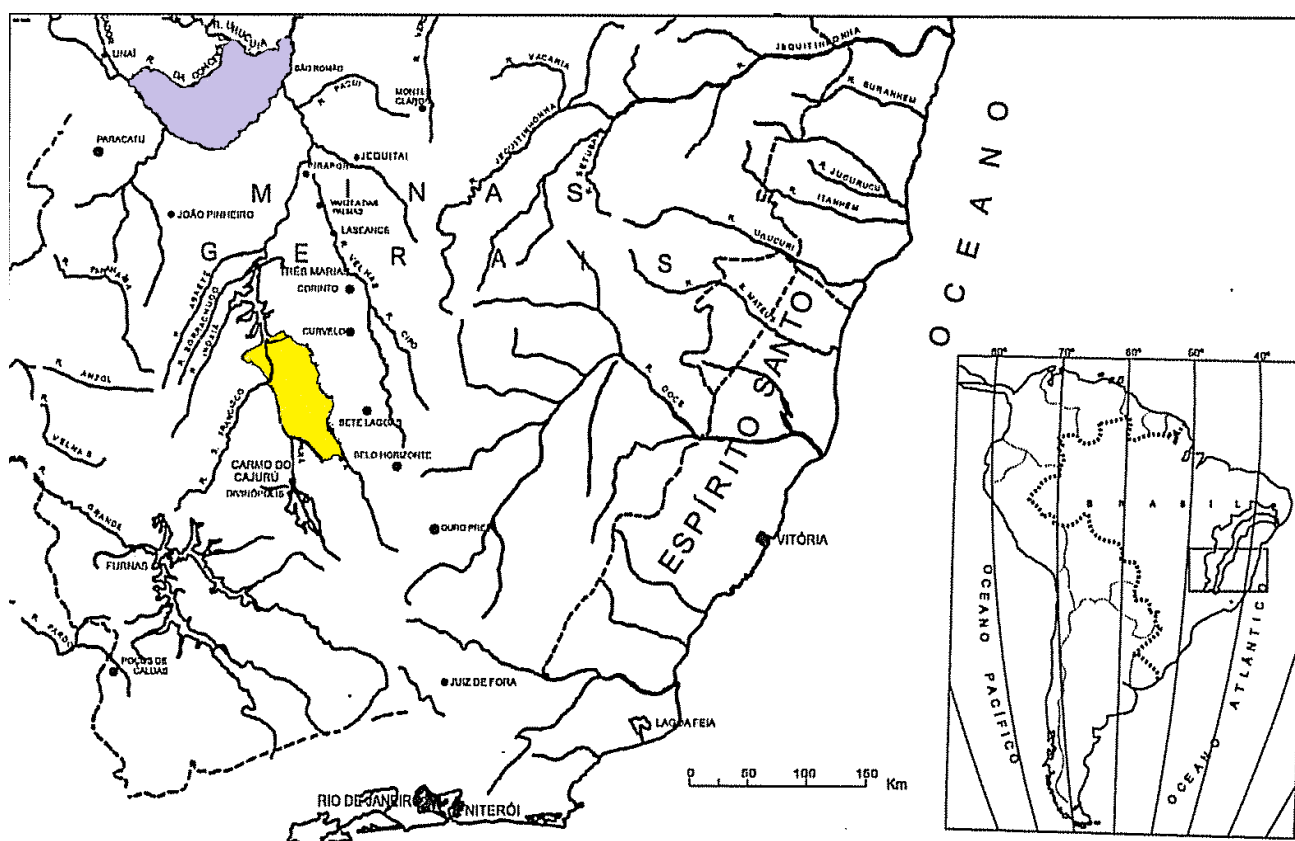
Aos 72 anos, D. Joaquina morre, deixando como herança aos seus 10 filhos, 74 netos e 15 bisnetos, uma área territorial, volume de gados e escravos incertos até os dias de hoje. Segundo Noronha, D. Joaquina teria possuído um total de fazendas que equivalem a 150 léguas quadradas de terras (990km² entre as terras de Alto São Francisco e de Paracatu, milhares de bovinos, equinos e muares (40 mil cabeças)⁸⁷ e Cid Rabelo

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ NORONHA, Gilberto Cezar de. Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco. Uberlândia: EDUFU, 2007.

Horta, como observa Bolívar Lamounier, acredita que as propriedades de D. Joaquina teriam 35.000 alqueires de terras, 200 escravos e 40 mil cabeças de gado⁸⁸. Já para o memorialista Lindolfo Xavier, descrito no romance do memorialista Agripa Vasconcelos, “Sinhá Braba: D. Joaquina do Pompéu”, D. Joaquina teria possuído 95.000 alqueires geométricos de terras. E para o memorialista Leopoldo Costa, D. Joaquina teria possuído 48.400km² em terras, aproximadamente 8% do território de Minas Gerais, 60.000 cabeças de gado vacum, 2.500 juntas de bois carreiros, mais de 10.000 equinos e 1.000 escravos⁸⁹.

Figura 5: Mapa dos domínios de D. Joaquina do Pompéu.



Legenda: Fazenda do Pompéu Fazendas de Paracatu

Fonte: Adaptado de PIERSON, Donald. O homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972 *apud in* NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias no sertão do São Francisco*.

A dimensão do latifúndio pode ser compreendida na primeira referência à D. Joaquina em livros, na obra *Plutus Brasiliensis* de Barão de Eschwege, publicado pela primeira vez em 1833. O Barão de Eschwege esteve na propriedade de D. Joaquina, em

⁸⁸ LAMOUNIER, Bolívar. Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família. São Paulo: Augurium, 2004. p. 284. *apud in* NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

⁸⁹COSTA, Leopoldo. Disponível em: <http://stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2016/01/joaquina-do-pompeu-historia-e-lendas.html> Acesso em: 02 de abril de 2016

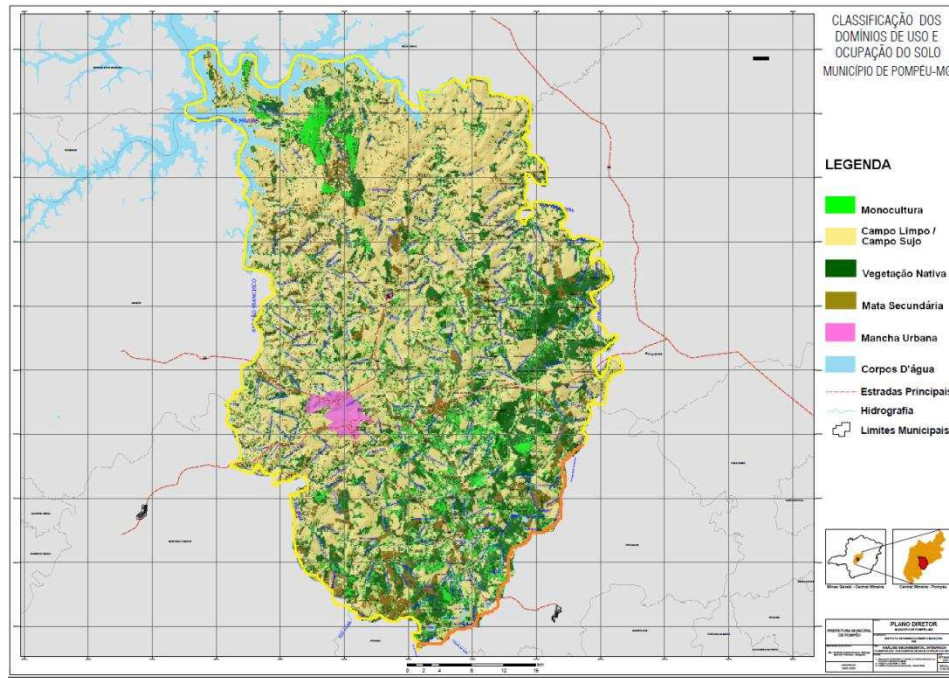
razão da composição da obra e lá se hospedou por mais de uma semana. Ele cita a dimensão:

Rio Peixe abaixo até a barra do Pará, por este abaixo até a sua confluência com o Rio São Francisco; por este abaixo até a foz do Rio Paraopeba; por este acima até o Ribeirão de Rio Pardo; de onde a linha divisória se dirige ao Córrego do Ouro e deste ao Ribeirão do Manda-Saia. Daí segue pela Serra do Amorim até a barra do Rio Peixe, onde teve princípio ⁹⁰.

A referenciação feita à fazenda do Pompéu por Eschwege pode ser observada parcialmente nos mapas do município de Pitangui em 1927 e também no mapa do município de Pompéu, disponibilizado no Plano Diretor da cidade em 2007.

⁹⁰ CAMPOS, Deusedith P. Ribeiro de. Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente. Belo Horizonte: Roma, 2003.

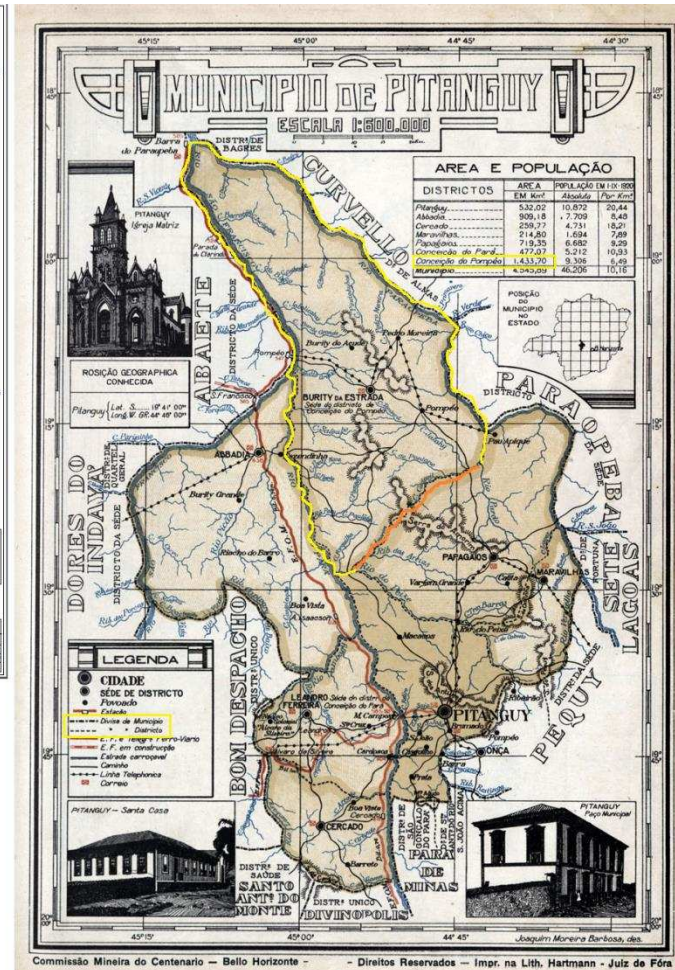
Figura 6: Limites da Fazenda do Pompéu



- RIOS que Limitam a Fazenda do Pompéu indicados por Eschewege em 1833
- Não foi possível identificar o nomes dos rios e divisas - provavelmente modificaram o nome ao longo do tempo

Área territorial do Distrito de Pompéu em 1927: 1433,70km²
 Área territorial do Município de Pompéu (Segundo o Plano Diretor) em 2007: 2565,5 km²
 Área territorial do Município de Pompéu (Segundo o IBGE) em 2010: 2551,074km²

Observações:
 *Os limites apontados da Fazenda do Pompéu por Eschewege em 1833 sinalizam para serem os mesmos limites do atual município de Pompéu;
 * Deve-se recalcular a área territorial do Município de Pompéu e da fazenda de D. Joaquina - parece haver um erro de cálculo



Fonte: Adaptado de Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais 1927: estudos críticos. Disponível em: <WWW.albumchorographico1927.com.br> Acesso em 14 Jun.2014 e INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. Implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Pompéu-MG. 2008.

A demarcação dos limites da fazenda do Pompéu indicadas em 1833 por Eschewege nos mapas de 1927 e de 2007 sinalizam por haver divergências quanto a área territorial da Fazenda de D. Joaquina em Pompéu e também de toda a sua propriedade territorial, ou seja, incluído as Fazenda de Paracatu. Parece haver um erro de cálculo. Entretanto, não foi objeto de nossos estudos verificar a validade das informações referentes ao tamanho territorial das propriedades de D. Joaquina. Mesmo reconhecendo a importância dessas análises, não foi possível realizá-las. Fica a intenção e o desejo de realizarmos estudos futuros ou mesmo motivar outras investigações.

Dos filhos de D. Joaquina nasceu uma vasta descendência, composta por 87 netos, 333 bisnetos e 1108 trinets⁹¹ que originariam algumas famílias de Minas Gerais com os sobrenomes: Castelo Branco, Lopes Cançado, Guimarães, Abreu e Silva, Cunha Pereira, Alvares da Silva, Machado (Souza Machado, Castro Machado, Serra Machado), Cordeiro, Valadares, Maciel, Oliveira Campos, Pinto Ribeiro, Agjunto, Sigaud, Vasconcelos, Capanema, Mascarenhas, Melo Franco, dentre muitas outras⁹²

A trajetória de D. Joaquina nos revela uma mulher que assume posição de chefe da família na ausência do marido, papel similar àquele que era dado às mulheres viúvas desse tempo⁹³. De acordo com Priscila Firmiano Valente, a legislação vigente garantia condições para a administração e controle das propriedades pelas próprias viúvas, “redefinindo as relações de gênero”⁹⁴. Nesse sentido, independente da forma como os

⁹¹ CASTRO, Hugo Henrique de. Dona Joaquina do Pompéu. 2009. Disponível em: < <http://pompeanodamemoria.blogspot.com/2011/03/dona-joaquina-do-pompeu.html> > Acesso em 04 maio. 2011.

⁹² Citado em artigo de: HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais em Análise & Conjuntura.v.1, n. 2, maio/agosto – 1986.Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. Citado no site oficial da Prefeitura Municipal de Pompéu, disponível em: < <http://www.pompeu.mg.gov.br/2015/conheca-a-cidade/> > Acesso em 19 Maio 2016. Citado em Projeto enviado ao Ministério da Cultura, disponível em: <<http://novosalic.cultura.gov.br/cidadao/dadosprojeto?idPronac=501eac548e7d4fa987034573abc6e179MTg0MjU0ZUA3NWVmUiEzNDUwb3RT>> Acesso em 19 Maio 2016.

⁹³ A divisão das obrigações no casamento entre o casal mostra a atuação direta da mulher perante a organização da família. Há uma nova forma de representatividade da mulher na organização familiar e sua participação ativa, porém limitada pelos privilégios masculinos. Porém na falta do marido, no apoio da lei, a autoridade do pai era estendida a mãe, sendo esta transformada em “cabeça do casal” a chefe de domicílio. Estabelecem-se relações para preservação do patrimônio, seja este relacionado a terras e/ou escravos dentre outros. Cf. VALENTE, Priscila Firmiano. Viúvas: família, sucessão e propriedade na Freguesia de Guarapiranga, 1830/1858. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2014, Juiz de Fora. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão historiador*. Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2014.

⁹⁴ VALENTE, Priscila Firmiano. Viúvas: família, sucessão e propriedade na Freguesia de Guarapiranga, 1830/1858. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2014, Juiz de Fora. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão historiador*. Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2014.

recursos fossem redistribuídos pela linha sucessória, “as viúvas encontravam-se numa posição singular em uma sociedade de orientação eminentemente patriarcal”⁹⁵.

No entanto, a trajetória de vida de D. Joaquina não sinaliza para ações feministas naquele período. D. Joaquina esteve “inserida em uma sociedade patriarcal”⁹⁶, na qual ela exerceu a posição de chefe, a representante da família”⁹⁷. Ela era o núcleo da família, da rede ampla e sólida de amizades que estabeleceu nas Capitâneas de Minas Gerais e no Rio de Janeiro, das transformações ocorridas na fazenda do Pompéu pela pecuária e da economia local do Centro Oeste de Minas Gerais.

A figura abaixo é uma representação de D. Joaquina do Pompéu. Yara Tupynambás retratou D. Joaquina em uma tela de acrílico e descreveu a obra:

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ “o patriarcalismo não se refere ao indivíduo do sexo masculino como peça central da organização familiar. [...] o patriarcalismo é entendido aqui como um conjunto de valores e práticas familiares, ligados a outros elementos como a presença de redes de amizade, influência política, econômica e social. Dona Joaquina enquadra-se neste perfil, pois construiu sua vida em torno destas práticas, e com isto entendeu-se que a matriarca, na verdade, não rompeu com a sociedade patriarcal existente nas Minas Gerais, ela apenas mudou um de seus elementos.” Cf. OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n.2, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf> Acesso em: 21 out. 2010.

⁹⁷ OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n.2, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf> Acesso em: 21 out. 2010.

Figura 7: Acrílico de Dona Joaquina por Yara Tupynambá



Fonte: Hugo Castro

(...) [Pintar Joaquina com um pé na terra e outro calçado quer dizer [que] com um pé ela está pisando nas terras dela mesmo, esta coisa de pisar, de ser dono da terra. O pé calçado é a dama, a senhora, a dona da terra, e aí quer dizer a mulher de trato civilizado, que negocia, que viaja pela terra. É a mulher pisando naquilo que é dela.⁹⁸

Nessa representação sobre D. Joaquina podemos observar o reforço à imagem sobre esta mulher como uma figura ilustre e excepcional que concentra traços opostos em única personalidade, como na própria descrição da imagem que provoca a dicotomia entre a dama e senhora dona da terra. Ademais, ainda podemos observar outros elementos que embora se encontrem em segundo plano traz mensagens que realçam ideias que remetem ao imaginário social sobre D. Joaquina. Em documentário produzido por alunos da Uni-BH⁹⁹, no ano de 2013, Yara Tupynambá concede entrevista e explica os elementos da

⁹⁸ NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

⁹⁹ Curta metragem produzido por alunos do Centro Universitário UNI-BH, com apoio da Prefeitura Municipal de Pompéu, no primeiro semestre de 2013. Créditos: Cristiane Rainho: Produção, André Afonso: Assistente de Produção, Luiz Paulo: Roteiro, Pedro Ovídio: Roteiro | projeto gráfico, Emerton Eleutério:

imagem e a simbologia reproduzida a partir de sua interpretação, como o domínio sobre a atividade pecuária importante para o município ainda nos dias de hoje; o berrante em mãos remetendo à senhora que toca a boiada e está no controle de seu rebanho; o vestido fazendo referência ao período de vida de D. Joaquina, o colonial e por fim, ao fundo da imagem as inúmeras cidades com centralidade religiosa que surgiram em terras que pertenceram à D. Joaquina.

A virada do século XVIII para o século XIX coloca em evidência as transformações internas e externas que qualificam esse período como um ponto de inflexão na história do Centro Oeste de Minas Gerais. O declínio das explorações auríferas, o movimento centrífugo de repovoamento da Capitania, e a partir de 1808, com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil e o enfraquecimento do Pacto Colonial, são os marcos principais de um contexto que transformou a ordem econômica Colonial, em que o peso sobre o (re)arranjo da economia mineira deu forças ao mercado interno e o comércio de gêneros de subsistência com a praça do Rio de Janeiro, proporcionando um amplo espaço para o desenvolvimento da produção agropecuária nas Minas.

A produção agropecuária já existia nas Minas Gerais mesmo no período áureo do ouro, mas somente com o declínio da principal atividade econômica da Colônia, a exploração de metais preciosos e uma reordenação demográfica na Capitania é que a pecuária alcança um desenvolvimento significativo capaz de atender as demandas do mercado interno não só da Capitania de Minas como também as demandas da capital da Colônia. A transformação do Centro Oeste de Minas Gerais, que antes era dominado pela economia gerada pela atividade mineradora, se deu em função do desenvolvimento da pecuária, com uma economia local que atendesse o mercado interno. A fazenda de D. Joaquina do Pompéu reforça a ideia de como a produção agropecuária foi capaz de alterar a cultura local, dar visibilidade a figura do fazendeiro de gado e desenvolver uma economia local capaz de abastecer o mercado interno do país acompanhando as transformações políticas que naquele momento ocorriam.

CAPÍTULO 2

DONA JOAQUINA DO POMPÉU EM MEMÓRIA

No capítulo anterior, analisamos o tempo de vida de D. Joaquina do Pompéu. Conforme visto, ela atuou no desenvolvimento da economia de base da pecuária alcançando renome local e regional, no Centro Oeste da Capitania de Minas Gerais e no abastecimento do Rio de Janeiro. Nesse capítulo, buscamos discutir o conceito de memória, ou seja, aquilo que foi produzido sobre D. Joaquina e não por ela mesmo. Desse modo, analisaremos a memória sobre D. Joaquina do Pompéu institucionalizada e representada pelo poder simbólico na constituição do imaginário compartilhado pela sociedade pompeana.

Halbwachs enfatiza o poder do espaço na configuração da memória de um grupo e salienta que “se as lembranças se conservam, no pensamento do grupo, é o que se conserva sobre o solo, é porque a imagem do solo permanece, materialmente fora dele; e por que pode a cada instante retomá-la”¹⁰⁰. O grupo pensa e se lembra por meio do espaço, o objeto (o meio material) e o sujeito estabeleceriam uma condição relacional, em que o território recebe a marca de um grupo e o grupo recebe a marca desse território. A memória de um grupo se deve a esta certa estabilidade da imagem do espaço que se remonta na mente, dando a ilusão de nada mudar através do tempo e de poder encontrar o passado – de D. Joaquina – no presente e assim definir a memória desse grupo.

“Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras”¹⁰¹. Analisamos os fatores simbólicos que envolvem a constituição da memória, bem como suas interpretações que se justificam, segundo Burke, pela atualidade da temática devido ao ressentimento de uma possível perda de identidade. Para o autor:

Mais que os livros, filmes e programas de televisão mostram, há um forte interesse popular pelas memórias históricas. Esse interesse cada vez maior provavelmente é

¹⁰⁰ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: _____. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p. 140-141.

¹⁰¹ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução PAULA, S. G. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005. p. 10.

uma reação á aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos.¹⁰²

Entendemos que a memória sobre D. Joaquina do Pompéu passa por transformações ao longo do tempo. As representações dessa figura se transformaram de acordo com as intenções expressas pelas ideias-imagens que guiam o imaginário social e são constantemente reforçadas pelo recente interesse em não se perder o passado de identidade frente ao que Burke chama de aceleração das mudanças sociais e culturais.

Nesse capítulo temos como objetivos, primeiramente, discutir o conceito de memória, tomando como suporte teórico estudos realizados por autores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Paul Ricoeur e Tzvetan Todorov. Travaremos um diálogo entre os autores buscando compreender como se constitui o fenômeno de memória e mais especificamente, qual a forma da memória sobre D. Joaquina do Pompéu. Depois, analisaremos de que maneira os discurso da memória institucionalizada sobre D. Joaquina são apresentados e suas respectivas funções na sociedade pompeana como instrumento de defesa do território e manutenção da coesão do grupo que se identifica ao imaginário social ligado a esta memória.

2.1 O conceito de memória

Lowenthal afirma que “toda consciência do passado está fundada na memória”¹⁰³. É por meio de lembranças que “distinguímos o ontem de hoje e confirmamos que já vivemos um passado”¹⁰⁴. Passado este, que é impossível de ser compreendido em sua totalidade, mas que pode ser minimamente conhecido por meio, por exemplo, da transmissão de memórias. Portanto, nunca há a apreensão total da realidade do passado vivido. Há sempre uma (re) construção, uma leitura objetiva e subjetiva de algo vivido e influenciado por acontecimentos do presente e do passado.

Para Ricoeur¹⁰⁵, por outro lado, a memória é um fenômeno psíquico. Ele se vale da tradição fenomenológica e sociológica para explicar este fenômeno, mas, agora, não mais como campos distintos e divergentes do conhecimento da memória. O autor busca

¹⁰² BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução PAULA, S. G. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.2005, p. 88.

¹⁰³ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado. *Projeto História*. n. 17. São Paulo. 1998. p.75.

¹⁰⁴ [o passado] é “dúbio devido a sua real ausência, inacessível embora intimamente conhecido, o caráter do passado depende de como – e de quanto – é conscientemente apreendido. Cf. Ibid.

¹⁰⁵ RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução ALAIN, F. et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

uma aproximação, revelando a indissociação do campo individual e coletivo, uma fenomenologia aplicada à realidade social, “no qual se inscreve a participação de sujeitos capazes de designar a si mesmos como sendo, em diferentes graus de consciência refletida, os autores de seus atos”¹⁰⁶. Nesse sentido, no exercício da memória o sujeito carrega traços do outro.

Ao considerarmos a memória pela via da oralidade, ela se torna um discurso, uma espécie de narrativa que o sujeito trava consigo mesmo e com os outros. Posta em meio público, a memória é então manipulada e em comparação com outrem é fonte de fragilidade. Como afirma Ricoeur, ao nascermos recebemos um nome, que nos é dado por outrem e nos situa no tempo, nos distingue de outros e nos projeta no futuro¹⁰⁷. Para o autor:

Essa palavra de outrem, depositada sobre uma vida inteira, ao preço das dificuldades e dos conflitos que se conhecem, confere um apoio de linguagem, um aspecto decididamente auto referencial, a todas as operações de apropriação pessoal que gravitam em torno do núcleo mnemônico¹⁰⁸.

Nesse sentido, a experiência do outro está colada à experiência de si, sendo impossível uma ordenação entre os dois eventos. O indivíduo coletivo é capaz de ao olhar o passado situar-se no tempo e no espaço. Quanto mais próxima esta ancestralidade, mais coeso é o poder da memória e quanto mais distantes mais tênue este poder. Uma memória entendida, não como um substrato social, livre e espontâneo, como afirma Halbwachs¹⁰⁹, mas motivada pelo desejo e intenção da lembrança ou esquecimento, como afirma Pollak.

Memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.¹¹⁰

Pollak, ao pensar na dinâmica de uma sociedade que produz memória, compreende que o processo de memorização propõe duas frentes: uma de incorporação e outra de descarte, ou seja, há uma seleção¹¹¹. Para esta jogada é preciso supor que em

¹⁰⁶ RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução ALAIN, F. et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p.138.

¹⁰⁷ Ibid., p. 139.

¹⁰⁸ Ibid., p. 140.

¹⁰⁹ HALBWACHS, Maurice. A memória individual e memória coletiva. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

¹¹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

¹¹¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

uma sociedade os indivíduos estejam em situação de poder econômico, simbólico, político e cultural desigual, portanto, para o processo de memorização se faz necessário haver negociação de interesses de memória, sobre aquilo que se quer salvaguardar de referência do passado.

Para Halbwaks, a memória é um processo harmônico de adesão de um grupo e apesar de considerar que haja no processo de memória uma seleção, o autor afirma que “haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível”¹¹². A essa intuição sensível, destacamos que o processo de memória, para o autor, é espontâneo, da ordem de uma coesão natural, na qual não haveria conflito e nem violência na seleção de memória de um grupo. Desse modo, esta escolha seria dada naturalmente.

No entanto, nessa pesquisa, devemos concordar com Pollak que considera que o campo de disputa que se impõe à memória propõe um trabalho, uma ação consciente e intencional sobre a seleção¹¹³ e nesse sentido, ao fazer que algo prevaleça em detrimento de algo que foi descartado, a memória se torna um instrumento de poder político de um grupo específico que negocia e que luta.

Outro autor importante nesse debate sobre a memória é Pierre Nora. Para ele,

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto¹¹⁴.

A memória, portanto, deve ser percebida de maneira dinâmica e em conexão com o contexto histórico-geográfico do momento em análise, envolvendo diversos grupos sociais que atuam por meio de símbolos se projetando no território. Entendemos, assim como Nora, que a memória não é uma mera reflexão da realidade social. Ela se dá por e a partir de uma construção ou produção de uma realidade, no qual seu uso se faz como uma estratégia de poder de determinado grupo social. O passado, nesse sentido, é

¹¹² HALBWACHS, Maurice. A memória individual e memória coletiva. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 41.

¹¹³ POLLAK, Michael. Op. Cit. p. 3-15.

¹¹⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993.p. 9. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 01 Jun. 2014.

utilizado aos interesses do presente, manipulado como modelo que tem poder sobre o presente. Esse processo de construção deriva em parte pela necessidade de adaptar velhas ideias a novas circunstâncias, em parte por tensões tradicionais *versus* novas mensagens e em parte pela tentativa de encontrar soluções universais para a lógica da situação local¹¹⁵.

A identidade sobrevive ao tempo, mas não escapa à história. Entendemos, assim como Nora, que a história é sempre uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais e que nunca apreenderemos o passado em sua plenitude¹¹⁶. A história envolve o discurso e para tanto, devemos compreender de forma crítica o contexto ao qual está inserida. A história é também um campo de disputas políticas e a memória é um dos elementos que a história utiliza para construir os discursos que se estabelecem. Dessa maneira, a “narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu”¹¹⁷. A essa natureza universal e coletiva da história, contada por muitas pessoas em grande medida por via escrita e de maneira consensual é por vezes balizada pela memória e “o passado que recordo é parcialmente compartilhado com outros, boa parte dele é unicamente meu”¹¹⁸.

Sobre esse aspecto, Lowenthal, afirma que:

Assim como a memória corrobora a identidade pessoal, a história perpetua a autoconsciência coletiva. [...] De fato, o empreendimento da história é crucial à preservação social. [...], declarações coletivas sobre o passado ajudam a conservar os acordos existentes, e a difusão de todos os tipos de história, sejam eles fato ou fábula, alimenta o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e “duradouras”¹¹⁹.

Com relação à figura de D. Joaquina do Pompéu, entendemos que *a memória se passa por história*¹²⁰, colaborando para a preservação da memória dos que se identificam a ela.

¹¹⁵BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução PAULA, S. G. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005. p.130.

¹¹⁶NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

¹¹⁷LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado. *Projeto História*. n. 17. São Paulo. 1998, p. 63-201. p. 111.

¹¹⁸Ibid., p. 109.

¹¹⁹LOWENTHAL, David. Op Cit. p. 109.

¹²⁰NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...] É que esta memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação individual, pois que ela não é mais uma prática social. A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história ¹²¹.

A representação de D. Joaquina do Pompéu se passa por história, mas, no entanto, é memória. Ou seja, voluntária, intencional e vivida como uma obrigação dos tempos modernos. E, sendo então memória, um elemento de disputa política na busca pela identidade, ela se torna elemento importante na composição da história que é consensual e aceita pela maioria.

A memória sendo a representação de um grupo, é construída de forma racional sobre o passado vivido, fruto de lutas e negociações, no qual as múltiplas memórias são aceitas sem se sobrepor umas às outras. O passado ao ser utilizado mediante aos interesses do presente, faz com que o discurso da memória sobre D. Joaquina de Pompéu seja permeado pelo poder da ancestralidade, mas atualizado, moldado pelo hoje e por isso se torna vivo e atuante no território onde se localiza o município de Pompéu-MG.

Esta tentativa de (re) construção do passado dado pela memória faz com que os que se identificam com D. Joaquina do Pompéu se tornem inseridos em um contexto histórico de formação, cujo foco de origem e de identidade se localiza na figura da matriarca. Fica evidente o sentimento de pertencimento a esta *memória tomada como história*, usada comumente nos discursos políticos, nas obras de memorialistas, nos relatos orais e na própria historiografia oficial da região do Alto São Francisco de Minas Gerais.

[...] clara diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes de reflexos e a memória transformada por sua passagem na história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea ¹²².

A relação que se estabelece do passado como memória é uma relação de identidade. A dimensão histórica da contextualização do espaço é fortemente marcada pelas relações de identidade. A prática cotidiana com que todos nós estabelecemos

¹²¹ Ibid.

¹²² NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993. p. 10. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

relações uns com os outros e com o território abarcam uma carga sem fim de valores simbólicos e culturais. Nesse sentido, as relações de pertencimento estão localizadas no tempo e no espaço. Os símbolos, os valores culturais e morais, os costumes, as crenças e os mitos se manifestam no espaço, delineando territórios bem definidos. Mesmo que seja apenas no imaginário, são manifestações de poder em defesa da identidade assumida naquele momento pela sociedade.

2.2 Apresentação dos discursos da memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu

O processo de memória oficializada se enquadra como um discurso, um pensamento sistematizado com intencionalidades claras que mascaram a violência simbólica do processo de disputa e de seleção de memória. Para este processo, Pollak evidencia que se faz necessário analisar a função da memória e elege dois pontos principais: a manutenção da coesão do grupo e a defesa das fronteiras daquilo que se tem em comum¹²³.

Para o autor, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irredutíveis”¹²⁴. Ou seja, é necessário, que se forneça um “quadro de referências” no qual a memória se justifique e tenha credibilidade histórica e ainda, seja guiada a um conjunto de ideias-imagens partilhadas pelo grupo que produza (re) interpretações modernizadas que deem sentido de identidade individual e coletiva.

Por outro lado, Ricoeur afirma que:

A experiência do mundo compartilhada repousa numa comunidade tanto de tempo quanto de espaço. A originalidade desta fenomenologia da memória compartilhada reside principalmente na superposição dos graus de personalização e, inversamente, de anonimato entre os polos de um ‘nós’ autêntico e o do ‘se’ (partícula apassivadora), do ‘eles outros’. Os mundos dos predecessores e dos sucessores estendem nas duas direções do passado e do futuro, da memória e da expectativa, esses traços notáveis do viver juntos decifrados primeiro no fenômeno de contemporaneidade ¹²⁵.

¹²³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

¹²⁴ Ibid., p. 9.

¹²⁵ RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução ALAIN, F. et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p.140.

O indivíduo coletivo realiza a operacionalização da memória, através da distinção entre a memória e o indivíduo (eu), sendo, portanto, capaz de agora atribuir a memória à mim, à nós e aos outros. É por meio dessa múltipla atribuição assimétrica da memória que eu consigo conceber que o que eu vivi, é diferente do que nós vivemos e por sua vez diferente do que o outro viveu e que eu tomo para mim como sendo algo importante para constituição das minhas memórias, o que Ricoeur chama de “memória do eu, dos próximos e dos outros”¹²⁶.

O conhecimento de algo que não vivemos, só é possível acessar através da mediação que é carregada de intencionalidade e fruto de uma escolha. Palavras são palavras, monumentos são monumentos, ruas são ruas, praças são praças, e que, não fazem sentido algum se não forem pela persistência da interpretação, o esforço consciente de trazer à lembrança, esquecer ou ainda deixar de modo *subterrâneo*¹²⁷ uma memória que, quando é lembrada assume (re)significações e adições, e ainda, devem ter aderência e justificativas no passado.

Se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa”¹²⁸.

Nesse sentido, há uma ação, um trabalho em produzir discursos e objetos materiais que podem levar à memória.

2.2.1 As obras literárias de memorialistas

Destacamos a necessidade para o indivíduo coletivo de situar-se em sua ancestralidade e se projetar no futuro. É o que verificamos na obra histórico-genealógica produzida pelos memorialistas Coriolano Pinto Ribeiro e Jacinto Guimarães intitulada *Dona Joaquina do Pompéu* (1956). Os autores, ambos descendentes de D. Joaquina do Pompéu, buscam enraizar a memória sobre D. Joaquina no tempo e afirmam que não visavam o interesse monetário, mas desejavam “tão somente que a memória da insigne família de Dona Joaquina, que deu tantos e tantos varões úteis à Pátria, não se perca na voragem do passado”. Tal ponto de vista encontra receptividade em outro autor, o memorialista Deusdedith P. Ribeiro de Campos, também descendente de Dona Joaquina, que escreveu *Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente* (2003). Embora

¹²⁶ Ibid., p. 139.

¹²⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

¹²⁸ Ibid.

Deusedith Campos faça uma releitura da obra escrita em 1956 por Coriolano Pinto Ribeiro e Jacinto Guimarães propondo correções e atualizações à genealogia, reafirma a história apresentada anteriormente. Diz o autor:

Conseguimos reunir um respeitável arquivo, que será útil no futuro para outras atualizações e correções. Neste final e início de século, foi realmente de muita importância este trabalho, pois que existem ainda, membros vivos de várias gerações mais antigas, inclusive alguns trinetos de Dona Joaquina, o que possibilitou enormes correções e atualizações. Se esse trabalho não fosse realizado agora, acreditamos que seria impossível realizá-lo no futuro ¹²⁹.

Em ambas as situações de produção de discursos por meio da genealogia histórica produzidas pelos autores há uma preocupação na manutenção da coesão do grupo que descende de personalidade “tão ilustre à Pátria” e a intenção de interpretar o passado a tempo da passagem voraz do presente e até mesmo o futuro, que seriam tão devastadores para “excepcional história”.

Ainda sobre o trabalho de produzir discursos e objetos materiais que podem levar à memória, destacamos a obra literária escrita também por um descendente de D. Joaquina do Pompéu, o memorialista Agripa Vasconcelos¹³⁰, intitulada: “Sinhá Braba: Dona Joaquina”¹³¹. A obra faz parte de um conjunto de romances biográficos publicados pelo autor ainda em vida, em 1966, denominado “Saga do País das Gerais”¹³². Agripa Vasconcelos, nascido em 1900 e falecido em 1969, contribuiu para a construção de ideias e de imagens em torno da memória sobre D. Joaquina do Pompéu. Sua narrativa colaborou para a difusão do imaginário social sobre D. Joaquina não só no tempo de vida do autor, mas também nos dias atuais. Seu texto aponta para ideias em torno do desenvolvimento agropecuário de D. Joaquina, seu sucesso e poder. No romance o memorialista descreve que D. Joaquina não teria sido atraída pela febre do ouro, pois ela teria ido à Pitangui para cultivar a terra. Agripa Vasconcelos ressalta ainda que naquele período a lida na terra era indústria para os pobres, mas que mesmo assim a fazendeira teria se dedicado aos currais, pois o ouro em pó podia ser dissipado pelo vento.

¹²⁹ CAMPOS, Deusedith P. Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003.

¹³⁰ Médico e consagrado escritor mineiro, Agripa Vasconcelos nasceu em Matosinho em 1900, dedicou-se a poesia e a prosa produzindo durante sua trajetória intelectual inúmeros romances.

¹³¹ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba: romance do ciclo agropecuário nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

¹³² Seis textos compõem as Saga do País das Gerais publicadas ainda em vida do autor, são os romances históricos publicados pelas editoras Itatiaia e Villa Ricca: *Fome em Canaã*, *Sinhá Braba: D. Joaquina do Pompéu*, *A vida em flor de Dona Bêja*, *Chica-que-manda*, *Gongo-Sôco*, *Chico Rei*. Duas obras foram transformadas em novelas pela extinta Rede Manchete de Televisão: *A vida em flor de Dona Bêja* e *Chica-que-manda*, readaptadas respectivamente nas novelas *Dona Beija* (1986) e *Xica da Silva* (1996).

Complementa que todo o patrimônio de D. Joaquina do Pompéu “se constituiu a partir da criação de bois, ao escravo e à terra”¹³³. O autor ainda aponta para a importância de D. Joaquina para o fornecimento de gêneros alimentícios durante o período em que a Corte Portuguesa esteve no Brasil:

O Governador das Minas apelou para Dona Joaquina, por todos reconhecida como capas de aplacar a fome dos emigrados. A fazendeira atendeu aos aflitivos apelos do Capitão-General. Começou a suprir as goelas reinóis de carne, farinha, rapadura, milho, toucinho e feijão. Não perguntou quem pagava – mandou tropas sobre tropas para a *Capital do Reino*¹³⁴.

O memorialista salienta sobre a importância da fazenda do Pompéu, destacando-a como um celeiro de vilas mineiras, para ele, “o Pompéu tornou-se um celeiro das vilas mineiras e a carne consumida no centro provincial era de gado gordo dos seus campos”¹³⁵.

Sobre o sucesso agropecuário de D. Joaquina, Agripa Vasconcelos narra:

O latifúndio produzia, em ordem rigorosa. Os rebanhos cresciam, as roças vicejavam e davam mais do que preciso, a ponto de extravasar as benemerências da Senhora. Tudo ali ganhara o ritmo de vida que invejava a todos do sertão mineiro.

Em vez do arcabuzes, ouviam-se balidos de ovelhas, mugidos de bois curraleiros. Preferiam o covo das bateias a certeza do pastoreio. A civilização mineira teve início na beira dos rios. Os descendentes dos paulistas, nascidos nas minas, estabilizavam-se criavam raízes na terra que enriquecera os bandeirantes. A terra entrara na menopausa do fluxo do ouro.¹³⁶

Percebemos por meio da narrativa de Agripa Vasconcelos o empenho na valorização da imagem de D. Joaquina como fazendeira de sucesso na região do Centro Oeste mineiro que, mesmo com todos os atrativos financeiros da exploração mineradora escolhe dedicar-se às atividades agropecuárias, escolha que por sua vez, para o autor, foi a mais acertada, visto o declínio das explorações auríferas.

Na apresentação da obra “Sinhá Braba” o autor faz referência à importância de D. Joaquina do Pompéu, dizendo:

Parece não haver, em toda história do Brasil, lembrança de outro exemplo tão vivo do matriarcado rural. Não só pela extensão enorme das terras que teve sob seu domínio, não pelo vulto da criação das suas tantas fazendas, nem da população de escravos que nasceram e morreram a seu serviço, distinguiu-se Dona Joaquina. O

¹³³ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba*: romance do ciclo agropecuário nas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

¹³⁴ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba*: romance do ciclo agropecuário nas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ VASCONCELOS, Agripa. Op. Cit.

próprio apelido que lhe deram – Sinhá Braba – externando, ao mesmo tempo, o carinho e o temor, a amizade e o respeito dos que conviveram com ela, é bem significativo da energia com que sempre soube agir, do seu profundo senso de justiça entranhas às nossas concepções de agora ¹³⁷.

Nesse sentido, a obra do memorialista Agripa Vasconcelos corrobora com o imaginário social em torno dessa personagem como uma senhora que acumula características pessoais antagônicas, mas exemplares - carinho e o temor, a amizade e o respeito -, não só em seu tempo de vida, mas em nossos tempos e por todos que podem de alguma forma entrar em contato com o romance histórico produzido pelo autor.

Percebemos que a memória não é simplesmente um dispositivo de armazenamento de dados, mas uma (re)construção consciente de algo vivido. Memória é ação, formada a partir do “vínculo social no âmbito das relações de interações e a formação de identidades” ¹³⁸, uma prática social marcada por iniciativas intencionais e pela coerção.

2.2.2 O Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e o Museu da Cidade

À exemplo de prática social marcada por iniciativas e métodos coercitivos, temos a construção do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu. O Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu é uma reconstrução/releitura, com a utilização de objetos originais do edifício sede da fazenda do Laranjo (Figura 06), propriedade rural que pertenceu a Antônio Cândido de Campos Cordeiro, bisneto de D. Joaquina do Pompéu. A sede, datada de 1871, apesar de não ter sido construída no tempo de vida de D. Joaquina do Pompéu, é tratada por Bahia como uma “rica herança e relevante retrato da região no século XIX”¹³⁹. No site do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) encontramos a indicação da fazenda do Laranjo como uma fazenda de “rico acervo que

¹³⁷ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba: romance do ciclo agropecuário nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

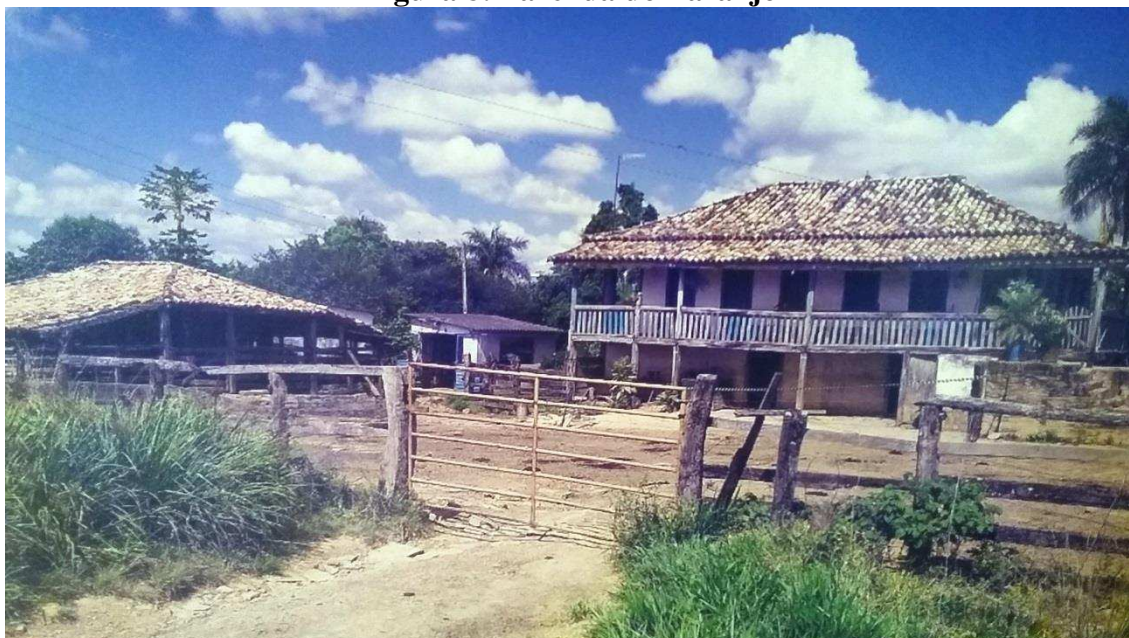
¹³⁸ RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução ALAIN, F. et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p.140.

¹³⁹ O livro organizado pelo professor e arquiteto Cláudio Lister Marques Bahia, como descrito no próprio livro é um “Registro Histórico e Documental que objetiva a análise da arquitetura da fazenda do Laranjo argumentado e motivado pelo Ministério Público de Minas Gerais, no município de Pompéu. É um estudo analítico empreendido através da investigação do edifício sede da fazenda do Laranjo como evento arquitetônico em Pompéu, no período colonial do século XIX. Visando a interpretação e compreensão do objeto – o casarão da fazenda – em sua dimensão cultural expressa na apropriação do espaço e do tempo pelo homem, o cidadão pompeano. Cf. BAHIA, Cláudio Lister Marques. (Org.). *Fazenda do Laranjo: patrimônio cultural de Pompéu*. Belo Horizonte: Roma Editora, 2012.

ilustra a história da matriarca [D. Joaquina do Pompéu], como oratórios, bengala, utensílios domésticos, dentre outros”¹⁴⁰.

A fazenda do Laranjo seria inundada em razão da construção da Usina Hidrelétrica Retiro de Baixo¹⁴¹. Entretanto, por intermédio do Ministério Público e de Ação Civil Pública proposta em 2007, conseguiu-se que as empresas responsáveis pelo empreendimento investissem na reconstrução da antiga sede da fazenda do Laranjo a partir do reaproveitamento de tudo que fosse possível da sede e das estruturas agregadas (curral, paiol e áreas calçadas) em outro local determinado na ação, no caso, na área urbana do município de Pompéu-MG.

Figura 8: Fazenda do Laranjo



Fonte: Disponível no acervo fotográfico do Museu da Cidade de Pompéu

Como justificativa para salvaguarda do bem, ou seja, pela reconstrução a partir do reaproveitamento de peças, no entendimento do Ministério Público:

a fazenda foi preservada por se tratar de bem de interesse de proteção cultural, devido ao seu valor histórico, afetivo e paisagístico. Sendo assim, tornou-se necessário o estudo e a proposição de medidas legais e técnicas a fim de assegurar e estabelecer o grau de proteção necessário ao bem cultural da fazenda do Laranjo¹⁴².

¹⁴⁰ IEPHA. *Banco de notícias*. 2013. Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1194-iephamg-apresenta-de-sinha-braba-a-grande-dama-do-sertao> > Acesso em: 18 Fev. 2016.

¹⁴¹ A Usina Hidrelétrica Retiro Baixo é um aproveitamento hidrelétrico construído no baixo curso do rio Paraopeba, Bacia do Rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompéu (MG) e próximo ao município de Felixlândia. Através do Consórcio Construtor Retiro Baixo, composto pelas empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. e Logos Engenharia S.A.

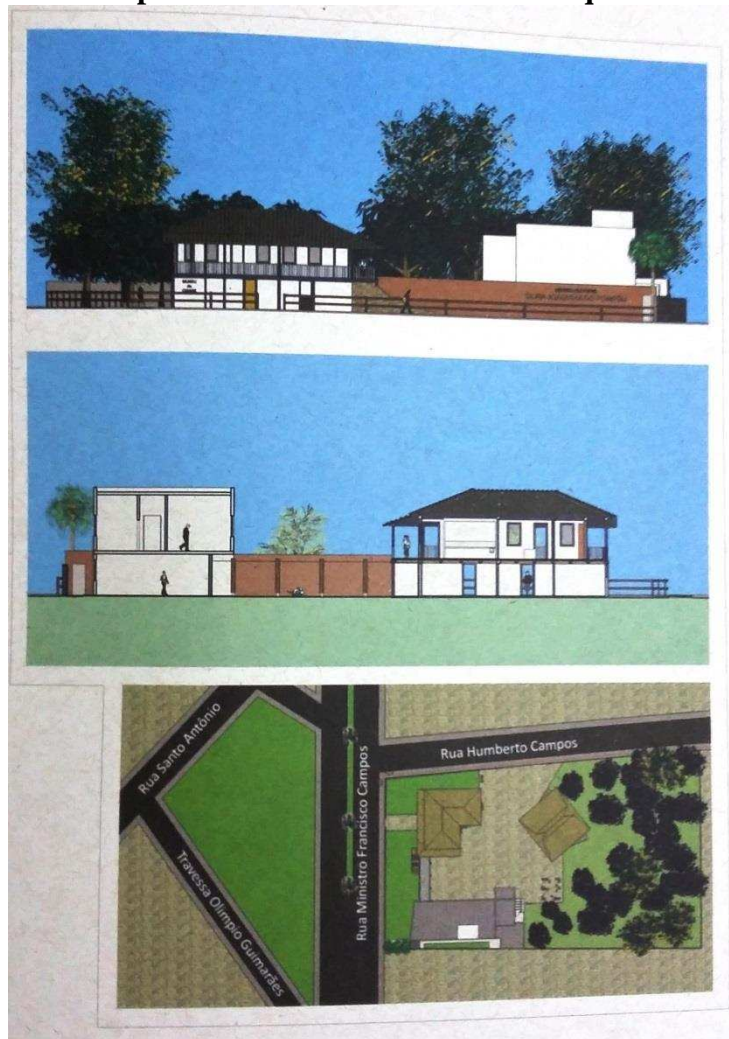
¹⁴² BAHIA, Cláudio Lister Marques. (Org.). *Fazenda do Laranjo: patrimônio cultural de Pompéu*. Belo Horizonte: Roma Editora, 2012. p. 14.

Conforme laudo técnico apresentado junto a Ação Civil Pública proposta em 2007 para salvaguarda do bem, realizado pelo historiador Cezar Moreno da Conceição Tavares, do Centro de Apoio Operacional à Promotorias de Justiça e Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanístico do Estado de Minas Gerais, deve-se considerar que a fazenda do Laranjo, em função de seu “valor Histórico e de rememoração intencional atesta a relevância desse bem cultural para uma sequência de eventos passados, que lhe dá uma importância atemporal”¹⁴³. Nesse sentido, o historiador responsável pelo laudo percebe o papel da História e da memória distintamente, entendendo a memória tal como o conceito que se adota nessa pesquisa, de que a memória é fruto de um desejo intencional de determinado grupo social.

O Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu foi inaugurado no dia 20 de agosto de 2011 e conta com um espaço que abriga três estruturas diferentes: o Museu da Cidade - réplica da fazenda do Laranjo, o Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e um espaço aberto (Figura 07).

¹⁴³ FAZENDA DO LARANJO. Disponível em: < http://issuu.com/ivanabattisti/docs/final_pdfx > Acesso em: 18 Fev 2016.

Figura 9: Complexo Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu



Fonte: Adaptado de BAHIA, Cláudio Lister Marques. (Org.). *Fazenda do Laranjo: patrimônio cultural de Pompéu*. Belo Horizonte: Roma Editora, 2012.

O Museu abriga dois pavimentos acessíveis por escada e por elevador. No primeiro pavimento, espaços de recepção, café e exposição de cultura itinerante. No segundo pavimento, há exposição de material já encontrado e identificado relacionado à fazenda do Laranjo e à D. Joaquina do Pompéu.

O Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu é, segundo Bahia, um espaço destinado à promoção, divulgação, incentivo e política cultural do município, construído para abrigar as atividades do Conselho de Cultura Municipal, Diretoria e secretaria do Centro Cultural, exposições e salas multimeios¹⁴⁴. Acessíveis por meio de escada e elevador, o primeiro pavimento abriga um hall/recepção, o espaço multimeios, copa, vestiários, área de serviços e sanitários. O segundo pavimento é composto por um mezanino, secretária/recepção, Diretoria, Conselho Municipal de Cultura, Documentação

¹⁴⁴ BAHIA, Cláudio Lister Marques. (Org.). *Fazenda do Laranjo: patrimônio cultural de Pompéu*. Belo Horizonte: Roma Editora, 2012.

e consulta, sala multimeios, copa e sanitários. A área livre é destinada às manifestações artísticas ao ar livre como danças, musicais, festivais de literatura, apresentação de peças teatrais, praça de alimentação durante eventos, entre outros fins¹⁴⁵.

Segundo Bahia, “o Centro Cultural tem como ação precípua ser guardião da memória e história pompeana, a partir da transformação da arquitetura rural da fazenda do Laranjo em um vivo objeto urbano da vida cotidiana”. Visão diferente da utilizada por nós conforme os autores que constituem a sustentação teórica utilizada para dar fundamentação conceitual à nossa pesquisa, já que percebemos o Centro Cultural não como a memória em si, ou que ele seja o “guardião” dela. O Centro Cultural é apenas um suporte por meio do qual a memória pode ou não acontecer, depende do indivíduo ou do grupo que estabelece uma relação de acesso ao passado. É preciso ter “vontade de memória”¹⁴⁶. Segundo Nora:

São lugares [de memória], com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre¹⁴⁷.

Ou seja, só há lugares de memória quando existe desejo e intensão de ser. Na fala do coordenador do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu concedida ao IEPHA, registrado no seu domínio eletrônico, sobre a construção do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu, lemos que “a memória de Dona Joaquina do Pompéu ficou perdida por muitos anos e somente agora está sendo resgatada de forma a mostrar às pessoas quem realmente foi esta dama injustiçada pelo tempo e por lendas sem fundamentos”¹⁴⁸. Percebemos na fala que, na ausência de um ponto de referência material, no caso o Centro Cultural, a memória sobre D. Joaquina do Pompéu estava “perdida”. A memória existia, porém não era acessível à todas as pessoas, pois estavam apenas na tradição oral e em

¹⁴⁵ BAHIA, Cláudio Lister Marques. (Org.). *Fazenda do Laranjo: patrimônio cultural de Pompéu*. Belo Horizonte: Roma Editora, 2012.

¹⁴⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. 1993. p. 22. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

¹⁴⁷ Ibid., p. 21-22.

¹⁴⁸ IEPHA. *Banco de notícias*. 2013. Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1194-iephamg-apresenta-de-sinha-braba-a-grande-dama-do-sertao> > Acesso em: 18 Fev. 2016.

meio escrito através de livros e artigos em jornais e revistas. Agora, com o Centro Cultural, era possível reunir o que estava “perdido” e dar acesso às pessoas a memória que se quer ter sobre D. Joaquina, como se um lugar fosse capaz de reunir memória. Concordando com a perspectiva de Nora, já discutida anteriormente, mesmo com a construção do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu a memória está ameaçada se não há um conjunto de símbolos que fazem sentido para o receptor.

Além disso, ainda discordamos sobre a utilização da palavra “perdida” quando se refere à memória sobre D. Joaquina. Acreditamos que no passado havia um interesse de memória que sinalizava para uma ligação com o modo de vida da população atrelada aos hábitos e às tradições rurais/agrárias, uma região agropecuária com profunda ligação econômica e social com a terra e as atividades associadas a ela e por isso as ideais-imagem de D. Joaquina estavam disseminadas como ícone representativo da memória desse grupo. Essa memória Nora nomeia de memória imediata¹⁴⁹.

Atualmente, embora a cidade de Pompéu ainda desenvolva atividades ligadas ao setor primário da economia, o mundo passou por diversas transformações econômicas, culturais e sociais. Na década de 1980, por exemplo, a população urbana ultrapassou a população rural, fenômeno acompanhado também em outros municípios brasileiros devido a industrialização das cidades e também a modernização do campo. A todas as transformações do mundo moderno, Nora chama de “metamorfose contemporânea” conhecido também como mundialização, democratização, massificação entre outros¹⁵⁰.

Quanto menos a memória é vivida no seu interior mais ela necessita de suportes exteriores¹⁵¹. Entendemos, portanto, que a memória não estava “perdida” como afirma o coordenador do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu, ao contrário, estava viva, impregnada no gesto, no hábito e no ofício. Por outro lado, após a sua passagem pela história, ou seja, devido a aceleração das mudanças que nos separam daquilo que fomos para aquilo que somos¹⁵², acreditamos que agora sim, há um sentimento de “perda” da

¹⁴⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. 1993. P. 21-22. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ NORA, Pierre. Op Cit.

¹⁵² Atualmente, embora a cidade de Pompéu ainda desenvolva atividades ligadas ao setor primário da economia, o mundo passou por diversas transformações econômicas, culturais e sociais. Na década de 1980, por exemplo, a população urbana ultrapassou a população rural, fenômeno acompanhado também em outros municípios brasileiros devido a industrialização das cidades e também a modernização do campo. Essas transformações do mundo moderno, Nora chama de “metamorfose contemporânea” Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. 1993. P. 21-22.

memória sobre D. Joaquina, que antes era tão presente, tem agora a necessidade de se resgatar, preservar, solidificar esta memória em espaços ou lugares que consagrem esta personagem, criando a ilusão de nada se perder, a ilusão de poder arquivar a memória.

2.2.3 Funções dos discursos da memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu

Nesse contexto contemporâneo, percebemos ser necessário refletir sobre os modos de transmissão e de construção da memória em torno de D. Joaquina do Pompéu. Memória, no entanto, sempre parcial, limitada e intencional. Nesse sentido, Claval salienta que a “família e a comunidade local constituem matrizes que asseguram a transmissão de uma parte essencial da vida social”¹⁵³.

Falando, escrevendo ou desenhando os objetos e os seres, adquire-se uma precisão maior, a certeza de poder dispor de termos cujo sentido é partilhado por todos, é também a capacidade de atribuir-lhes uma existência social.¹⁵⁴

Independente da forma como a memória é transmitida, via oral, escrita ou imagética, esse relato pode assumir usos e intenções de grande alcance remetendo até a constituição de um mito, um mito fundador das origens. “Os mitos assim apresentados convêm a situações onde os príncipes em atividade são múltiplos e definem uma sacralidade complexa e difusa”¹⁵⁵. Nem sempre é fácil distinguir uma linha de separação entre o “passado mítico e o passado real”, como afirma Huyssen, pois “o real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade”¹⁵⁶. A memória sobre D. Joaquina de Pompéu é utilizada como modelo de ação, na forma de uma narrativa fundadora, por aqueles que se identificam como herdeiros de D. Joaquina e ainda nos dias atuais detém o poder.

Sobre esse aspecto, Le Goff chama atenção para o fato de que

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da

Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

¹⁵³CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. PIMENTA, L. F; PIMENTA, M. C. A. 3º Ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.p. 119.

¹⁵⁴ Ibid., p.137.

¹⁵⁵CLAVAL, Paul. Op Cit. p. 150.

¹⁵⁶HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Trad. ALCIDES, Sérgio. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p16.

humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores¹⁵⁷.

Em seu trabalho, Noronha realiza um estudo sobre os momentos de apropriação e incorporação institucional da memória sobre D. Joaquina. Nesse ponto, nossos trabalhos se complementam. Noronha ressalta três momentos importantes na institucionalização da memória sobre D. Joaquina, ou seja, a saída da oralidade para a via escrita com intenções distintas. O primeiro desses momentos, ocorrido em 1924, iniciado por Gustavo Pena, descendente de D. Joaquina, na tentativa de reabilitar a imagem de “Dama” que haveria sido injustiçada pelas maledicências das histórias orais. O segundo, entre 1920 e 1950, período em que a imagem de D. Joaquina teria sido usada como matriz-política, na tentativa de mobilizar forças para gestão política de seus descendentes. E o terceiro, após a década de 1980 para valorizar práticas na construção de identidades históricas. Concordamos com Noronha quanto a esses momentos, mas vamos além, ao pesquisarmos sobre período diferente daquele abordado pelo autor, já que analisamos a memória institucionalizada sobre D. Joaquina no período compreendido entre a década de 1990 e o ano de 2015. Tomamos como referência a criação de leis em âmbito federal, estadual e municipal que valorizam práticas e ações relacionadas ao patrimônio cultural e a gestão descentralizada dos recursos públicos. Identificamos, portanto um quarto momento na institucionalização da memória sobre D. Joaquina, aquele que tem como função, além daquelas abordadas por Noronha, uma função econômica.

A cidade de Pompéu, emancipada de Pitangui em 18 de dezembro de 1938 por decreto do interventor do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares - também descendente de D. Joaquina do Pompéu -, foi instalada em 01 de janeiro de 1939. Até os dias de hoje, a cidade teve dezessete prefeitos municipais. Desses, apenas dois não são descendentes de D. Joaquina do Pompéu, sendo que um desses dois é um interventor da justiça eleitoral.

Tabela 1: Prefeitos Municipais de Pompéu-MG

Prefeitos municipais de Pompéu-MG que SÃO descendentes de D. Joaquina do Pompéu	Prefeitos municipais de Pompéu que NÃO são descendentes de D. Joaquina:
Francisco José da Silva Campos. (Gestão: 01/01/1939 a 26/04/1941)	Olivério Corrêa de Lacerda (1ª Gestão: 12/04/1947 a 21/10/1947) (2ª Gestão: 31/01/1971 a 30/01/1973)

¹⁵⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 535.

Dr. Ciro de Campos Cordeiro (Gestão: 26/08/1941 a 24/09/1945)	Dr. José Matinada Caldeira – interventor da justiça eleitoral (Gestão: 26/11/1945 a 24/03/1946)
José Maria Álvares da Silva (1ª Gestão: 24/09/1945 a 26/11/1945; 2ª Gestão: 24/03/1946; 3ª Gestão: 19/12/1947 a 01/01/1951)	
Dr. Francisco Procópio Lobato (Gestão: 09/01/1947 a 12/04/1947)	
Antônio Januário Sobrinho (Gestão: 21/10/1947 a 18/12/1947)	
José Maria Lobato (1ª Gestão: 01/01/1951 a 06/02/1955; 2ª Gestão: 31/01/1959 a 30/01/1963)	
Gilberto Geraldo Valadares (Gestão: 06/02/1955 a 30/01/1959)	
Levi Campos (Gestão: 31/01/1963 a 30/01/1967)	
José Carvalho Vasconcelos (Gestão: 31/01/1967 a 30/01/1971)	
Paulo Soares Maciel (1ª Gestão: 31/01/1973 a 30/01/1977; 2ª Gestão: 01/01/1983 a 31/12/1988)	
José Gilberto Carvalho (1ª Gestão: 01/01/1978 a 31/12/1982; 2ª Gestão: 01/01/1989 a 31/12/1992)	
Dr. Rondon Maciel Rocha (Gestão: 01/01/1993 a 31/12/1996)	
Joaquim Higinio de Souza Machado (1ª Gestão: 01/01/1997 a 31/12/2000; 2ª Gestão: 01/01/2005 a 19/01/2005; 3ª Gestão: 24/05/2005 a 31/12/2008)	
Francisco Luiz Cordeiro Guimarães (1ª Gestão: 01/01/2001 a 31/12/2004; 2ª Gestão: 20/01/2005 a 23/05/2005)	
Joaquim Campos Reis (1ª Gestão: 01/01/2009 a 31/12/2012; 2ª Gestão: 01/01/2013 até a atualidade)	

Fonte: Prefeitura Municipal de Pompéu

Entendemos que o discurso da memória sobre D. Joaquina é reforçado a partir da manutenção de seus descendentes frente à administração da cidade, fortalecendo sua rede de ligações como um recurso. Essa rede de relações tem como objetivo a permanência no poder estabelecendo um discurso, em forma de narrativa que funda o município, a partir de um ancestral comum representado por meio da história de D. Joaquina.

Para compreendermos esse fato, tomamos o conceito de capital social de Bourdieu. Para o autor:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação* a

um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade.¹⁵⁸

O conceito de capital social desenvolvido por Pierre Bourdieu se aplica bem a esse contexto explicitado acima, pois remete a um conjunto de recursos vinculados à um grupo. Em nosso caso, àqueles que se identificam como descendentes de D. Joaquina que são dotados de características comuns (a vinculação a um ancestral comum), unidos por ligações permanentes (as ligações de parentesco) e úteis (uma memória utilizada como história de um município para reforço da narrativa de fundação do município e manutenção de seus descendentes no poder). Essas ligações são fundamentadas em trocas materiais e simbólicas que pressupõe o reconhecimento da proximidade desse grupo. Segundo Bourdieu, o volume de capital social que o indivíduo possui depende da extensão da sua rede de relações e do seu próprio capital econômico e cultural/simbólico¹⁵⁹, que nesse caso se justifica pela extensão da família de D. Joaquina: 1) em torno de 80 mil descendentes¹⁶⁰, 2) do grande volume de posses - ela acumulou grande quantidade de imóveis, prataria, ouro em barra, móveis, veículos de transporte, títulos de dívidas de fazendeiros vizinhos e outros bens que podiam nos dias atuais, chegar a um valor aproximado de 2 bilhões de reais¹⁶¹ e 3) do elevado grau de instrução de vários de seus herdeiros - juristas, cardeais, políticos, ministros, escritores, como citado em material de divulgação da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Pompéu na administração 2009-2012 (Figura 08).

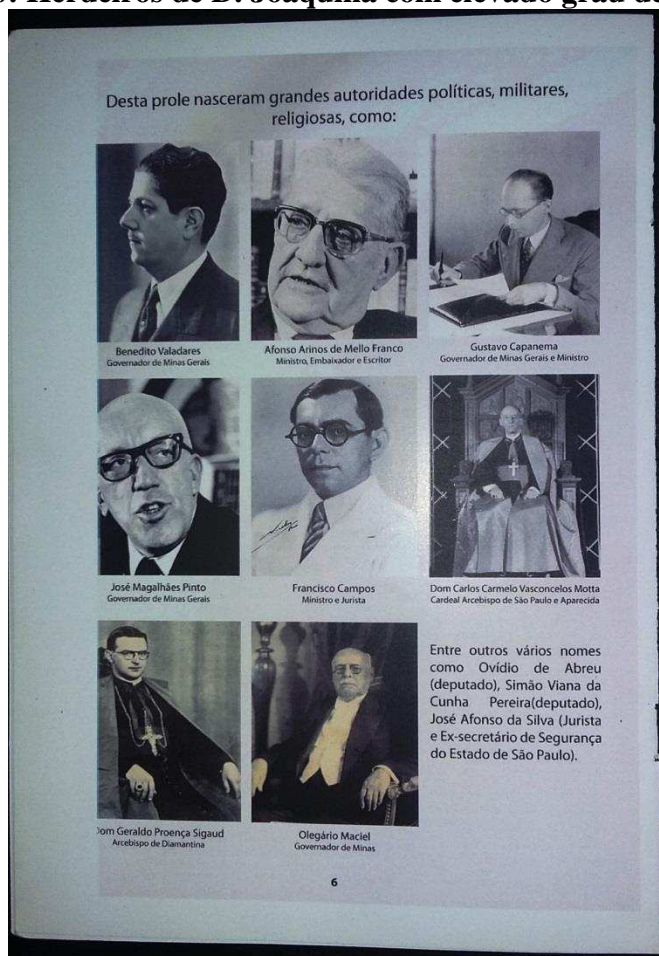
¹⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. Le capital social- notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 2-3. Trad. Catani, Denice Bárbara; Catani, Afrânio Mendes. *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 65-69. Disponível em: < <https://republicavirtual.pbworks.com/f/Capítulo+III+bourdieu.doc> > Acesso em: 17 Fev. 2016.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ Werneck, Gustavo. Conheça a história da Dama do Sertão, uma mulher à frente do seu tempo. Jornal O Estado de Minas. 2012. Disponível em: < http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/08/25/interna_gerais,313821/conheca-a-historia-da-dama-do-sertao-uma-mulher-a-frente-do-seu-tempo.shtml > Acesso em 18 Fev. 2016.

¹⁶¹ NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu*: tramas e memórias nos sertões do São Francisco. Uberlândia: EDUFU, 2007.

Figura 10: Herdeiros de D. Joaquina com elevado grau de instrução



Fonte: Material público de divulgação da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Pompéu na administração 2009-2012.

A figura 08 evidencia as autoridades políticas, militares e religiosas que são descendentes de D. Joaquina. O material público de divulgação da Secretaria de Cultura e Turismo de Pompéu cita-os como exemplos de personalidade que se destacaram na história assim como D. Joaquina, mas que se destacariam por caminhos diferentes aos traçados por ela. Não estavam à frente de negócios agropecuários e sim à frente de posições políticas bem consolidadas e de prestígio social. Nesse sentido, confirma ainda no século XXI a referência ao imaginário sobre D. Joaquina como matriz-política¹⁶² ou pelo menos o desejo claro que seus descendentes se inspirem nessa prole ilustre.

A evocação da memória de Joaquina funciona, como elemento simbólico importante para unificação das famílias em verdadeiras teias para a manutenção do poder – nesse sentido é um elemento agregador – e, através da evocação de suas características sempre atualizadas funciona para *educar* novos políticos e orientar a prática política.¹⁶³

¹⁶² NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 249

Outro fato que aponta para as funções da memória de D. Joaquina é por meio do projeto enviado ao Ministério da Cultura para o exercício do carnaval do ano de 2015 pela empresa privada Central dos Ingressos Promoções e Eventos Ltda – EPP¹⁶⁴. Esse projeto justifica o recebimento de financiamento para o carnaval a ser realizado a “imensa importância histórica para o país e para Pompéu” de D. Joaquina, nomeando o palco e a tenda principal de “Palco e Tenda D. Joaquina do Pompéu”. O texto do projeto dá destaque para a prole que descende da matriarca afirmando que:

Desta prole nasceram grandes autoridades políticas, militares, religiosas; Martinho Campos (Ministro do Império e Presidente da Província do Rio de Janeiro), Gastão da Cunha (Embaixador) Benedito Valadares (governador de Minas Gerais), Afonso Arinos de Mello Franco (Ministro, embaixador e político), Ovídio de Abreu (deputado), Simão Viana da Cunha Pereira (deputado), Francisco Campos (ministro da Justiça e jurista), Dom Geraldo Proença Sigaud (Arcebispo de Diamantina), Paulo Campos Guimarães (Deputado, diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais), Agripa Vasconcelos (médico, escritor e romancista), Alfredo Campos (Senador da República), Ariosvaldo de Campos Pires (Jurista), Dr. Carlos Eloy Carvalho Guimarães (Deputado e ex-presidente da CEMIG), Dr. José Afonso da Silva (Jurista), Padre Marcelo Rossi, Paula Fernandes, Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli, dentre outros vários nomes que ilustram nossa História em vários cenários de atuação.

Dessa vez, temos a valorização da prole ilustre de D. Joaquina não em material público de divulgação municipal, mas em um evento privado que usa a memória sobre D. Joaquina como justificativa para financiamento do evento público junto ao Ministério da Cultura. Percebemos nesse momento, além de uma intenção de mobilização política de inspiração em descendentes ilustres, a valorização econômica da memória sobre D. Joaquina do Pompéu. O projeto se valeu da memória sobre D. Joaquina utilizada como narrativa oficial de fundação do município para justificar e dar relevância histórica junto ao Ministério da Cultura para aprovação do projeto e o recebimento de recursos¹⁶⁵.

Ainda sobre o carnaval, no ano de 2015 foi realizado pela primeira vez o “Bloco da Joaquina”, criação de um grupo de amigos envolvido com questões culturais no município de Pompéu que, saudosos dos carnavais mais antigos e se aproveitando da popularidade do carnaval atual de Pompéu, criaram um bloco carnavalesco cujo objetivo, segundo os organizadores, é reunir amigos embalados por músicas de percussão, serestas e marchinhas de carnaval. O bloco acontece aos sábados e para participar basta adquirir uma camisa ao custo médio de cinquenta reais. O nome foi escolhido por meio de votação

¹⁶⁴ A empresa já realiza um carnaval privado/particular em Pompéu totalmente pago, propôs ao Ministério da Cultura a realização de um evento paralelo ao já realizado para que atingisse o público que não pudesse pagar as entradas que tem um valor de R\$200,00 a R\$1.000,00.

¹⁶⁵ O projeto foi aprovado, sendo financiado pelo Ministério da Cultura um valor de R\$ 3.200.200,00.

entre os amigos. No entanto, além da designação do Bloco, durante a ocorrência da festividade nenhuma outra menção é feita à Dona Joaquina. Em 2015, o Bloco contou com um público de 112 pessoas e em 2016 foram 250 pessoas. O Bloco se concentra na Praça Carlos Leonardo Campos e sai em desfile pela cidade até o Restaurante Paiol Mineiro onde há a apresentação de grupos musicais.

Podemos notar nesse processo a apropriação e a criação da marca “D. Joaquina do Pompéu”, utilizada para os mais diversos fins, como por exemplo, a captação de recursos públicos para o desenvolvimento de projetos culturais - elabora-se projetos em que a memória sobre D. Joaquina se enquadra como justificativa -, ou mesmo empreendimentos particulares, tendo em vista às oportunidades de mercado, atreladas ao reconhecimento da memória sobre D. Joaquina do Pompéu ao recente mercado cultural que valoriza e apoia atividades que preservem e divulguem história local.¹⁶⁶

Para Bourdieu:

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um "dado social", constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (representado, no caso do grupo familiar, pela definição *genealógica* das relações de parentesco que é característica de uma formação social), mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos¹⁶⁷.

O estabelecimento de uma rede de ligações não se dá de forma espontânea, pelo simples fato de parentesco, mas por desejo intencional, como parte de uma estratégia de investimento em relações sociais que podem ser utilizáveis no presente e no futuro. A

¹⁶⁶ A Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010 instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC voltado, segundo o próprio texto da lei, ao estabelecimento de princípios, objetivos, políticas, diretrizes e metas para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais, inclusive aquelas até então desconsideradas pela ação do Estado no País. Tendo como princípios do PNC de nosso interesse particular neste contexto, destacamos: o “direito de todos à arte e à cultura”; o “direito à memória e às tradições”; “a valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável”; e a “colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura”. Dentre os objetivos do PNC que também nos interessam, estão: o de “reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira”; “de proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial”; “promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções”; “universalizar o acesso à arte e à cultura”; “estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional”; “estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos”; e “desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais”.

¹⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. Le capital social- notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 2-3. Trad. Catani, Denice Bárbara; Catani, Afrânio Mendes. *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 65-69. Disponível em: < <https://republicavirtual.pbworks.com/f/Capitulo+III+bourdieu.doc> > Acesso em: 17 Fev. 2016.

memória sobre D. Joaquina é utilizada como um recurso importante para compor a história do município e o reconhecimento do grupo pelos outros e por eles mesmos. Essa rede de relações sociais é alcançada graças “à alquimia da troca”¹⁶⁸ (palavras, presentes, valores, etc) que estabelece comunicação e assim, supõe e produz o conhecimento e o reconhecimento mútuos. Para Bourdieu, a “troca transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento”¹⁶⁹. À exemplo, cita-se o material de divulgação da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Pompéu na administração 2009-2012. Na capa, o título evidencia a tradição de grandes feitos históricos, artísticos, culturais e econômicos por aqueles que nasceram nas terras que pertenciam à D. Joaquina ilustrando o imaginário social que se quer fazer que seja compartilhado pela sociedade pompeana.

Figura 11: Capa do material de divulgação da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Pompéu na administração 2009-2012.



Fonte: material público de divulgação da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Pompéu na administração 2009-2012.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. Op Cit.

Há um visível esforço de seus descendentes frente à administração pública na manutenção e na valorização do capital social herdado. Reabilitando e dignificando não só a imagem de D. Joaquina, como também de seus descendentes ilustres e ainda, marcando os demais descendentes pela tradição de “gente que faz”, gente de atitude e empreendedorismo. Bourdieu afirma que:

O rendimento desse trabalho de acumulação e manutenção do capital social é tanto maior quanto mais importante for esse capital, sendo que o limite é representado pelos detentores de um capital social herdado, simbolizado por um sobrenome importante, que não têm que "relacionar-se" com todos os seus "conhecidos", que são conhecidos por mais pessoas do que as que conhecem e que, sendo procurados por seu capital social, e tendo valor porque "conhecidos" (c.f. "eu o conheci bem"), estão em condição de transformar todas as relações circunstanciais em ligações duráveis ¹⁷⁰.

Dado o trabalho de D. Joaquina em estabelecer uma rede de relações econômicas e sociais em seu tempo (meados do século XVIII e XIX) para administração da fazenda, o seu sobrenome já era reconhecido. Para seus descendentes, detentores de capital social herdado, couberam a manutenção dessa rede de ligações sociais duráveis ao longo do tempo, até o século XXI. Por meio, por exemplo, do exercício do poder municipal, do esforço de seus descendentes em contar e dignificar a sua história através de genealogias, de romances e de artigos publicados em jornais e revistas. Percebemos no século XXI a confluência dos três momentos de institucionalização da memória levantados por Noronha: dignificação da imagem, matriz-política e identidade histórica, e agora, com a realização dessa pesquisa um novo momento, o de valorização econômica, que acompanha a distribuição de recursos financeiros tendo em vista as oportunidades do mercado de apropriação cultural.

Antes de adentrar nesse novo impulso de memória, é importante salientar que não consideramos estes "momentos" desconexos no tempo e nem que eles tenham chegado ao fim de sua duração em algum momento. Em diferentes intensidades, observamos ainda nos dias atuais a confluência e ressignificações desses momentos de acordo com os interesses do presente em dar continuidade ao passado.

Destacamos a memória sobre D. Joaquina em seu viés econômico, apontado por vezes no material produzido tanto de forma pública como de forma particular. A palavra "empreendedor" ¹⁷¹ é repetitiva quando se analisa os discursos da memória sobre D. Joaquina, como por exemplo, em materiais de divulgação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Pompéu, em materiais de divulgação de patrocínio particular de empresas de Pompéu, em vídeos produzidos de forma acadêmica e também na forma de programas de televisão, e em entrevistas realizadas com memorialistas da cidade que destacam e valorizam o empreendedorismo de D. Joaquina e da gente de Pompéu.

¹⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. Le capital social- notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 2-3. Trad. Catani, Denice Bárbara; Catani, Afrânio Mendes. *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2ª edição. pp. 65-69. Disponível em: < <https://republicavirtual.pbworks.com/f/Capítulo+III+bourdieu.doc> > Acesso em: 17 Fev. 2016.

¹⁷¹ A palavra empreendedor (*entrepreneur*) tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo de novo.

Sobre as entrevistas realizadas com memorialistas da cidade, durante a realização da pesquisa algumas pessoas foram apontadas como referência à memória sobre D. Joaquina do Pompéu. E nesse sentido, foi realizada uma entrevista semiestruturada individual com cinco memorialistas e também uma entrevista semiestruturada com um grupo de oito memorialistas. Chamamos de memorialistas aqueles que escrevem, normalmente, sobre a história de suas cidades, pautados por uma perspectiva descritiva e factual. Muitas vezes sem a devida crítica dos documentos, sustentando-se também em fatos memoriais. Em razão da confidencialidade das entrevistas propostas ao Comitê de Ética que rege esta pesquisa os memorialistas serão identificados por iniciais que fazem referência aos seus nomes. Quanto à entrevista realizada em grupo, seguimos uma metodologia sugerida pelos próprios entrevistados que se sentiram mais confortáveis dessa maneira. Como as falas surgiram sem respeitar ordem, de acordo com a vontade dos entrevistados consideramos de maneira geral que houve consenso nas opiniões relatadas, entretanto quando as opiniões se divergirem dentro do próprio grupo relataremos na fala o que não houver consenso.

Ao questionar nas entrevistas sobre quem foi D. Joaquina do Pompéu, consideramos importante ressaltar algumas ideias-imagens que aparecem:

Para CVF, “foi uma heroína”¹⁷²;

Para FCM, “foi uma grande empreendedora da época. Dona de milhares de hectares de terras que abrangia hoje o que seria Pompéu, Pitangui até Para de Minas, se não me engano. Então era uma fazendeira da época, que pelo contexto, final do século XVIII/XIX, tinha muitos escravos, criação de gado. Uma fazendeira que com a morte do marido toma conta da fazenda, um grande feudo, uma grande fazenda. Ela era a administradora destas terras”¹⁷³;

Para o GRU, “Ela era uma mulher famosa, parece que era poderosa”¹⁷⁴,

Para TRE “Essa dona Joaquina é uma pessoa que o povo fala muito bem dela, mas nos sabemos aqui que tem muita gente que fala mal dela. Boazinha ela não era não. Todos que comentaram comigo, os velhos aqui só falam ruim. Nunca ouvi ninguém falar coisa boa não”¹⁷⁵;

Para HCV “foi uma mulher das mais importantes da história do Brasil, embora eu figure como descendente, se nós analisarmos tudo que ela representou, tudo que ela fez, foi uma mulher à frente do seu tempo, uma mulher empreendedora, uma mulher que não teve medo em defender o que ela acreditava, defender a sua família, o seu ideal, numa época que ainda está sob investigação no Centro Oeste mineiro. Uma mulher comum nos padrões atuais mas que na época se destacou. Essa é D. Joaquina, muito além das lendas, das ditas “maldades”, da excessiva bondade que alguns também falam, uma mulher simples mas cidadã que soube demonstrar no seu tempo, o seu sentimento e a sua alma”¹⁷⁶;

¹⁷² Entrevista de CVF. Duração: 35 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu-MG. (Grifo nosso)

¹⁷³ Entrevista de FCM. Duração: 42 minutos. Data: 11 Mar. 2016. Viçosa-MG. (Grifo nosso)

¹⁷⁴ Entrevista de GRU. Duração: 56 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu Velho-MG. (Grifo nosso)

¹⁷⁵ Entrevista de TRE. Duração: 1 hora e 10 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu Velho-MG (Grifo nosso)

¹⁷⁶ Entrevista de HCV. Duração: 1 hora e 17 minutos. Data: 29 Jan. 2016. Pompéu-MG. (Grifo nosso)

Para JCR “Foi uma das mulheres mais empreendedoras do Brasil e talvez do mundo. Se for analisado a condução de seus negócios há mais de 200 anos, na condição social que a mulher tinha naquele momento, mulher nem votar votava, tinha mais de mil escravos, uma pessoa que fez uma gestão. Naquele época foi uma coisa incrível. Então ela foi extremamente empreendedora, uma mulher extremamente importante para Pompéu, mas foi importante também para Minas Gerais e pro Brasil.”¹⁷⁷

As ideias-imagens apresentadas nas falas dos memorialistas nos mostram uma memória sobre D. Joaquina que tem como guias a figura de mulher, o poder, o empreendedorismo e a dicotomia entre o bem e o mal. A memória sobre D. Joaquina do Pompéu não é algo dado por si, ela possui forma e função na manutenção da coesão do grupo e na defesa e organização dos elementos que constituem as fronteiras políticas e simbólicas do território que se tem em comum.

O novo impulso de memória institucionalizada sobre D. Joaquina na década de 1990 a 2015 tem, portanto, mais uma conotação: a econômica. Percebemos que há interesse tanto público como privado na valorização do que chamamos de “marca D. Joaquina do Pompéu” afim de que se alcance desenvolvimento econômico para o município e também que seus descendentes se espelhem na atitude empreendedora que D. Joaquina tivera, lançando-se para um mercado de riscos mas que no entanto pode oferecer retorno financeiro vantajoso.

Ao tomar a memória de D. Joaquina do Pompéu como objeto de análise, o que se pretendeu foi evidenciar que ela é construída socialmente e não pode ser considerada somente na sua espontaneidade, existem graus de espontaneidade e de intencionalidade, memória é ação. A memória não pode ser considerada apenas como forma de coesão natural de um grupo, ela é uma manifestação de poder e na disputa há relações de forças, negociações e escolhas. É um conjunto de esquecimento e de lembrança, também em diferentes níveis, há lembranças que permanecem em um estado subterrâneo, pois existem razões para não virem à tona. Deve ter aderência com o passado e é um importante elemento que constitui a história.

¹⁷⁷ Entrevista de JCR. Duração: 32 minutos. Data: 21 Jan. 2016. Pompéu-MG. (Grifo nosso)

CAPÍTULO 3

OS USOS DADOS À MEMÓRIA SOBRE DONA JOAQUINA DO POMPÉU

A fim de problematizarmos o uso dado à memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompeu no tempo presente e como a sociedade pompeana efetuou determinada recuperação do passado, voltamos nossa análise para o trabalho de campo no Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e no Museu da Cidade de Pompéu. Além do trabalho de campo, focamos nossa atenção na análise dos Planos de Inventário para Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG, nas celebrações em comemoração ao aniversário de nascimento de D. Joaquina do Pompéu e nos discursos presentes nas entrevistas realizadas com os memorialistas da cidade. Nesse capítulo, temos como objetivo examinar o uso que se faz da memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu a partir dos procedimentos e ações tomados pelos poderes públicos. Deslocamos nossa análise para os processos de apropriação e de institucionalização da memória sobre D. Joaquina, e para os discursos que se constituem sobre a memória. Para Todorov,

se impone una primera distinción: la que hay entre la *recuperación* del pasado y su utilización subsiguiente. Puesto que es esencial constatar que ningún automatismo vincula ambos gestos: la exigencia de recuperar el pasado, de recordarlo, no nos dice todavía cuál será el uso que se hará de él; cada uno de ambos actos tiene sus propias características y paradojas¹⁷⁸.

Percebemos, portanto, uma distinção entre o que se recupera do passado e o uso que se dá à memória. É evidente o caráter específico (singular¹⁷⁹) da memória sobre D. Joaquina, sua importância no seu tempo e a persistência de sua lembrança mesmo passado mais de dois séculos. Por outro lado, é importante considerar também, o caráter de seleção da memória, sempre intencional, fruto do desejo de um grupo, em que algo é esquecido, algo conservado. Lembrar por lembrar não engrandece à memória, recuperar o passado de documentos, criar monumentos, proteger e salvaguardar móveis e imóveis não fazem sentido algum se não servirem à sociedade.

O que pretendemos verificar é como a memória institucionalizada sobre D. Joaquina vem sendo utilizada. Nesse sentido, buscamos questionar a escolha dos objetos materiais utilizados como suporte para evocação dessa memória, a constituição dos discursos que validam a permanência de uma memória viva e as etapas de difusão social, afim de tomar a memória, por ela mesma, como um objeto de história

¹⁷⁸ Cf TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 Nov. 2014.

¹⁷⁹ Nora, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. 1993. p. 10. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 01 Jun. 2014.

possível. Como afirma Nora, “interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais reconhecer como seu único portador”.¹⁸⁰

3.1 Planos de Inventário para Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG

Cabe ao IEPHA, desde 1995, a elaboração das normas e as formas de distribuição do ICMS Patrimônio Cultural. Exige-se, portanto, dos municípios que pleiteiam parcela dos recursos destinados a este fim, que entreguem anualmente documentos que comprovem ações que visem a proteção do patrimônio municipal local. Na tabela 02 pode ser observado a evolução dos critérios elaborados pelo IEPHA para pontuação no ICMS Patrimônio Cultural.

Tabela 2: Quadro Resoluções e Deliberações Normativas (1996-2012)

Resoluções/ Deliberações	Exercício	Critérios de Pontuação
Resolução 01/96	1997 e 1998	1. PCL 2. Tombamento Informações sobre cada bem tombado em nível municipal
Resolução 01/97	1999	1. PCL 2. Tombamento Dossiês de tombamento em nível municipal
Resolução 01/97	2000 e 2001	1. PCL 2. Inventário Fichas de inventário 3. Tombamento Dossiês de tombamento em nível municipal Laudos técnicos
Resolução 01/2000	2002	1. PCL 2. Inventário Fichas de inventário 3. Tombamento Dossiês de tombamento em nível municipal Laudos técnicos 4. Ações de proteção e investimentos
Deliberação 01/2002	2003	1. PCL 2. Inventário Plano de inventário 3. Tombamento Dossiês de tombamento em nível municipal Laudos técnicos 4. Ações de proteção e investimentos
Deliberação	2004 e 2005	1. PCL

¹⁸⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993. p. 10. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

02/2002		<p>Educação Patrimonial</p> <p>2. Inventário Plano de inventário ou cumprimento do plano</p> <p>3. Tombamento Dossiês de tombamento em nível municipal Laudos técnicos</p> <p>4. Ações de proteção e investimentos</p>
Deliberação 01/2004	2006	<p>1. PCL Projeto de Educação Patrimonial</p> <p>2. Inventário Plano de inventário ou cumprimento do plano</p> <p>3. Tombamento Dossiês de tombamento em nível municipal Laudos técnicos</p> <p>4. Ações de proteção e investimentos</p>
Deliberação 01/2005	2007 a 2009	<p>1. PCL Projeto de Educação Patrimonial</p> <p>2. Inventário Plano de inventário ou cumprimento do plano</p> <p>3. Tombamento Dossiês de tombamento em nível municipal Complementação de dossiê de tombamento em nível municipal Laudos técnicos Relatórios de vistoria em bens tombados em nível estadual e federal – Revogado em 17/11/2006 pelo Iepha/MG</p> <p>4. Ações de proteção e investimentos</p>
Deliberação 01/2009	2010 a 2012	<p>1. PCL Existência de Planejamento e de Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações (PCL)</p> <p>2. Inventário Plano de inventário ou cumprimento do plano</p> <p>3. Tombamento Processos de tombamento Laudos técnicos</p> <p>4. Investimentos</p> <p>5. Educação Patrimonial</p> <p>6. Registro Bem Imaterial</p>

		7. Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FU)
Deliberação 01/2011	2013	1. PCL Existência de Planejamento e de Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações (PCL) 2. Inventário Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural (INV) 3. Tombamento Processos de Tombamento Laudos técnicos 4. Investimentos 5. Educação Patrimonial 6. Registro de Bens Imateriais 7. Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FU mun.)
Deliberação 02/2012	2014 e 2015	1. PCL Existência de Planejamento e de Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações (PCL) 2. Inventário Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural (INV) 3. Tombamento Processos de Tombamento Laudos técnicos 4. Investimentos Investimentos Financeiros com recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em Bens Culturais Protegidos (FU) 5. Educação Patrimonial 6. Registros de Bens Imateriais

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG, 2008); Deliberação Normativa 01/2009; Deliberação Normativa 01/2011 e 02/2012. Apud in. BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In. Seminário sobre Economia Mineira. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

No período compreendido entre 1995 e 2003 o IEPHA estabelece como critérios obrigatórios para obtenção de pontuação no ICMS Patrimônio Cultural, os tombamentos¹⁸¹ e a Política Cultural

¹⁸¹ Os tombamentos seriam analisados em relação às categorias: núcleo histórico, conjunto paisagístico, bens imóveis, bens móveis. Com relação ao primeiro atributo, são analisados o número de tombamentos dos municípios nos âmbitos federal, estadual e municipal, e a categoria à qual pertencem. A pontuação varia em relação à origem do tombamento (federal, estadual e municipal); características destes tombamentos quanto ao número de domicílios dos núcleos históricos; área dos conjuntos urbanos ou paisagísticos; e número de unidades dos bens móveis e imóveis. Cf. BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em

Local (PCL)¹⁸². A partir do exercício de 2003 os Planos de Inventário passam a ser exigidos obrigatoriamente para efeito de pontuação no ICMS Patrimônio Cultural¹⁸³ possibilitando a caracterização da área onde se encontra o bem inventariado, a localização e a descrição histórica do bem, e por fim, as manifestações culturais locais¹⁸⁴.

A nossa análise tem como ponto de partida a seleção de bens culturais inventariados através dos Planos de Inventário realizados no município de Pompéu/MG¹⁸⁵. Segundo definição dada nos Planos de Inventário para Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG¹⁸⁶, o inventário é um instrumento de proteção da cultura local conforme previsto no artigo 216¹⁸⁷ da Constituição Federal Brasileira de 1988. De acordo com Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG, para o exercício de 2015, os planos de inventário devem ser utilizados “para a identificação e atribuição de valor cultural a um determinado contexto social ou ambiental, com vistas à preservação de sua natureza material e à manutenção da sua manifestação imaterial”.¹⁸⁸ E, segundo o Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu- Minas Gerais, para o exercício de 2008, o inventário deve ser “um instrumento de orientação às ações do poder público e das comunidades para implementação da política cultural local, bem como às ações de preservação nas esferas estadual e federal”.¹⁸⁹ Portanto, a ideia comum presente nas descrições dos Planos de Inventário realizados na cidade de Pompéu versa em torno de práticas que valorizem da cultura local como política de administração municipal por meio da preservação material de bens e também de manifestações culturais.

Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In. Seminário sobre Economia Mineira. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

¹⁸² Relaciona-se à estruturação institucional do município para desenvolver ações de proteção ao seu patrimônio. o IEPHA definiu parâmetros organizacionais e de atuação para uma política cultural local que se caracteriza por: criação de órgãos técnicos executivos; adoção de legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural; constituição de conselhos municipais de patrimônio cultural; e comprovação de sua atuação. BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In. Seminário sobre Economia Mineira. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

¹⁸³ O somatório da pontuação de cada um dos atributos estabelecidos pelo IEPHA define o Índice de Patrimônio Cultural (PPC) municipal, que é dado pela relação percentual entre o somatório das notas do município e o somatório das notas do conjunto de municípios. Cf. BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. Op. Cit.

¹⁸⁴ BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. Op. Cit.

¹⁸⁵ Ver em anexo III.

¹⁸⁶ Em 2008: REDE CIDADE. *Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu- Minas Gerais: exercício 2008/pasta II*. Belo Horizonte. 2007.

Em 2015: REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013.

¹⁸⁷ Ver em anexo IV.

¹⁸⁸ REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013.

¹⁸⁹ REDE CIDADE. *Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu- Minas Gerais: exercício 2008/pasta II*. Belo Horizonte. 2007.

A elaboração dos Planos de Inventário para Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG se fundamenta na confluência de duas vertentes: os saberes tecnocientíficos, chamado de “o olhar externo do pesquisador” e a tradição popular identificada no texto como a “atribuição de valores simbólicos e afetivos realizado pela comunidade e diretamente associados à historiografia local, o ‘olhar interno’”. Foi destacado um trabalho de “colaboração” entre a sociedade local e os pesquisadores e ainda, a “perspectiva pendular local x global”¹⁹⁰.

O primeiro Plano de Inventário de Pompéu realizado em 2001 para o exercício em 2003 pela empresa “Rede Cidade” que aponta como objetivo direto da preservação do patrimônio cultural a “continuidade física do patrimônio edificado histórico ou ambiental, das coleções artísticas e dos mobiliários, dos jardins e parques históricos, dos arquivos de interesse histórico, dos usos, costumes e manifestações culturais”. No primeiro plano de inventário realizado no município já se aponta como patrimônio cultural os usos, costumes e manifestações culturais como importantes fontes de preservação. Entretanto, no relatório de bens a serem inventariados naquele ano se encontram cinquenta e oito patrimônios edificados (Estruturas arquitetônicas e urbanísticas) e oito coleções artísticas e mobiliário (Bens Móveis Integrados e Arquivos), não relatando nenhum uso, costume ou manifestação cultural.

No ano de 2002 e 2003 foi realizado o IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural pelo Departamento de Cultura do Município de Pompéu que reuniu bens a serem inventariados pelo município para o exercício de 2004. Na contextualização histórica do município o inventário traz a figura de D. Joaquina do Pompéu, apontando para o fato de que “a história do município está intimamente ligada à figura matriarcal de Dona Joaquina por ter sido ela pioneira no desenvolvimento da região”¹⁹¹. Nesse sentido, o texto do inventário sinaliza que para a proteção legal de bens móveis e imóveis, no que tange à sua valorização histórica, o bem deve estar ligado de algum modo à origem do município, que para os realizadores do Plano de Inventário está ligada à memória sobre D. Joaquina.

Durante os anos de 2005 e 2006, não foram realizados relatórios ou planos de inventariamento. Segundo Isabella Biondini, Flávio Carsalade e Mônica Starling a não participação anual de alguns municípios se deve ao fato das eleições municipais e também das maiores exigências e demandas

¹⁹⁰ REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013.

¹⁹¹ PREFEITURAL MUNICIPAL DE POMPEU. *IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Pompéu/MG. 2003.

quanto à comprovação das ações de proteção ao patrimônio cultural que devem ser desenvolvidas pelos municípios mineiros ¹⁹².

O Plano de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município Pompéu voltou a ser realizado no ano de 2007, para efeito de exercício no ano 2008. A partir dessa data, anualmente o plano é realizado e executado conforme exigências do Governo do Estado de Minas Gerais para pontuação no chamado ICMS Patrimônio Cultural¹⁹³, política pública estadual de fomento à cultura que prevê o repasse da arrecadação de impostos ao município que investe na preservação do seu patrimônio cultural. Nesse caso a preservação e a proteção de bens que contam a história de seu município e seu povo. Nota-se nos bens inventariados a preocupação em justificar sua importância a partir do estabelecimento de algum tipo de ligação com a memória sobre D. Joaquina ou a algum de seus descendentes. Entre as justificativas encontradas nas fichas de inventário podemos destacar os seguintes aspectos:

Histórico: o cemitério dos escravos localizado na fazenda do Pompéu Velho foi o cemitério dos escravos da fazenda de D. Joaquina ¹⁹⁴.

Histórico: a fazenda São Miguel foi construída em 1853, pelo Capital Félix, filho da D. Joaquina. Era uma fazenda de engenho. O engenho foi construído em junho de 1864, pouco depois do final da construção da sede da fazenda. A fazenda provavelmente era habitada também por escravos, mas, não existe próximo à sede nenhuma construção que indicasse as condições dos mesmos, a não ser o porão da casa ¹⁹⁵.

contam que outro morador desta residência foi ‘Capitão Olímpio Cordeiro Maciel’, bisneto de Dona Joaquina, que no tempo do Império recebeu a Comenda de Capitão da Guarda Nacional ¹⁹⁶.

Aproximadamente em 2002, na administração do então Prefeito Francisco Luís Cordeiro, foi colocado na praça um busto da principal personalidade da cidade, Dona Joaquina Maria Bernarda

¹⁹² BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In. Seminário sobre Economia Mineira. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

¹⁹³ “A legislação brasileira determina que 25% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado pelo Estado seja repassado aos municípios. Em Minas Gerais, a legislação incluiu, entre os critérios para distribuição do imposto, os investimentos realizados na preservação do patrimônio cultural. Com a implantação do ICMS Patrimônio Cultural - iniciativa pioneira e única no país - o Iepha/MG elabora e analisa os critérios para o repasse dos recursos, além de prestar assessoria aos municípios mineiros para que, juntos, estabeleçam e implantem uma política de preservação do patrimônio cultural adequada às características de cada comunidade. O Instituto busca, assim, atingir maior abrangência e a descentralização ampla da proteção do patrimônio de Minas, compartilhando com a sociedade a preservação do seu acervo. Já existem centenas de conselhos municipais de patrimônio cultural em funcionamento no Estado, que seguem a metodologia adotada pelo Iepha/MG. Além disso, o programa proporcionou ao Instituto a criação de um grande banco de dados com informações históricas e arquitetônicas, fotografias e plantas sobre milhares de bens culturais tombados ou inventariados em nível municipal.” Cf. IEPHA. Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-acoas/municipalizacao-do-patrimonio-cultural> > Acesso em: 18. Fev. 2016.

¹⁹⁴ PREFEITURAL MUNICIPAL DE POMPEU. *IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Pompéu/MG. 2003.

¹⁹⁵ PREFEITURAL MUNICIPAL DE POMPEU. *IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Pompéu/MG. 2003.

¹⁹⁶ REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2009 - quadro II*. Belo Horizonte-MG. 2008.

da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, casada com Capitão Militar e Capitão do Mato Inácio de Oliveira Campos. Dona Joaquina, nascida em 1752 e falecida em 1824, acumulou uma imensa riqueza; ela era dona de quase todas as terras da região. Em 1808 ela foi a principal fornecedora de carne para a recém-chegada corte Portuguesa, que veio fugida para o Brasil das invasões napoleônicas. Com este ato de recepção, ela ganhou imenso prestígio entre os novos habitantes, desfrutando de benefícios, recebendo boa quantidade de sesmaria e tornando-se ainda mais poderosa. A sua influência foi tamanha e vários de seus descendentes seguiram a carreira política, como Gustavo Capanema, Francisco Luiz da Silva Campos, Afonso Arinos e Roberto Campos ¹⁹⁷.

Histórico: a cama dossel pertenceu ao sobrado que foi a leilão de Dona Joaquina, mas de lá saiu muito antes, sendo levada para fazenda das Porteiras, que na época pertencia a um neto de Dona Joaquina do Pompéu, o senhor Cap. Antônio das Porteiras. Motivação do inventário: o móvel tem importância para história local, por se tratar de um móvel que pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu ¹⁹⁸.

Percebemos a preocupação em proteger bens e criar monumentos que se liguem à memória sobre D. Joaquina sem que seja considerado o conjunto de significados que o bem possui para sociedade que dele usufrui. Em nenhum momento, apesar de na metodologia referenciada como utilizada para realização dos inventariamentos conste o “olhar interno”, não podemos observar nas fichas de inventário discursos que validem o desejo da comunidade local em preservar e proteger tal bem. Observamos apenas a narrativa oficial institucionalizada sobre a memória tomada como história de D. Joaquina do Pompéu e do município de Pompéu.

É válido notar que o inventário realizado em 2013, para o exercício de 2015, considera que o reconhecimento do patrimônio cultural de um município não reflete a sociedade por completo. O reconhecimento de identidades e memórias são atribuídas também a grupos sociais, como é possível observar no trecho extraído do documento: “O inventário tem por objetivo elucidar o potencial cultural de uma sociedade, trazendo à tona premissas para o reconhecimento e valorização da identidade e memória atribuídas a uma coletividade (sociedade ou grupo social)” ¹⁹⁹. Entretanto, pode-se observar que no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG para o exercício 2015, a memória sobre D. Joaquina não é tratada como a memória de um grupo social distinto, no caso sua família e descendentes, mas como a “história” de uma cidade, que se justificaria pelo simples inventariamento/tombamento de bens que tenham sido de propriedade da senhora e seus descendentes

¹⁹⁷ REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2010* - quadro II. Belo Horizonte-MG. 2009.

¹⁹⁸ MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG: exercício 2016 – Quadro II*. Belo Horizonte. 2014.

¹⁹⁹ REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013.

(ideia presente também nos outros planos de inventário²⁰⁰). Como exemplo podemos citar as justificativas apresentadas para o inventariamento de bens:

pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, figura ilustre e marcante para a fundação do município de Pompéu;
A matriarca foi responsável pelo desenvolvimento do povoado que se transformou no Município de Pompéu;
o bem analisado deve ser protegido por se tratar de uma edificação colonial característica do séc. XIX, que remete ao início da formação do município de Pompéu, uma vez que a fazenda Ingazeira é parte do desmembramento das Terras da fazenda Santa Rosa de propriedade de Dona Joaquina de Pompéu.²⁰¹

Por outro lado, é relevante destacar o uso dado ao Cemitério dos escravos e ao túmulo da família de D. Joaquina do Pompéu que são focos de ações através do Projeto Educar, parte das exigências para pontuação no ICMS Patrimônio Cultural. Alunos de escolas municipais de nível fundamental I foram alvos de ações para tomada de conhecimento da memória sobre D. Joaquina do Pompéu. As ações compreendiam o estudo sobre a história do município e a história sobre D. Joaquina através de palestras oferecidas por memorialistas da cidade e seus próprios professores. Ao final das palestras foi realizada uma exposição com objetos antigos, textos e desenhos dos alunos que na ocasião escolheram um lugar que gostariam de conhecer por meio de votação. O resultado da votação foi a visita aos cemitérios inventariados. Foi realizada a viagem ao local escolhido, mas não há um detalhamento das atividades desenvolvidas no local de análise. A visita aos cemitérios possibilitou usos que promoveram maior participação da sociedade, entretanto, não promovem generalizações, como aponta Todorov, para o bom uso da memória.

abro ese recuerdo a la analogía y a la generalización, construyo un *exemplum* y extraigo una lección. El pasado se convierte por tanto en principio de acción para el presente. En este caso, las asociaciones que acuden a mi mente dependen de la semejanza y no de la contigüidad, y más que asegurar mi propia identidad, intento buscar explicación a mis analogías²⁰²

A memória deve ser utilizada como modelo de ação, capaz de poder apontar para realização de analogias a outros eventos dentro de categorias mais gerais, novas situações com diferentes atores. O Projeto Educar não promove a construção de um conhecimento válido sobre o passado, como exemplo, comparações e analogias, mas sim a reprodução de um passado contínuo no presente. Não há a

²⁰⁰ Em 2008, no Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu- Minas Gerais: exercício 2008/pasta II. p. 15. Pode-se observar nas informações gerais do município um tópico específico para tratar de D. Joaquina do Pompéu: “A chegada de D. Joaquina no início do século XVIII, ao local onde hoje se situa Pompéu, está intrinsecamente ligada à história e ao desenvolvimento do município. Seu povoamento e formação se deram em função da grande abundância de riquezas acumuladas por ela e sua família, e da vasta influência que exercia na província de Minas Gerais. Distribuiu terras à população do interior [dado não comprovado] e empregou seu capital na expansão de seus domínios em imensas porções para cultivo e criação de gado”.

²⁰¹ REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013.

²⁰² TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 Nov. 2014.p.11.

problematização com os alunos através da comparação com outros eventos como a escravidão ou o processo de independência do Brasil, ou mesmo a questão de gênero, de modo a problematizar o papel da mulher naquele tempo e nos dias de hoje, entre outras inúmeras generalizações que podem ser realizadas.

Poderia ser utilizado, por exemplo, para problematizar as bases religiosas do nosso país e as ações dos senhores de escravos que, antes de serem benevolentes por proporcionarem aos escravos batismos e enterros “dignos”, era uma atitude católica impulsionada pela preocupação de se evitar cair em pecado ou transgredir as regras que regiam não só a religiosidade do povo, mas que também emitiam grande influência sobre a gestão do Brasil naquele período. Em tempos de escravidão no Brasil Colônia, os escravos eram ungidos com o primeiro sacramento católico, o batismo, ainda na África ou adentrando solo brasileiro quando eram realizados os batismos de massa. Segundo Pereira, o batismo era para os escravos um modo de imprimir-lhes a nova religião e marcar o “nascimento de uma nova vida” na qual as velhas práticas pagãs deveriam ser evitadas a todo custo²⁰³. Eram, portanto, obrigados a se inserir em uma nova cultura.

Ainda de acordo com Pereira, nenhum cristão que tenha sido batizado poderia ser sepultado sem os sacramentos devidos²⁰⁴. Dessa forma, o que a Igreja pretendia era ter o controle sobre a morte e o sepultamento, impedindo que novas práticas religiosas agissem de forma legítima. Na própria historiografia oficial que trata de D. Joaquina do Pompéu, filha de um padre²⁰⁵, há relatos de sua profunda religiosidade católica. Logo, na realidade, ela não estaria, ao dedicar um cemitério aos escravos, praticando ato diferente ao esperado de uma fervorosa católica em sua posição social, mesmo que não fosse comum o registro de manutenção de cemitérios destinados aos escravos por seus donos.

Percebemos que os Planos de Inventário corroboram para que a memória institucionalizada sobre D. Joaquina seja lembrada como a construção de um estoque de bens materiais que devem ser preservados pela necessidade em nosso tempo de lembrar. O uso que se faz dessa lembrança aponta para justificativas de salvaguarda do bem que promovam uma relação de continuidade com o passado que se mostra evidente e fechado, ou seja, não é possível questionamentos e investigações sobre esta personalidade que é evidentemente, segundo o que observamos nas narrativas presentes nos planos de inventário, a *célula mater* de origem da história de um município, cabendo ao seu povo identificar-se a ela. Avaliamos positiva a ação de políticas públicas que valorizem a proteção do patrimônio cultural.

²⁰³ PEREIRA, Julio Cesar Medeiros da Silva. À flor da terra: cemitério dos pretos novos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond. IPHAN, 2007. 208f. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101445/livro_cemiterio.pdf> Acesso em: 09 Jul. 2016.

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ Após se tornar viúvo, o pai de D. Joaquina finalizou seus estudos eclesiásticos e ordenou-se padre.

Considerando que esta política tenha vinte anos de existência, o município de Pompéu participa, com a elaboração de Planos de Inventário Municipal, há quatorze anos. Por outro lado, percebemos que os Planos de Inventário não promovem a participação da comunidade local na sua elaboração, visto que de todos os inventários realizados pelo município apenas um foi de autoria local, realizado em nome da Prefeitura Municipal, os outros foram realizados por empresas privadas que se fortalecem ao longo do tempo na elaboração de planos para o recebimento dos recursos do ICMS Patrimônio Cultural.

Outro fator importante a ser lembrado é que os recursos recebidos em nome do ICMS Cultural não devem obrigatoriamente ser revertidos em práticas de proteção e de valorização do patrimônio cultural. O município tem autonomia para distribuir este recurso na área que considerar necessária. Isabella Biondini, Flávio Carsalade e Mônica Starling consideram que:

A política foi pautada pela não obrigatoriedade de aplicação dos recursos repassados na proteção do patrimônio cultural, uma vez que receitas vinculadas poderiam tornar-se menos atrativas para os municípios, significando menor autonomia da administração. Entretanto, com a experiência acumulada durante a execução da política, esse condicionante passou a ser percebido como um fator de comprometimento de sua eficácia, levando à posterior adoção de estratégias que induzissem os municípios à aplicação de parte dos recursos na política cultural local ²⁰⁶.

Ou seja, mesmo não havendo obrigatoriedade na disposição dos recursos provindos do ICMS Patrimônio Cultural nessa área, os municípios acabam por destinar pelo menos parte do recurso na preservação do patrimônio cultural e na elaboração de novos Planos de Inventário. Por outro lado, mesmo considerando estes fatores, os mesmos autores, Isabella Biondini, Flávio Carsalade e Mônica Starling, consideram, como fator negativo da política pública de distribuição dos recursos do ICMS Patrimônio Cultural, a excessiva preocupação arrecadatória da maior parte dos municípios em detrimento da efetividade de uma política de proteção ao patrimônio cultural e também o investimento insuficiente na conservação e manutenção de bens culturais protegidos²⁰⁷. Esta consideração também pode ser observada por meio das entrevistas realizadas com memorialistas da cidade, por exemplo, na fala de FCM, quando perguntada sobre as situações em que D. Joaquina do Pompéu é ou foi lembrada:

Eu acredito que principalmente a partir de 2001 quando começaram a ter incentivos, fundos destinados a cultura. É que essa memória tenha começado a ser resgatada e de certa forma difundida com a população de Pompéu. Até então, como muito pouco se sabia sobre ela, a gente não estudava nas escolas, não tinha nas aulas de história nada sobre Dona Joaquina (então até 2001), Não havia incentivo a esse tipo de política em Pompéu, era mais voluntário, essas lendas e essas memórias... ouvia-se falar. Na verdade, não tinha nenhum movimento de incentivo. Só que a partir de 2001 para comemorar o aniversário de Dona Joaquina, fez-se o busto que curiosamente não há fotografia e dizem os relatos que o busto de Dona Joaquina foi feita em um centro espírito em uma comunicação

²⁰⁶BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In. Seminário sobre Economia Mineira. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 1-24.

entre duas pessoas que trabalhavam no centro de cultura e com Dona Joaquina, se é verdade ou não, não sei. Eu acho que a partir daí que se começou a mostrar o que é essa história de Dona Joaquina

208

Podemos observar a valorização dessa lembrança em consonância com o início da realização dos Planos de Inventário que trazem recursos para o município e por isso, segundo a memorialista, a memória sobre D. Joaquina é “resgatada” e difundida pela população de Pompéu. É importante também reconhecer na fala da memorialista que até 2001 a memória sobre D. Joaquina, tinha segundo ela, um caráter “voluntário”, observado por meio do gesto e do hábito. A partir de 2001 teria havido então, um incentivo público para manutenção dessa memória, teria ocorrido um esforço intencional para a presença dessa memória sendo compartilhada pela sociedade pompeana. A memorialista ainda descreve que:

De certa forma o que eu vejo sobre o que se vem construindo sobre a memória é um pouco elitista, o que vem se fazendo é uma tentativa de desconstruir essa imagem de dona Joaquina como uma mulher má. Mas é uma desconstrução que eu não sei até que ponto ela é enviesada por uma classe da sociedade pompeana ou se de fato é algo que é realmente histórico, baseado em fatos, na ciência. Mas eu não vejo como um discurso que vem sendo imposto, não pelo menos por enquanto ²⁰⁹.

Portanto, verificamos que a memorialista percebe o caráter de construção da memória, e ainda, cogita a possibilidade de algum grupo estar enviesando esta construção na intenção de desmitificar a imagem de uma senhora má sobre D. Joaquina do Pompéu, apesar de não considerar ainda uma memória impositiva.

Em outro momento, na entrevista concedida por HCV quando perguntado por que D. Joaquina tem sido lembrada nos dias atuais, o mesmo informou que:

Por que [a memória sobre D. Joaquina] está sendo inspirada no Brasil e no mundo. A gente observa o número de museus, de trabalhos... Acho que as pessoas estão ficando sem raiz, estão querendo buscar sua raiz, saber de onde vieram. Minas é muito assim, Pompéu é muito assim: Pompéu não existe João da Silva Sousa, é sempre o João da Maria do José. É sempre alguém de alguém. E quando esse alguém descende de alguém que é Dona Joaquina isso dá uma força, um entusiasmo maior. Inconscientemente as pessoas buscam isso. Encontrar um passado glorioso no seu passado. Não por ostentação, mas no seu íntimo porque ela descende de alguém tão importante... não uma coisa egocêntrica ²¹⁰.

Observamos na fala do memorialista a percepção do entrevistado sobre o interesse de memória não ser um fato específico de Pompéu ou sobre a memória sobre D. Joaquina. Essa interpretação vai de encontro aos argumentos de Peter Burke, já analisado por nós, que apontam para o fato de que atualmente estaria havendo um ressentimento frente a uma possível perda de identidade, que o autor

²⁰⁸ Entrevista de FCM. Duração: 42 minutos. Data: 11 Mar. 2016. Viçosa-MG. (Grifo nosso)

²⁰⁹ Entrevista de FCM. Duração: 42 minutos. Data: 11 Mar. 2016. Viçosa-MG. (Grifo nosso)

²¹⁰ Entrevista de HCV. Duração: 1 hora e 17 minutos. Data: 29 Jan. 2016. Pompéu-MG. (Grifo nosso)

chama de “aceleração das mudanças sociais e culturais”²¹¹. O entrevistado ainda ressalta a importância simbólica à referência familiar dada em Pompéu, pois o pompeano sempre será “de” algum outro pompeano, portanto, seu ancestral, a sua linhagem genealógica se torna importante dentro das relações sociais e culturais que regem esta sociedade. Nesse sentido, descender de D. Joaquina, para o entrevistado, é algo de prestígio social, entretanto, para o memorialista, não é uma ação consciente do indivíduo.

Outros memorialistas, JCR e GRU, consideram, respectivamente, que:

Em Pompéu ela [D. Joaquina] ficou um pouco esquecida, mas eu acho que depois do Museu-isso foi extremamente importante-, com o aniversário de D. Joaquina, a medalha com homenageados como deputados, governadores, as maiores autoridades já receberam esta medalha, [ela é lembrada]²¹².

O dia mais lembrado foi na festa de 250 anos²¹³.

Mais uma vez a celebração em comemoração ao aniversário de nascimento de D. Joaquina é lembrada como situação relevante a ser destacada para a memória sobre D. Joaquina. Nesse sentido, percebendo a relevância dessa celebração e temos como objetivo analisá-la no tópico a seguir.

3.2 Celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu

A celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu é mais um momento em que a memória sobre D. Joaquina é lembrada. Realizada desde 2001, por meio da organização do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, esta festividade é bem cultural inventariado pelo município em 2009 para o exercício de 2011. Ao longo do tempo, esta celebração sofreu modificações em relação ao seu formato e ao seu uso principalmente após a inauguração do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu em 2011.

Quando a celebração foi inventariada pelo município era realizada em um formato diferente do atual. Como relatado no Plano de Inventário, a celebração era importante para o município devido a “disseminação e manutenção das tradições culturais, religiosas e da cultura afro descendentes, como o congado e o culto a N. Sra. Do Rosário aclamada como Santa protetora dos negros”²¹⁴. Tinha como intuito, ainda segundo o plano de inventário, “mostrar a importância de Dona Joaquina do Pompéu já que havia uma grande curiosidade da população”²¹⁵ e ainda cultuar Nossa Senhora da Conceição, santa a qual D. Joaquina era devota.

²¹¹ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução PAULA, S. G. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.p. 88.

²¹² Entrevista de JCR. Duração: 32 minutos. Data: 21 Jan. 2016. Pompéu-MG. (Grifo nosso)

²¹³ Entrevista de GRU. Duração: 56 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu Velho-MG. (Grifo nosso)

²¹⁴ REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2011 - quadro II.* Belo Horizonte-MG. 2010.

²¹⁵ Ibid.

Para execução da celebração havia um preparo durante o ano com ensaios de teatro, danças e estudo da evolução histórica de Dona Joaquina, realizado na Casa de Cultura de Pompéu com a participação de moradores, entidades sociais e igrejas do município. A celebração tinha como objetivo, de acordo com o que foi relatado no plano de inventário, a transmissão de informações às gerações futuras com a finalidade de “reforçar as tradições e antigos costumes do Brasil Colônia, bem como a história da Dona Joaquina e famílias descendentes daquela região”²¹⁶. As demonstrações culturais eram realizadas na Rua Dona Joaquina e na Praça Carlos Eloy, por meio de feiras, teatros, números artísticos, exposição de objetos antigos e suas histórias, além de bailes e bandas que recordavam o Brasil Colônia (Figuras 17, 18, 19 e 20). Eram realizadas ainda encenações que tinham como personagens:

Dona Joaquina: representada por roupas de seda de gala da época do Brasil Colônia, xales dourados e coroa;

Dom Pedro I: roupas de seda da época do Brasil Colônia com capas de cetim;

Princesa Isabel: vestido preto de seda com adornos dourados e coroa branca;

Boiadeiros: vestimenta composta por chapéus e botas curtas de couro, camisas de manga comprida, calças largas e laços;

Escravos: calças de algodão (fiadas) brancas, palha de arroz, bambu, banana e coqueiros como ornamentos;

Baianas: turbante de amarração simples, vestido branco com rendas e babados ou blusa branca de manga farta com saião, colar de contas, pulseiras;

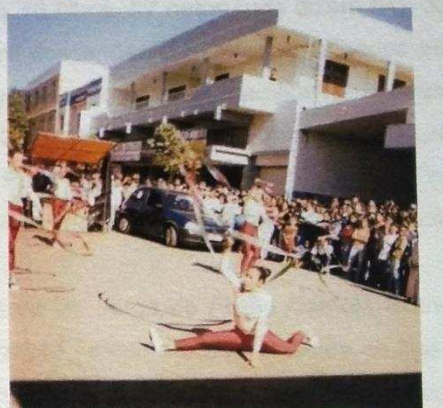
Dançarinos mirins: roupas justas e anatômicas, indispensáveis para maximizar o desempenho de dança e malabarismo, possuem a calça em cor vermelha e a blusa de manga comprida na cor branca.

217

Figura 12: Celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu



Apresentação da história de D. Joaquina do Pompéu.
Acervo: Adelaide Pereira Ribeiro.



Grupo de dança artística.
Acervo: Adelaide Pereira Ribeiro.

Fonte: REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2011 - quadro II.* Belo Horizonte-MG. 2010.

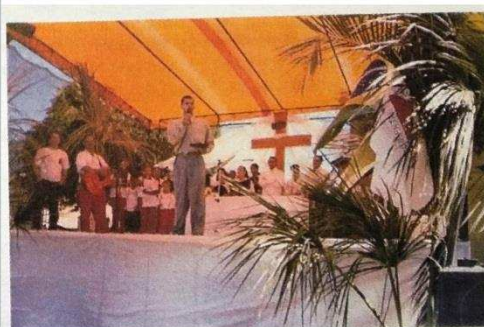
²¹⁶ REDE CIDADE. Op Cit.

²¹⁷ REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2011 - quadro II.* Belo Horizonte-MG. 2010.

Figura 13: Celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu



Personagem da Princesa Isabel (protetora dos escravos) seguida pelas baianas. Logo atrás, os boiadeiros.
Acervo: Adelaide Pereira Ribeiro.



Culto à Nossa Senhora da Conceição.
Acervo: Adelaide Pereira Ribeiro.

Fonte: REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2011 - quadro II*. Belo Horizonte-MG. 2010.

Através do exposto no Plano de Inventário, podemos notar que até o ano de 2009, a celebração tinha um cunho religioso, com a aclamação de duas santas católicas, uma de devoção dos negros e uma de devoção de D. Joaquina. Eram realizadas por meio da participação popular e nas encenações diferentes personagens compunham a apresentação da história de D. Joaquina do Pompéu, que segundo o plano de inventário, contextualizava o período do Brasil Colônia. As ideias-imagens apresentadas reforçam o quadro de referências de D. Joaquina como uma mulher poderosa e religiosa. Entretanto, alguns personagens encontram-se desconexos com o tempo representado, como a Princesa Isabel seguida por baianas e boiadeiros destacada na figura 19. Nascida em 1846, portanto posterior à morte de D. Joaquina (1824), a Princesa Isabel se encontra fora da ordem cronológica de acontecimentos históricos. Não conseguimos encontrar nos planos de inventariamento falas que justificassem sua presença na comemoração, bem como das baianas e os boiadeiros que a seguiam. Não encontramos correlação entre os fatos, mostrando a ausência de temporalidade nos eventos descritos que remetem à memória sobre D. Joaquina do Pompéu.

Uma justificativa levantada seria a da própria descrição da imagem contida no plano de inventário, dando à Princesa Isabel a referência de personalidade “protetora de escravos”. O propósito de incluir essa personagem ao evento seria o de igualar os feitos realizados por essas duas mulheres? De dar à D. Joaquina similar renome em proteção aos escravos? Ela teria dado liberdade aos seus escravos? (A resposta é não). Ou é devido ao fato de que ela construiu um cemitério destinado aos negros escravos? É devido a mão de obra escrava que atuava na lida na fazenda? Não podemos inferir. As figuras das baianas e dos boiadeiros não remetem à religião católica, ao contrário, esses são

personagens típicos de religiosidades afrodescendentes, mais especificamente a Umbanda²¹⁸, em que haveria um processo de ressignificação de práticas religiosas que contribuíram para o seu culto. Nessa prática religiosa, segundo Mario Sa Junior:

Os boiadeiros podem ser considerados um tipo de caboclo, associado ao sertanejo, ao trabalhador rural que vive na lida com o gado no sertão, em condições duras que requerem muito esforço e determinação [...]. Há portanto proximidade entre o boiadeiro e o baiano, sendo este, no entanto, o nordestino do meio urbano. Em termos de mestiçagem, o boiadeiro remete ao mundo do caboclo indígena, enquanto o baiano ao negro africano.²¹⁹

Podemos supor que o boiadeiro e as baianas representem o trabalhador rural típico da sociedade pompeana, mestiço de índios e negros, figuras marcantes desde os tempos de D. Joaquina, mas que, entretanto, não descendem diretamente dela. Talvez houvesse a intenção dos participantes da celebração em demonstrar algum tipo de inserção de todos os atores dessa sociedade no espaço simbólico que ali se fazia representar, apesar de não ter sido encontrado nenhum registro que fizesse alusão direta a esta perspectiva levantada.

A partir da construção do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu, a celebração em comemoração ao aniversário de D. Joaquina do Pompéu assume um formato diferente daquele realizado entre sua criação em 2001 até 2009. Apesar de continuar sendo realizado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural a celebração se modifica.

Em 2010, a celebração em comemoração ao aniversário de Dona Joaquina do Pompéu foi realizada como parte de uma ação para Educação Patrimonial do município, exigência para obtenção de pontuação no ICMS Cultural. Sob o título de “Conhecendo e Preservando nossa memória” foram realizadas atividades diretamente com alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Pompéu e indiretamente com suas famílias. Em comemoração aos 258 anos de aniversário de D. Joaquina do Pompéu foi dedicada uma semana de comemorações. Durante esses dias foram realizadas exposições de materiais (textos e desenhos) feitos pelos alunos sobre D. Joaquina, eventos, apresentações, exposições de objetos antigos, palestras e mesas redondas nas escolas e na Casa de Cultura²²⁰. No dia de nascimento de D. Joaquina, 20 de agosto, os festejos aconteceram em frente às obras de construção

²¹⁸ Segundo Casali, é uma religião formada a partir de um desiderato eclético, que conceitualmente tem por objetivo remodelar o antigo sincretismo. Assim, esse desiderato corresponde a um projeto consciente, a um empenho decidido de interligar elementos religiosos de distintas origens com vistas a uma síntese, a um credo conciliador universal. Cf. CASALI, Rodrigo. *Migração e Encataria: a identidade da entidade*. In: ALBUQUERQUE, Eduardo Basto, (org.) *Migrações e Imigrações das Religiões*. Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. Assis, ABHR: 2008. ISBN: 978-85-88463-36-3. Disponível em: < <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/casali-rodrigo.pdf> > Acesso em: 19 Maio 2016.

²¹⁹ SA JUNIOR, Mario Teixeira. *Baianos e Malandros: a sacralização do humano no panteão umbandista do século XX.* Unbral Fronteiras, Disponível em: <http://www.unigran.br/interletras/ed_anteriores/n2/inter_estudos/baianos.html> Acesso em 19 Maio de 2016.

²²⁰ REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2012 - quadro II*. Belo Horizonte-MG. 2011.

do Centro Cultural D. Joaquina do Pompéu, onde foi enterrada uma “cápsula do tempo” com documentos e fotos referentes à história de Pompéu, com participação de alunos de escolas municipais e o público em geral. As festividades se encerraram com uma passeata no centro da cidade com participação de alunos de escolas públicas e particulares e ainda uma homenagem floreal no busto de Dona Joaquina que se localiza à Rua Dona Joaquina, na praça Carlos Eloy.

Podemos notar que no ano de 2010 mudanças começam a ocorrer na comemoração ao aniversário de D. Joaquina. Durante a celebração de 2010 a participação da população não se deu na forma da construção de peças teatrais e eventos artísticos de encenação da história sobre D. Joaquina. Dessa vez os estudantes de escolas públicas foram o público alvo, que participaram, após ouvir palestras sobre D. Joaquina, da construção de uma exposição e também realizaram uma passeata pela cidade.

Em agosto de 2011, o Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu foi inaugurado com um convite à população. No convite, realizado pela Prefeitura Municipal da Cidade através da Secretaria Municipal de Cultura e Desportos, há uma referência a imagem de Dona Joaquina com informações não comprovadas, como por exemplo: “a maior criadora de gado do país” ou “a matriarca foi pioneira na luta feminista e uma das construtoras da Identidade Nacional”. Por meio de nossas pesquisas, não foi encontrado nenhuma informação que comprove tais afirmações. Notamos o empenho na valorização dos grandes feitos de D. Joaquina sem mencionar a comprovação dos fatos.

Figura 14: Convite de Inauguração do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu



Fonte: Material de divulgação da Secretaria Municipal de Cultura

É importante destacar as associações ligadas ao gênero feminino e a memória institucionalizada sobre D. Joaquina. As pesquisas não comprovam luta feminista por parte de D. Joaquina. Ao contrário, a historiadora Laizeline Oliveira destaca que D. Joaquina não rompeu com a sociedade patriarcal do período, uma vez que os valores estão ligados aos laços familiares. Dessa forma:

No caso de dona Joaquina do Pompéu, o estabelecimento de redes formadas a partir de laços de amizade e familiares apresenta-se de forma significativa. Dos seus dez filhos, parece que todos se casaram com pessoas de famílias importantes e com destaque político. Infere-se que suas seis filhas se casaram por meio de arranjos familiares estabelecidos pela matriarca com homens de posses. A maioria dos seus genros eram membros da câmara da Vila de Pitangui e possuíam uma tradição familiar, além de possuírem títulos como capitão, coronel e sargento da guarda. Alguns destes homens eram também comerciantes e realizavam negócios com dona Joaquina. Não há elementos conclusivos a respeito da escolha das noivas para seus filhos, mas é possível inferir que a matriarca tenha procurado por moças de famílias respeitáveis e que pudesse ampliar e fortalecer seus laços de amizades com as mesmas. O estabelecimento de redes fortes e duradouras ligadas a articulação política e econômica, é visível quando analisamos o casamento de alguns filhos de dona Joaquina.²²¹

No fim de sua vida é seu filho mais novo, capitão Joaquim Antônio de Oliveira Campos, quem aparece como seu apoio e substituto.²²²

Percebe-se ainda que, dona Joaquina não desejou para suas filhas o mesmo destino de fazendeira, já que todas se casaram muito cedo e nenhuma delas aparece exercendo qualquer atividade ligada à fazenda ou ao comércio na documentação disponível.²²³

Nesse sentido, podemos perceber a importância das relações familiares para garantia de sucesso da matriarca que não rompe com a sociedade patriarcal. D. Joaquina mantém os valores e costumes do período sem mencionar em nenhum momento posicionamento feminista forte.

A valorização da memória sobre D. Joaquina do Pompéu associada à luta feminista é recorrente e observamos também essa abordagem em entrevistas realizadas com memorialistas. JCR destaca a importância de D. Joaquina enquanto mulher no seu tempo e a herança de comportamento que ela teria deixado a suas descendentes. Segundo o entrevistado:

acho que pela importância de Dona Joaquina ela deveria ser muito mais lembrada, celebrada do que era no passado por tanta coisa boa e o desenvolvimento, esse empreendedorismo que tem, essa bravura das mulheres pompeanas, no bom sentido, vem dela. E estava esquecido, estava se perdendo²²⁴.

Pompéu teria, segundo o memorialista, muitas mulheres com características semelhantes à D. Joaquina, com empreendedorismo e bravura semelhantes. Entretanto, apesar da relevância feminista que suas descendentes também teriam, o entrevistado não soube enumerar nenhum nome que servisse como exemplo.

Para comemorar os 260 anos de nascimento de D. Joaquina no ano de 2012, o festival contou com a apresentação da peça teatral “Dona Joaquina do Pompéu”, visitas ao Museu da Cidade, apresentação de grupo de Serestas, shows sertanejos de artistas locais e ainda a entrega da Medalha do

²²¹ OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. *Nos domínios de Dona Joaquina do Pompéu: negócios, famílias e elites locais (1764-1824)* Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós graduação em História. 2012.133f.p.10.

²²² Ibid., p.11.

²²³ OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. Op Cit. p.11.

²²⁴ JCR. Duração: 32 minutos. Data: 21 Jan. 2016.Pompéu-MG. (Grifo nosso)

Mérito Municipal Dona Joaquina do Pompéu. A Medalha do Mérito Municipal Dona Joaquina do Pompéu, como ilustrado no folder de divulgação, é entregue a pessoas que se empenharam no “engrandecimento da história de D. Joaquina”, ou seja, que se preocuparam em dar realce a esta personalidade, principalmente suas benfeitorias. Além disso, há um espaço para apresentação de palestras a convite do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu. Em todos os títulos das palestras, o nome de D. Joaquina do Pompéu vem como figura central e não sinaliza para qualquer estudo comparativo ou analogias a outros eventos. O que percebemos é a intenção de dignificar a imagem de D. Joaquina do Pompéu longe da imagem de senhora “má” e a exaltação do caráter único e singular de sua personalidade.

Figura 15: Folder de Divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2012



CENTRO CULTURAL
A Secretaria Municipal de Cultura
Convida Vossa Senhoria e seus familiares para o Festival de
260 Anos do Nascimento Dona Joaquina do Pompéu
Pompéu - Minas Gerais, 18 a 25 de Agosto de 2012
a realizar-se no Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu

Dia 18/08/2012 – sábado: 18 horas: Abertura oficial do Festival Dona Joaquina do Pompéu com apresentação da peça teatral *Dona Joaquina do Pompéu* e abertura da exposição temporária “Papeis da época de Joaquina” com cópias de documentos da época da matriarca e inauguração da foto do escritor pompeano Oswaldo Alves por ocasião do ano dedicado ao seu centenário.
19 horas: Apresentação do grupo de serestas, Seresteiros do Buriti
21 horas: Show de Wellington Tiago

Dia 19/08/2012 – Domingo: A partir das 15 horas o *Museu da Cidade* estará aberto a visitas até às 19 horas e durante todo o dia haverá apresentações dos grupos culturais do município.
20 horas: Show de Douglas e Diego

Dia 20/08/2012 – 19:00: Solenidade de entrega das Medalhas do Mérito Municipal Dona Joaquina do Pompéu, às pessoas que se destacaram no engrandecimento da História de Dona Joaquina e da cidade de Pompéu. Logo em seguida apresentação do grupo de serestas Lua, Flor e Sertão da cidade de Cordisburgo/MG

Dia 21/08/2012 – terça-feira: 15 horas: palestra “Dona Joaquina, uma mulher a frente de seu tempo”.

Dia 22/08/2012 – quarta-feira: 15 horas: Palestra: “Pompéu e os seus bens materiais e imateriais”.

Dia 23/08/2012 – quinta-feira: 15 horas: palestra “Dona Joaquina e o Barão de Eschwege”.

Dia 24/08/2012 – sexta-feira: 15 horas: palestra “Dona Joaquina: Mitos e verdades”
21 horas: Show da Banda Delta

Dia 25/08/2012 – Sábado: Show do Minas ao Luar do SESC Minas Gerais
Local: Praça Levi Campos às 21:00h.

Realização:
Prefeitura Municipal de Pompéu

Sobrado do
Dona Joaquina do Pompéu
fotografia da década de 50

Contato:
(37) 3523-2266
Av. João Serra Machado, 22 - Bairro São José

Fonte: Material de divulgação da Secretaria Municipal de Cultura

No ano de 2013, no Festival Dona Joaquina do Pompéu, em comemoração aos seus 261 anos de aniversário de nascimento, a celebração contou mais uma vez com participações artísticas, que segundo os organizadores estimulam a participação do público em geral. Foi também inaugurado galerias com fotografias de homenageados nas dependências do Museu da Cidade e também no Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu.

Tabela 3: Homenageados com fotografias expostas no Museu da Cidade, e demais dependências do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu.

Nomes dos homenageados com fotografias expostas no Museu da Cidade, e demais dependências do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu	Profissão (ou função social)	Descendente de D. Joaquina
• Sr. Afonso Martins	Benemérito comerciante	NÃO
• Sr. Agripa de Vasconcelos	Médico e escritor	SIM
• Sr. Ataliba Rodrigues Alves	Dentista	NÃO
• Sr. Benedito Xavier	Farmacêutico	NÃO
• Sr. Cândido Ribeiro Campos	Comerciante	SIM
• Sr. Deusdedit de Campos Machado	Fazendeiro	SIM
• Dr. Belizário Antônio de Lacerda	Desembargador	SIM
• Dr. Edimur Faria	Professor e Jurista	NÃO
• Dr. Odilon Lobato	Médico	SIM
• Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli	Professor e Jurista	SIM
• Sr. Eurico Lacerda (Bebé)	Fazendeiro	NÃO
• Sr. Higino de Campos Machado	Fazendeiro	SIM
• Sr. Joaquim Manoel dos Santos e esposa Dona Antônia Maria Soares	Fazendeiro	NÃO
• Sr. Joaquim Antônio de Campos Machado (Sobém do Marruás)	Fazendeiro	SIM
• Sr. José Maria de Carvalho	Fazendeiro e empresário	SIM
• Sr. José Maria Álvares da Silva	Fazendeiro e ex-prefeito	SIM
• Sr. João Serra Machado	Fazendeiro e empresário	SIM
• Pe. Bertoldo Van Zee	Sacerdote católico	NÃO
• Pe. Nicolau Noordermer	Sacerdote católico	NÃO
• Sr. Querubino Lacerda em sua bicicleta voadora	Fazendeiro	NÃO
• Dona Zuleica de Campos Machado Reis (Donas Fia)	Fazendeira	SIM
Fotografias expostas na Sala de Estudo e Pesquisa “Dona Maria Guimarães Chagas”	Profissão (ou função social)	Descendente de D. Joaquina
• Dona Armita de Oliveira e Silva	Professora	SIM
• Dona Alexandrina	Professora	NÃO
• Dona Amália Benevenuto de Sousa (Dona Sinhá de Silva Campos)	Professora	NÃO
• Dona Celina Ferreira da Silva	Professora	NÃO
• Dona Ediméia da Conceição Faria Oliveira	Professora	NÃO
• Prof. Afonso Joaquim Soares de Castro	Professor	SIM
• Prof. Harold Benjamin Chagas de Magalhães	Professor	NÃO
• Professor José Xisto de Melo e Prof. Dr. Hugo Fóscolo	Professor	NÃO
• Dona Ivete Bambirra Valadares Vasconcelos	Professora	NÃO
• Dona Leda Nassif	Professora	NÃO
• Dona Maria Álvares Maciel	Professora	SIM
• Dona Maria Guimarães Chagas	Professora	SIM
• Dona Maria de Lourdes Valadares	Professora	SIM
• Dona Maria Lenita Alves	Professora	NÃO
• Dona Maria Taveira	Professora	NÃO
• Dona Virgínia Cordeiro Maciel (Professora Pequeninha)	Professora	SIM

Na lista de quarenta homenageados estão elencados vinte e três homens e dezessete mulheres que se destacaram na sociedade pompeana ao longo do tempo. Entre as fotografias expostas na sala de estudo e pesquisa “Dona Maria Guimarães Chagas”, localizada no Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu, todos os dezenove nomes homenageados (16 mulheres e 3 homens) tem como profissão à docência. Desses, a maior parte, onze pessoas não são descendentes de D. Joaquina do Pompéu. Já entre os vinte e um homenageados com fotografias expostas no Museu da Cidade e demais dependências do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu, a profissão ou função social que mais se observa é a de “fazendeiro”, visto a profunda ligação com o meio rural em Pompéu. Nota-se uma fazendeira, “Dona Fia”, descendente de D. Joaquina, mãe do atual prefeito, que assumiu o núcleo familiar e parte da administração de suas propriedades, após a morte do marido. Dos dez fazendeiros homenageados apenas três não são descendentes de D. Joaquina do Pompéu. E entre os onze homenageados com as demais profissões, seis deles não são descendentes de D. Joaquina do Pompéu. Podemos inferir, portanto, que a lida na fazenda é função social de prestígio no município de Pompéu e que os principais homenageados como fazendeiros ilustres à cidade são descendentes de D. Joaquina do Pompéu.

Mais uma vez e em todas as celebrações de comemorações do aniversário de D. Joaquina que se seguiram houve a entrega da Medalha Dona Joaquina do Pompéu. No ano desse festival foram realizados dois momentos de palestras a convite da organização do Centro Cultural, que tinha como público alunos das escolas municipais de Pompéu e os proprietários de imóveis inventariados como Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico da cidade, proferidas pelos realizadores do inventariamento, profissionais da empresa Rede Cidade²²⁵. Não há registros de bens inventariados justificados nos planos de inventário municipal com algo relacionado à figura de D. Joaquina que tenham sido alvo de destruição ou depredação grave após o inventário. No entanto, não é o mesmo que aconteceu com alguns outros bens inventariados pelo município. Imóveis, principalmente da área urbana da cidade, foram destruídos parcialmente ou totalmente, após o registro do bem e aviso ao proprietário.

²²⁵ A Rede Cidade presta consultoria na prática de políticas municipais de proteção do patrimônio cultural, realização de inventários de bens culturais, capacitação de agentes locais e auxilia no setor de educação patrimonial.

Figura 16: Folder de Divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2013

Festival
Dona Joaquina
do Pompéu - 2013

de 17 à 20 de agosto - Centro Cultural D^a Joaquina do Pompéu

Yara Tupynambá-1998

Dia 17/08
18h - Abertura do Festival com participação da Banda de Música Celso Máximo Pereira. Apresentação dos novos retratos no Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e abertura da Sala de Estudos Dona Maria Guimarães Chagas.
19h - Apresentação do documentário Dona Joaquina do Pompéu, "Entre a humanidade e a dualidade", dos alunos da UNI-BH.
19h30 - Apresentação do grupo de serestas Lua, Flor e Sertão.
20h - Show de Welinton Thiago.

Dia 18/08
14h - O Centro Cultural estará aberto a visitas.
Apresentações culturais do município: Banda de Música Fanfarras de Silva Campos, Capoeira e Folia de Reis.

Dia 19/08
08h, 10h, 14h e 16h - Palestras e visitas guiada para alunos das Escolas do Município com o tema "Dona Joaquina do Pompéu e seu Legado".
18h - Palestras aos proprietários dos imóveis inventariados como Patrimônio Cultural, Artístico e Histórico de Pompéu proferido pelos profissionais da Rede Cidade.

Dia 20/08
19h - Cerimônia de entrega das medalhas do Mérito Municipal D^a Joaquina do Pompéu. Apresentação do grupo de serestas "Seresteiros dos Buritis".

Realização:  SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA 

Apoio cultural:   

Fonte: Material de divulgação da Secretaria Municipal de Cultura

A visita guiada ao Museu da Cidade oferecida aos alunos do ensino fundamental teve como objetivo o conhecimento da prole de D. Joaquina e sua família e também os objetos materiais que a eles pertenceram. No Museu da Cidade, após as experiências observadas nos dois anos de pesquisa, pode-se perceber que não há um guia específico para atender a demanda diária. A casa conta com cinco funcionários e nenhum deles tem a função específica de guia. O museu é autoexplicativo, segundo a recepcionista, pois possui placas indicativas e explicações em cada peça. Só há a intervenção de algum funcionário do Museu quando o mesmo é solicitado. O público do Museu é variado e atende principalmente as demandas educacionais de nível básico escolar (ensino fundamental e médio) e também alunos de graduação e pós-graduação de Pompéu, de outros municípios e também de outros países. Desde a data de sua inauguração em 20 de agosto de 2011 até a nossa última visita ao Museu em 27 de janeiro de 2016, já haviam visitado e registrado a presença 7.153 visitantes.

Durante o Festival Dona Joaquina do Pompéu realizado em 2013 foi exibido o documentário "Dona Joaquina do Pompéu", produzido por alunos do Centro Universitário UNI-BH em parceria com

a Prefeitura Municipal da Cidade de Pompéu, que merece ser analisado²²⁶. O documentário de doze minutos faz uma abordagem que mescla a figura de D. Joaquina e suas representações na atualidade sem que isso seja modulado, ou seja, identificado em que momentos estão fazendo uma abordagem ou outra. A apresentação se inicia com a pergunta aos entrevistados “Você conhece D. Joaquina do Pompéu?”. Pergunta que realizada no tempo presente faz as respostas dos entrevistados serem desconstruídas com o tempo em que D. Joaquina viveu. Tomada literalmente não há ninguém nesse “mundo de vivos” que conheça ou conheceu D. Joaquina do Pompéu, pois ela morreu em 1824. Como respostas teve-se “não”, “Aquele que morreu?”, “Ouvi falar dela no rádio, só.”, “Já vi falar sim! Que ela é uma mulher muito rica e muito poderosa lá naquela região”.

Após as respostas aos questionamentos, o documentário exibe uma pequena narrativa sobre a história oficial de vida de D. Joaquina desde o seu nascimento até a sua morte enquanto percorre imagens da cidade de Pompéu, enfatizando os motivos pelos quais ela tem a fama de “Dama do Sertão” e “Heroína mineira da Independência”. Em seguida exibe entrevista cedida por Yara Tupinambá, já citada anteriormente no texto, em análise da tela pintada em representação à D. Joaquina do Pompéu. Na fala seguinte, de Carlos Eloy, ex-Secretário do Estado de Minas Gerais, destaca-se a imagem política sobre D. Joaquina, quando o entrevistado argumenta que devido a “grande capacidade intelectual, D. Joaquina passa a influir na política mineira e nacional, a tal ponto que na Guerra do Paraguai ela forneceu grande quantidade de gado para alimentar as tropas brasileiras” Fato que não é desmentido no documentário, visto que a Guerra do Paraguai se iniciou em 1864 e tendo fim em 1870, não ocorre em tempo de vida de D. Joaquina. Entretanto, a imagem de participação na política é utilizada sem preocupação com a ordem cronológica dos acontecimentos históricos.

Após as entrevistas, o documentário aborda relatos que figuram na dicotomia entre as imagens de “senhora boa” e “senhora má”. O documentário ressalta que os antepassados dos entrevistados transmitiram a esta geração a ideia de que D. Joaquina era uma senhora má e de caráter duvidoso, visto que os entrevistados contaram que ela teria tido um envolvimento amoroso com Dom João VI. Nesse momento, o documentário interrompe a sequência das entrevistas para mostrar a fala do Coordenador do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu, Hugo de Castro, revelando a impossibilidade de D. Joaquina ter tido um caso amoroso com D. João VI já que ela nunca teria feito viagem ao Rio de Janeiro e nem mesmo ele teria feito viagem ao interior de Minas Gerais, provando a impossibilidade de tal relacionamento. A fala do Coordenador ainda destaca que “a cada conto, as pessoas vão criando essas histórias e espalhando. Mas a gente deve ler e com atenção desmanchar estas lendas com muita calma”.

²²⁶ Curta metragem produzido por alunos do Centro Universitário UNI-BH, com apoio da Prefeitura Municipal de Pompéu, no primeiro semestre de 2013. Créditos: Cristiane Rainho: Produção, André Afonso: Assistente de Produção, Luiz Paulo: Roteiro, Pedro Ovídio: Roteiro projeto gráfico, Emerton Eleutério: Fotografia e edição, Pedro Almeida: Edição e projeto gráfico, Diego Rossi: Edição, Thiago Lara: Cinegrafia.

Mais adiante, o documentário se preocupa em mostrar a relação de D. Joaquina com os negros na fala de uma descendente de D. Joaquina. A entrevistada no documentário cita que:

“ela tinha um convívio particular com os negros de amizade. Os negros na fazenda de D. Joaquina, eles tinham que viver casados, eles não podiam ser amasiados. Assim que ela descobria o relacionamento entre um negro e uma negra ela fazia com que houvesse o casamento. Quando um negro na fazenda chegasse a ter um óbito ele tinha direito à missa de corpo presente e também à missa de sétimo dia. Há relatos que todos os negros da fazenda de D. Joaquina também eram alfabetizados. Isso é uma coisa que ficou na história e que a história não conta”.

Nessa fala identificamos a preocupação em desmitificar a imagem de D. Joaquina como uma senhora escravista e má, buscando evidenciar que ela tinha escravos, pois era a mão de obra do período vivido, mas que ela os tratava com dignidade, fornecendo a eles rituais católicos. Em diversos momentos notamos o desejo de se fixar no imaginário a ideia de uma senhora religiosa e católica que seguia com os postulados da religião, amando a Deus e aos próximos, como podemos observar na fala de D. Berthand de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil, em entrevista ao referido documentário:

“A memória da D. Joaquina do Pompéu deveria ser valorizada não só em Minas, mas em todo o resto do Brasil como um exemplo do que pode ser uma mulher verdadeiramente católica que tem em vista não só o bem de sua família, mas também ao bem do próximo. Como uma verdadeira católica, ela tinha a caridade, isto é, o amor de Deus sobre todas as coisas e o amor ao próximo como a si mesmo por amor a Deus. Ela durante toda a sua vida procurou beneficiar sua família, a sua pátria, a sua região, seus empregados, seus dependentes. É uma das grandes figuras da história nacional”.

Nesse contexto, além da preocupação em reverenciar os valores do catolicismo, notamos as orientações que toda mulher deveria seguir como exemplo. Uma memória que, segundo o entrevistado, deveria ser o exemplo de comportamento ilustre e excepcional para uma mulher naquele tempo e também nos dias atuais, mesmo com todas as modificações político-religiosas-culturais já decorridas ao longo desses 200 anos que nos separam de D. Joaquina do Pompéu. Salientamos ainda na fala do Príncipe, o uso do termo “empregados” em detrimento de escravos. Não há relatos que D. Joaquina tenha feito algum tipo de pagamento salarial às pessoas que lhe forneciam serviços. Nota-se a pouca relevância em diferenciar essas duas formas de trabalho humano em que se recebe ou não salário monetário devido à prestação de serviços.

Por fim, o documentário aborda D. Joaquina do Pompéu mostrando imagens da vida na cidade de Pompéu em meio rural e urbano, destacando a fala de uma entrevistada que relata que D. Joaquina foi a responsável por trazer desenvolvimento agropecuário ao município e que essa questão repercute ainda nos dias atuais. O documentário se encerra com uma narrativa que tem como fundo imagens de uma missa na Igreja Católica de Pompéu, ficando claro a preocupação em reforçar os dogmas do cristianismo através da memória sobre D. Joaquina, ao apresentar um conjunto de ideias-imagens que

guiam para o enquadramento da sociedade em uma religião cristã, seguindo essa personalidade como exemplo perfeito do que se espera de um cristão:

“Ama sempre a Deus sobre todas as coisas. É para que esse amor seja verdadeiro e necessário que conheças as razões que te obrigaram a amá-lo. Espera em Deus que há de dar-te a salvação, fazendo tu a tua parte. A ninguém despreze ou nem tem em pouco, pois pode ser que aquele que aos olhos dos homens é o mais indigno, na presença de Deus seja o mais grato. Deve ser fiel ao teu amigo sem que o medo ou a conveniência o faça mudar de opinião e muito menos faltar a tua palavra. Em qualquer estado que tenhas, em qualquer lugar que ocupes, em toda a parte por onde te aches, te peço que andes sempre revestido da prudência. Viva uma vida pura, inocente e virtuosa, é o principal fruto que pretendo que tires deste lugar”.

Figura 17: Folder de Divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2014

Festival Dona Joaquina do Pompéu
Edição 2014

PROGRAMAÇÃO

Dia 20/08 - Quarta-feira:
9h - Abertura: Momento cívico junto ao Busto de Dona Joaquina - Rua Dona Joaquina, em frente à Rodoviária.
15h - Abertura da exposição: *Paróquia Nossa Senhora da Conceição: 150 anos - Museu da Cidade/Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu*

Dia 21/08 - Quinta-feira:
12h às 18h - *Museu da Cidade/Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu* aberto à visitação.
14h - Palestra: *Transformação da Paisagem na Fazenda de Dona Joaquina do Pompéu*.
Nayara de Oliveira Souza, Mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa.
16h - Palestra: *Sinhá Braba na Saga do País das Gerais*. Um olhar sobre a obra do historiador romancista Agripa Vasconcelos, tetraneto de Dona Joaquina (Inscrições antecipadas)
Professor Dr. Maurício César Menon da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Dia 22/08 - Sexta-feira:
12h às 18h - *Museu da Cidade/Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu* aberto à visitação.
18h - *Butecada no Museu* com apresentações da *Banda Edelwals* e *Seresteiros dos Buritís*.

Dia 23/08 - Sábado:
10h - Seminário: *Joaquina do Pompéu: Personalidade, Vida e Herança*, com membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sobre o legado de Dona Joaquina e lançamento do livro: *Testamento e Inventário de Dona Joaquina do Pompéu e outros Documentos*, de Dr. Deusdedit Pinto Ribeiro de Campos (Inscrições antecipadas).
20h - Solenidade de entrega da Comenda Dona Joaquina do Pompéu
22h - Show com Banda Delta

Dia 24/08 - Domingo: (Atividades da Associação de Artes)
13h - Abertura - Apresentação: Percussão - Hilton Afonso e seus alunos.
13h20 - Apresentação: Capoeira - Mestre Jaburu e Oficina de brincadeiras *Super Encanto*
13h40 a 15h30 - Concurso de Dança, Música e Teatro
17h - Apresentação: Teatro *Pluft*.
18h30 às 21h30 - Batalha de *B. Boys* e Criação de Grafite
19h30 - Apresentação: Cantor *Carluz*
20h - Apresentação: Talentos da APAE e Cantora Amanda Roberta e outros talentos.
20h30 - Oficina de *Breaking*.
21h30 - Apresentação: *Banda Branca de Neve*.
22h30 - Premiação do Concurso, Exposição de Grafite e encerramento do Festival.

REALIZAÇÃO:
POMPÉU
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Conselho Municipal do Patrimônio Cultural Artístico e Histórico

APOIO CULTURAL:
CIVIFECT
www.perfectos.com.br
APLICOLA
Silvam Acabamentos
Pousada Vicente
OSNATTUM

Museu da Cidade/Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu
Avenida João Serra Machado, 22 - Fone: 37-3523-2266

Fonte: Material de divulgação da Secretaria Municipal de Cultura

O Festival Dona Joaquina do Pompéu em sua edição de 2014 comemorou os 262 anos de nascimento de D. Joaquina. A abertura ocorreu diante de um monumento erguido a Rua Dona Joaquina

do Pompéu²²⁷, na Praça Carlos Eloy. O busto de Dona Joaquina do Pompéu é uma peça de uma artista de Itaúna/MG, Cleide Guimarães, feita por meio de encomenda da Prefeitura Municipal de Pompéu em razão da comemoração dos 251 anos de nascimento de Dona Joaquina do Pompéu. Segundo o historiador Gilberto César de Noronha, esse monumento “consiste em um busto suntuoso, de uma senhora com aparência madura, com expressão forte e séria. Cabeça erguida, olhar determinado que parece enxergar algo ao longe (altivo e projetivo), o rosto um pouco inclinado à direita”²²⁸. O monumento foi construído mesmo sem que se tenha nenhuma imagem de D. Joaquina do Pompéu e reflete o imaginário sobre ela, representando-a mais uma vez como uma mulher ilustre e excepcional e reafirmando, a nosso ver, a memória institucionalizada.

²²⁷ No centro da cidade localiza-se a rua Dona Joaquina do Pompéu, segundo o Plano de Inventário realizado em 2008, essa rua já foi denominada como “Rua da Avenida”, sendo a primeira da cidade a receber calçamento em 1953 e considerada a artéria principal da cidade. Nela se realiza eventos comemorativos da cidade, como a festa em comemoração ao aniversário de emancipação do município e o carnaval.

²²⁸ NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.p. 29.

Figura 18: Monumento de Dona Joaquina do Pompéu



Fonte: Hugo de Castro

A solenidade de abertura contou com a presença do prefeito municipal, o coordenador do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e ainda a participação de escolas municipais da cidade. Na ocasião, foi destacada a importância de D. Joaquina para história do município de Pompéu e seus grandes feitos.

Mais uma vez, praticadas desde o ano de 2012, as palestras foram realizadas a convite do Centro Cultural D. Joaquina do Pompéu. Em uma delas participamos com a apresentação de parte do trabalho realizado para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa, intitulado “A economia local e as transformações na paisagem: a fazenda de D. Joaquina do Pompéu e a pecuária no Centro Oeste mineiro”²²⁹. A palestra foi proferida para estudantes de níveis variados do ensino fundamental. A explanação, apesar de tomar a fazenda de D. Joaquina do Pompéu como espaço

²²⁹SOUZA, N. O. *A economia local e as transformações na paisagem: a fazenda de D. Joaquina do Pompéu e a pecuária no Centro Oeste mineiro*. 2011. 46f. Monografia de conclusão do curso de Bacharel em Geografia. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2011.

de análise, versa sobre o conceito geográfico de “paisagem” e como esta foi transformada por meio do rearranjo da economia mineira e do desenvolvimento da pecuária. D. Joaquina não foi o alvo principal de análise, mas o desenvolvimento da economia local, tendo por base a pecuária, principal atividade econômica desenvolvida pela fazendeira entre meados dos séculos XVIII e princípio do XIX. Atualmente, a pecuária ainda é uma atividade econômica importante para o desenvolvimento econômico do município. No momento da explanação não houve grande participação do público que atuou em sua maioria como ouvinte. Podemos notar alguns comentários sobre a quantidade de escravos que D. Joaquina teve, a grande ligação com a terra e com o gado que Pompéu tem e que teriam origem na figura de D. Joaquina, além dos comentários de cunho valorativo que figuram entre os opostos bem e mal, que ressaltam ora que D. Joaquina teria sido uma senhora cruel e ora uma grande empreendedora. Houve ainda o reconhecimento por parte de ouvintes de se reconhecerem como descendentes dessa personalidade, mas que até então desconheciam tal fato.

A segunda palestra realizada foi proferida pelo professor Maurício Cesar Menon da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com o título: “Um Olhar sobre a obra do historiador romancista Agripa Vasconcelos tetraneto de Dona Joaquina”. Na ocasião, mais uma vez D. Joaquina não era o centro principal de análise. Maurício Menon, que atua na linha de estudos literários, apresentou discussão do conjunto de obras que compõe o “Saga do País das Gerais”, de autoria de Agripa Vasconcelos. Uma série de livros que contam a história das Minas Gerais no período colonial e imperial, entrelaçando aspectos de História e ficção. Uma das obras de Agripa Vasconcelos versa sobre a história de D. Joaquina do Pompéu, intitulado “Sinhá Braba: D. Joaquina do Pompéu”²³⁰.

Durante o Festival Dona Joaquina do Pompéu do ano de 2014 foi realizado uma mesa redonda com membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, intitulada “Dona Joaquina do Pompéu: personalidade, vida e herança”. A mesa foi composta por cinco membros do Instituto além de membros da administração pública municipal da cidade de Pompéu que fizeram um debate sobre Dona Joaquina do Pompéu. A fala dos membros do IHG-MG girou em torno da importância da personalidade no seu tempo e o destaque ao caráter digno de suas realizações no que tange ao seu papel para o desenvolvimento econômico, político e social da sociedade em questão. O debate teve como finalidade contextualizar o ouvinte no tempo vivido por D. Joaquina, tentando-se ainda justificar as ações de D. Joaquina vistas hoje como cruéis. Foi exposto que, se Dona Joaquina fosse analisada no contexto histórico em que ela viveu, sobre os parâmetros da época, ela teria sido na verdade, não uma mulher “má”, mas sim uma mulher muito “boa”, já que construiu um cemitério destinado apenas aos escravos, situação incomum no período em questão. Foi falado sobre o porte civilizado que Dona Joaquina teria,

²³⁰ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba: dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

por ter sido educada em sua infância pelos “padrões marianenses”²³¹, berço econômico e social das Minas mineradoras. Discutiram ainda sobre sua herança e toda a riqueza material e imaterial que ela teria deixado como legado aos seus descendentes e à sociedade de modo geral. Notamos a preocupação de construir um discurso positivo sobre D. Joaquina, que reforça o caráter de personalidade excepcional, não sendo possível compará-la a nenhuma outra mulher da história brasileira.

Durante a realização do festival, que teve duração de cinco dias, ocorreram shows com artistas locais e apresentações artísticas realizadas pela Associação de Artes de Pompéu. Mais uma vez foi entregue a Medalha Dona Joaquina a pessoas que tiveram papel de destaque para a sociedade pompeana.


No ano de 2015, durante os dias 20 a 23 de agosto, foi realizado o Festival Dona Joaquina do Pompéu em comemoração ao aniversário de 263 anos do nascimento de D. Joaquina. Esse Festival assumiu um formato diferente, descentralizado as ações do Centro Cultural Dona Joaquina para outros locais da cidade com o objetivo, segundo o coordenador do Centro Cultural, de incentivar maior participação popular, fazendo com que o Festival fosse até as pessoas e que depois essas pudessem se sentir motivadas para visitar as instalações do Centro Cultural e o Museu da Cidade. Antes mesmo da abertura oficial do evento ocorreram atividades culturais no espaço do Centro Cultural e também no centro da cidade de Pompéu. Houve um cortejo divertido pelas ruas de Pompéu com grupos circenses e alunos de escolas municipais convidando a população a participar das comemorações. Na Praça Levi Campos, ponto central da cidade, ocorreu durante os cinco dias de festival uma exposição de fotografias dos bens inventariados pelo município de autoria do fotógrafo Leo Medeiros. .

A exposição é resultado de um trabalho realizado pelo fotógrafo Leo Medeiros e o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Pompéu, que se reuniram e visitaram todos os bens inventariados do município. Tivemos a oportunidade de participar de parte do roteiro de visitas de bens inventariados observando *in loco* cada bem, a rotina diária de utilização e ainda a possibilidade de conversar com os proprietários, quando presentes ou os moradores dos imóveis. As visitas nos renderam bom papo e algumas descobertas. O que podemos perceber em relação à proteção do bem de propriedade particular é que os que o utilizam, valorizam a carga histórica que cada bem possui. Entretanto, sinalizam para a vontade de modificá-los em razão de atender melhor suas necessidades no

²³¹ Segundo Laizeline Aragão de Oliveira D. Joaquina foi “uma jovem criada dentro das normas sociais que regiam os costumes coloniais, como pode ser percebido pela análise dos documentos de instrução deixados por seu pai antes de morrer. A partir da análise dos documentos de instrução deixados por Jorge de Abreu Castelo Branco a seus filhos, percebeu-se que havia um modelo social a ser seguido. Neste sentido compreendeu-se que a educação de Dona Joaquina foi baseada nas regras e costumes da época. OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. *Nos domínios de Dona Joaquina do Pompéu: negócios, famílias e elites locais (1764-1824)* Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2012.133f.p.11.

mundo atual, como a troca de assoalho, a instalação de melhores redes de energia e a troca de madeiras utilizadas como sustentação, pois oferecem riscos à estrutura do imóvel. Em cada localidade visitada alguém tinha alguma história para contar sobre D. Joaquina. Todas, no entanto, em um caráter muito ficcional (do campo do imaginário, portanto), com evidências oscilando sempre entre o bem e o mal, sem fundamentação na realidade vivida. Falavam de D. Joaquina como se a mesma fosse sua bisavó, como se um parente muito próximo tivesse convivido com a mesma. Não há um deslocamento no tempo, encaram os acontecimentos do presente como se fossem continuidade de um tempo de D. Joaquina, sem perceber que ela viveu há mais de dois séculos e que não há ninguém nesse mundo vivo que tenha tido contato direto com ela.

Figura 19: Folder do Festival Dona Joaquina do Pompéu – ano 2015.



V Festival

Dona Joaquina do Pompéu - 2015

DIA 20 DE AGOSTO – QUINTA-FEIRA
263º Ano do nascimento de Dona Joaquina

HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
07h30 às 13h	Sessão de cinema. Ação em parceria com o SESC - MG	Cinema Municipal
07h30 às 15h	Contação de estórias. Ação em parceria com o SESC - MG	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade
10h	Abertura da Exposição Itinerante: Patrimônio Histórico de Pompéu, Espaço e Tempo.	Praça Levi Campos
14h	Cortejo pelas ruas de Pompéu, com participação de Grupo Circense, Percussão, e alunos da rede municipal de ensino.	Saída da Praça Dr. Ciro
16h	Teatro de Fantoches com o Grupo Super Encanto	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade
19h	Solenidade de abertura oficial do V Festival Dona Joaquina do Pompéu e lançamento da exposição Vasco da Gama.	Museu da Cidade
20h	Vesperata com Quinteto de Cordas Amadeus, do município de Araxá	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade
20h	I Festival do Doce de Leite e Noite dos Caldos	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade
20h30	Show com Vinícius Teodoro da Fundação Calmon Barreto de Araxá.	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade

DIA 21 DE AGOSTO - SEXTA - FEIRA

HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
07h30 às 13h	Sessão de cinema. Ação em parceria com o SESC - MG	Cinema Municipal
07h30 às 15h	Contação de estórias. Ação em parceria com o SESC - MG	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade
15h	Palestra: Pompéu e o Centro-Oeste Mineiro	Museu da Cidade
20h	Vesperata com a Orquestra de Flautas Doce Sopro dos Anjos	Museu da Cidade
21h	Apresentação dos Seresteiros do Buriti	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade
22h	II Batecada Colonial. Comida típica do centro-oeste mineiro	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade
22h	Show com Amanda Roberta	Anfiteatro Agripa Vasconcelos Museu da Cidade

DIA 22 DE AGOSTO - SÁBADO

HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
10h	Entrega da Comenda Dona Joaquina do Pompéu	Museu da Cidade
18h	Roda de Capoeira	Praça Pedro Alves dos Santos
19h	Apresentação do Grupo de Axé (Casa da Cultura)	Museu da Cidade
20h	Apresentação Grupo de Violão (Casa da Cultura)	Museu da Cidade
22h	Show com Douglas e Diego	Museu da Cidade

DIA 23 DE AGOSTO - DOMINGO

HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
08h	I Encontro de Carros Antigos	Praça da Matriz

Realização: **POMPÉU** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Apoio:



Fonte: Material de divulgação da Secretaria Municipal de Cultura

O Festival de 2015 é marcado por apresentações artísticas e culturais, com shows, vesperatas, sessões de cinema e contação de histórias. Durante o Festival Dona Joaquina do Pompéu de 2015, em 22 de agosto, foi exibido pelo programa Terra de Minas da Rede Globo de Televisão, um programa

sobre Dona Joaquina do Pompéu²³². As gravações aconteceram em julho do mesmo ano, momento em que fazíamos as observações para essa pesquisa. Inicialmente foi feito contato prévio com o Coordenador do Centro Cultural, Hugo de Castro, que marcou a data para gravação. Na ocasião, nos foi realizado o convite a participar, pois desenvolvíamos pesquisa sobre D. Joaquina do Pompéu. A entrevista foi feita sem que tivéssemos acesso às perguntas antes da gravação. O repórter contava com um roteiro pré-estabelecido e solicitou apenas que respondêssemos as questões levantadas. O programa foi ao ar em 22/08/2015 e exibiu a história sobre quem foi Dona Joaquina do Pompéu e as imagens criadas a partir das histórias contadas de geração em geração.

O programa se inicia apresentando a figura de D. Joaquina como um mito presente nos elementos de organização urbana da cidade²³³ e nos discursos de toda a sociedade pompeana. A narrativa busca demarcar a singularidade dessa personagem, sua importância na fundação de um município, sua vasta descendência, os objetos que teriam pertencido a Dona Joaquina ou a seus descendentes e hoje estão expostos no Museu da Cidade. Mostrou o ritmo de vida da cidade de Pompéu e das fazendas antigas, que de alguma forma se ligam a Dona Joaquina ou à sua família, explorando ainda o modo de fazer do doce de leite inventariado e em processo de tombamento como bem imaterial pelo município. O programa reforça o imaginário sobre D. Joaquina que auxilia, por sua vez, a constituição de uma memória sobre D. Joaquina, na qual se acentuam ideias como uma mulher de personalidade forte, administradora de um imenso latifúndio, “boa” com seus escravos, etc. O material apresentado tem aderência com a história local e global e ainda demonstra que há o consentimento e o compartilhamento desse imaginário pela sociedade pompeana que se faz representada por esta memória institucionalizada.

À convite do Coordenador do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu, realizamos uma oficina²³⁴ com alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Ministro Francisco Campos. Foi pedido que apresentássemos um pouco sobre a cidade de Pompéu e o Centro Oeste mineiro. Nesse sentido, fizemos uma apresentação intitulada: “Pompéu em memória”, por meio da qual foi exposto algumas reflexões feitas a partir do desenvolvimento de nossa pesquisa. Procuramos nessa oficina realizarmos alguns diagnósticos e inserções quanto a observação e o levantamento de dados para nossa pesquisa. A ideia inicial para a oficina era de que os alunos trouxessem suas experiências quanto às memórias individuais ou do grupo de pertencimento, sobre o território da cidade de Pompéu e sobre Dona Joaquina do Pompéu. Para auxiliar a participação dos alunos e possibilitar o surgimento de

²³² Rede Globo Minas. Programa Terra de Minas. Exibição 22 Ago. 2015. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/mg/globominas/terrademinas/videos/t/edicoes/v/historia-de-dona-joaquina-mulher-importante-na-fundacao-de-pompeu-e-destaque/4411034/>> Acesso em: 09 Jul. 2016.

²³³ Ruas, praças, bairros, imóveis, etc.

²³⁴ Ver em anexo IV - o roteiro da Oficina.

memórias sobre a cidade de Pompéu, apresentamos aos alunos uma série de imagens²³⁵ em tempos distintos que remetesse à figura de D. Joaquina. Nosso objetivo era testar o quão forte (ou não) seria a memória de D. Joaquina em grupo social diverso daquele que mais diretamente defende a memória da antiga fazendeira. É de fato possível afirmar que a memória institucionalizada sobre D. Joaquina está presente em toda sociedade pompeana?

Desse modo, após a apresentação das imagens demos prosseguimento a nossa fala a partir de um roteiro de perguntas, cujo objetivo era o de perceber se havia um compartilhamento sobre a imagem de D. Joaquina, quem ela foi, se havia distinção temporal, se havia localização dos eventos no tempo, se era possível identificar os atores de transmissão dessa memória, se havia distinção entre a memória “de” e memória “sobre” D. Joaquina do Pompéu.

Após identificarem e analisarem as imagens propostas, partimos para as perguntas preparadas no roteiro afim de conseguir atingir os objetivos propostos. Inicialmente houve bastante resistência por parte dos alunos, talvez por timidez em responder às perguntas. A primeira pergunta direcionava sobre quais elementos havia em comum em todas as imagens e a resposta foi imediata: D. Joaquina do Pompéu. A segunda pergunta, sobre a importância de D. Joaquina para o município, encontramos um vazio, sendo respondido que não sabiam nada sobre ela, apesar de identificarem todos os elementos das fotografias mostradas. Desse modo, sabiam identificar, mas alegavam que não sabiam contar quem teria sido a mulher representada nas imagens. Indagados sobre se nada havia sido discutido na escola sobre D. Joaquina, disseram que não. Indagados ainda sobre se já haviam lido ou visto algo sobre ela, disseram que não. Responderam que nunca, que não viram nada, nem sabiam por que ela era tão falada assim. Nesse momento, diante da resistência e das respostas negativas, nos deparamos com uma dificuldade para a realização dessa pesquisa, embora, por outro lado, essa dificuldade oferecesse importante material para a análise do imaginário social envolto através da memória sobre D. Joaquina do Pompéu. A obtenção de tantos “nãos” logo no início da oficina, fez com que o roteiro inicial fosse abandonado e perfizéssemos outro caminho. Nesse momento, consideramos o fim da oficina e a partir de então analisamos as respostas, apenas as duas respostas que obtivemos. Para a primeira pergunta: o que há em comum entre as imagens? Resposta: “D Joaquina do Pompéu”. Para segunda pergunta: D. Joaquina do Pompéu é importante para história do município de Pompéu? Porquê? Resposta: “Não sabemos, não a conhecemos”.

²³⁵ *D. Joaquina: 1- busto na praça 2- imagem de Yara Tupinambá

*Casarão de D. Joaquina: 1 – Foto antiga do Solar 2 – Museu da Cidade

*Capas dos livros: 1- Dona Joaquina do Pompéu 2 – Sinhá braba: Dona Joaquina do Pompéu

*Rua D. Joaquina: 1- No passado 2 – No presente

Para Sandra Pesavento:

No domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto envolve as relações que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com seus significados (representações, significações), processo este que envolve uma dimensão simbólica²³⁶.

Entendemos o imaginário social como um conjunto de ideias que guiam a construção mental de um grupo na esfera de associações políticas e sociais, criando elementos e simbologias capazes de manter uma imagem. Percebemos que nesse caso analisado, os significantes criados como referência à memória sobre D. Joaquina e que se pensa fazer parte do imaginário social da população pompeana não encontrou significação ou sentido para os participantes da oficina, o símbolo não se fez representado.

Como ativadora do campo do imaginário, a imaginação não pode prescindir de um código operacional de comunicação (*símbolos*), ao qual compete perfilar vozes que simulam harmonias no conjunto. Quando o significado não é reconhecido no processo de decodificação, o símbolo cai no vazio, não se efetiva a troca imaginária.²³⁷

Embora haja um esforço para que a memória sobre D. Joaquina se torne consensual e coesa para sociedade pompeana, o que observamos com a realização da oficina é que a rua, o monumento, os livros que levam consigo nomes de referência à D. Joaquina não conseguiram ser, em si mesmos, símbolos portadores de mensagem simbólica, não despertou sentido algum aos participantes da oficina. A recepção e a criação de sentido na transmissão da mensagem dependem, portanto, de um mediador e também de seu receptor, que pode ou não despertar imagens que determinam um quadro de referências simbólicas e assim fazer com que a sociedade encontre o sentido, ou seja, o imaginário social.

Concordamos com Denis de Moraes, quando afirma que:

As instituições não se reduzem à dimensão simbólica, mas só existem no simbólico, pois são legitimadas por significações que encarnam sentidos reconhecidos pelas comunidades. O domínio do imaginário coletivo funda-se na identidade de princípios com as comunidades de sentido, que forjam as linhas de influência em dada conjuntura.²³⁸

Podemos inferir que não há domínio no imaginário coletivo proposto pela memória familiar institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu como história. Embora o esforço institucional e

²³⁶ PESAVENTO, SANDRA J. Representações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, nº 29, 1995.p.15.

²³⁷ MORAES, Denis de (1998). Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. Publicado no sítio Gramsci e o Brasil. Disponível em < <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm> >. Acesso em 15 Maio 2016.p. 96.

²³⁸ MORAES, Denis de (1998). Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. Publicado no sítio Gramsci e o Brasil. Disponível em < <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm> >. Acesso em 15 Maio 2016.p. 97.

familiar se mostre evidente em venerar o passado de continuidade no presente, do tratamento excepcional e singular à memória sobre D. Joaquina do Pompéu, ocorre uma falha entre o mediador e o receptor. A sociedade pompeana no conjunto analisado não legitima o passado dado, ao contrário, dessacraliza a imagem. Salientamos que o universo de amostragem selecionado para a oficina não reflete como um todo o total da sociedade pompeana e que se faz necessário outros estudos analíticos. Nessa pesquisa, não tivemos como objetivo evidenciar a receptividade da memória institucionalizada sobre D. Joaquina na sociedade pompeana, embora seja um desejo. Fica a sinalização de um possível estudo futuro.

Ao refletirmos sobre a necessidade e o desejo de parte da sociedade pompeana de se fazer história, “o movimento da história, a ambição histórica não é a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação”²³⁹, ou seja, sua análise crítica e a constatação da impossibilidade de acesso ao passado e de contribuição desse no presente. O passado é o outro, intangível em sua plenitude. Não se celebra mais D. Joaquina, mas se estudam suas representações.

3.3 Apontamentos sobre o uso da memória segundo os memorialistas entrevistados

Nesse tópico analisaremos as visões que os memorialistas entrevistados empregam sobre os usos atuais e as possíveis formas de utilização da memória sobre D. Joaquina do Pompéu de forma que pudessem servir a maior parte da sociedade pompeana. Destacamos as ideias convergindo para dois campos específicos: o primeiro, da utilização da memória sobre D. Joaquina em meio econômico, que atenda as demandas do mercado cultural e turístico, utilizando como exemplo para o presente a dar continuidade na atitude empreendedora de D. Joaquina naquele tempo e aplicável aos dias atuais. E o segundo, o uso da memória a serviço da história como forma de compreender o presente que se justifica pelo seu passado, dando uma ideia de continuidade do passado de D. Joaquina ainda hoje.

A fala de JCR se direciona no primeiro campo especificado acima:

Ela está sendo bem utilizada, mas sempre pode ser melhor. Ficar a cargo apenas do município e da questão pública é muito difícil. Acho que os empresários deveriam pegar a marca “Dona Joaquina” e explorar isso ainda mais através do turismo ou outros ramos. A marca já tem um valor agregado que deveria ser mais utilizado pela iniciativa privada ²⁴⁰.

Verificamos nesse caso, a intenção de apropriação pelo mercado econômico de uma memória como instrumento potencial gerador de lucros e que não fique apenas a cargo do município, em forma de políticas públicas no empenho à valorização da memória, tomada como história de Pompéu. Na

²³⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. 1993. p. 11. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 01 Jun. 2014.

²⁴⁰Entrevista de JCR. Duração: 32 minutos. Data: 21 Jan. 2016.Pompéu-MG. (Grifo nosso)

opinião do entrevistado, deve haver maior interesse privado por essa marca que já possui um valor agregado, ou seja, um valor adicional criado ao longo dos anos pelos agentes da memória. É possível observar também, na fala do GRU a mesma intenção de apropriação da memória sobre D Joaquina, que já é dada, autoexplicativa e conhecida:

A gente tem um projeto de reformar as casas, com cantina comunitária, pomar... fazer tipo um hotelzinho. Para as pessoas que vierem de fora saber mais dela, ficar aqui. la ser uma renda pra associação. Só da associação. Nosso plano é esse ²⁴¹

Para HCV a memória sobre D. Joaquina deve ser usada:

Em benefício cultural e turístico, se soubermos utilizar como um meio cultural. É muito fácil fazer turismo: terra do milho, terra da pipoca. E Pompéu é Terra de D. Joaquina. Prefeitos de outras cidades já me disseram: quem dera se minha cidade tivesse uma D. Joaquina do Pompéu! Uma memória dessa para construir um museu, pra construir um marketing de “Terra de Dona Joaquina” Acho que isso pode ser muito usado, no artesanato, no folclore em vários caminhos. Como fundamentação histórica do meio rural, da tradição, da culinária. Utilizando-a como forma de dar continuidade a essa memória ²⁴².

Percebemos nos apontamentos dos memorialistas entrevistados a enumeração de possibilidades de usos associadas ao desenvolvimento cultural e econômico do município. A memória sobre D. Joaquina deve servir de forma a gerar algum tipo de renda pública ou particular. Segundo a entrevistada FCM, a memória sobre D. Joaquina tem se destacado “mais de forma política e econômica já que a busca dessa história traz recurso. Mas eu acho que isso tem muito pouco impacto sobre Pompéu, o uso que se tem dado, de tentar resgatar essa memória é para um grupo muito pequeno e elitizado de Pompéu” ²⁴³. Ou seja, a memorialista consegue identificar os principais usos que acreditamos serem os mais recorrentes dessa memória: aquele como “matriz-política” e mais recentemente, especialmente no século XXI, um aproveitamento econômico pelo mercado cultural. Embora seja forte o poder político da memória sobre D. Joaquina em nível municipal, atualmente perde força no cenário estadual e nacional, já que não foi mencionado nas fontes analisadas nomes “ilustres” que se destacaram durante 1990 a 2015 - todos são de um período anterior à data mencionada - e serve para reforçar a identidade em torno da origem daquela sociedade que está centrada da figura de D. Joaquina do Pompéu e de seus descendentes. Sobre o aproveitamento econômico pelo mercado cultural que se apropria das ideias-imagens representam a memória sobre D. Joaquina como forma de valorizar produtos e serviços, principalmente aqueles relativos ao turismo e à história do município. Como a memorialista também aborda, esse conjunto de simbologias, embora se pretenda, não consegue ter efeito sobre toda a

²⁴¹ Entrevista de GRU. Duração: 56 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu Velho-MG. (Grifo nosso)

²⁴² Entrevista de HCV. Duração: 1 hora e 17 minutos. Data: 29 Jan. 2016. Pompéu-MG. (Grifo nosso)

²⁴³ Entrevista de FCM. Duração: 42 minutos. Data: 11 Mar. 2016. Viçosa-MG. (Grifo nosso)

sociedade pompeana. Segundo a entrevistada, os benefícios dessa memória atingem um grupo muito pequeno, que acreditamos ser os descendentes de D. Joaquina com elevado grau de capital cultural.

A visão da memorialista FCM da memória sobre D. Joaquina se enquadra no segundo campo que criamos, já que para ela a memória sobre D. Joaquina poderia ser melhor utilizada, pois:

saber conhecer a história é importante para não repetir erros do passado e pra gente poder aprender sobre o contexto em que Pompéu se insere hoje. Hoje um polo, que manteve essa mesma estrutura de D. Joaquina, com grandes fazendas que criam gado e produtores de leite. Então, a base da sociedade pompeana ainda é rural, talvez da elite rural de Pompéu ²⁴⁴.

Percebemos a compreensão da memorialista de que esta memória poderia servir como um exemplo para sociedade pompeana, um modelo de ação. Não partilhamos da mesma convicção que a memorialista traz sobre o presente como reflexo do passado, como continuidade do passado. Acreditamos que o passado é o outro, inatingível em sua plenitude e que o presente não está condicionado ao passado. A memorialista destaca que:

acredito que o uso que se poderia dar disso é, por exemplo, levar até as escolas, mostrar para as crianças, para a sociedade de Pompéu que existe uma história, qual o contexto e que esse contexto que a gente vive hoje, o que Pompéu é hoje é um reflexo desse passado. Então, essa memória ela poderia estar sendo utilizada na formação do conhecimento, da transmissão do que é a nossa história. Como eu disse, não tive isso e me desperta um interesse hoje que esta tendo todo esse movimento ²⁴⁵.

Consideramos válido notar a importância dada ao papel da escola e como essa memória poderia ser utilizada na escola, entretanto, não como forma de transmitir uma história ou memória somente, mas como forma de construção/desconstrução do conhecimento histórico, afim de auxiliar os estudantes a se tornarem cidadãos críticos na leitura de mundo em seus eventos passados e atuais.

Nos casos observados pode-se notar que a memória sobre D. Joaquina é lembrada nos elementos de organização urbana, na criação de monumentos, em programas de televisão, na publicação de artigos acadêmicos, na historiografia oficial do município, nos bens inventariados e tombados pelo patrimônio municipal, nas celebrações culturais do município. Entretanto, memória não é o simples fato de lembrar. Lembrar por lembrar não é memória. Recordar para quê? Após a enumeração dos bens que se justificam pela memória sobre D. Joaquina, como ela pode ser usada em benefício da sociedade, como instrumento de se fazer ciência? Podemos observar a memória sobre D. Joaquina utilizada por vezes de maneira intransitiva, ou seja, ela vale por si só, não é necessário ser justificada com outros complementos, o simples fato do bem (o suporte de memória) se ligar de alguma forma a ela já é

²⁴⁴ Entrevista de FCM. Duração: 42 minutos. Data: 11 Mar. 2016. Viçosa-MG. (Grifo nosso)

²⁴⁵ Entrevista de FCM. Duração: 42 minutos. Data: 11 Mar. 2016. Viçosa-MG. (Grifo nosso).

suficiente. O sujeito não tem papel algum a não ser o de se adequar aquela verdade do objeto, a memória se torna sacralizada.

A memória deve ser instrumento de se fazer possível compreender que aquele acontecimento do passado é um entre uma tipologia de acontecimentos. Compreender os eventos do passado devem nos ajudar a compreender o passado afim de confrontar o passado e o presente na busca por diferenças, similaridades e reedições modernizadas. Se não for possível usar esta memória afim de comparar à outros grandes eventos da humanidade ela não assume valor algum para a sociedade, não há valor de natureza científica para um acontecimento que é único e incomparável, se faz necessário utilizar o passado como exemplo para o presente.

PARTE II



CAPÍTULO 4

DONA JOAQUINA DO POMPÉU COMO HISTÓRIA

No recente contexto de homogeneização cultural há uma tendência de valorização da memória, frente ao temor da perda. A vontade de memória corresponde a uma intenção, ao desejo intencional, é a presença de uma ausência, é uma representação. É esta ausência (o temor de não lembrar) que produz identidade. O grupo social cria uma tradição ao perceber que certos valores estão se perdendo.

A memória não se opõe ao esquecimento. Memória é uma relação com o passado, onde parte se incorpora e parte se esquece, de acordo com as intenções do presente. Quando se esquece algo, o que se manteve assume outro significado. A memória pode ser utilizada como forma de controle e nesse sentido, é uma violência, pois se impõe o que se deve e como lembrar.

Se faz necessário, portanto, uma distinção entre o que se recupera do passado e o uso que se dá à memória. Obviamente, isso não significa isolamento entre os dois pontos. Lembrar por si só não justifica a memória. É preciso se verificar o uso que é dado a esta recordação. Memória é ação que infere intenção. Como chama atenção Todorov:

Una manera -que practicamos cotidianamente- de distinguir los buenos usos de los abusos consiste en preguntarnos sobre sus resultados y sopesar el bien y el mal de los actos que se pretenden fundados sobre la memoria del pasado: prefiriendo, por ejemplo, la paz a la guerra. Pero también se puede, y es la hipótesis que yo quisiera explorar ahora, fundar la crítica de los usos de la memoria en una distinción entre diversas *formas* de reminiscencia. El acontecimiento recuperado puede ser leído de manera *literal* o de manera *ejemplar*.²⁴⁶

Todorov distingue duas formas de se fazer uso da memória, a que ele chama de “bom uso do passado”, ou seja, um uso adequado da memória – *ejemplar*, e a que ele chama de “mau uso do passado”, ou seja, um uso inadequado da memória - *literal*. Portanto, para o autor o mau uso da memória seria aquele em que ela é utilizada à mercê do passado, em que o presente é dependente direto dele. Nesse sentido, o presente ficaria condicionado ao passado, em um movimento conservador, ou seja, através do desejo e defesa da manutenção do *status quo* político e social do passado diante das transformações da vida contemporânea.

O bom uso da memória, de maneira *ejemplar*, estaria ligado à possibilidade de interlocução entre o passado e o presente afim de que se encontrem possibilidades de comparações, de

²⁴⁶ TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2014.

generalizações e de analogias no intuito de se extrair exemplos para o presente do que se deve ou não repetir, de se fazer justiça, de se ter aprendido, de extrair uma lição.

O bien, sin negar la propia singularidad del suceso, decido utilizarlo, una vez recuperado, como una manifestación entre otras de una categoría más general, y me sirvo de él como de un modelo para comprender situaciones nuevas, con agentes diferentes. La operación es doble: por una parte, como en un trabajo de psicoanálisis o un duelo, neutralizo el dolor causado por el recuerdo, controlándolo y marginándolo; pero, por otra parte -y es entonces cuando nuestra conducta deja de ser privada y entra en la esfera pública-, abro ese recuerdo a la analogía y a la generalización, construyo un *exemplum* y extraigo una lección.²⁴⁷

Nesse sentido, acreditamos, assim como Todorov, que as associações feitas entre o passado e o presente não devem ter relação de continuidade, elas devem propor similaridades e a partir daí possibilitar o estudo por meio de analogias e comparações, extraindo lições das (in)justiças sofridas.

Diante do imaginário social e do discurso elaborado da memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu formulada em movimentos de recuperação do passado que apresentam-se conservadores, ou seja, nos quais o desejo de manutenção do *status quo* político e social do passado diante das transformações da vida contemporânea; do empenho institucional na construção de um estoque de bens materiais e imateriais que por si só remeteriam à memória sobre D. Joaquina e o papel do sujeito que se resume em apenas se adequar aquela verdade que se quer ter sobre a memória, consideramos que a memória sobre D. Joaquina do Pompéu é utilizada de maneira *literal*.

Por un lado, ese suceso -supongamos que un segmento doloroso de mi pasado o del grupo al que pertenezco- es preservado en su literalidad (lo que no significa su verdad), permaneciendo intransitivo y no conduciendo más allá de sí mismo. En tal caso, las asociaciones que se implantan sobre él se sitúan en directa contigüidad: subrayo las causas y las consecuencias de ese acto, descubro a todas las personas que puedan estar vinculadas al autor inicial de mi sufrimiento y las acoso a su vez, estableciendo además una continuidad entre el ser que fui y el que soy ahora, o el pasado y el presente de mi pueblo, y extendiendo las consecuencias del trauma inicial a todos los instantes de la existencia.²⁴⁸

Pretendemos propor outra maneira de nos colocarmos diante da memória sobre D. Joaquina, que acreditamos seja mais crítica. Utilizando-a afim de compreender que o presente não é *continuum* do passado. Propomos a utilização da memória sobre D. Joaquina do Pompéu como um dos elementos que compõem a História (e não ela própria a História), analisando-a de forma crítica, buscando comparações com outros eventos do passado e do presente afim de estabelecer generalizações e analogias.

²⁴⁷ TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 Nov. 2014.

²⁴⁸ TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 Nov. 2014.

Diante de nossas observações e participações nos espaços do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu e no Museu da Cidade, do levantamento bibliográfico acerca do conceito de memória, da pesquisa de fontes que corroboram para os resultados da pesquisa percebemos ser possível a utilização dessa memória afim de que seja um elemento capaz de gerar um debate histórico.

Desse modo, apresentamos um livro paradidático, intitulado “Dona Joaquina em História”, cujo objetivo é o de apresentar ao estudante e professor, um pouco mais da memória sobre Dona Joaquina do Pompéu afim de que disponha de uma fonte de conhecimento, de estímulo à pesquisa e análise de forma crítica a história que é dada e consensualmente aceita.

Entendemos nesse caso, a distinção entre a memória e a História. Segundo Caimi, a História se difere da memória na medida em que a História “não deve só se preocupar com os usos e manutenção das lembranças herdadas, mas também, sobretudo, buscar as lembranças esquecidas, descrevê-las, explica-las”²⁴⁹. Nesse sentido, acreditamos que o processo de ensino e aprendizagem do ensino escolar de História deva servir para recordar, descrever, explicar e dar sentido ao passado, que por vezes é apresentado por meio de memórias²⁵⁰. Desejamos que a memória seja o ponto de partida dos estudantes para a construção de um conhecimento histórico afim de que os alunos desenvolvam “habilidades de pensamento e instrumentos para evitar naturalizações do passado e a mera recepção das tradições herdadas”²⁵¹.

Problematizar a história consiste em mobilizar conteúdos que não tenham caráter estático, desvinculados no tempo e no espaço, como fins em si mesmos, mas que permitam aos estudantes compararem as situações históricas em seus aspectos espaço-temporais e conceituais, promovendo diversos tipos de relações pelas quais seja possível estabelecerem diferenças e semelhanças entre os contextos, identificarem rupturas e continuidades no movimento histórico e, principalmente, situarem-se como sujeitos da história, porque a compreendem e nela intervêm²⁵².

Pretendemos que os estudantes sejam sujeitos da História e que o livro paradidático possa ser um material de apoio às atividades do professor, sobre a história de Pompéu/MG, a ressignificação econômica do Centro Oeste mineiro em meados do século XVIII, sobre Dona Joaquina, algumas características do negro escravo do período em questão, o papel da mulher Joaquina e a recente

²⁴⁹ CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 472p.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 472p.

²⁵² Ibid.

valorização da memória sobre D. Joaquina do Pompéu como instrumento de se fazer um estudo de História crítica.

4.1 O retorno à sociedade: a construção de um projeto à luz dos resultados da pesquisa

A tarefa de elaborar um material que conciliasse as discussões teórico-metodológicas da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania não foi uma missão fácil. A principal pergunta que rondava a nossa mente (e que deveria ser pergunta de todo curso de pós-graduação) era: como devolver à sociedade o resultado dessa pesquisa? Por outro lado, um material que não fosse impositivo, sem cair nas armadilhas apaixonantes do tema proposto para discussão (a memória), sem ser vazio teoricamente, sem fazer propostas utópicas ou impraticáveis.

Como professores da Educação Básica e nas diversas oportunidades surgidas ao longo do processo de pesquisa, de ministrar aulas, oficinas e palestras para estudantes e, depois de muito tempo não enxergar a solução, talvez por estar tão próximo, decidimos pela elaboração de um livro paradidático.

Acreditamos no potencial da educação e decidimos realizar nessa pesquisa um material didático destinado a instruir cidadãos e não apenas fornecer informações e teorias. É por meio da educação que os estudantes formam suas identidades no âmbito individual e coletivo e estabelecem relações com diferentes grupos sociais. Faz-se necessário, portanto, incluir no processo de ensino-aprendizagem habitual novas práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural humana, abrindo portas, possibilidades de estudo e não as fechando ou doutrinando o conhecimento.

O ensino de História cumpre especial papel na discussão e na realização de atividades que valorizem os saberes locais para o estudo das ações humanas no tempo e no espaço. Entretanto, a História lecionada na escola de Educação Básica por muitas vezes não provoca a relação global-local, principalmente através do uso do livro didático convencional, que traz temas gerais e totalizantes sem estabelecer conexões com o contexto local dos alunos. Entendemos que o livro didático convencional não deva ser utilizado como o único instrumento de apoio metodológico pelo professor, que individualmente conhece sua turma e adequa as propostas pedagógicas às particularidades de suas vivências. Compreendemos também que o livro didático é uma representação das Histórias possíveis, não cabendo dedicar a ele atribuição de verdade absoluta. O uso de novas fontes deve ser um recurso utilizado constantemente pelo professor que tem o papel de ser mediador do conhecimento.

Desse modo, decidimos que a produção de um livro paradidático se adequaria aos nossos objetivos e ajudaria a promover análises críticas que tivessem por base as relações locais, regionais, nacionais e mundiais. Não pretendemos sintetizar informações gerais já expressas no livro didático convencional. Entendemos o paradidático como um material auxiliar ao trabalho pedagógico do professor que faz a análise e examina “sobre um tema específico, além dos aspectos econômicos, políticos e sociais, os aspectos culturais, valorizando o estudo do cotidiano, da cultura, da mentalidade de uma época” ²⁵³.

Segundo a LDB/96, “seja qual for a disciplina a que sirvam, livros de cunho paradidático devem contribuir para a construção da ética necessária ao convívio social democrático” ²⁵⁴. Para Furlani os livros paradidáticos:

Apresentam conhecimentos, são instrumentos de ensino e são frequentemente atualizados. Entretanto, geralmente, seus conteúdos relacionam-se a temáticas que tangenciam as disciplinas do currículo oficial. Assim, são vistos como um complemento aos livros didáticos e, mesmo que cada disciplina ofereça uma gama de conteúdos, os livros paradidáticos são elaborados especificadamente para cada assunto ²⁵⁵.

Nesse sentido, os paradidáticos apresentam um dos possíveis recortes dos conteúdos a serem trabalhados no contexto escolar. Complementam e não substituem os livros didáticos tradicionais, possibilitando uma abordagem específica para o tema proposto de análise. Em nosso caso, pretendemos realizar uma narrativa contextualizada buscando estabelecer relações entre o presente e o passado. Propomos então uma discussão orientada em torno da ideia da história-problema. Conforme Caimi, “uma história fundamentalmente conceitual, na qual o historiador não se limita a contar o que passou, mas faz escolhas sobre o passado, constrói e delimita seu objeto de estudo colocando-lhe questões seletivas, problemas para serem resolvidos” ²⁵⁶. Portanto, não objetivamos fazer no livro paradidático uma História de síntese, valorizaremos novas abordagens historiográficas, que deem ênfase à cultura local, possibilitando novas análises documentais e provocando a relação local-global e presente-passado de forma que o aluno e o professor sejam agentes na construção do conhecimento histórico.

²⁵³ CALISSI, Luciana. O livro didático e o ensino de História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

²⁵⁴ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em 30 de Jun. 2016.

²⁵⁵ FURLANI, Jumena. O Bicho vai pegar! – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 272f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2005. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13259/000491228.pdf?sequence=1> > Acesso em 30 Jun. 2016.

²⁵⁶ CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 472p.

Para a produção do material paradidático estamos atentos às orientações propostas pelo Currículo Básico Comum-CBC de Minas Gerais, que:

não esgotam todos os conteúdos a serem abordados na escola, mas expressam os aspectos fundamentais de cada disciplina, que não podem deixar de ser ensinados e que o aluno não pode deixar de aprender. Ao mesmo tempo, estão indicadas as habilidades e competências que ele não pode deixar de adquirir e desenvolver ²⁵⁷.

Nesse sentido, observando as propostas de ensino, verificamos que nosso material paradidático se encaixa no conteúdo orientado ao aprendizado no 1º ano do Ensino Médio. Destacamos que o material paradidático deve servir de auxílio ao professor durante a explanação dos conteúdos que elencamos abaixo:

Eixo Temático I - Mundo Moderno, Colonização e Relações Étnico -Culturais (1500-1808)

Tabela 4: Tema- Escravidão e Comércio no Mundo Moderno

TÓPICOS	HABILIDADES
2. Circuitos do tráfico de escravos (Novo Mundo, África e Europa)	2.3. Estabelecer relações entre escravismo colonial e capitalismo.

Tabela 5:Tema- Colonização Portuguesa e Resistência

TÓPICOS	HABILIDADES
3. Escravidão e liberdades • Alforrias, coartações: mobilidade social e econômica.	3.1. Analisar as contradições entre trabalho escravo, mobilidade social e resistências à escravidão na sociedade colonial. 3.2. Ler e analisar fontes: correspondências, anúncios para captura de escravos, documentos oficiais e mapas identificando a localização dos principais quilombos e seus efeitos sobre os colonos. 3.3. Identificar e analisar diferentes formas e relações de trabalho escravo na América Portuguesa.
4. Manifestações populares e Conjuração Baiana; elites coloniais e Inconfidência Mineira	4.1. Compreender e analisar a crise do sistema colonial em seus processos internos e em suas conexões com o ideário liberal. 4.3. Comparar os movimentos de resistência contra a colonização portuguesa, identificando suas especificidades.
5. Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil	5.1. Compreender e analisar o processo de ruptura dos pactos coloniais, dinamização econômica e social e mudanças políticas; o anfiteatro da Independência.

²⁵⁷SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. Proposta Curricular (CBC). *História*: ensinos fundamental e Médio. Disponível em: < http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B80A9F6A7-110D-42C2-ACB1-A52372D19CB6%7D_LIVRO%20DE%20HISTORIA.pdf> Acesso em 02 Jun 2016.

	<p>5.2. Leitura e análise dos novos tratados comerciais firmados entre a Coroa portuguesa e as potências europeias.</p> <p>5.3. Analisar os impactos da transferência da Corte Portuguesa sobre os hábitos e costumes da vida colonial.</p> <p>5.4. Analisar as imagens produzidas pelos europeus no Brasil Joanino e I Império.</p>
--	--

Eixo Temático II - Cultura e Política na Construção do Estado Nacional Brasileiro (1822-1930)

Tabela 6: Tema- Embates Políticos e Culturais no Processo de Construção e Afirmação do Estado Nacional

TÓPICOS	HABILIDADES
6. Estrutura constitucional, agrupamentos políticos, forças sociais e simbologia do poder.	<p>6.1. Confrontar as periodizações históricas tradicionais a partir das noções de múltiplas temporalidades, permanências e mudanças, simultaneidade de processos históricos.</p> <p>6.2. Analisar as configurações das elites brasileiras no Império, seus interesses e agrupamentos político-partidários.</p> <p>6.3. Analisar as posições das elites brasileiras frente ao ideal de civilização nos trópicos e sua opção pelo sistema monárquico: acentuar a singularidade dessa opção no contexto latino-americano.</p> <p>6.4. Analisar fontes (festas, monumentos, pinturas e fotografias): os significados simbólicos da monarquia; o exercício e legitimação do poder; e sua relação com as liturgias políticas ao longo da história brasileira.</p>

O professor poderá utilizar o livro paradidático quando achar oportuno durante o desenvolvimento desses conteúdos já que permitem aproximações, generalizações e analogias ao uso da memória sobre D. Joaquina como elemento de uma História (local X global) que se faz de forma crítica.

O material paradidático que produzimos tem como objetivo apresentar ao estudante um pouco sobre a história de D. Joaquina e acerca da memória sobre essa personalidade afim de que se disponha de uma fonte de conhecimento, de estímulo à pesquisa e de análise crítica da História. Desejamos que esse livro paradidático possa ser um material de apoio às atividades do professor, sobre a história de Pompéu/MG, possibilitando o debate sobre significado e importância econômica do Centro Oeste mineiro em meados do século XVIII, sobre Dona Joaquina, sobre a escravidão, o papel da mulher

Joaquina e a recente valorização do conceito de memória, especialmente sobre D. Joaquina do Pompéu, como instrumento de se fazer um estudo de História de forma crítica.

O livro paradidático recebeu o título de “Dona Joaquina do Pompéu em História”. O nome busca salientar D. Joaquina como sujeito histórico e trata sobre sua memória como uma representação que, com os devidos cuidados críticos, serve de elemento que a História se utiliza para construir os discursos que se estabelecem em uma dada sociedade. A narrativa histórica não é um retrato exato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu. A essa natureza universal e coletiva da História, contada por muitas pessoas em grande medida por via escrita e de maneira consensual é por vezes fundamentada pela memória.

4.1.1. Livro paradidático “Dona Joaquina como História”

O livro paradidático está dividido em doze partes além da capa. Na capa de apresentação o livro paradidático traz como imagem de fundo, uma representação de D. Joaquina do Pompéu feita por Yara Tupynambá, o título da obra e a autoria do texto. A imagem representada será analisada em outro momento no livro paradidático, na parte 7 – “Nossa memória, nossa história?”.

Na parte 1 – Apresentação, esclarecemos sobre a realização do paradidático como um dos resultados da Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania – Dona Joaquina do Pompéu: memória e imaginário social-Pompéu/MG (1990-2015) realizada pela pesquisadora Nayara de Oliveira Souza sob orientação da Professora Doutora Patrícia Vargas Lopes de Araújo, nos anos de 2014 a 2016. Definimos que os objetivos da pesquisa se centraram no questionamento sobre a forma, a função e os usos dados à memória sobre Dona Joaquina do Pompéu, a interrogação sobre os objetos materiais e imateriais utilizados como suporte para a memória sobre D. Joaquina do Pompéu, a constituição dos discursos que validam a permanência de uma memória e as etapas de difusão social afim de tomar a memória, por ela mesma, como um objeto de história possível. Apresentamos também as conclusões a que chegamos ao fim da pesquisa, explicitando que a memória deve ser instrumento de se fazer possível compreender que aquele acontecimento do passado é um entre uma tipologia de acontecimentos possíveis. Analisar os eventos do passado devem nos ajudar a compreender o passado com o propósito de confrontá-lo ao presente na busca por diferenças, por similaridades e por reedições modernizadas. Por fim, desejamos que o estudante e o professor façam um bom trabalho afim de que se disponham de uma fonte de conhecimento e que o paradidático estimule a pesquisa e análise de forma crítica a história que é dada e consensualmente aceita.

Na segunda parte, “Que Minas Gerais é essa?”, buscamos contextualizar o leitor sobre Capitania de Minas Gerais no século XVIII, mais especificamente em sua segunda metade. Procuramos

evidenciar as transformações ocorridas na Capitania de Minas Gerais em função da mudança de rumos da economia mineira com novas alternativas de exploração econômica. Exploramos um mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas, de autoria de José Joaquim da Rocha em 1778, que aborda os assentamentos humanos e a rede de caminhos em Minas Gerais. Analisamos a configuração demográfica da Capitania, a ascensão das explorações auríferas e damos ênfase ao momento de enfraquecimento dessas explorações e o desenvolvimento de atividades econômicas alternativas à mineração. Ilustramos através de uma imagem²⁵⁸ a articulação da rede de comércio da Colônia com as regiões mineradoras. E em nas caixas de diálogo, denominadas: “Saiba mais...”, que aparece também em outros momentos do texto, explicamos a formação da Capitania de Minas Gerais, das primeiras Vilas mineiras e o significado de Pacto Colonial, importante para compreensão do período em análise.

Na parte 3 – “A importância econômica do Centro Oeste Mineiro”, buscamos localizar o leitor no espaço de nossa análise, a região em que ele vive nos dias atuais - o Centro Oeste de Minas Gerais, por meio de um mapa do século XIX da Capitania de Minas Gerias e suas Comarcas. Destacamos a mudança de rumos da econômica pela qual o Centro Oeste mineiro passou, dado em função do desenvolvimento da pecuária com uma economia local que atendesse o mercado interno. Salientamos a importância do desenvolvimento da pecuária para a alimentação da Colônia, evidenciando as formas de produção, o tipo de trabalho, o transporte, a finalidade da produção e sua distribuição pelo território mineiro.

Na primeira caixa de diálogo desse tópico, “Saiba mais...”, fazemos um breve histórico sobre a origem da cidade de Pompéu e na segunda, datamos o momento em que a Corte Portuguesa se transfere para o Brasil e o momento de proclamação da Independência. Finalizando essa parte contextualizando a fazenda do Pompéu no desenvolvimento de uma economia local de base pecuária no Centro Oeste mineiro. Ainda nesse tópico, anexamos uma imagem de uma raça bovina e descrevemos aquelas que teriam mais se espalhado por Minas Gerais. Acreditamos que esta ilustração possa provocar maior interesse do leitor, já que Pompéu é uma cidade que tem seu desenvolvimento econômico atrelado às atividades do setor primário, especialmente a pecuária, podendo ser comum ainda nos dias de hoje estes tipos de raças, trazendo assim para perto da vivência prática dos alunos e suas famílias. Por fim, introduzimos uma caixa de diálogo “Pense um pouco mais...” na qual perguntamos: Por que o atual município de Pompéu recebeu este nome? Acreditamos que com as explanações feitas ao longo do texto o aluno possa inferir sobre a origem do nome de sua cidade.

²⁵⁸ Ver em ANEXO VI.

Na quarta parte, que recebe o nome de “D. Joaquina do Pompéu”, fazemos uma pequena biografia dessa personalidade desde o seu nascimento até a data de sua morte. Contextualizamos o tempo de vida de D. Joaquina em termos políticos, econômicos e sociais. Buscamos destacar as transformações pelas quais o Brasil passou e foram substanciais para o destaque de D. Joaquina como produtora agropecuária da região Centro Oeste de Minas. Por meio da reprodução da análise de uma carta feita por Diogo Pereira de Vasconcelos, representante comercial da fazendeira em Vila Rica, como D. Joaquina do Pompéu se estabelece no mercado de gado vacum na Praça do Rio de Janeiro. A ampliação de sua rede comercial não se dá apenas em função do bom desempenho administrativo e das condições econômicas do período favoráveis, mas também de uma ampla rede de relacionamentos que D. Joaquina estabelecera com comerciantes, produtores, autoridades políticas e administrativas. Essa rede de relacionamentos teve como base as relações de parentesco estabelecidas e que ajudavam no fortalecimento das ações e das alianças economicamente vantajosas.

Na caixa de diálogo “Saiba mais...” evidenciamos a existência de uma economia colonial interna que se baseava na produção de gêneros de primeira necessidade, negando a hipótese afirmada por alguns autores de que não existia um mercado interno no Brasil Colônia desse período ou que a economia de Minas Gerais haveria entrado em estagnação ou até mesmo em recessão após o declínio do ouro. Ilustramos com uma imagem que faz referência ao transporte de carne de corte naquela época, feito em carros de boi, manipulados por negros escravos. Nesse ponto, salientamos que D. Joaquina não realizou a lida na fazenda sozinha, com as próprias mãos, ela se valeu do trabalho negro escravo, próximo tema a ser discutido na quinta parte do livro paradigmático. Sobre essa ilustração, será pedido na décima parte, quando há uma proposta de trabalho, que seja feita uma análise sobre a força de trabalho utilizada para o desenvolvimento da pecuária. Ao final dessa quarta parte, relatamos sobre a herança que D. Joaquina deixou aos seus descendentes, exemplificando em um mapa os seus domínios de terras. Sobre esse mapa será pedido na décima parte, quando há uma proposta de trabalho, que seja feita uma análise comparativa entre o mapa disponibilizado e um outro que será pesquisado em um atlas recente sobre Minas Gerais, demonstrando os municípios mineiros que se fundaram sob terras que pertenceram à D. Joaquina.

A parte 5 – “A escravidão no Brasil” aborda algumas características do trabalho escravo em meados do século XVIII. Não entramos em todo o universo escravocrata do período, seria necessário um ou mais livros paradigmáticos para se fazer isso. Abordamos apenas algumas questões como a relação de trabalho dominante na Capitania. Marcamos também a primeira condição para existência da escravidão que é a violência. Analisamos uma das formas de se pactuar convivência suportável entre os escravos e seus donos, que de maneira compulsória, imprimiam uma marca cristã consagrando os escravos com os sacramentos católicos especialmente o batismo e o enterro digno. Destacamos a

impossibilidade de generalizações a respeito da aceitação do sacramento cristão, haviam escravos que se tornavam devotos católicos, os que apenas fingiam aceitação e ainda aqueles que mesclavam a religião de origem com o catolicismo. Na primeira ilustração mostramos a devoção de uma senhora negra ao catolicismo e evidenciamos que a devoção não foi necessariamente fingimento e nem se fundou na exclusividade da crença. Na segunda imagem mostramos uma fotografia recente do Cemitério de Negros da fazenda de D. Joaquina do Pompéu. D. Joaquina teria destinado em vida um espaço específico para o sepultamento de seus negros escravos. Na legenda da imagem propomos visitas e estudos sobre este espaço. Na caixa de diálogo “Pense um pouco mais...” perguntamos ao leitor: “quais os motivos justificam a existência de um cemitério de negros na fazenda de D. Joaquina?”. Acreditamos que após a leitura do material contido no paradidático o estudante possa inferir que embora não fosse prática comum da época, era de se esperar de uma senhora católica que respeitava os sacramentos católicos e da Igreja da época que pretendessem ter controle também sobre a morte impedindo assim que novas formas religiosas agissem de forma ilegítima e ainda dando aos que se convertiam tratamento digno de um cristão batizado. Por fim, relatamos o número expressivo de afrodescendentes, a maior parcela da população mineira, na segunda metade do século XVIII possibilitando a existência de arranjos familiares. Na caixa de diálogo “Saiba mais...” fazemos citação de Botelho, comprovando em números a expressividade da população afrodescendente nas Minas da segunda metade do século XVIII.

Na sexta parte: “Uma mulher chamada Joaquina”, o que se pretendeu foi enfatizar que embora D. Joaquina do Pompéu tenha sido uma mulher à frente dos negócios agropecuários de sua fazenda seu comportamento não revela luta feminista. Demonstramos que D. Joaquina mantém os pressupostos do patriarcalismo, não rompendo com o conjunto de valores e práticas familiares do período em questão. Ao invés do núcleo estar centrado em uma figura masculina, ela como mulher exerce exatamente o mesmo papel de chefe da família sem modificar o tratamento dado às mulheres do período. Mostramos na caixa de diálogo “Saiba mais...” o significado da palavra feminismo e no corpo do texto analisamos o comportamento social e familiar de D. Joaquina que não sinaliza defesa a qualquer tipo de posicionamento feminino forte. Exemplificamos com o destino dado as seus filhos e filhas que não rompem com os padrões da época, realizando casamentos por arranjos econômicos favoráveis e ainda nenhuma de suas filhas assume administração de negócios após a sua morte. Ilustramos ao fim dessa parte com a imagem do monumento que representa D. Joaquina localizado à Praça Carlos Eloy na Rua D. Joaquina do Pompéu no centro do município de Pompéu, evidenciando que ele foi construído mesmo sem que se tenha nenhuma imagem de D. Joaquina do Pompéu e reflete as ideias-imagens que representam a memória sobre D. Joaquina do Pompéu. E perguntamos na caixa de diálogo “Pense um pouco mais...”: se não há fotografias, como pode se construir um monumento que represente D.

Joaquina? Com base em que evidências? Nesse momento, esperamos que a partir da leitura dos textos feitas até o momento façam com que o estudante já consiga inferir que o busto é uma representação sobre o que dizem e o que se tem sobre D. Joaquina e não revela uma verdade absoluta, apenas uma visão daquele grupo que o construiu. Essa imagem é um link para a última parte de discussão teórica: “Nossa memória, nossa história?”.

Na parte 7 – “Nossa memória, nossa história?”, procuramos falar sobre o fenômeno da memória sobre D. Joaquina do Pompéu, sua longa duração e permanência por quase duzentos anos. Analisamos a representação de uma imagem sobre D. Joaquina produzida pela artista Yara Tupynambá e descrição que a própria autora faz sobre a simbologia expressa ao interpretar a imagem. Salientamos que todas essas imagens sobre D. Joaquina fazem parte de um conjunto de ideias e imagens que guiam o imaginário social sobre essa personalidade. Explicamos na caixa de diálogo “Saiba mais...” o conceito de imaginário social. Em seguida, problematizamos o conceito de memória, refletindo sobre o fato de que a memória não é um dispositivo de armazenamento de dados fiel à realidade.

A memória é uma (re) construção consciente de algo vivido. Memória é ação formada a partir do desejo de quem lembra e faz o recorte e a seleção do que lembrar, influenciado pelo momento presente. Estabelecemos a distinção entre o que consideramos ser “memória *sobre* D. Joaquina do Pompéu” e “memória *de* D. Joaquina do Pompéu”. Estamos falando, portanto de uma representação sobre o que se tem lembrado e passado de geração em geração sobre D. Joaquina e que nesse caminho percorrido ao longo do tempo e do espaço é possível supor que muita coisa foi esquecida, muita coisa foi inventada, muita coisa foi transformada e muita coisa permaneceu de acordo com os interesses do momento presente. Salientamos em caixa de diálogo “Pense um pouco mais...” que não há ninguém nesse mundo vivo que conhece ou conheceu D. Joaquina do Pompéu, ela morreu em 1824, e pedimos ao leitor que faça as contas, quantos anos se passaram desde o seu falecimento? Fazemos essa pergunta por que muitas vezes durante as observações da experiência prática de pesquisa sentimos que não há por parte de quem se refere à memória sobre D. Joaquina um ordenamento temporal, falam dessa personalidade muitas vezes como se esta fosse da idade de sua avó. Destacamos o papel da memória na construção de um conhecimento válido cientificamente, o conhecimento historiográfico. Salientamos que toda memória fornece elementos para a História. No entanto, se faz necessário, por outro lado, analisar a memória de forma crítica, compreendendo o contexto em que ela foi construída e utilizada. Por fim sugerimos ao leitor que de posse de alguma memória, que é intencional e seletiva, tenha cuidado ao utilizá-la como fonte de História. Como fazer isso? Analisando os discursos e fazendo questionamentos:

- Quando e onde surgiu?
-

- Quem disse (ou fez)? Qual o seu papel na sociedade?
- O que está acontecendo no presente e naquele momento passado no local, em Minas Gerais, no Brasil e no Mundo?
- Quais são os personagens envolvidos? Quais os seus papéis na sociedade?
- Há outros elementos e fontes que comprovam o mesmo fato?
- Podemos comparar este evento a outros que ocorreram no Brasil e no Mundo? Há outras situações semelhantes?
- O que aprendemos com tal fato? O que devemos repetir e não repetir?

Feito isso o leitor poderá ser um estudante de História de forma crítica, que não se deixa levar pela reprodução pura e simples do que ouviu dizer. Salientamos que não há verdade absoluta sobre determinado evento passado, apenas uma visão de algo que não existe mais (uma das possíveis visões ou interpretações) e que, portanto, é impossível apreender o passado em sua plenitude, sempre caberá outras possibilidades de estudo. O que se faz é um recorte, ou seja, selecionamos o lugar, um período de tempo, um objeto para ser estudado. E finalizamos propondo ao leitor que faça recortes no passado propondo estudo crítico historiográfico.

Na parte 8 – “Linha do tempo”, construímos uma cronologia com os principais eventos na história de Minas Gerais e do Brasil que fornecem datas necessárias para compreensão da narrativa histórica que construímos ao longo desse livro paradidático.

O livro possui uma linguagem de fácil acesso ao leitor que estima-se ter, no 1º ano do Ensino Médio, aproximadamente 15 anos. Não utilizamos uma linguagem muito infantil e, ao mesmo tempo, não fazemos uso de conceitos muito robustos e palavras de difícil compreensão e interpretação. Mesmo assim, por desconhecer a capacidade de compreensão e interpretação do leitor optamos por destinar um espaço de “Glossário” na nona parte do livro paradidático, onde o estudante pode, com o auxílio do professor e de um dicionário, construir uma lista de significados e sinônimos de palavras desconhecidas ao longo do texto. No nosso ponto de vista, dessa forma, amplia-se o vocabulário daqueles que não o possuem em grande quantidade e valoriza-se aquele dos que já possuem. Optamos por colocar um campo de “sinônimos”, pois devido à nossa experiência como docente com estudantes da mesma faixa etária, quando damos a orientação de buscar em um dicionário o significado de palavras, os alunos copiam literalmente o significado, que geralmente é extenso e por vezes possuem palavras que também desconhecem o significado. Quando pedimos sinônimos, forçamos a interpretação, é necessário que o aluno compreenda e interprete a frase longa do significado e a substitua por apenas uma palavra ou expressão.

Na décima parte – “Proposta de trabalho”, construímos um material com perguntas sobre o que foi apresentado ao longo do texto do paradidático. Dividimos em três partes: a primeira pede a observação dos mapas, a segunda propõe a compreensão do texto e a terceira pede atenção às figuras.

O primeiro tópico “Observando os mapas” possui três questões. As perguntas pedem a comparação de mapas antigos disponibilizados ao longo do livro paradidático e mapas atuais que serão pesquisados em um atlas atual. O objetivo é que o aluno perceba as diferenças e as similaridades entre as formas de representação do espaço utilizadas no passado e atualmente, identificando, aproximadamente, a localização de referências do presente no mapa do passado.

No segundo tópico sobre a compreensão do texto, realizamos oito questões especificamente sobre a interpretação e compreensão dos textos expostos no material paradidático. Na primeira questão, a questão de número quatro, pedimos ao estudante que explique as razões da transformação econômica que marca o século XVIII em Minas Gerais. Objetivamos que o aluno seja capaz de identificar que a transformação econômica por qual passa Minas Gerais no período é a gradual queda da exploração de metais preciosos em todo o Brasil e uma ressignificação das regiões auríferas com outras atividades econômicas praticadas em Minas Gerais, como: o comércio de gado, de escravos e de comestíveis. Sobre as razões que levam a esse reordenamento econômico estariam o declínio das explorações de metais preciosos pelo seu gradual esgotamento, o enfraquecimento do Pacto Colonial e a formação de uma cadeia de complementaridade que se efetiva a partir do polo minerador aumentando o número de rotas de comércio, ficando mais densas e estabelecendo uma rede de abastecimento a partir dos caminhos do ouro. A quinta questão pede que o estudante descreva como era realizada a atividade da pecuária no Centro Oeste de Minas Gerais. Objetivamos que o aluno compreenda que a carne de boi teve um importante papel para alimentação da Colônia desse período, sua principal função de produção era dada pela conquista de território e para a subsistência, além de ser uma atividade econômica voltada especificamente para o mercado interno visto que era uma atividade de consumo imediato especialmente pela população vilareja e dos arraiais. A produção foi feita de forma contígua e se alastrou a partir de centros irradiadores agrícolas ou mineradores, havendo, portanto, uma articulação entre os produtores de gado e as regiões mineradoras.

A sexta questão pergunta sobre as razões do sucesso de D. Joaquina para o desenvolvimento de uma economia local de base pecuária. Nesse ponto queremos que o aluno seja capaz de inferir que seu sucesso não é devido somente ao fato de ser boa administradora fazendária ou por causa das condições econômicas favoráveis, pretendemos que o estudante seja capaz de identificar o grande empenho de D. Joaquina para o fortalecimento das relações sociais, principalmente aquelas relacionadas ao parentesco para o fortalecimento das ações, pois as alianças economicamente vantajosas é que atraíam as famílias

da elite ao unirem seus filhos. Na sétima questão afirmamos que a população escrava resistia de muitas maneiras às condições duras do trabalho e uma delas, era através da impressão do cristianismo. Pedimos ao leitor que caracterize como foi feita esta impressão cristã. Objetivamos que o leitor expresse que esta era prática comum na Colônia onde os negros escravos eram ungidos com o primeiro sacramento católico, o batismo, ainda na África ou adentrando solo brasileiro quando eram realizados batismos de massa. O batismo era um modo de imprimir-lhes a nova religião e marcar o “nascimento de uma nova vida” na qual as velhas práticas pagãs deveriam ser evitadas a todo custo. Eram, portanto, obrigados a se inserir em uma nova cultura. Nenhum cristão que tenha sido batizado poderia ser sepultado sem os sacramentos devidos. Dessa forma, o que a Igreja pretendia era ter o controle sobre a morte e o sepultamento impedindo que novas práticas religiosas agissem de forma legítima. Entretanto, faz-se necessário o rompimento da ideia generalizada de que todo escravo não se convertia à religião católica, apenas fingia aceitá-la, como forma de se proteger, continuando a cultuar deuses africanos por meio de imagens católicas. Na realidade, muitos deles adotaram a religião cristã e tornaram-se devotos fervorosos. Houve também aqueles que incorporaram as práticas cristãs às práticas religiosas africanas. Nesse sentido, não se julgavam como práticas opostas.

Na oitava questão reproduzimos novamente afirmação feita por Botelho, disponibilizada ao longo do texto: “A maior parte daqueles que habitaram a região ao longo do século XVIII era, portanto, constituída de afrodescendentes”²⁵⁹. Dessa forma, perguntamos: com base em que informações pode-se concluir tal fato? Pretendemos que o leitor seja capaz de capturar informações e dados numéricos ao longo do texto que comprovem a afirmação, dizendo que em 1808 a população escrava era 34% da população total e os livres de cor somavam agora 41% dos habitantes de Minas Gerais, portanto juntos os afrodescendentes compreendiam 75% da população total da Capitania. Na questão número nove, pretendemos que o aluno tenha ampliado o seu vocabulário e que entenda a expressão “patriarcalismo” que significa um conjunto de valores e práticas familiares, ligados a outros elementos como a presença de redes de amizade, influência política, econômica e social, não centralizado, portanto em uma figura masculina. Nesse sentido D. Joaquina, mesmo sendo mulher, manteve as estruturas patriarcais do período em questão não levantando nenhuma bandeira feminista.

A décima questão, pretende que o leitor tenha percebido as diferenças das expressões “memória sobre D. Joaquina do Pompéu” e “memória de D. Joaquina do Pompéu”. Pretendemos que o leitor compreenda que a memória é uma representação sobre o que se tem lembrado e passado de geração em geração sobre D. Joaquina e que nesse caminho percorrido ao longo do tempo e do espaço é possível

²⁵⁹ BOTELHO, Tarcísio R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In____.RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.p. 457.

supor que muita coisa foi esquecida, muita coisa foi inventada, muita coisa foi transformada e muita coisa permaneceu de acordo com os interesses do momento presente. E por fim na última questão do tópico de compreensão do texto, a pergunta número onze, questiona ao aluno sobre a possibilidade de apreensão da verdade absoluta sobre determinado evento do passado. Objetivamos que o aluno tenha compreendido que a narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu, não existindo, portanto, verdade absoluta sobre determinado evento passado, existe apenas uma visão de algo que não existe mais (uma das possíveis visões ou interpretações) e que, diante disso, é impossível apreender o passado em sua plenitude, sempre caberá outras possibilidades de estudo. O que se faz é um recorte, ou seja, selecionamos o lugar, um período de tempo, um objeto para ser estudado.

No terceiro tópico – “De olho na figura” propomos o exame de ilustrações que apareceram ao longo do texto do livro paradidático. A primeira questão, a número 12, pede ao leitor que descreva o processo de trabalho envolvido no desenvolvimento da atividade da pecuária, representado na figura que aparece na página 11 do livro paradidático. Pretendemos que o estudante consiga identificar que naquele momento era o trabalho escravo a principal forma de trabalho. Na questão número 13 pedimos ao leitor que analise mais uma vez a imagem do busto de D. Joaquina já expresso no material paradidático na página 17. Solicitamos ao aluno que faça uma pesquisa em outros meios (internet, jornais, revistas, outros livros, ou mesmo entrevistas com pessoas da cidade) sobre o monumento que representa as ideias-imagens sobre D. Joaquina de forma que possa ser utilizado como fonte de um estudo crítico em História, respondendo às questões propostas: quando e onde surgiu? Quem disse (ou fez)? O que está acontecendo no presente e naquele momento passado no local, em Minas Gerais, no Brasil e no Mundo? Desejamos que o aluno pesquise e fique sabendo que esse monumento foi produzido em 2013 e está localizado à Praça Carlos Eloy na Rua D. Joaquina do Pompéu em Pompéu/MG. O monumento foi elaborado por uma artista de Itaúna/MG, Cleide Guimarães, feita por meio de encomenda da Prefeitura Municipal de Pompéu. Nessa questão, objetivamos que o aluno seja capaz de compreender que o busto foi criado em homenagem à memória sobre D. Joaquina do Pompéu que é tomada como história oficial do município em um momento festivo, na data em que se comemora o aniversário de nascimento de D. Joaquina, momento em que são realizadas comemorações na cidade através do Festival D. Joaquina do Pompéu, que ocorre desde 2001.

Consideramos necessário também que o aluno realize uma pequena entrevista com pessoas que estejam transitando próximo ao monumento e pergunte sobre quem é essa personalidade, qual o conjunto de ideias e imagens que o monumento parece representar. Nossa intenção é que o aluno perceba a variedade de “histórias” contadas a partir daquele monumento. Em seguida, pedimos ao aluno que selecione três afirmações sobre o monumento e a personalidade de D. Joaquina do Pompéu e faça

uma análise de forma crítica sobre o conteúdo histórico da fala, indagando sobre a ocorrência de outras fontes que corroborem ou discordem das falas dos entrevistados. Chegamos ao exercício final do livro paradidático, pretendendo que o aluno seja capaz de refletir sobre a memória que é utilizada como história oficial do município, identificando o papel dos atores sociais na seleção, construção e transmissão de memórias. E que também perceba o seu papel enquanto estudante e cidadão de questionar e ampliar o conhecimento histórico.

A décima primeira parte do livro paradidático traz as referências bibliográficas consultadas para a elaboração da narrativa histórica apresentada. É importante que essas informações sejam apresentadas para dar crédito às fontes que serviram de base e de leitura para o texto e ainda para que possibilite ao aluno e ao professor consulta à bibliografia utilizada.

A parte 12, última do livro paradidático, mostra quem é a autora do livro. É prática comum dos livros paradidáticos mostrar de maneira pessoal os autores que escreveram a obra e achamos interessante fazer da mesma forma no nosso material. Expomos uma fotografia da autora e mostramos um pouco sobre nossa história de vida, formação profissional e a origem do desejo de escrever sobre Pompéu. Relatamos também nossos gostos particulares afim de que nos torne próximo dos nossos leitores, os professores e alunos do 1º ano do Ensino Médio da Educação Básica de Pompéu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicar a persistência de uma personagem na lembrança de uma sociedade se não pela memória? Falamos da memória sobre D. Joaquina do Pompéu. Nome que carrega consigo uma carga sem fim de valores simbólicos. Nome que exerce poder diante das relações sociais. Nome que gera recursos financeiros. Nome que atua sobre a origem e a identidade de indivíduos. Nome que ilustra o imaginário social.

Sem a pretensão de esgotar a temática, nesse trabalho buscamos compreender a memória que se institucionaliza sobre D. Joaquina do Pompéu entre 1990 e 2015 a partir da análise do seu formato, da sua função e dos usos que cabem à essa memória na sociedade pompeana. Ao falarmos na memória sobre D. Joaquina, percebemos que ela é objeto de uma construção social ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI e deve ser percebida na atualidade de maneira dinâmica e em conexão com o contexto histórico-geográfico do recorte em análise.

Entendendo que não temos mais acesso direto ao passado, destacamos o papel de D. Joaquina e a produção agropecuária da fazenda do Pompéu para o abastecimento interno da Colônia no seu tempo de vida. D. Joaquina se especializou principalmente na produção de gado de corte, para o abastecimento dos mercados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A produção agropecuária já existia nas Minas Gerais mesmo no período áureo do ouro, mas somente com o declínio da exploração de metais preciosos e uma reordenação demográfica na Capitania é que a pecuária alcançou um desenvolvimento significativo capaz de atender as demandas do mercado interno. A fazenda de D. Joaquina do Pompéu reforça a ideia de como a produção agropecuária, foi capaz de alterar a cultura local, dar visibilidade a figura do fazendeiro de gado e desenvolver uma economia local capaz de abastecer o mercado interno do país acompanhando as transformações que naquele momento ocorriam²⁶⁰. No entanto, o sucesso de D. Joaquina não se deve ao fato somente de seu desempenho administrativo ou às condições econômicas do período favoráveis. Ela pautou suas ações tendo como base as relações sociais de parentesco para o fortalecimento de suas negociações. E, embora a sua trajetória nos revele uma mulher que assume papel de chefe da família na ausência do marido, papel similar àquele que era dado às mulheres viúvas desse tempo, seu modo de vida não sinaliza para ações feministas naquele período. D. Joaquina esteve inserida em uma sociedade patriarcal, na qual ela era o núcleo da família, da rede ampla e sólida de amizades que estabeleceu nas Capitanias de Minas Gerais e no Rio de Janeiro, das

²⁶⁰ A descoberta, ascensão e declínio do ouro, o povoamento do interior do Brasil, a exportação de bens primários, o abastecimento da Colônia pela pecuária, a criação de um novo tipo social - o do fazendeiro de gado -, o enfraquecimento do Pacto Colonial, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e sua Independência, são fatores de transformação, motores que engendram o Brasil no espaço e no tempo em que D. Joaquina viveu.

transformações ocorridas na fazenda do Pompéu pela pecuária e da economia local do Centro Oeste de Minas Gerais.

Ao longo da pesquisa percebemos que a memória não é uma mera reflexão da realidade social. As representações sobre D. Joaquina se transformaram de acordo com as intenções expressas pelo imaginário social, uma (re)construção consciente de algo vivido na prática social. Marcada por iniciativas intencionais na produção de uma realidade, o passado é utilizado aos interesses do presente, manipulado como modelo que tem poder sobre o presente. À memória se impõe um trabalho, uma ação consciente sobre a seleção ao fazer que algo prevaleça em detrimento de algo que foi descartado. Nesse sentido, a memória se torna um instrumento de poder político de um grupo específico que negocia e que luta. Ou seja, a trajetória da família de D. Joaquina de Pompéu se projeta na constituição do formato da memória sobre D. Joaquina do Pompéu por via institucional e pública, por meio de discursos e narrativas de fundação e caracterização do município e de seu povo. Esta tentativa de (re) construção do passado dado pela memória faz com que os que se identificam com D. Joaquina do Pompéu se tornem enquadrados em um contexto histórico de formação, cujo foco de origem e de identidade se localiza na figura da matriarca.

A memória sobre D. Joaquina é *tomada como história*²⁶¹, usada comumente nos discursos políticos, nas obras de memorialistas, nos relatos orais e na própria historiografia oficial da região do Centro Oeste de Minas Gerais, mas, no entanto, é memória. A relação que se estabelece do passado como memória é uma relação de identidade. Os símbolos, os valores culturais e morais, os costumes, as crenças e os mitos se manifestam no espaço, delineando territórios bem definidos, mesmo que seja apenas no imaginário, são manifestações de poder em defesa da identidade assumida naquele momento pela sociedade. A memória institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu tem a função criar/(re)significar o imaginário social sobre o mito que deu origem à história da cidade afim de manter o compartilhamento de um mesmo conjunto de ideias e imagens que regem a sociedade pompeana.

Embora o debate sobre D. Joaquina e a permanência de sua memória ao longo do tempo tenha sido foco de outros estudos, nosso trabalho contribui para compreensão da memória que se institucionaliza a partir da década de 1990, quando foi instaurada políticas públicas de distribuição de recursos aos municípios que realizassem ações de proteção à história local. O trabalho de campo desenvolvido no Centro Cultural D. Joaquina do Pompéu e no Museu da Cidade possibilitou que analisássemos os Planos de Inventário para Proteção do Patrimônio Cultural do Município e a celebração em comemoração ao aniversário de nascimento de D. Joaquina do Pompéu. Verificamos

²⁶¹ Cf NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 01 Jun. 2014.

que quanto menos a memória está impregnada no gesto, no hábito e no ofício mais se tem a necessidade de se resgatar, preservar e solidificar esta memória em espaços ou lugares que consagrem esta personagem, criando a ilusão de nada se perder, a ilusão de poder arquivar a memória. Há um visível esforço de seus descendentes frente à administração pública na manutenção e na valorização do capital social herdado, recuperando e honrando não só a imagem de D. Joaquina, como também de seus descendentes ilustres e ainda, marcando os demais descendentes pela tradição de gente de atitude e de empreendedorismo. Há interesse tanto público como particular na valorização do que nomeamos de “marca D. Joaquina do Pompéu” afim de que se obtenha desenvolvimento econômico para o município e também que seus descendentes se espelhem na atitude empreendedora que D. Joaquina tivera, lançando-se para um mercado cultural de riscos mas que, no entanto, pode oferecer retorno financeiro vantajoso.

Percebemos a preocupação em proteger bens, criar monumentos e festejos que se liguem à memória institucionalizada sobre D. Joaquina sem que seja considerado o conjunto de significados que o bem possui para sociedade que dele usufrui, apenas pela necessidade em nosso tempo de lembrar. O uso que se faz dessa lembrança aponta para justificativas de salvaguarda que promovam uma relação de continuidade com o passado que se mostra evidente e fechado, ou seja, não é possível indagações e investigações sobre esta personalidade que é evidentemente, segundo o que observamos durante a pesquisa, a *célula mater* de origem da história de um município, cabendo ao seu povo identificar-se a ela.

Não significa, entretanto, que há domínio do imaginário coletivo proposto pela memória familiar institucionalizada sobre D. Joaquina do Pompéu como história. Embora o empenho institucional e familiar se mostre evidente em reverenciar o passado de continuidade no presente, do tratamento excepcional e singular à memória sobre D. Joaquina do Pompéu, ocorre uma falha entre o mediador e o receptor. A sociedade pompeana no conjunto analisado não legitima o passado dado, ao contrário, dessacraliza a imagem.

Ao refletirmos sobre a necessidade e o desejo de parte da sociedade pompeana de se fazer história, ou seja, sua análise crítica, percebemos que a memória deve ser instrumento de se fazer possível compreender que aquele acontecimento do passado é um entre uma tipologia de acontecimentos. Compreender os eventos do passado devem nos ajudar a perceber o passado afim de confronta-lo com o presente na busca por diferenças, similaridades e reedições modernizadas. Se não for possível usar esta memória afim de comparar à outros eventos da humanidade ela não assume valor algum para a sociedade, não há valor de natureza científica para um acontecimento que é único e incomparável, se faz necessário utilizar o passado como exemplo para o presente.

Acreditando ser mais crítica, propomos outra maneira de se colocar diante da memória sobre D. Joaquina. Utilizando-a no o presente que não é *continuum* do passado. Propomos a utilização da memória sobre D. Joaquina do Pompéu como um dos elementos que compõem a História (e não ela própria a História), analisando-a de forma crítica, buscando comparações com outros eventos do passado e do presente afim de estabelecer generalizações e analogias. Desse modo, decidimos sobre confecção de um livro paradidático que se adeque aos nossos objetivos e ajude a promover análises críticas que tenham por base as relações locais, regionais, nacionais e mundiais. Não sintetizamos informações gerais já expressas no livro didático convencional. Ao contrário, entendemos o paradidático como um material auxiliar ao trabalho pedagógico do professor que faz a análise e examina sobre um tema específico, no caso, a memória sobre D. Joaquina do Pompéu, seus aspectos econômicos, políticos e sociais, os aspectos culturais, valorizando o estudo do cotidiano, da cultura, da mentalidade daquele período.

O livro paradidático recebeu o nome de “Dona Joaquina do Pompéu como História”. O nome busca salientar D. Joaquina como sujeito histórico e trata sobre sua memória como uma representação que, com os devidos cuidados críticos, serve de elemento que a História se utiliza para construir os discursos que se estabelecem em uma dada sociedade.

A reflexão que propomos é a de compreender que a memória recebe contornos políticos e culturais específicos, existem graus de espontaneidade/intencionalidade. Memória é desejo e se impõe uma seleção do que se deve lembrar pelo grupo que lembra. A memória pode ser utilizada de forma a compreender historicamente a realidade social. Desejamos que o sujeito tenha papel ativo na construção do conhecimento e seja capaz de coibir ações naturalizantes do passado e que ele não se adeque à verdade do objeto, mas duvide, sempre.

FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Documentais

1.1 Legislação

- * Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988
- * Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Livro I. Título LXVIII
- * Decreto 32.771, de julho de 1991.
- * Lei 12 040, de 28 de dezembro de 1995.
- * Lei 13 803, de dezembro de 2000.
- * Lei 18 030, de janeiro de 2009.
- * Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

1.2 Fontes Impressas

BAHIA, Cláudio Lister Marques. (Org.). *Fazenda do Laranjo: patrimônio cultural de Pompéu*. Belo Horizonte: Roma Editora, 2012.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. *Implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Pompéu-MG*. 2008.

MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG: exercício 2016 – Quadro II*. Belo Horizonte. 2014.

REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2009 - quadro II*. Belo Horizonte-MG. 2008.

REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2010 - quadro II*. Belo Horizonte-MG. 2009.

REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013.

REDE CIDADE. *Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu- Minas Gerais: exercício 2008/pasta II*. Belo Horizonte. 2007.

REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2011 - quadro II*. Belo Horizonte-MG. 2010.

REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2012 - quadro II*. Belo Horizonte-MG. 2011.

VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba: romance do ciclo agropecuário nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

1.3 Memorialistas

CAMPOS, D. P. R. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Campos. *A Dama do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

RIBEIRO, Coriolano; GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

1.4 Mapas

Mapa de classificação dos domínios de uso e ocupação do solo do município de Pompéu-MG
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. Implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Pompéu-MG. 2008.

Mapa dos domínios de D. Joaquina do Pompéu

Adaptado de PIERSON, Donald. O homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972 apud in NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias no sertão do São Francisco*.

Mapa de Localização do Centro Oeste Mineiro no século XIX

Adaptado de CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da Capitania à Província: políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007. p. 168. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CUNHA_Alexandre_Mendes-S.pdf > Acesso em: 17 Fev. 2016.

Mapa de Localização do Município de Pompéu-MG

WIKIPEDIA. *Pompéu*. 2016. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pomp%C3%A9u> > Acesso em 17 Fev. 2016.

Mapa do Município de Pitanguy

Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais 1927: estudos críticos. Disponível em: <WWW.albumchorographico1927.com.br> Acesso em 14 Jun.2014

1.5 Material Iconográfico

Acrílico de Dona Joaquina do Pompéu por Yara Tubynambá. Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu.

Acrílico do Solar de Dona Joaquina do Pompéu. Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu.

Convite de Inauguração do Centro Cultural Dona Joaquina do Pompéu-2011.

Curta metragem produzido por alunos do Centro Universitário UNI-BH, com apoio da Prefeitura Municipal de Pompéu, no primeiro semestre de 2013. Créditos: Cristiane Rainho: Produção, André Afonso: Assistente de Produção, Luiz Paulo: Roteiro, Pedro Ovídio: Roteiro projeto gráfico, Emerton Eleutério: Fotografia e edição, Pedro Almeida: Edição e projeto gráfico, Diego Rossi: Edição, Thiago Lara: Cinegrafia.

Folder de divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – 2012.

Folder de divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – 2013.

Folder de divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – 2014.

Folder de divulgação do Festival Dona Joaquina do Pompéu – 2015.

Material de divulgação da Secretária de Cultura e Turismo do município de Pompéu na administração 2009-2012.

Rede Globo Minas. Programa Terra de Minas. Exibição 22 Ago. 2015. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/mg/globominas/terrademinas/videos/t/edicoes/v/historia-de-dona-joaquina-mulher-importante-na-fundacao-de-pompeu-e-destaque/4411034/>> Acesso em: 09 Jul. 2016.

1.6 Eletrônico

CASTRO, H. H. *Dona Joaquina do Pompéu*. 2009. Disponível em: <<http://pompeanodamemoria.blogspot.com/2011/03/dona-joaquina-do-pompeu.html>> Acesso em 04 maio. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Disponível em: <http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp> Acesso em 12 Ago. 2010.

IEPHA. *Banco de notícias*. 2013. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1194-iephamg-apresenta-de-sinha-braba-a-grande-dama-do-sertao>> Acesso em: 18 Fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICA (IBGE). Disponível em : <[WWW.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)> Acesso em 01 jun. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉU. *História*. 2014. Disponível em: <<http://www.pompeu.mg.gov.br/>> Acesso em 10 Jun. 2014.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. Proposta Curricular (CBC). *História: ensinos fundamental e Médio*. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B80A9F6A7-110D-42C2-ACB1-A52372D19CB6%7D_LIVRO%20DE%20HISTORIA.pdf> Acesso em 02 Jun 2016.

WERNECK, Gustavo. Conheça a história da Dama do Sertão, uma mulher à frente do seu tempo. *Jornal O Estado de Minas*. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/08/25/interna_gerais,313821/conheca-a-historia-da-dama-do-sertao-uma-mulher-a-frente-do-seu-tempo.shtml> Acesso em 18 Fev. 2016.

1.7 Entrevistas

CVF. Duração: 35 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu-MG

FCM. Duração: 42 minutos. Data: 11 Mar. 2016. Viçosa-MG

GRU. Duração: 56 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu Velho-MG

HCV. Duração: 1 hora e 17 minutos. Data: 29 Jan. 2016. Pompéu-MG

JCR. Duração: 32 minutos. Data: 21 Jan. 2016. Pompéu-MG

TRE. Duração: 1 hora e 10 minutos. Data: 27 Jan. 2016. Pompéu Velho-MG

2. Referências Bibliográficas

2.1. Dicionários

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

2.2. Dissertações e Teses

CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da Capitania à Província: políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007. p. 94. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CUNHA_Alexandre_Mendes-S.pdf > Acesso em: 17 Fev. 2016.

FURLANI, Jumena. O Bicho vai pegar! – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 272f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2005. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13259/000491228.pdf?sequence=1> > Acesso em 30 Jun. 2016.

OLIVEIRA, L. A. *Nos domínios de Dona Joaquina do Pompéu: negócios, famílias e elites locais (1764-1824)*. 2012.133f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós graduação em História. 2012. Disponível em: < http://www.ichs.ufop.br/pgh/images/stories/Laizeline_Arago_de_Oliveira.pdf > Acesso em 24 Set. 2015.

2.3. Artigos, capítulos de livros e livros

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C; LAGES, V; MORELLI (Orgs.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: RelumeDumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 25-68. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT000A61AE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT000A61AE.pdf)>. Acesso em: 01 Out. 2009.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 309.

BECKER, Elisabeth L. S. et al. Em busca de Humboldt, La Blache e Milton Santos: um ensaio no tempo e no espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre-RS. *Anais...* Porto Alegre-RS: ENG, 2010. Disponível em: < www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1539 > Acesso em: 12 abril. 2011.

BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; CARSALADE, Flávio Lemos; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à

descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. In: *Seminário sobre Economia Mineira*. XVI. 2014. Diamantina. *Anais...* Diamantina. 2014. p. 1-24.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social- notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 2-3. Trad. Catani, Denice Bárbara; Catani, Afrânio Mendes. *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 65-69. Disponível em: < <https://republicavirtual.pbworks.com/f/Capítulo+III+bourdieu.doc> > Acesso em: 17 Fev. 2016.

BURKER, Peter. *O que é história cultural?* Tradução PAULA, S. G. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 472p.

CALISSI, Luciana. O livro didático e o ensino de História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira*. 2006. Disponível em: < www.historia.uff.br/polis/files/texto_7.pdf > Acesso em: 02 maio. 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: _____. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vizes, 1979. apud in SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2007.

CASALI, Rodrigo. *Migração e Encataria: a identidade da entidade*. In: ALBUQUERQUE, Eduardo Basto, (org.) *Migrações e Imigrações das Religiões*. Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. Assis, ABHR: 2008. ISBN: 978-85-88463-36-3. Disponível em: < <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/casali-rodriogo.pdf> > Acesso em: 19 Maio 2016.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, p. 82-83, 1995. apud in SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em minas gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2004, Diamantina – MG. Anais... Diamantina - MG: SEM, 2004. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF> > Acesso em: 11 maio. 2011.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. PIMENTA, L. F; PIMENTA, M. C. A. 3ª Ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.

COUTO, Edivando Vitor do; DELGADO, Edelaine Nabarreti; PASSOS, Messias Modesto dos. Processos e transformações na evolução da paisagem do município de novo Itacolomi – PR. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 13, 2009, Viçosa-MG. *Anais ... Viçosa-MG: SBGFA,2009* Disponível em: < http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/010.pdf > Acesso em: 12 abril. 2011.

FIUZA, Ricardo A. Malheiros. Pitangui: matriz de cidades motins. *Revista Casa dos Contos*, v.2, 2008. Disponível em: <

http://www.pitangui.mg.gov.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=150:pitangui-matriz-de-cidades-e-de-motins&catid=59:imprensa&Itemid=125 > Acesso em: 16/10/2010.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GOLD, Raymond L. Roles in Sociological Field Observations. *Social Forces*, 36. 217-23, 1958. apud in MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.p. 52. Disponível em: <http://www.4shared.com/postDownload/nfbMdb_/O_METODO_FENOMENOLOGICO_NA_PES.hml> Acesso em: 17 Fev. 2016.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990. apud in SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de Historia*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n.2, 1986. Disponível em: < www.fafich.ufmg.br/varia/numeros/2/pt > Acesso em 27 abr. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Definindo Território para entender desterritorialização. In: *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade”*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 35-98.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades territoriais: da multiterritorialidade à “reclusão” territorial*. Niterói. 30 dispositivos. Disponível em <<http://tercud.ulusofona.pt/GeoForum/Ficheiros/23GeoForum.pdf>>. Acesso em: 10. Nov. 2009.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 131-160.

HALBWACHS, Maurice. A memória individual e memória coletiva. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Trad. ALCIDES, Sérgio. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAZARINI, Ademir Quintilio; MURASSE, Celina Midori; SILVA, Silvia Mara da. *A contribuição de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) para a história da educação brasileira*. Disponível em : < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art5_10.html > Acesso em: 12 maio. 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In:_____. *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 525-541.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993. Disponível em: < www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tropeiros-em-alta > Acesso em: 02 maio. 2011.

- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. n. 17. São Paulo. 1998. p. 63-201.
- MORAES, Denis de (1998). Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. Publicado no sítio Gramsci e o Brasil. Disponível em < <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm> >. Acesso em 15 Maio 2016.p. 96.
- MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.p. 52. Disponível em: <http://www.4shared.com/postDownload/nfbMdib_/O_METODO_FENOMENOLOGICO_NA_PES.hml > Acesso em: 17 Fev. 2016.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 01 Jun. 2014.
- NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- OLIVEIRA, L. A. *Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824)*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n.2, 2009. Disponível em:<http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf> Acesso em: 21 out. 2010.
- PASSOS, Messias Modesto dos. Biogeografia e Paisagem. 2ª ed. Presidente Prudente: UNESP – PPGE, 2ª. Edição , 2003. *apud in* COUTO, Edivando Vitor do; DELGADO, Edelaine Nabarreti; PASSOS, Messias Modesto dos. Processos e transformações na evolução da paisagem do município de novo Itacolomi – PR. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 13, 2009, Viçosa-MG. Anais ... Viçosa-MG: SBGFA,2009 Disponível em: < http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/010.pdf > Acesso em: 12 abril. 2011.
- PESAVENTO, SANDRA J. Representações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, nº 29, 1995.p.15.
- PEREIRA, Julio Cesar Medeiros da Silva. À flor da terra: cemitério dos pretos novos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond. IPHAN, 2007. 208f. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101445/livro_cemiterio.pdf> Acesso em: 09 Jul. 2016.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense. 2004.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geares. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução ALAIN, F. et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
-

SA JUNIOR, Mario Teixeira. *Baianos e Malandros: a sacralização do humano no panteão umbandista do século XX,*” *Unbral Fronteiras*, Disponível em: <http://www.unigran.br/interletras/ed_anteriores/n2/inter_estudos/baianos.html> Acesso em 19 Maio de 2016.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=JRvh0ebaIXoC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summar_y_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 15 abril. 2011.

SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em minas gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2004, Diamantina – MG. *Anais... Diamantina - MG: SEM, 2004.* Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF>> Acesso em: 11 maio. 2011.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Paisagem: um conceito chave na Geografia. 2009. In> ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo- Uruguay. *Anais... Montevideo- Uruguay. EGAL, 2009.* Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area07/7624_Dias_Silveira_Emerson_Lizandro.pdf> Acesso em: 23 mar. 2011.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. *Geografia. Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-117.

TAVARES, Geórgia da Costa. Marchantes: estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde carioca (1763-1808). In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. *Anais... São Paulo, julho 2011.* Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300652057_ARQUIVO_artigoANPUH.pdf> Acesso em: 23 Jun. 2016.

TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 Nov. 2014.

VALENTE, Priscila Firmiano. Viúvas: família, sucessão e propriedade na Freguesia de Guarapiranga, 1830/1858. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2014, Juiz de Fora. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão historiador*. Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2014.

VEIGA, José Eli da. A dimensão Rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n.22,2004. Disponível em:< http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=19> Acesso em: 01 Set. 2010.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e memória*, São Paulo, v. 3, n.1, p. 3-13, 2007.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

ANEXO II - Patrimônio Inventariado de Pompéu para o exercício de 2003 a 2015

Patrimônio Inventariado de Pompéu para o exercício de 2003 a 2015 que assumem como justificativa o algo relativo à Dona Joaquina e a sua representação:

Observação: Após a data de inventariamento pode ter ocorrido alguma modificação no bem inventariado, que quando percebida, foi retratada no campo “observações”.

1) Denominação: Fazenda Ingazeira

Ano de exercício do inventário: 2013

Fotografia:



Descrição:

Endereço: Rodovia MG 420 – a 8 Km do Distrito Sede

Propriedade: Propriedade privada (particular) - Vicente Consesso de Freitas

Uso atual: residencial

Justificativas:

“A fazenda Ingazeira fazia parte da antiga fazenda Santa Rosa de propriedade de Dona Joaquina de Pompéu, que deu origem ao município. A fazenda reserva em sua propriedade um açude construído por escravos no entorno imediato, não sendo possível avistá-lo da sede por causa dos bambuzais e mata fechada, existentes no seu entorno.”

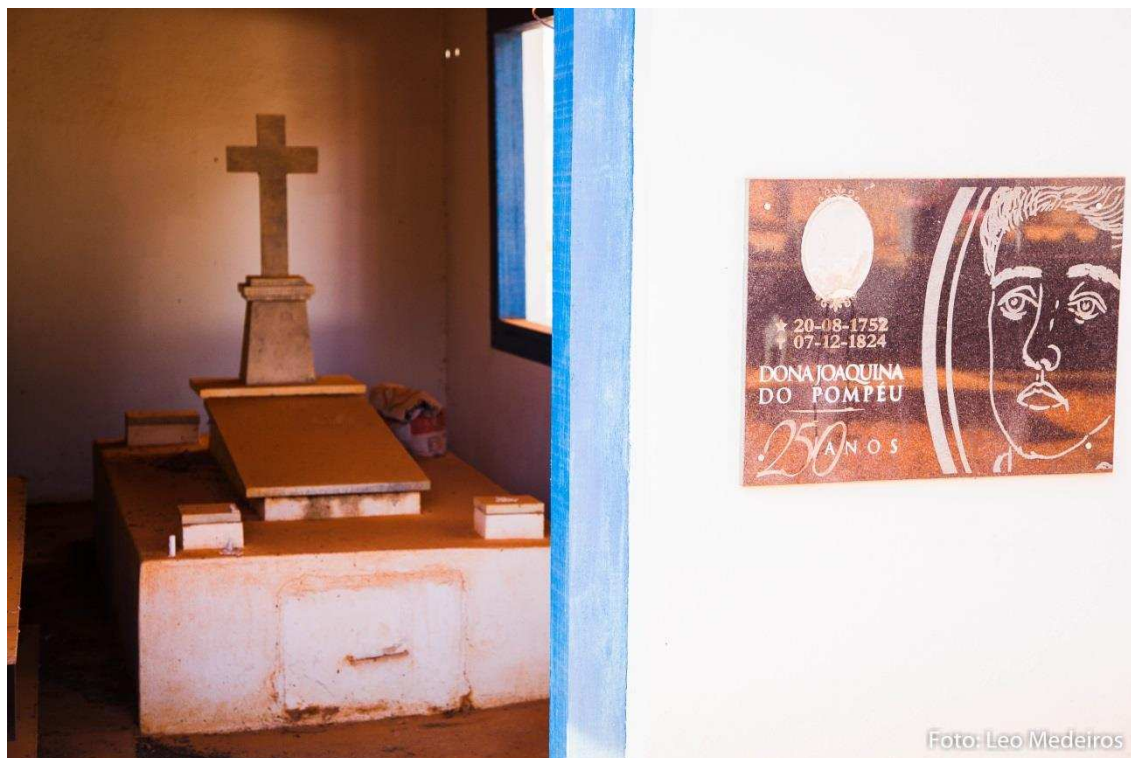
“Motivação do Inventário: o bem analisado deve ser protegido por se tratar de uma edificação Colonial característica do séc. XIX, que remete ao início da formação do município de Pompéu, uma vez que a fazenda Ingazeira é parte do desmembramento das Terras da fazenda Santa Rosa de propriedade de Dona Joaquina de Pompéu. Mantêm em bom estado de conservação suas características originais, como a alvenaria em pedra e cunhais de madeira.”

“A fazenda Ingazeira foi desmembrada das terras que deram origem ao município. Seu registro em cartório de Pompéu, data de 04 de janeiro de 1966, quando ainda era conhecida como fazenda Água Doce. O nome Ingazeira é referente a mais um desmembramento de terras ocorrido em 01 de dezembro de 1980. Os registros anteriores se encontram no cartório de Pitangui. Consta no Arquivo Público Mineiro, na lista de documentos de Inventário da Coleção da Família de Joaquina Bernarda do Pompéu S/D, cópias da divisão da fazenda Água Doce entre Felix de O. Campos e Anna de O. Campos Cordeiro, assinado por Domingos Francisco Soares e Joaquim A. da Silva com Notação FJBP 3- CX.03- Doc.53. Sendo Félix de O. Campos o 2º filho de Dona Joaquina e Anna de O. Campos Cordeiro a 8ª filha. Não restando dúvida da posse da atual fazenda Ingazeira a Dona Joaquina de Pompéu nos idos de 1.800.”

Fonte: REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG*: exercício 2015/pasta quadro II. Belo Horizonte. 2013.
Foto: Leo Medeiros

2) **Denominação:** Túmulo da família de D. Joaquina do Pompéu

Ano de exercício do inventário: 2003

Fotografia:

Descrição: Endereço: Pompéu Velho

Propriedade: Pública

Uso atual: institucional

Manutenção realizada em: 2013

Justificativa: “Histórico: também conhecido como cemitério dos brancos, o cemitério na fazenda do Pompéu velho é onde estão enterrados os descendentes de D. Joaquina, dona da fazenda. A matriarca foi responsável pelo desenvolvimento do povoado que se transformou no Município de Pompéu. O nome do cemitério dos brancos deve-se ao fato de existir dentro da fazenda o cemitério dos escravos, separado.”

Fonte: REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG*: exercício 2015/pasta quadro II. Belo Horizonte. 2013.

Foto: Leo Medeiros

3) **Denominação:** Oratório (móvel religioso do Séc XVIII) - fazenda Cercado

Ano de exercício do inventário: 2013

Fotografia:



Descrição: Endereço: Rodovia MG 060 - KM 24

Propriedade: Particular – Espólio de Crisipo Higino de Campos Cordeiro.

Procedência: pertencente à Dona Joaquina do Pompéu, sendo herdado pelos atuais proprietários do espólio de Crisipo Higino de Campos Cordeiro, bisneto de Dona Joaquina do Pompéu. Não há referência à autoria da peça.

Localização específica:

Fica localizado no dormitório, localizado à direita no corredor que sai da copa, em frente ao quarto da moradora da casa, tomando como referência a entrada pela porta da cozinha.

Uso: particular

Justificativa:

“Motivação do Inventário: O objetivo é salvaguardar o bem que tem importância para a história local, por se tratar de um oratório que pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, figura ilustre e marcante para a fundação do município de Pompéu, e ainda ser um oratório Ermida em estilo barroco muito comum no nordeste e fazendas mineiras do Séc. XVIII.”

“A peça em particular demonstra traços da história da cidade de Pompéu, por ter pertencido a Dona Joaquina do Pompéu. Posteriormente o móvel pertenceu a seu bisneto Crisipo Higino de Campos Cordeiro, herdeiro de Dona Joaquina do Pompéu por espólio.”

Fonte: REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG*: exercício 2015/pasta quadro II. Belo Horizonte. 2013.

Foto: Disponível em: < <https://www.myheritage.com.br/site-115334431/joaquina-do-pompeu> > Acesso em 20 Fev. 2016.

4) **Denominação:** Cemitério dos Escravos

Ano de exercício do inventário: 2003

Fotografia:



Descrição: Endereço: Pompéu Velho

Propriedade: Pública

Uso atual: institucional

Justificativa: “Histórico: o cemitério dos escravos localizado na fazenda do Pompéu Velho foi o cemitério dos escravos da fazenda de D. Joaquina.”

Fonte: PREFEITURAL MUNICIPAL DE POMPEU. *IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Pompéu/MG. 2003.

Foto: Leo Medeiros

5) **Denominação:** fazenda São Miguel

Ano de exercício do inventário: 2003

Fotografia:

Descrição: Endereço: Estrada rural municipal 237, 8km do distrito Sede.

Propriedade: Ademar Lobato

Uso atual: residencial

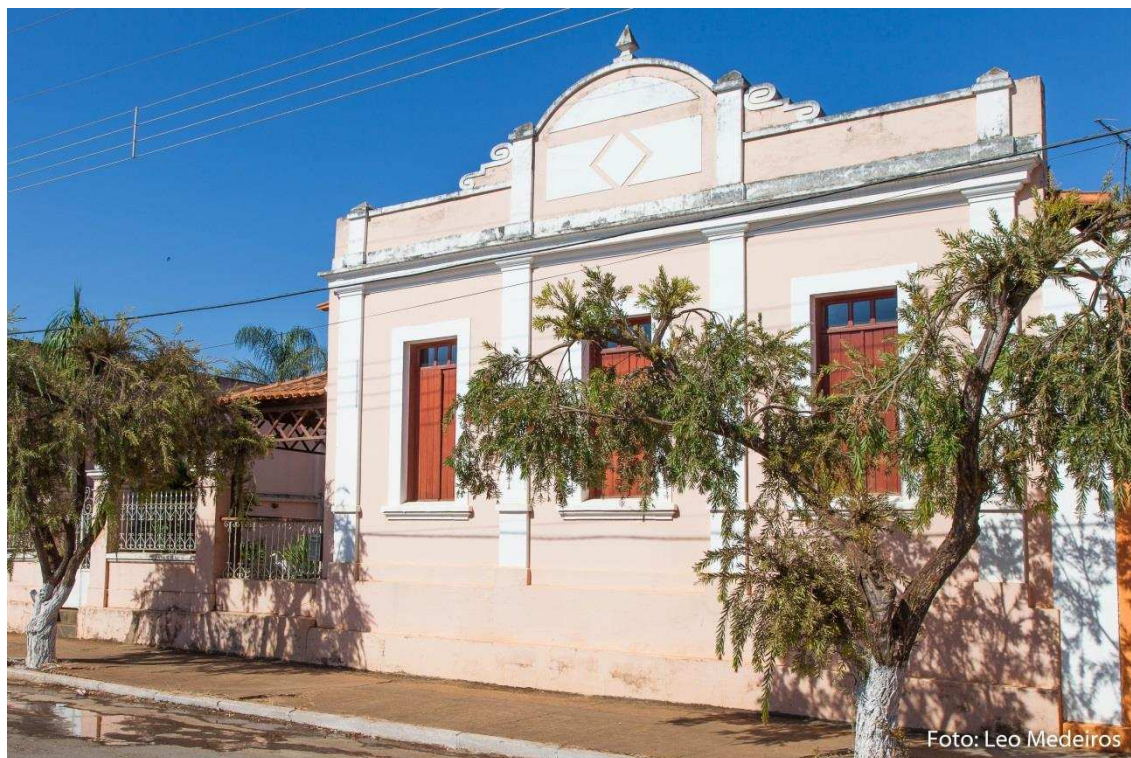
Justificativa: “Histórico: a fazenda São Miguel foi construída em 1853, pelo Capital Félix, filho da D. Joaquina. Era uma fazenda de engenho. O engenho foi construído em junho de 1864, pouco depois do final da construção da sede da fazenda. A fazenda provavelmente era habitada também por escravos, mas, não existe próximo à sede nenhuma construção que indicasse as condições dos mesmos, a não ser o porão da casa.”

Fonte: PREFEITURAL MUNICIPAL DE POMPEU. *IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Pompéu/MG. 2003.

Foto: Leo Medeiros

6) **Denominação:** Residência da Sra Adelaide

Ano de exercício do inventário: 2009

Fotografia:

Descrição: Endereço: Av. Capitão Joaquim Antônio – 116, Centro. Pompéu-MG.

Propriedade: Adelaide Pereira Maciel Ribeiro

Uso atual: Residencial e comercial

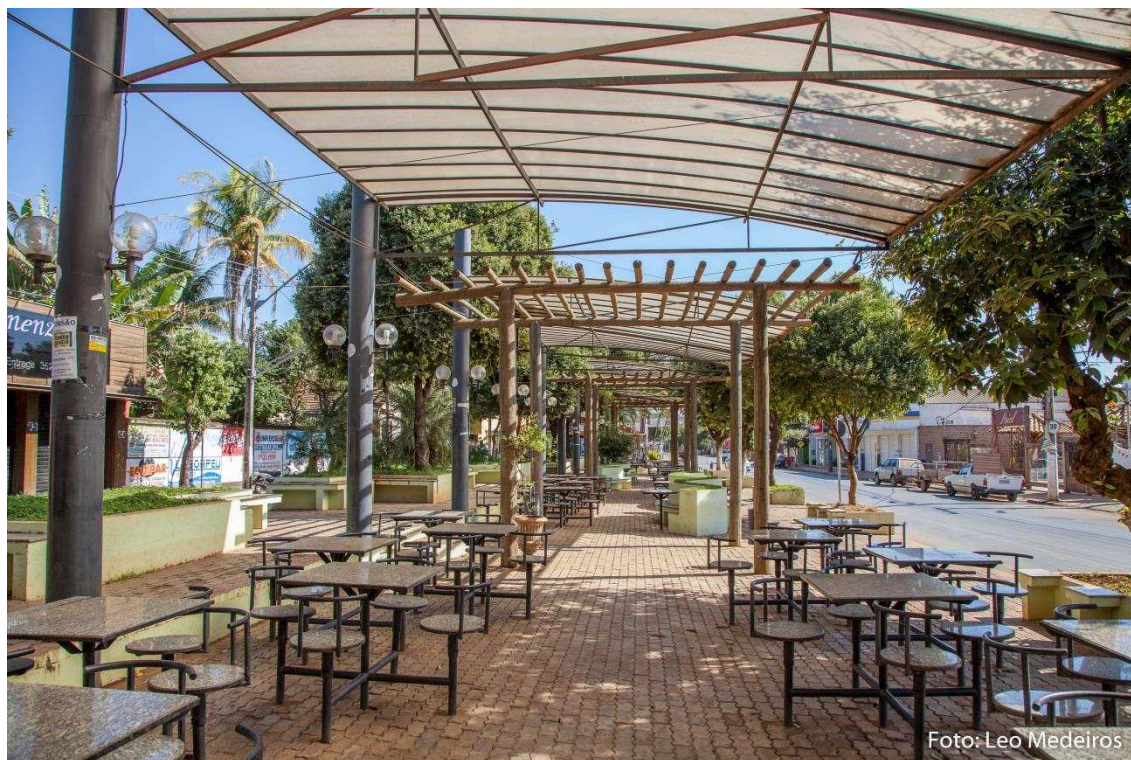
Justificativa: “contam que outro morador desta residência foi ‘Capitão Olímpio Cordeiro Maciel’, bisneto de Dona Joaquina, que no tempo do Império recebeu a Comenda de Capitão da Guarda Nacional.”

Fonte: REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2009 - quadro II.* Belo Horizonte-MG. 2008.

Foto: Leo Medeiros

7) **Denominação:** Praça Carlos Eloy

Ano de exercício do inventário: 2010

Fotografia:

Descrição: Endereço: Praça Carlos Eloy

Propriedade: Pública (Prefeitura Municipal)

Uso: público

Justificativa: “Aproximadamente em 2002, na administração do então Prefeito Francisco Luís Cordeiro, foi colocado na praça um busto da principal personalidade da cidade, Dona Joaquina Maria Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, casada com Capitão Militar e Capitão do Mato Inácio de Oliveira Campos. Dona Joaquina, nascida em 1752 e falecida em 1824, acumulou uma imensa riqueza; ela era dona de quase todas as terras da região. Em 1808 ela foi a principal fornecedora de carne para a recém chegada Corte Portuguesa, que veio fugida para o Brasil das invasões napoleônicas. Com este ato de recepção, ela ganhou imenso prestígio entre os novos habitantes, desfrutando de benefícios, recebendo boa quantidade de sesmaria e tornando-se ainda mais poderosa. A sua influência foi tamanha e vários de seus descendentes seguiram a carreira política, como Gustavo Capanema, Francisco Luiz da Silva Campos, Afonso Arinos e Roberto Campos.”

Fonte: REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2010 - quadro II.* Belo Horizonte-MG. 2009.

Foto: Leo Medeiros

8) **Denominação:** Festa de aniversário de Dona Joaquina do Pompéu

Ano de exercício do inventário: 2011

Fotografia:



Descrição: Tipo de celebração: festa regional

Locais onde se realiza: Praça Carlos Eloy e Rua Dona Joaquina

Data/periodicidade: Uma vez por ano, no dia 20 de agosto, com duração de 2 a 3 dias.

Uso: Público

Justificativa: “O intuito era mostrar a importância de Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior, mais conhecida como Dona Joaquina do Pompéu, já que havia uma grande curiosidade da própria população em saber sobre sua vida.”

“Assim como Chica da Silva e Dona Beija, Dona Joaquina do Pompéu é considerada por muitos, uma das mulheres mais poderosas na história de Minas Gerais, devido à sua riqueza extraordinária, inteligência e coragem.”

“Transmissão de informações para gerações futuras: reforçar as tradições e antigos costumes do Brasil Colônia, bem como a história da Dona Joaquina e famílias descendentes daquela região.”

Fonte: REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2011 - quadro II.* Belo Horizonte-MG. 2010.

Foto: <http://pompeumg.com.br/portal/index.php/ultimas-noticias/2105-momento-civico-marca-a-abertura-do-festival-dona-joaquina-do-pompeu-2014>

Observações: Atualmente a Festa não se realiza somente à Rua Dona Joaquina e na Praça Carlos Eloy, após a construção do Centro Cultural Dona Joaquina em 2011 a celebração passou a ser realizada também nesse local, agora com duração de 3 a 5 dias.

9) Denominação: Acervo Bibliográfico de Hugo Henrique de Castro

Ano de exercício do inventário: 2012

Fotografia:



Descrição: Endereço: Rua Professora Erotildes. Nº 950 – Nossa Senhora da Conceição

Propriedade: privada – Particular: Hugo Henrique de Castro

Restrição de acesso: nenhum

Uso: à disposição com consentimento do proprietário

Justificativa: “A importância do acervo para história da cidade se dá por conter documentos originais e ou cópias de acontecimentos e registros dos município, assim como fotos e recortes de jornais, sendo , portanto, uma fonte para pesquisa de dados da evolução do Município de Pompéu e da vida de Dona Joaquina.”

“A aquisição mais recente é a coleção de livros da Biografia e Árvore Genealógica de Dona Joaquina de Pompéu.”

“O Sr. Hugo é um dos descendentes de Dona Joaquina de Pompéu e consta na árvore genealógica desta personalidade pompeana.”

Fonte: REDE CIDADE. *Relatório de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Pompéu – Minas Gerais: exercício 2012 - quadro II.* Belo Horizonte-MG. 2011.

Foto: Hugo de Castro

10)Denominação: Fazenda Novilha Brava

Ano de exercício do inventário: 2016

Fotografia:



Descrição: Endereço: Rodovia MG 060

Propriedade: privada

Situação de ocupação: desocupada

Uso: particular

Justificativa: “A fazenda Novilha Brava foi construída no segundo quartel do século XIX por um bisneto de Dona Joaquina do Pompéu, o senhor Antônio Cordeiro Valadares (Antônio Joaquim da Novilha Brava). A casa em estilo Colonial seguiu modelo do antigo solar de Dona Joaquina e contava com m aqueduto que tocava um engenho de cana que produziam cachaça, rapadura e melado e morinhos de pedra produziam farinha, fubá e polvilho.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG: exercício 2016 – Quadro II.* Belo Horizonte.2014.

Foto: Leo Medeiros

11)Denominação: Fazenda das Porteiras

Ano de exercício do inventário: 2016

Fotografia:



Descrição: Endereço: estrada para a sede

Propriedade: privada

Situação de ocupação: própria

Uso: particular

Justificativa: “A sede da fazenda das Porteiras é uma das casas mais antigas do município de Pompéu. Foi construída pelo Capitão Antônio Joaquim de Campos Cordeiro, filho do Capitão Joaquim Antônio de Oliveira Campos e Anna de Oliveira Campos Cordeiro, respectivamente filho e neta de Dona Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco e CAP. Inácio de Oliveira Campos.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG: exercício 2016 – Quadro II.* Belo Horizonte.2014.

Foto: Leo Medeiros

12)Denominação: Armário

Ano de exercício do inventário: 2016

Fotografia:



Descrição: Endereço: Rodovia MG 060

Acervo: particular – Policena Maria Valadares de Faria

Localização: Fazenda Pompéu Velho

Época: Séc. XVIII

Origem: sem referencias

Procedência: acredita-se ser de Dona Joaquina do Pompéu, o mesmo foi herdado pelos atuais proprietários.

Material/técnica: madeira e ferro / recorte, encaixe, fundição

Uso: particular

Justificativa: “Histórico: o armário da fazenda Pompéu Velho pertenceu, segundo a tradição oral da família, ao sobrado de Dona Joaquina do Pompéu. Foram parar na fazenda do Barreiro, no município de Pitangui onde ficou sobre os cuidados de Dona

Luísa Valadares de Vasconcelos. Dona Luísa foi casada com o senhor Crisipo Higino de Campos Cordeiro, e com o casamento passou a residir na fazenda Pompéu Velho trazendo assim os móveis.”

“Motivação do inventário: o objetivo tem importância para história local, por se tratar de um móvel que supostamente pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.
Foto: Leo Medeiros

13)Denominação: Cômoda

Ano de exercício do inventário: 2016

Fotografia: não disponível

Descrição: Endereço: Rodovia MG 060

Acervo: particular – Policena Maria Valadares de Faria

Localização: Fazenda Pompéu Velho

Época: Séc. XVIII

Origem: sem referencias

Procedência: acredita-se ser de Dona Joaquina do Pompéu, o mesmo foi herdado pelos atuais proprietários.

Material/técnica: madeira/ recorte, encaixe, martelagem.

Uso: particular

Justificativa: “Histórico: a cômoda da fazenda Pompéu Velho pertenceu, segundo a tradição oral da família, ao sobrado de Dona Joaquina do Pompéu. Foram parar na fazenda do Barreiro, no município de Pitangui onde ficou sobre os cuidados de Dona Luísa Valadares de Vasconcelos. Dona Luísa foi casada com o senhor Crisipo Higino de Campos Cordeiro, e com o casamento passou a residir na fazenda Pompéu Velho trazendo assim os móveis.”

“Motivação do inventário: o objetivo tem importância para história local, por se tratar de um móvel que possivelmente pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.

14)Denominação: Malão

Ano de exercício: 2016

Fotografia:

Descrição: Endereço: Rodovia MG 060

Acervo: Dona Neca

Localização: Fazenda Pompéu Velho

Época: Séc. XVIII

Origem: sem referencias

Procedência: acredita-se ser de Dona Joaquina do Pompéu, o mesmo foi herdado pelos atuais proprietários.

Material/técnica: madeira e ferro / recorte, encaixe, fundição

Uso: particular

Justificativa: “Histórico: o malão da fazenda Pompéu Velho pertenceu, segundo a tradição oral da família, ao sobrado de Dona Joaquina do Pompéu. Foram parar na fazenda do Barreiro, no município de Pitangui onde ficou sobre os cuidados de Dona Luísa Valadares de Vasconcelos. Dona Luísa foi casada com o senhor Crisipo Higinio de Campos Cordeiro, e com o casamento passou a residir na fazenda Pompéu Velho trazendo assim os móveis.”

“Motivação do inventário: o objetivo tem importância para história local, por se tratar de um móvel que supostamente pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.
Foto: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.

15)Denominação: Armário (Sr. Mário)
Ano de exercício: 2016
Fotografia: não disponível
Descrição: Endereço: estrada para Pompéu Velho Acervo: particular – Mário Lúcio de Campos Machado Localização: Fazenda Marruás Época: Séc. XVIII Origem: sem referências Procedência: Segundo relatos da população, acredita-se ser de Dona Joaquina do Pompéu. Material/técnica: madeira/ recorte, encaixe, martelagem Uso: particular
Justificativa: “Histórico: assim que o sobrado de Dona Joaquina foi a leilão na década de 1940, e antes que isso acontecesse um dos proprietários, o senhor Antônio de Assis Machado (Tônico Cachoeira) levou para sua casa o armário de duas portas que segundo relatava o senhor Joaquim Antônio de Campos Machado (Sô Bem dos Marruás) ficava próximo à escada que dava acesso ao segundo pavimento do saudoso sobrado demolido em 1954.” “Motivação do inventário: o objetivo tem importância para história local, por se tratar de um móvel que supostamente pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu.”
Fonte: MIGUILIM. <i>Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG</i> : exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.

16)Denominação: Cama de Dossel
Ano de exercício: 2016
Fotografia:



Descrição: Endereço: estrada para Pompéu Velho

Acervo: particular – Mário Lúcio de Campos Machado

Localização: Fazenda Marruás

Época: Séc. XVIII

Origem: sem referências

Procedência: Segundo relatos da população, acredita-se ser de Dona Joaquina do Pompéu.

Material/técnica: madeira/recorte, encaixe.

Uso: particular

Justificativa: “Histórico: a cama dossel pertenceu ao sobrado que foi a leilão de Dona Joaquina, mas de lá saiu muito antes, sendo levada para fazenda das Porteiras, que na época pertencia a um neto de Dona Joaquina do Pompéu, o senhor Cap. Antônio das Porteiras.

“Motivação do inventário: o móvel tem importância para história local, por se tratar de um móvel que pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.

Foto: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.

17)Denominação: Cabideiro

Ano de exercício: 2016

Fotografia:

Descrição: Endereço: estrada para Pompéu Velho

Acervo: particular – Mário Lúcio de Campos Machado

Localização: Fazenda Marruás

Época: Séc. XVIII

Origem: sem referências

Procedência: sem referências

Material/técnica: madeira, prego/ recorte, encaixe, martelada

Uso: particular

Justificativa: “Histórico: O cabide foi levado durante leilão do sobrado de Dona Joaquina, na mesma época do armário e era usado para que os visitantes repousassem seus chapéus e guarda-chuvas ao chegarem.”

“Motivação do inventário: o objetivo tem importância para história local, por se tratar de um móvel que pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG: exercício 2016 – Quadro II.* Belo Horizonte.2014.

Foto: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG: exercício 2016 – Quadro II.* Belo Horizonte.2014.

18)Denominação: Mesa

Ano de exercício: 2016

Fotografia:



Descrição: Endereço: estrada para Sede

Acervo: Fazenda das Porteiras

Localização: Fazenda das Porteiras

Época: Séc. XVIII

Origem: sem referências

Procedência: sem referências

Material/técnica: madeira/ recorte, encaixe, martelagem.

Uso: particular

Justificativa: “Histórico: acredita-se que a mesa da fazenda Pompéu Velho pertenceu, segundo tradição oral da família, ao sobrado de Dona Joaquina do Pompéu. Após leilão todos os mobiliários foram divididos entre várias fazendas e, no caso da mesa de refeições, Antônio Vieira (pai do atual proprietário) que leiloou a mesa.”

“Motivação do inventário: o objetivo tem importância para história local, por se tratar de um móvel que pertenceu a Dona Joaquina do Pompéu, importante pessoa no início do município de Pompéu.”

Fonte: MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.

MIGUILIM. *Execução do inventário de proteção ao acervo cultural/Pompéu-MG*: exercício 2016 – Quadro II. Belo Horizonte.2014.

19) Denominação: Conjunto Paisagístico da Lagoa do Quati

Ano de exercício: 2013

Fotografia:



Descrição: Endereço: (coordenadas geográficas) 19° 15'31.00"S; 44°59'49.80"

Propriedade: Associação Atlética do Banco do Brasil

Uso: privado

Justificativa: “a região onde está situada a atual Lagoa do Quati fez parte do patrimônio de D. Joaquina que foi legado às futuras gerações.

Fonte: MIGUILIM. Dossiê de tombamento do conjunto paisagístico Lagoa do Quati: exercício 2016. Belo Horizonte. 2014.

Foto: Leo Medeiros

ANEXO III – Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988

Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

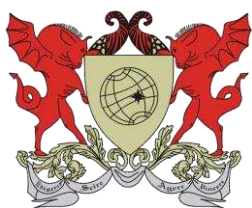
§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

ANEXO IV – Roteiro da Oficina: “Pompéu em memória”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E
CIDADANIA

Nayara de Oliveira Souza

POMPÉU EM MEMÓRIA

Roteiro da Oficina realizada como parte do desenvolvimento da dissertação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Julho de 2015.

INTRODUÇÃO

Esta intervenção ocorre como parte da pesquisa “D. Joaquina do Pompéu: memória e imaginário social – Pompéu/MG - Século XX-XXI (1930-2010)”. Nessa pesquisa pretendemos investigar sobre a forma (como e por quem) e a função (por quê e para que) dada à memória de Dona Joaquina do Pompéu na formação do território da cidade de Pompéu-MG. Como explicar a persistência da imagem de uma personagem na lembrança de uma sociedade por mais de dois séculos, se não pela memória. A memória da qual falamos está relacionada à figura de D. Joaquina Bernarda da Silva Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, D. Joaquina do Pompéu (1752-1824) – mulher, latifundiária, escravocrata, membro da elite econômica e política do Alto São Francisco das Minas Gerais, durante meados do século XVIII e princípio do XIX. A tradição de grande fazendeira e produtora agropecuária na região exibe resquícios até hoje na cultura e economia local, e, sua lembrança sobrevive na memória da população não só da cidade de Pompéu, mas por onde sua fama e familiares se alastraram. Se faz necessário perceber os modos de transmissão e construção da memória em torno de D. Joaquina do Pompéu. Nesse sentido, Claval²⁶² salienta que a “família e a comunidade local constituem matrizes que asseguram a transmissão de uma parte essencial da vida social”.

“Falando, escrevendo ou desenhando os objetos e os seres, adquire-se uma precisão maior, a certeza de poder dispor de termos cujo sentido é partilhado por todos, é também a capacidade de atribuir-lhes uma existência social.”²⁶³

JUSTIFICATIVA

O motivo que nos leva a estudar se justifica nessa pesquisa pela persistência da imagem desta personagem na lembrança de uma sociedade por mais de dois séculos. Sendo o território permeado pela dimensão simbólica em suas mais diversas manifestações de poder, entendemos que a memória sobre D. Joaquina é presente e atuante na dimensão coletiva, por meio da evocação e transmissão. Faz-se necessário, portanto, perceber as variáveis que constituem os processos de formação, os modos de transmissão, bem como os usos dados à esta memória ao longo do tempo e do espaço, afim de organizar estruturas que possibilitem a construção do conhecimento válido cientificamente.

PÚBLICO ALVO

Visitantes do Museu da cidade durante a semana de comemoração do aniversário de D. Joaquina.

QUANDO

A semana de comemoração do aniversário de D. Joaquina em 2015.

ONDE

No Centro Cultural D. Joaquina do Pompéu

²⁶²CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. PIMENTA, L. F; PIMENTA, M. C. A. 3º Ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.p. 119.

²⁶³Ibid., p.137.

OBJETIVO GERAL

Investigar a forma e a função da evocação da memória de D. Joaquina do Pompéu.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

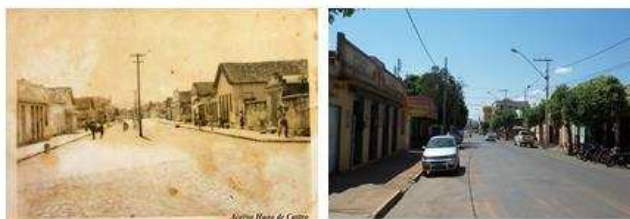
- Perceber se havia uma coesão sobre a imagem de D. Joaquina, quem ela foi;
- Perceber se havia distinção temporal, localização dos eventos no tempo;
- Compreender se é possível identificar os atores de transmissão dessa memória;
- Perceber se há distinção entre a memória “de” e memória “sobre” D. Joaquina do Pompéu.

METODOLOGIA

Será apresentado aos participantes imagens que remetem à memória sobre D. Joaquina do Pompéu e em seguida os participantes deverão realizar uma análise comparativa entre as imagens seguindo um roteiro proposto.

**O que está sendo representado em cada
imagem?**

Em que momento elas foram criadas?



**O que está sendo representado em cada
imagem?**

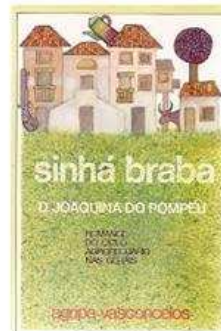
Em que momento elas foram criadas?



O que está sendo representado em cada imagem?
Em que momento elas foram criadas?



O que está sendo representado em cada imagem?
Em que momento elas foram criadas?



Perguntas propostas:

- 1) O que há em comum entre as imagens?
- 2) D. Joaquina do Pompéu foi importante para o município de Pompéu? Porquê?

Produção de texto respondendo a pergunta:

Como contaríamos a história do município de Pompéu através da memória sobre D. Joaquina?

CONCLUSÃO

O conjunto de saberes, de costumes, de tradições, de memórias, histórias e identidades de uma comunidade são bens culturais e patrimoniais que devem ser preservados. Entendendo a cultura como:

“A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos.” CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. PIMENTA, L. F; PIMENTA, M. C. A. 3º Ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.

Percebe-se que ela compreende fatores materiais e imateriais e nesse sentido há uma forte correlação entre o patrimônio e a cultura. O patrimônio entendido, não como no passado (até a primeira metade do século XX), ligado somente a bens materiais com valor histórico e artístico, mas com uma ampliação desse conceito considerando aspectos simbólicos de valorização de elementos imateriais da cultura. Faz-se necessário analisar a cultura não em unidade, pois ela se apresenta em múltiplos primas. É preciso para uma análise cultural considerar o recorte espacial e temporal e a partir de então elencar os fatores de formação. A memória sobre D. Joaquina do Pompéu não é algo dado por si, ela possui forma e função na organização dos elementos que constituem o território e se faz necessário uma investigação. sobre as variáveis que constituem os processos de formação, os modos de transmissão, bem como os usos dados a esta memória ao longo do tempo e do espaço.

BIBLIOGRAFIA

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. PIMENTA, L. F; PIMENTA, M. C. A. 3º Ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.

ANEXO V – Imagem da articulação do comércio colonial e a Zona Mineradora



Toda a Colônia se articulou em torno do comércio com a zona mineradora. Exemplo de um rancho no Sul criando mulas para o crescente mercado consumidor das Minas Gerais

Fonte da imagem: PASSETTI, Gabriel. Interligando a Colônia: a ação dos tropeiros no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Disponível em: < <http://www.klepsidra.net/klepsidra4/tropeiros.html> > Acesso em: 22 Maio 2016.

Nayara de Oliveira Souza



**DONA JOAQUINA
DO POMPÉU
COMO HISTÓRIA:**

entre o passado e o presente.

2016

Nayara Tupynambá '93

***DONA JOAQUINA
DO POMPÉU
COMO HISTÓRIA:***

entre o passado e o presente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL PATRIMÔNIO CULTURAL PAISAGENS E CIDADANIA

DONA JOAQUINA DO POMPÉU COMO HISTÓRIA: entre o passado e o presente

Nayara de Oliveira Souza

**Livro Paradidático apresentado à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e
Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016**

**DONA JOAQUINA DO POMPÉU COMO HISTÓRIA:
entre o passado e o presente**

Nayara de Oliveira Souza



**Ficha catalográfica preparada pela Bibliotecária Advania Elza da Silva
CRB-MG 3263**

S729s
2016 Souza, Nayara de Oliveira, 1988-
Dona Joaquina do Pompéu como história : entre o passado e o
presente / Nayara de Oliveira Souza. - Viçosa (MG) : Edição do autor,
2016.

37 p. il. col;

Referências: p. 36

1. Pompéu, Joaquina do, 1752-1824. 2. Memória. 3. Mulheres -
História – Minas Gerais. 4. Representações sociais. I. Título.

CDD 22. ed. 920.76

Sumário

1	- APRESENTAÇÃO	5
2	- QUE MINAS GERAIS É ESSA?	6
3	- A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO CENTRO OESTE MINEIRO	12
4	- DONA JOAQUINA DO POMPÉU	16
5	- A ESCRAVIDÃO EM MINAS GERAIS	21
6	- O PAPEL DA MULHER NO PERÍODO COLONIAL	25
7	- NOSSA MEMÓRIA, NOSSA HISTÓRIA?	27
8	- LINHA DO TEMPO	32
9	- GLOSSÁRIO	34
10	- PROPOSTA DE TRABALHO	37
11	- BIBLIOGRAFIA	42
12	- QUEM É A AUTORA?	44

1 - APRESENTAÇÃO

Esse livro paradidático é um dos resultados da Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania, intitulada “Sobre memória e história: D. Joaquina do Pompéu entre o passado e o presente – Pompéu/MG (1990-2015)” realizada pela pesquisadora Nayara de Oliveira Souza sob orientação da Professora Doutora Patrícia Vargas Lopes de Araujo, nos anos de 2014 a 2016.

A pesquisa teve como objetivo compreender sobre a forma, a função e os usos dados à memória sobre Dona Joaquina, analisando os objetos materiais e imateriais utilizados como suporte a essa memória, a constituição dos discursos que validam a permanência de uma memória e as etapas de difusão social, afim de tomar a memória como um objeto de história possível.

A memória não é um mero reflexo da realidade social. As representações sobre D. Joaquina se transformaram de acordo com as intenções expressas pelo imaginário social, uma (re)construção consciente de algo vivido na prática social. A análise dos eventos do passado devem nos ajudar a compreender o passado com o propósito de confrontar o passado e o presente na busca por diferenças, similaridades e reedições modernizadas. A memória pode ser utilizada de forma a compreender historicamente a realidade social.

Nesse sentido, o objetivo deste material é apresentar a você, estudante e professor, um pouco mais da memória sobre Dona Joaquina do Pompéu afim de que disponha de uma fonte de conhecimento, de estímulo à pesquisa e à análise crítica da história que é dada e consensualmente aceita.

Desejamos que este livro paradidático possa ser um material de apoio às atividades do professor, sobre a história de Pompéu/MG, a importância econômica do Centro Oeste mineiro em meados do século XVIII, sobre Dona Joaquina do Pompéu, algumas características da escravidão em Minas Gerais no período em questão, o papel da mulher em uma sociedade patriarcal e a recente valorização da memória sobre D. Joaquina do Pompéu como instrumento de se fazer um estudo de História crítico.

Boa Leitura!

Nayara de Oliveira Souza

2- QUE MINAS GERAIS É ESSA?

A CAPITANIA DE MINAS GERAIS EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

Para compreender o Brasil Colonial é preciso penetrar em um mundo muito diverso do que vivemos hoje. O modo de vida, a forma de trabalho e os papéis sociais eram muito diferentes daqueles que estamos habituados a ver atualmente. Está preparado para uma viagem no tempo e no espaço? Está preparado para compreender o passado não com os olhos de hoje, mas entender os modos de vida da época e penetrar de forma crítica na análise de um tempo e espaço que se desenvolveram tão distantes de nossa realidade atual?

A Capitania de Minas Gerais se transformou em função do desenvolvimento da atividade mineradora. As transformações ocorreram de acordo com os interesses sociais, culturais e econômicos da sociedade que, naquele momento, vivia uma busca intensa pelo ouro.

A partir das descobertas auríferas as expedições ao território das Minas Gerais passam a ter origem em São Paulo e não mais, ou pelos menos com menor intensidade, a partir da Bahia, como era feito anteriormente. Saindo de São Paulo, “terra adentro e serra acima”, com o objetivo de apresamento de índios, seguida da busca do ouro, ocuparam-se as nascentes de duas grandes bacias hidrográficas: a do Paraná e a do São Francisco.

Segundo as pesquisadoras Adriana Romeiro e Ângela Botelho, três caminhos levavam às Minas Gerais: o de São Paulo, também comum ao Rio de Janeiro, o caminho novo do Rio de Janeiro e o caminho do Rio São Francisco, também conhecido como Caminho Geral do

Saiba mais...

A Capitania de Minas Gerais foi fundada em 2 de dezembro de 1720. No entanto, a extensa área já estava sendo visitada desde meados do século XVI por bandeiras em busca de metais. Data de 1664 o primeiro documento oficial que faz menção explícita ao descobrimento das “Minas dos Cataguás” e aos “sertões do Caeté”, denominação primitiva para se referir a Minas Gerais. A partir das descobertas auríferas a região ficou sob jurisdição do Rio de Janeiro. Com as descobertas auríferas milhares de pessoas de diferentes partes — do Reino, de São Paulo e de outras regiões — dirigiram-se ao interior do continente em busca de riquezas.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

sertão, ponto de entrada e de trânsito de pessoas vindas da Bahia, de Pernambuco, Maranhão e outras regiões.

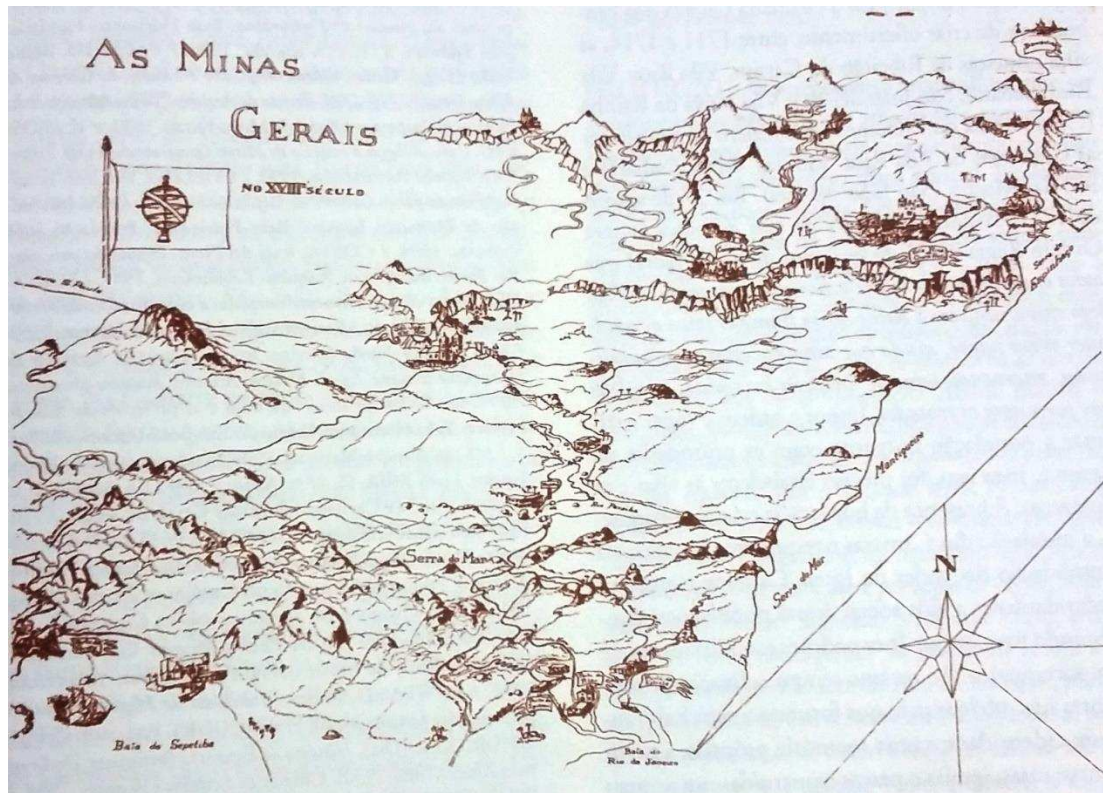
Nas primeiras décadas do século XVIII houve uma preocupação do governo português em estabelecer núcleos urbanos com autoridades instaladas afim de uma melhor organização daquele espaço geográfico que passava por rápidas e intensas transformações.

Saiba mais....

Foram criadas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, as três mais antigas vilas do território mineiro, fundadas em 1711: Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (Sabará). Em 1713 foi criada a Vila de São João del Rei, em 1714 Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro), em 1715 Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e em 1718, São José del Rei (Tiradentes). As vilas existentes se distribuíaam por três comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas (Sabará), Rio das Mortes (São João del-Rei).

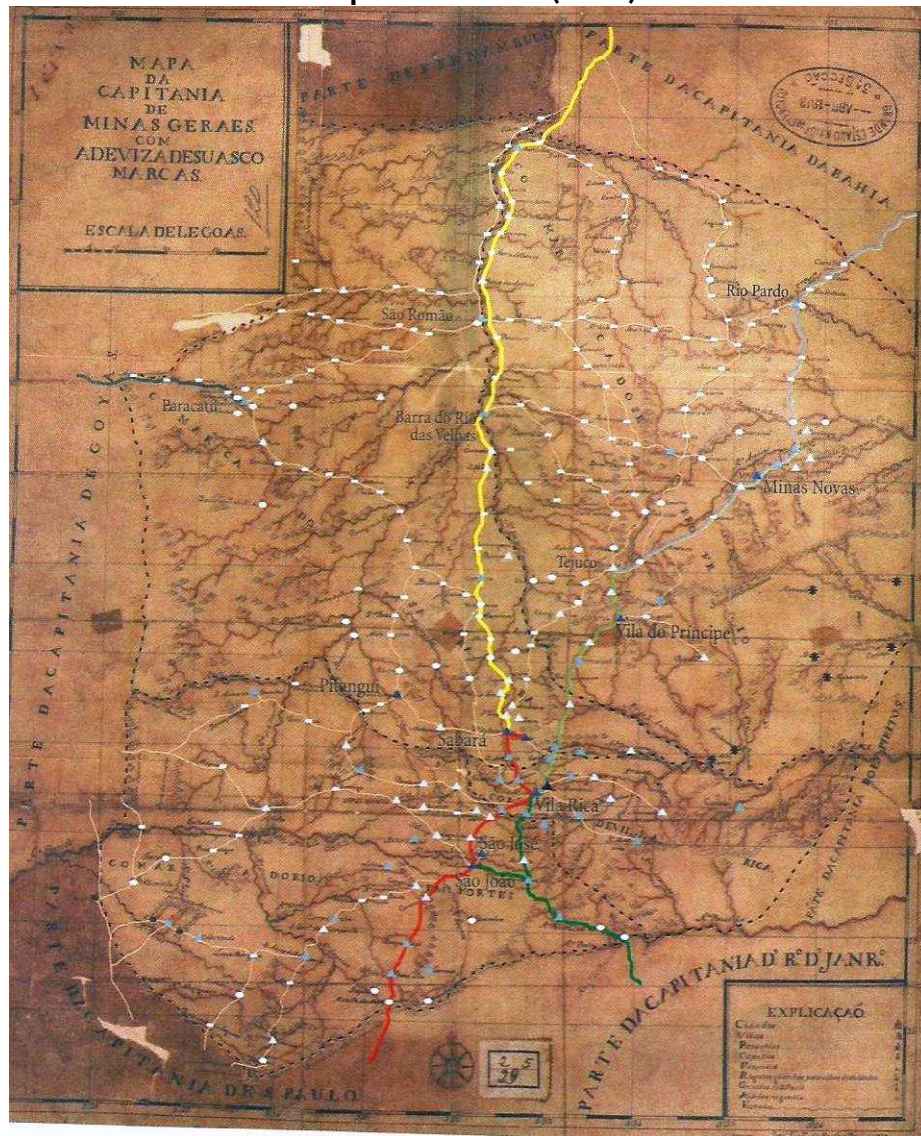
ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

As Minas Gerais no século XVIII



Fonte: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Belo Horizonte: Autêntica*. 2003. *Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.p. 237.

Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas, de José Joaquim da Rocha (1778).



Fonte da imagem: Adaptado de Arquivo Histórico do Exército, RJ. Apud RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.71.

LEGENDA	
	Cidade (Mariana) ▲
	Vilas ▲
Caminhos	Freguesias/ paróquias ▲
Caminho Velho	Arraiais/ capelas ▲
Caminho Novo	Aldeias de gentio *
Caminho do São Francisco ou da Bahia	Fazendas □
Caminho de João Gonçalves do Prado (aproximado)	Registro, guardas e patrulhas de soldados ○
Caminho para o Distrito Diamantino	Guardas de São Paulo ●
Picada de Goiás	Limites das comarcas - - -

Sobre a ocupação do território de Minas Gerais podemos observar o mapa acima de José Joaquim da Rocha. Nesse mapa é possível

identificar os assentamentos humanos e a rede de caminhos existentes no século XVIII com destaque para as principais rotas.

Se a mineração provocou um rápido povoamento das Minas Gerais, estimulou também o desenvolvimento de atividades mercantis indispensáveis ao abastecimento das áreas de mineração, promovendo a articulação não apenas de áreas da Capitania, mas também com outras regiões e com a Metrópole. Estudos mais recentes sobre a economia mineira ao reverem as análises tradicionais que restringiam a economia das Minas Gerais colonial à mineração, voltaram-se para o debate sobre a constituição de uma economia interna à própria Capitania e à América Portuguesa. Os estudos tradicionais sobre a economia mineira colonial sustentavam em suas análises que nada se produzia nas Minas Gerais que comprometesse a atividade mineradora, exceção a uma rudimentar agricultura de subsistência.

Estudos mais recentes, por outro lado, indicam o desenvolvimento de atividades diversificadas desde o início do século XVI, importantes para garantir a estabilidade e a dinâmica do mercado interno mineiro, em especial quando da crise da mineração. A crise da mineração não significou o declínio das atividades econômicas, mas ao contrário, estimularia mudanças nessas atividades, com investimentos no desenvolvimento da produção interna, conservando-se como importante centro exportador.

Ao longo do século XVIII, as jazidas e aluviões de ouro foram se esgotando conforme a exploração foi se tornando mais intensa até meados desse século. O que se percebe na segunda metade desse século é a gradual queda da exploração de metais preciosos em todo o Brasil em paralelo ao desenvolvimento de atividades econômicas alternativas.

Mesmo com o desenvolvimento das explorações auríferas, outras atividades econômicas eram praticadas em Minas Gerais, como, por exemplo, o comércio de gado, de escravos e de comestíveis. A mineração foi a atividade econômica inicial e a partir dela outras atividades foram desenvolvidas como forma de abastecimento interno. Na segunda metade do século XVIII, uma cadeia de complementaridade vai se efetivando a partir do polo minerador, adensando rotas de comércio e estabelecendo uma rede de abastecimento a partir dos caminhos do ouro.

Toda a Colônia se articulou em torno do comércio com a zona mineradora. Exemplo de um rancho no Sul criando mulas para o crescente mercado consumidor das Minas Gerais.

Fonte da imagem: PASSETTI, Gabriel. Interligando a Colônia: a ação dos tropeiros no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Disponível em: <



<http://www.klepsidra.net/klepsidra4/tropeiros.html> > Acesso em: 22 Maio 2016.

Com relação ao processo de ocupação de Minas Gerais, outro aspecto a ser destacado é o da população. A configuração demográfica em Minas Gerais se formulou desde os primeiros anos de ocupação a partir dos centros minerados. Entretanto, esse movimento demográfico não é exclusividade apenas em direção aos centros mineradores. Segundo nos informa o historiador Ângelo Carrara, a ocupação de Minas Gerais pela população se deu como ondas provocadas pela queda de uma pedra em um lago, a fronteira foi avançando desde os primeiros anos de ocupação territorial nos fins do século XVII a partir dos núcleos mineradores originais. A possibilidade de ocupação de terras em áreas de fronteira foi a solução estrutural encontrada por muitos no interior de um sistema agrário que demandava certa extensão de matos virgens e capoeiras ao lado de terras lavradas.

Na segunda metade do século XVIII, com o declínio das explorações de metais preciosos e o enfraquecimento do Pacto Colonial, uma cadeia de complementaridade vai se efetivando a partir do polo minerador aumentando o número de rotas de comércio, ficando mais densas e estabelecendo uma rede de abastecimento a partir dos caminhos do ouro.

Como vimos, desde meados do século XVI a formação da Capitania de Minas Gerais, região do atual Estado de Minas Gerais, foi se configurando de acordo com os interesses políticos, econômicos e culturais do período em questão. A sociedade das Minas Gerais constituída por pessoas vindas de diversas partes da Colônia e de além-mar povoou a Capitania por meio da exploração de metais preciosos. Por outro lado,

Saiba mais...

O Pacto Colonial instituiu a exclusividade do comércio externo da Colônia em favor da Metrópole que a colonizou.

mesmo com a intensa exploração mineradora e o aumento populacional da Capitania outras atividades econômicas eram praticadas como forma de abastecimento interno.

A economia mineira mudou de rumo, antes estava centrada na exploração do ouro, a partir de meados do século XVIII passa a ter por base também a agricultura e a pecuária voltadas para o mercado interno, tanto para a subsistência das fazendas quanto para regiões e Capitânicas próximas. O Centro Oeste mineiro, região da atual cidade de Pompéu-MG que naquele momento pertencia à sétima “vila do ouro”, Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, esteve inserido nesse contexto de transformações políticas, econômicas e culturais. Aproveitando extensas áreas desmatadas pelos caminhos da atividade mineradora, os fazendeiros instalariam e investiriam em suas fazendas e dali tirariam seu sustento. É o que veremos no próximo tópico: “A importância econômica do Centro Oeste Mineiro”.

3– A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO CENTRO OESTE MINEIRO

A CAPITANIA DE MINAS GERAIS EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

A virada do século XVIII para o século XIX na Capitania de Minas Gerais é responsável por dar visibilidade às transformações no Centro Oeste de Minas Gerais ocorridas em função da dinâmica econômica local. Essa conjuntura de fim de século colocou em evidência transformações internas e externas que qualificam esse período como um ponto de inflexão na história do Centro Oeste de Minas Gerais.

A transformação do Centro Oeste de Minas Gerais, que antes era dominado pela economia gerada pela mineração, se deu em função do desenvolvimento da pecuária, com uma economia local que atendesse o mercado interno. Denominado de “sertões” ou “currais” até meados do século XIX, o Centro Oeste mineiro teve como principais atividades econômicas a exploração de ouro e a atividade agropecuária, em que os principais núcleos exploradores se encontravam na Comarca de Paracatu e em parte da Comarca Rio das Velhas, como observamos no mapa abaixo.

Mapa de Localização do Centro Oeste Mineiro no século XIX



Fonte: Elaboração própria a partir de *Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga...*, 1843.

Fonte da imagem: Adaptado de CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da Capitania à Província: políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. 2007.

No Centro Oeste mineiro, uma região de cerrado brasileiro, havia, além da produção de ouro, produção agropecuária para atender o mercado interno. Com o declínio da produção aurífera, a agropecuária tornou-se a alternativa viável para sobrevivência dos que ali pretendiam permanecer ou haviam para ali migrado.

Saiba mais...

A atual cidade de Pompéu foi fundada nas terras de D. Joaquina, de um então arraial chamado “Buriti da Estrada”, pertencente naquele momento à Pitangui, se referia a um pequeno buritizal às margens da antiga Estrada Real que ligava Montes Claros a Pitangui. Nessa estrada passavam boiadas que vinham daquela região rumo a Pitangui. Os vaqueiros faziam “pouso” em Santo Antônio da Estrada, hoje Curvelo, e de lá vinham procurando o buritizal. Buriti da Estrada, o ponto tradicional de reunião de boiadas deu origem ao arraial. Em 1866 o arraial torna-se o distrito de Nossa Senhora da Conceição de Pompéu, também pertencente ao município de Pitangui e em 17 de Dezembro de 1938, por decreto do governo Benedito Valadares, foi criado o Município de Pompéu sendo instalado a 1º de Janeiro de 1939.

A carne de boi teve um importante papel para alimentação da Colônia desse período. A pecuária era realizada por meio da conquista de território e para garantir a subsistência da comunidade local. Era uma atividade econômica voltada especificamente para o mercado interno, visto o consumo imediato, especialmente pela população das vilas e dos arraiais. Feita de forma contígua, a pecuária se alastrou a partir de centros irradiadores agrícolas ou mineradores. Havia, segundo nos informa o pesquisador Ângelo Carrara, uma “articulação entre os ‘currais’ – produtor de reses e fazendas sertanejas – e as muitas ‘minas’ – as ‘gerais’, as de Pitangui, Paracatu, Minas Novas e da Demarcação de Diamantina”. O Centro Oeste mineiro se viu dessa forma então, sob a dominação de outra atividade econômica que não somente o ouro. A pecuária transformou a paisagem e mudou a cultura local.

A pecuária deu origem a um novo tipo social, o fazendeiro de gado. A terra era abundante e não se exigia grande capital para o início das atividades com as fazendas de gado. Nessa atividade estavam empenhados antigos

mineradores, o homem livre, escravos e índios que viam no gado fonte de sobrevivência.

A atividade extensiva de criação de gado, às leis da natureza com técnicas ainda rudimentares, as transformações econômicas e políticas pela qual o Brasil passava com a transferência da Corte, o enfraquecimento do Pacto Colonial e o declínio do ouro e, mais tarde a Independência do país, contribuíram para a transformação do Centro Oeste de Minas Gerais. Embora a Capitania de Minas Gerais tenha vivido os tempos áureos da lógica do ouro, nesse momento ela assume como alternativa de desenvolvimento econômico uma paisagem que já existia nas áreas desmatadas, a cultura do gado, mas que não era a base do mercado interno em questão.

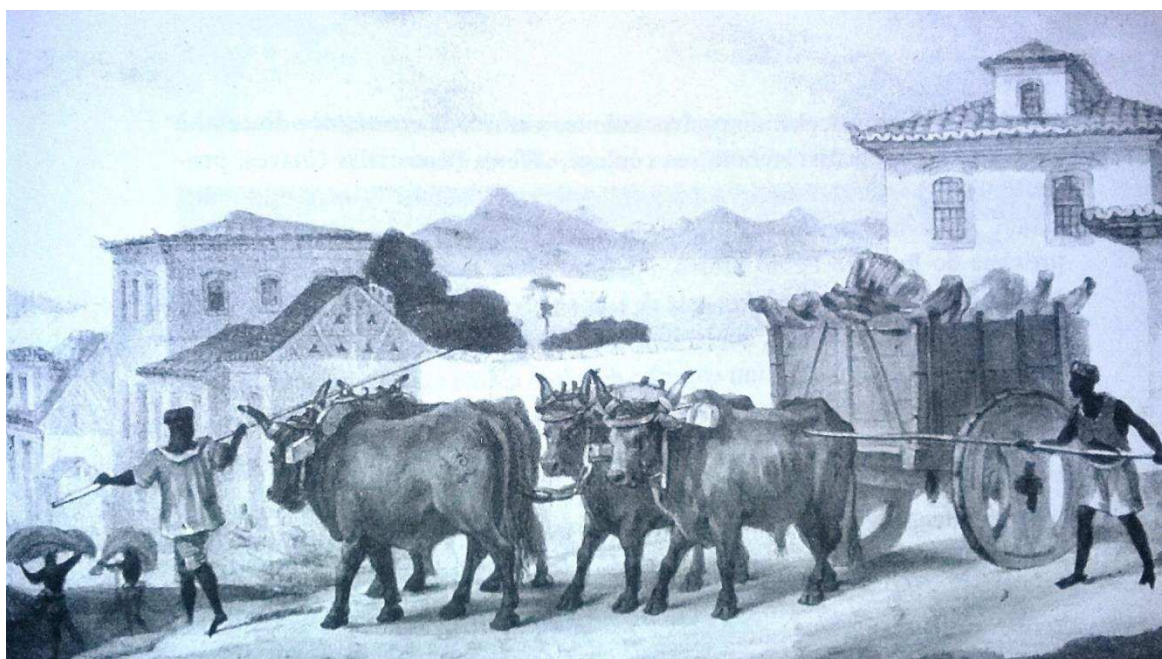
Saiba mais...

Em 1808 a Corte Portuguesa transferiu-se para o Brasil, tornando-se o centro administrativo do governo português (1808-1821).

Em 7 de setembro de 1822 é proclamada a Independência do Brasil.

Houve, portanto, um reajuste na economia mineira com o declínio das explorações auríferas. A produção agropecuária, que já existia, atingiu um nível de desenvolvimento significativo que conseguiu sustentar a economia da Capitania mesmo com a queda das explorações auríferas.

Transporte de carne de corte



Fonte da imagem: Adaptado de Jean Baptista Debret. apud in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.71.

Saiba mais...

D. Joaquina ao se casar com o Capitão Inácio de Oliveira Campos, Comandante da Companhia de Ordenanças, parte da Milícia dos Dragões das Minas Gerais, adquiriu e mudou-se para Fazenda Lavapés, localizada bem próximo à Vila de Pitangui. Na Fazenda Lavapés, o casal desenvolvia além da criação de gado, lavouras de milho e feijão. A produção cresceu de forma que o casal achou necessária a aquisição de mais terras. Em 1784, o casal adquiriu do fazendeiro Manoel Gomes da Cruz a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, que teve como primeiro dono Antônio Pompeu Taques, daí a origem da denominação D. Joaquina do Pompéu, referência ao primeiro proprietário da fazenda, o senhor Pompeu. Manoel Gomes da Cruz, fazendeiro da região em Pitangui, era criador de gado e no início da segunda metade do século XVIII já havia se especializado no fornecimento de carne para o mercado interno. Embora os estudos revelem que a fazenda vendida por Manoel Gomes da Cruz era uma das mais produtivas da região, por motivos desconhecidos, D. Joaquina do Pompéu e o Capitão Inácio adquiriram e se mudaram para a Fazenda de Pompéu em 1784. Além da produção já existente na fazenda, criação de gado, lavouras de milho e feijão o casal também cultivou na nova fazenda plantações de arroz, café, verduras, legumes e árvores frutíferas variadas.

Como vimos a região do Centro Oeste mineiro é importante ao dar visibilidade às transformações econômicas pela qual a Capitania de Minas Gerais passou em meados do século XVIII e início do século XIX. A pecuária foi a alternativa econômica desenvolvida e capaz de manter ativa a economia da Capitania mesmo com a declínio das explorações auríferas. Nesse sentido, D. Joaquina é personalidade importante a ser discutida, visto que em suas fazendas, localizadas no Centro Oeste de Minas Gerais, a situação não teria sido diferente. Mesmo com o predomínio das explorações de ouro na Vila de Pitangui, a sétima “vila do ouro”, D. Joaquina do Pompéu dedicar-se-ia a lida na terra com a produção de gêneros básicos à alimentação da Colônia. É o que veremos no tópico a seguir: “Dona Joaquina do Pompéu”.

Pense um pouco mais...

Por que o atual município de Pompéu recebe este nome?

4- DONA JOAQUINA DO POMPÉU

A CAPITANIA DE MINAS GERAIS EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, Dona Joaquina do Pompéu, nasceu em Mariana-MG em 20 de agosto de 1752, mudou-se com as irmãs e o pai após o falecimento da mãe para a Vila do Pitangui em 1762, região onde mais tarde seria fundada a cidade de Pompéu. Casa-se aos 12 anos e falece aos 72 anos, em 14 de dezembro de 1824, em virtude de um acidente vascular cerebral.

O tempo de vida de Dona Joaquina é marcado por um período de transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil. A descoberta, ascensão e declínio do ouro, o povoamento do interior do Brasil, a exportação de bens primários, o abastecimento da Colônia pela pecuária, a criação de um novo tipo social o do fazendeiro de gado, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e sua Independência, são fatores de transformação, motores que engendram o Brasil no espaço e no tempo em que D. Joaquina viveu.

Após a morte do marido, D. Joaquina se especializou na produção de gado de corte, para o abastecimento dos mercados de carne principalmente para a Vila de Pitangui e Vila Rica do Ouro Preto em Minas Gerais e mais tarde para o Rio de Janeiro. Esse comércio se intensificou com a vinda da família real para o Brasil em 1808, abastecida durante muito tempo pelos mantimentos provindos da Fazenda do Pompéu.

Saiba Mais...

Ao contrário da visão tradicional de alguns historiadores, de que a economia das Minas Gerais estava centrada nas exportações de ouro e seus mantimentos seriam importados, João Luiz Fragoso comprova a importância de atividades não exportadoras pelo comportamento demográfico em Minas Gerais nos últimos 50 anos do século XVIII e início do XIX. Em pleno período dito de rápida decadência do ouro, “a população de Minas Gerais cresce 60,8%”. Esse comportamento demográfico esteve associado às regiões e Comarcas de Minas onde se desenvolvia atividades agropecuárias como na Comarca de Rio das Mortes, a região Centro Oeste e o Triângulo Mineiro.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

D. Joaquina do Pompéu se fortaleceria no mercado de gado na Praça do Rio de Janeiro e fez inúmeras contribuições para Coroa Portuguesa. Sobre essa questão, os memorialistas Coriolano Ribeiro e Jacinto Guimarães indicam uma carta descoberta pelos biógrafos de D. Joaquina, datada de 28 de agosto de 1808 e escrita por Diogo Pereira de Vasconcelos, representante comercial da fazendeira em Vila Rica, em que se lia considerações sobre a atividade de D. Joaquina.

Dizia ele estar satisfeito com a doação de D. Joaquina, pois conseguiria também encaminhar uma carta da proprietária mineira ao príncipe regente, gesto que 'abonava o seu patriotismo'. Essa carta-documento é demonstrativa de uma situação muito curiosa e reveladora das condições operacionais do empresariado ligado ao abastecimento da Corte. Segundo o representante, não estava fácil, naquele momento, de se encontrar compradores para que fossem providenciadas novas remessas de gado. Fazendo doações ao regente, a proprietária mineira estava, portanto, comprimindo as suas próprias possibilidades de mercado. Ela passaria, no entanto, a receber favores do Estado e, do ponto de vista comercial aproveitava-se para sedimentar as suas bases comerciais na praça do Rio de Janeiro, familiarizando-se com as condições de funcionamento do mercado.

RIBEIRO, Coriolano; GUIMARÃES, Jacinto. Dona Joaquina do Pompéu. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

Todas essas contribuições favoreciam cada vez mais a visibilidade social de D. Joaquina e a ampliação de sua rede comercial. Embora seja notável o papel de D. Joaquina para o desenvolvimento de uma economia local de base pecuarista, esse sucesso não se deve ao fato somente de seu desempenho administrativo ou às condições econômicas do período favoráveis. O seu sucesso se justifica também pela ampla rede de relacionamentos que D. Joaquina estabeleceu com comerciantes, produtores, autoridades políticas e administrativas, tendo como base as relações sociais e de parentesco para o fortalecimento das ações. As alianças economicamente vantajosas é que atraíam as famílias da elite ao unirem seus filhos.

Fotografia do Casarão sede da fazenda do Pompéu em 1940



Ao fundo vê-se o casarão de D. Joaquina anos antes de ser demolido e em primeiro plano, parte do cemitério dos brancos.

Fonte da imagem: Adaptado de Rachel Mascarenhas Vianna. apud in VAZ, Isabel; VIANNA, Sílvia Mascarenhas. Rachel Mascarenhas Vianna: por ela e por nós. Caderno de Fotos. Belo Horizonte: Ed. do autor. 2012.

A pecuária consolidou a economia local e D. Joaquina aliou o abastecimento da Corte com a possibilidade de ampliação de seus mercados no Rio de Janeiro, tornou-se personalidade de estima dos governadores portugueses e dos mercados que abastecia. A Fazenda do Pompéu se consolidou como um centro de abastecimento de carne ao mercado do Rio de Janeiro. A produção agropecuária da Fazenda do Pompéu se fez importante para o abastecimento interno da Colônia, remetendo a existência de uma economia colonial interna que se baseava na produção de gêneros de primeira necessidade.

Aos 72 anos, D. Joaquina morre em 14 de dezembro de 1824. Deixando como descendentes 10 filhos, 74 netos e 15 bisnetos. Suas terras foram divididas em mais de 200 fazendas, algumas existentes até hoje sob posse de seus descendentes.

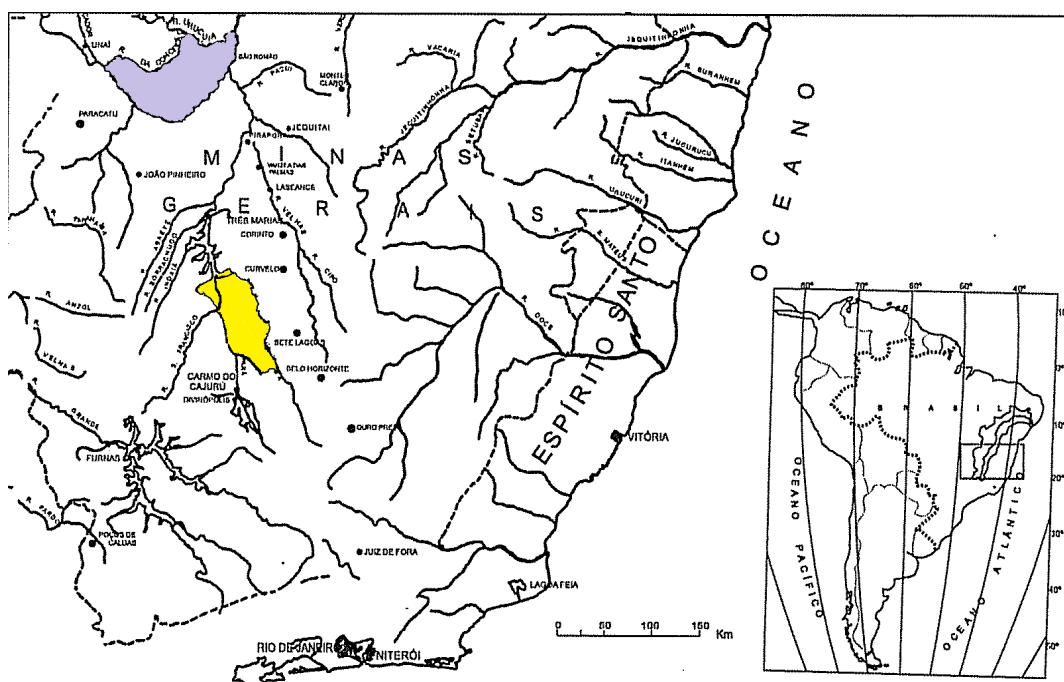
Fazenda Ingazeira



Segundo o Plano de Inventário Municipal de 2013 para o exercício em 2015, a fazenda Ingazeira fazia parte da antiga fazenda Santa Rosa de propriedade de Dona Joaquina de Pompéu. O registro da fazenda em cartório de Pompéu, data de 04 de janeiro de 1966, quando ainda era conhecida como fazenda Água Doce. O nome Ingazeira é referente a mais um desmembramento de terras ocorrido em 01 de dezembro de 1980. Os registros anteriores se encontram no cartório de Pitangui. Consta no Arquivo Público Mineiro, na lista de documentos de Inventário da Coleção da Família de Joaquina Bernarda do Pompéu. Não restando dúvida da posse da atual fazenda Ingazeira a Dona Joaquina de Pompéu nos idos de 1.800.

Fonte: REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013. Foto: Leo Medeiros

Mapa dos domínios de D. Joaquina do Pompéu.



Legenda: Fazenda do Pompéu Fazendas de Paracatu

Fonte da imagem: Adaptado de PIERSON, Donald. O homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972 *apud in* NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias no sertão do São Francisco*.

Como vimos, D. Joaquina do Pompéu desenvolve a pecuária em suas fazendas contribuindo e sendo exemplo das transformações econômicas e sociais que naquele momento ocorriam no Centro Oeste de Minas Gerais. A fazendeira de gado ampliou sua rede de relações sociais e econômicas na Vila de Pitangui, na Vila de Ouro Preto e também na Capitania do Rio de Janeiro. O sucesso de D. Joaquina, nesse sentido, se deve em parte pelas condições econômicas do período favoráveis, mas também devido a ampla rede de relacionamentos que estabelecera com comerciantes, produtores, autoridades políticas e administrativas. Por outro lado, D. Joaquina não acumulou grande quantidade de riqueza devido somente ao seu de trabalho. Ela contou com outros personagens que se não se fizessem presentes na história de Minas Gerais nesse período seria impossível relatar tantas transformações econômicas e culturais pelo qual o Brasil passou. A mão de obra escrava é umas das peças principais do desenvolvimento econômico da Capitania de Minas Gerais no período em questão. É o que veremos no próximo tópico em que analisaremos algumas características da escravidão em Minas gerais.

5– A ESCRAVIDÃO EM MINAS GERAIS

A CAPITANIA DE MINAS GERAIS EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

A relação de trabalho dominante na Capitania de Minas Gerais em meados do século XVIII era a escravidão. Apesar de haver outras formas de trabalho em vigência, livre, branca e pobre, foram as relações de trabalho escravo, principalmente o africano, que marcaram a Colônia.

Minas Gerais era a principal região escravista do Império Português. Constituída inicialmente por africanos, com o passar do tempo, a população de escravos se compõe também pelos filhos de africanos nascidos no Brasil, ou desses com brancos e indígenas. Desse modo, surgem explicações sobre a diversidade étnica que marca a população brasileira.

A violência era a primeira condição para a existência da escravidão. O escravo é o produto da violência gerada em seu aprisionamento. Mesmo o filho do escravo,

nascido em cativo era produto dessa violência, visto que herdava a condição inicial de seu ancestral.

A violência era continuamente praticada no cotidiano, entretanto, era controlada por pactos de convivência entre os senhores e os cativos afim de possibilitar uma convivência suportável entre ambos. Por meio, por exemplo, da impressão da marca cristã ao escravo que era compulsoriamente consagrado com os sacramentos católicos.

As primeiras ocupações da manhã

A devoção católica de escravos e de libertos de todas as “qualidades” (pretos crioulos, mestiços) não foi, necessariamente, fingimento e pragmatismo, nem se fundou na exclusividade da crença.

Fonte da imagem: Adaptado de Jean Baptista Debret. apud in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.515.

Em tempos de escravidão no Brasil Colônia, os escravos eram ungidos com o primeiro sacramento católico, o batismo, ainda na África ou adentrando solo brasileiro



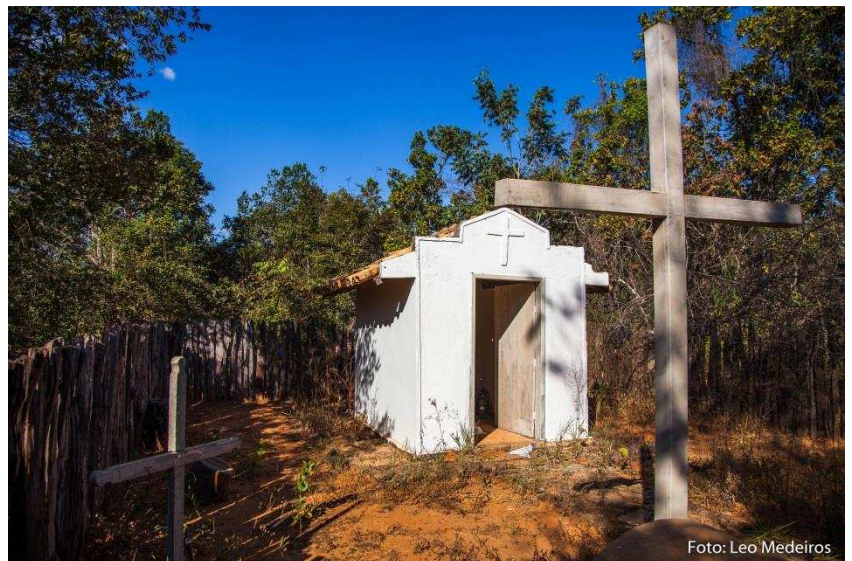
quando eram realizados batismos de massa. O batismo era um modo de imprimir-lhes a nova religião e marcar o “nascimento de uma nova vida” na qual as velhas práticas pagãs deveriam ser evitadas a todo custo. Eram, portanto, obrigados a se inserir em uma nova cultura.

Por outro lado, nenhum cristão que tenha sido batizado poderia ser sepultado sem os sacramentos devidos. Dessa forma, o que a Igreja pretendia era ter o controle sobre a morte e o sepultamento impedindo que novas práticas religiosas agissem de forma legítima. Nesse sentido, faz-se necessário o rompimento da ideia generalizada de que todo escravo não se convertia à religião católica, apenas fingia aceitá-la, como forma de se proteger, continuando a cultuar deuses africanos por meio de imagens católicas. Na realidade, muitos deles adotaram a religião cristã e tornaram-se devotos fervorosos. Houve também aqueles que incorporaram as práticas cristãs às práticas religiosas africanas. Nesse sentido, não se julgavam como práticas religiosas opostas.

Cemitério dos negros da Fazenda de D. Joaquina do Pompéu

O cemitério existe ainda nos dias atuais e é possível se realizar visitas e estudos. Que tal?

Fonte da imagem: Leo Medeiros



Especialmente na segunda metade do século XVIII, com o reordenamento econômico das Minas Gerais, agora focada em atividades agropecuárias, constatamos um número expressivo de escravos nascidos no Brasil e também, grande número de negros livres – maior parcela da população mineira -, isso nos leva a pensar na constituição de famílias escravas, permitindo o convívio de gerações, pais filhos e netos. O acúmulo de gerações de nascidos no Brasil, ao lado de continuas chegadas de novos africanos abria uma ampla possibilidade de arranjos familiares. Os hábitos construídos no convívio dos escravos eram influenciados pela presença e imposição de valores senhoriais, moldando a família cativa.

A maior parte da população da Capitania ao longo do século XVIII se constituía de negros, sejam eles libertos ou escravos, sejam eles de origem africana ou nascidos no Brasil. Isso nos permite dizer o quão importante era o trabalho negro para o desenvolvimento econômico e social da Capitania. D. Joaquina possuía mais de 1000 escravos na data de sua morte, número expressivo dado a proporção de seu latifúndio e de seus negócios.

“Na segunda metade do século XVIII, entre 46% (1776) e 48% (1786) da população total era de escravos. Entre esses cativos, a maior parte era de africanos, mas cerca de dois quintos eram nascidos no Brasil. Além disso, havia um enorme contingente de livres de cor. Em 1776, eles respondiam por 32% da população total, chegando a 34% em 1786. Algumas décadas depois, 1808 os escravos eram 34% da população total, mas os livres de cor somavam agora 41% dos habitantes de Minas Gerais. A maior parte daqueles que habitaram a região ao longo do século XVIII era, portanto, constituída de afrodescendentes.”

BOTELHO, Tarcísio R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In____.RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.p. 457.

Dona Joaquina foi uma mulher que esteve à frente da administração de seu latifúndio de base pecuarista. Teria sido este um papel incomum para as mulheres do período em questão? É o que veremos no tópico a seguir: “O papel da mulher no período colonial”.

Pense um pouco mais...

Quais motivos justificam a existência de um cemitério de negros na Fazenda de D. Joaquina?

6- O PAPEL DA MULHER NO PERÍODO COLONIAL

A CAPITANIA DE MINAS GERAIS EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

A trajetória de D. Joaquina nos revela uma mulher que assume papel de chefe da família na ausência do marido, a figura masculina. D. Joaquina era o núcleo da família, da rede ampla e sólida de amizades que estabeleceu nas Capitanias de Minas Gerais e no Rio de Janeiro, das transformações ocorridas na fazenda do Pompéu pela pecuária e da economia local do Centro Oeste de Minas Gerais.

D. Joaquina assumiu papel similar àquele que era dado às mulheres viúvas desse tempo. Segundo a pesquisadora Priscila Firmiano Valente, a divisão das obrigações no casamento entre o marido e a mulher mostram uma atuação direta da mulher perante a organização da família, entretanto, sua participação ativa é limitada pelos privilégios masculinos. Na falta do marido, de acordo com a legislação vigente, a autoridade do pai era estendida a mãe, e a mãe era transformada em chefe de domicílio e também dos negócios familiares.

Saiba mais...

Feminismo é um movimento social e político que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres e que existe desde o século XIX.

Por outro lado, a trajetória de vida de D. Joaquina não sinaliza para ações feministas naquele período. Ela esteve inserida em uma sociedade patriarcal, na qual ela exerceu a posição de chefe, a representante da família. O patriarcalismo não se refere ao indivíduo do sexo masculino como peça central da organização familiar. O patriarcalismo é entendido aqui como um conjunto de valores e práticas familiares, ligados a outros elementos como a presença de redes de amizade, influência política, econômica e social. Dona Joaquina enquadra-se nesse perfil, pois construiu sua vida em torno dessas práticas, e com isto entende-se que a matriarca, na verdade, não rompeu com a sociedade patriarcal existente nas Minas Gerais, ela apenas mudou um de seus elementos: uma figura do sexo feminino exercendo centralidade para manutenção dos valores e práticas familiares do período em questão.

As pesquisas não comprovam luta feminista por parte de D. Joaquina, ao contrário, os estudos destacam que D. Joaquina não rompeu com a sociedade patriarcal do período, em que os valores estão ligados aos laços familiares.

D. Joaquina do Pompéu, estabeleceria uma rede formada a partir de laços de amizade e familiares. Dos seus dez filhos, todos se casaram com pessoas de famílias importantes e com destaque político. Suas seis filhas se casaram por meio de arranjos familiares estabelecidos pela matriarca com homens de posses. A maioria dos seus genros eram membros da câmara da Vila de Pitangui e possuíam uma tradição familiar, além de possuírem títulos como capitão, coronel e sargento da guarda. Alguns desses homens eram também comerciantes e realizavam negócios com D. Joaquina. Não há elementos conclusivos a respeito da escolha das noivas para seus filhos, mas é possível deduzir que a matriarca tenha procurado por moças de famílias respeitáveis e que pudesse ampliar e fortalecer seus laços de amizades com as mesmas.

No fim de sua vida é seu filho mais novo, Capitão Joaquim Antônio de Oliveira Campos, quem aparece como seu apoio e substituto. Percebemos ainda que D. Joaquina não desejou para suas filhas o mesmo destino de fazendeira, já que todas se casaram muito cedo e nenhuma delas aparece na documentação disponível exercendo qualquer atividade ligada à fazenda ou ao comércio e a administração.

Nesse sentido, podemos perceber a importância das relações familiares para garantia de sucesso da matriarca que não rompe com a sociedade patriarcal do período em questão, D. Joaquina mantém os valores e costumes do período sem sinalizar em nenhum momento luta feminista.

7- NOSSA MEMÓRIA, NOSSA HISTÓRIA?

AS MINAS GERAIS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Como explicar a imagem de uma personagem na lembrança de uma sociedade por mais de dois séculos se não pela memória?



A memória da qual falamos está relacionada à figura de D. Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, ou simplesmente, D. Joaquina do Pompéu (1752-1824). A tradição de grande fazendeira e produtora agropecuária na região exibe resquícios até hoje na cultura e economia local e sua lembrança sobrevive na memória da população, não só da cidade de Pompéu, mas por onde sua fama e familiares se alastraram.

Apesar de não haver fotografia alguma que nos mostre a fisionomia de D. Joaquina, inúmeros retratos foram feitos representando essa senhora. Essas representações foram feitas com base nas ideias e imagens transmitidas ao longo do tempo sobre D. Joaquina. A figura ao lado é uma representação de D. Joaquina do Pompéu.

Monumento erguido em comemoração aos 251 anos de nascimento de D. Joaquina, localizado à Praça Levi Campos com Rua D. Joaquina do Pompéu em Pompéu/MG.

Fonte da imagem: Hugo de Castro

O monumento foi construído mesmo sem que se tenha nenhuma imagem de D. Joaquina do Pompéu e reflete as ideias-imagens que representam a memória sobre D. Joaquina do Pompéu.

Pense um pouco mais...

Se não há fotografias, como pode se construir um monumento ²⁷que represente D. Joaquina? Com base em que evidências?



A artista Yara Tupynambás retratou D. Joaquina em uma tela de acrílico e descreveu a obra:

Acrílico de D. Joaquina por Yara Tupynambá

Fonte da imagem: Hugo Castro

(...) [Pintar Joaquina com] um pé na terra e outro calçado quer dizer [que] com um pé ela está pisando nas terras dela mesmo, esta coisa de pisar, de ser dono da terra. O pé calçado é a dama, a senhora, a dona da terra, e aí quer dizer a mulher de trato civilizado, que negocia, que viaja pela terra. É a mulher pisando naquilo que é dela.

Nessa representação sobre D. Joaquina podemos observar que a opinião da artista foi influenciada pelas inúmeras vezes que ela leu, observou ou escutou sobre quem foi D. Joaquina. Observamos um reforço a imagem sobre esta mulher que concentra traços opostos em única personalidade, como na própria descrição da imagem que provoca a dicotomia entre a dama e senhora dona da terra. Ademais, ainda podemos observar outros elementos que embora se encontrem em segundo plano trazem mensagens que realçam ideias que remetem ao imaginário social sobre D. Joaquina.

Em documentário produzido por alunos da Uni-BH²⁶⁴, no ano de 2013, Yara

²⁶⁴ Curta metragem produzido por alunos da Universidad Pompéu, no primeiro semestre de 2013. Créditos: [Cristian](#) Produção, Luiz Paulo: Roteiro, Pedro Ovídio: Roteiro | Edição, Pedro Almeida: Edição e projeto gráfico, Diego R

Saiba mais...

Consideramos o imaginário social como um conjunto de ideias que guiam as construções mentais de uma sociedade sobre determinado fato ou personalidade, criando elementos e simbologias capazes de criar e manter uma representação coletiva.

Tupynambá concede entrevista e explica os elementos da imagem e a simbologia que se reproduz a partir de sua interpretação, como o domínio sobre a atividade pecuária importante para o município ainda nos dias de hoje; o berrante em mãos remetendo à senhora que toca a boiada e está no controle de seu rebanho; o vestido fazendo referência ao período de vida de D. Joaquina, o colonial e por fim, ao fundo da imagem as inúmeras cidades com centralidade religiosa que surgiram em terras que pertenceram à D. Joaquina. Ou seja, todo esse conjunto de elementos e simbologias explicado pela autora sobre a tela faz parte de um universo de imagens criadas para representar D. Joaquina do Pompéu.

**Pense um pouco mais...
Não há ninguém neste mundo vivo que conhece ou conheceu D. Joaquina do Pompéu, ela morreu em 1824, faça as contas, quantos anos se passaram desde o seu falecimento?**

A memória não é um dispositivo de armazenamento de dados fiel à realidade. Memória é uma (re) construção consciente de algo vivido. Memória é ação formada a partir do desejo de quem lembra e faz o recorte e a seleção do que lembrar influenciado pelo momento presente.

Por isso, quando falamos sobre D. Joaquina, tratamos do que foi produzido, construído e recuperado SOBRE ela. Falamos em uma memória “sobre” D. Joaquina e não memória “de” D. Joaquina, já que não estamos falando da memória dela mesmo, uma vez que esta memória morreu no dia do seu falecimento em 1824. Estamos falando do que sobreviveu ao tempo através da tradição oral e também dos documentos escritos e objetos transmitidos por aqueles que tiveram contato direto com D. Joaquina e depois por aqueles que tiveram contato com alguém que conheceu D. Joaquina. É uma memória passada de geração em geração. E nesse caminho percorrido ao longo do tempo e do espaço é possível supor que muita coisa foi esquecida, muita coisa foi inventada, muita coisa foi transformada e muita coisa permaneceu de acordo com os interesses do momento presente.

Portanto, é preciso ter cuidado ao tomar alguma memória como fonte de História. Na realidade toda memória nos fornece elementos que a História utiliza para se tornar válida, no entanto, se faz necessário analisá-la de forma crítica compreendendo o contexto em que ela foi utilizada.

A História é sempre uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais e nunca apreenderemos o passado em sua plenitude. A História é também um

campo de disputas políticas e a memória é um dos elementos que a História utiliza para construir os discursos que se estabelecem, como por exemplo a narrativa histórica oficial de origem do município de Pompéu. A narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu. A essa natureza universal e coletiva da história, contada por muitas pessoas em grande medida por via escrita e de maneira consensual é por vezes balizada pela memória.

Nesse sentido, o que pretendemos é que você de posse de alguma memória, que é intencional e seletiva, tenha cuidado ao utilizá-la como fonte de História. Como fazer isso? Analisando os discursos e fazendo questionamentos:

- Quando e onde surgiu?
- Quem disse (ou fez)? Qual o seu papel na sociedade?
- O que está acontecendo no presente e naquele momento passado no local, em Minas Gerais, no Brasil e no Mundo?
- Quais são os personagens envolvidos? Quais os seus papéis na sociedade?
- Há outros elementos que comprovam o mesmo fato?
- Há outras fontes que contam o fato? Via oral, escrita ou objetos?
- Podemos comparar este evento a outros que ocorreram no Brasil e no Mundo? Há outras situações semelhantes?
- O que aprendemos com tal fato? O que devemos repetir e não repetir?

Feito isso você será um estudante de História crítico, que não se deixa levar pela reprodução pura e simples do que ouviu dizer. Você terá buscado fatos que comprovem e justificativas para o uso de determinada memória como fonte de História. Você terá ajudado a fazer História! Estudar o passado para entender o passado! Pensar as permanências, rupturas e os desdobramentos do passado no presente. No entanto, o presente não é reflexo do passado, se assim o fosse, você seria idêntico aos seus pais. Você é?

E lembre-se! Não há verdade absoluta sobre determinado evento passado, apenas uma visão de algo que não existe mais (uma das possíveis visões ou interpretações) e que, portanto, é impossível apreender o passado em sua plenitude, sempre caberá outras possibilidades de estudo. O que se faz é um recorte, ou seja,

selecionamos o lugar, um período de tempo, um objeto para ser estudado. Há uma possibilidade enorme de estudos sobre Pompéu, com temporalidades distintas (há 200, 100 ou 10 anos atrás) e objetivos diferentes, sobre mulheres, economia, política, cultura, transportes, religiões. Que tal começarmos? Tem alguma ideia?

8- LINHA DO TEMPO

PRINCIPAIS FATOS QUE MARCAM A HISTÓRIA DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Listamos a seguir datas importantes que dão a cronologia necessária para compreensão da narrativa histórica que construímos ao longo desse material

1599 – Descoberta de ouro no planalto de Piratininga.

1668 – Correspondência da Coroa estimulando os bandeirantes na busca de ouro e pedras preciosas.

1675 – Fundação do primeiro arraial em Minas Gerais: Ibiturana.

1701-1710 – Construção do Caminho Novo entre Rio de Janeiro e Minas Gerais.

1711 - Coroa Portuguesa funda a primeira Vila de Minas Gerais, Vila do Ribeirão do Carmo, atual cidade de Mariana.

1720 – Criação da Capitania de Minas Gerais.

1736 – Motins do sertão contra o pagamento de impostos.

1745 – Fundação da primeira cidade de Minas Gerais, Mariana.

1752 – Nasce D. Joaquina do Pompéu em Mariana-MG.

1762 – Dona Joaquina muda-se para Pitangui-MG.

1763 – Transferência da capital da Colônia de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro.

1784 - D. Joaquina do Pompéu e o Capitão Inácio adquirem e se mudam para a Fazenda do Pompéu.

1789 – Inconfidência Mineira.

1808 – Chegada de D. João à Bahia, dando início ao Período Joanino (1808/21). Carta-régia determina a abertura dos portos brasileiros “a todas as nações amigas”. Fim do “exclusivo” metropolitano e enfraquecimento do Pacto Colonial.

1822 – Proclamação da Independência.

1824 – Falecimento de D. Joaquina do Pompéu

1850 – Proibição do tráfico interatlântico de escravos

1939 – O Município de Pompéu é emancipado de Pitangui.

9- GLOSSÁRIO

ESPAÇO DEDICADO PARA AMPLIAÇÃO DO SEU VOCABULÁRIO

Liste as palavras que você desconhece e que apareceram ao longo do texto desse livro. Com a ajuda de seu professor e de um dicionário dê o significado e sinônimos para as palavras destacadas.

Palavra desconhecida	Significado	Sinônimos

Palavra Desconhecida	Significado	Sinônimos

--	--	--

10- PROPOSTA DE TRABALHO

DONA JOAQUINA DO POMPÉU EM HISTÓRIA: entre o passado e o presente.

Nayara de Oliveira Souza

NOME _____ DATA: _____

ESCOLA: _____ TURMA: _____

A: _____

Procuramos mostrar um pouco mais sobre a história de Pompéu/MG, a importância econômica do Centro Oeste mineiro em meados do século XVIII, Dona Joaquina frente ao desenvolvimento da pecuária, algumas características da escravidão em Minas Gerais, o papel da mulher naquele período e ainda, a problematização do conceito de memória para o desenvolvimento de uma história crítica. De posse dos conhecimentos adquiridos ao longo deste material responda as questões a seguir.

I. Observando os Mapas

1. Consulte um atlas atual, localizando o mapa de Minas Gerais. Compare-o com o mapa da Capitania de Minas Gerais na página 7. Quais as diferenças que podem ser observadas?

2. Observe o mapa de localização do Centro Oeste Mineiro no século XIX na página 10. O Centro Oeste mineiro compreendia quais Comarcas de Minas Gerais?

3. Consulte um atlas atual, localizando o mapa de Minas Gerais. Compare-o com o mapa dos domínios de D. Joaquina do Pompéu na página 12. Quais municípios se fundaram sobre as terras de D. Joaquina?

II. Compreensão do texto

4. Explique as razões da transformação econômica que marca o século XVIII em Minas Gerais.
5. Descreva como era realizada a atividade da pecuária no Centro Oeste de Minas Gerais.
6. Quais as razões do sucesso de Dona Joaquina para o desenvolvimento de uma economia local de base pecuarista?

7. A população escrava resistia de muitas maneiras às condições duras do trabalho. Uma delas através da impressão de marca cristã. Caracterize como foi feita esta impressão cristã.
8. Observe a afirmação de Botelho disponível na caixa de diálogo “Saiba mais...” na página 15: “A maior parte daqueles que habitaram a região ao longo do século XVIII era, portanto, constituída de afrodescendentes”. Com base em quais informações pode-se concluir tal fato?

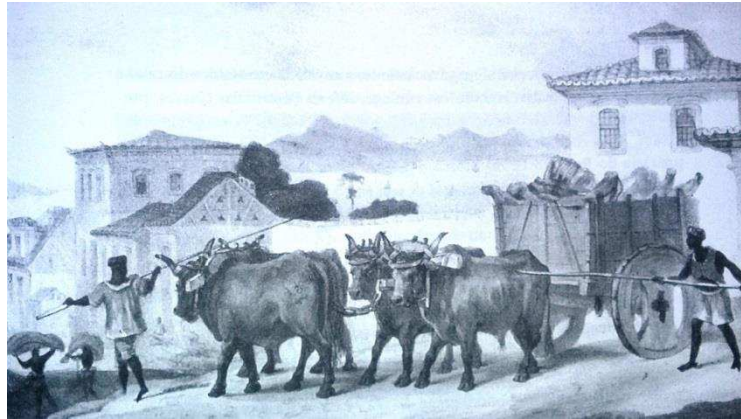
9. O que você entendeu por “patriarcalismo”? Por que podemos dizer que D. Joaquina não rompe com o sistema patriarcal vigente no período em questão?

10. Por que devemos falar em uma memória “sobre” D. Joaquina e não memória “de” D. Joaquina?

11. É possível apreender a verdade absoluta sobre determinado evento do passado? Explique.

III. De olho na figura

12. Examinando a ilustração abaixo, descreva o processo de trabalho envolvido do desenvolvimento da pecuária.



13. Observe a imagem abaixo. Faça uma pesquisa utilizando-a como fonte de um estudo de História crítica, respondendo as questões que seguem:

a) Quando e onde surgiu?

b) Quem disse (ou fez)? Qual o seu papel na sociedade?

- c) O que está acontecendo no presente e naquele momento passado no local, em Minas Gerais, no Brasil e no Mundo?
- d) Realize entrevistas com pessoas que estejam transitando próximo ao monumento e pergunte sobre quem é esta personalidade, qual o conjunto de ideias e imagens que o monumento parece representar.

- e) De posse das entrevistas, selecione três afirmações sobre o monumento ou a personalidade de D. Joaquina do Pompéu e faça uma análise de forma crítica sobre o conteúdo histórico da fala, indagando sobre a ocorrência de outras fontes que comprovem ou discordem das falas dos entrevistados.

11 - BIBLIOGRAFIA

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BOTELHO, Tarcísio R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.p. 457.

▪ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2007.

▪ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da Capitania à Província: políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007. p. 94. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CUNHA_Alexandre_Mendes-S.pdf > Acesso em: 17 Fev. 2016.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993. Disponível em: < www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tropeiros-em-alta > Acesso em: 02 maio. 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. 1993. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em: 01 Jun. 2014.

NORONHA, G. C. *Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.p. 20.

OLIVEIRA, L. A. *Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824)*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n.2, 2009. Disponível em:<http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf> Acesso em: 21 out. 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉU. *História*. 2014. Disponível em: < <http://www.pompeu.mg.gov.br/> > Acesso em 10 Jun. 2014.

▪ PASSETTI, Gabriel. Interligando a Colônia: a ação dos tropeiros no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Disponível em: < <http://www.klepsidra.net/klepsidra4/tropeiros.html> > Acesso em: 22 Maio 2016.

▪ REDE CIDADE. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Pompéu/MG: exercício 2015/pasta quadro II*. Belo Horizonte. 2013.

▪ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geares. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RIBEIRO, Coriolano; GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução ALAIN, F. et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

▪ SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em minas gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2004, Diamantina – MG. Anais...

Diamantina - MG: SEM, 2004. Disponível em: <
<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF>> Acesso em: 11 maio. 2011

▪ SOUZA, N. O. *A economia local e as transformações na paisagem: a fazenda de D. Joaquina do Pompéu e a pecuária no Centro Oeste mineiro*. 2011. 46f. Monografia de conclusão do curso de Bacharel em Geografia. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2011.

TODOROV, Tzvetan. La memoria amenazada. In: _____. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://cholonautas.edu.pe/memoria/Todorov.pdf>>. Acesso em 26 Nov. 2014.

VAZ, Isabel; VIANNA, Sílvia Mascarenhas. *Rachel Mascarenhas Vianna: por ela e por nós*. Caderno de Fotos. Belo Horizonte: Ed. do autor. 2012.

▪ ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

12– QUEM É A AUTORA?



Fonte da imagem: Mileny Prates

Nasci em Bom Despacho, Minas Gerais, em 1988. Em 2007 minha família se muda para Pompéu-MG e eu inicio meus estudos de graduação em Geografia na Universidade Federal de Viçosa-MG. A cidade de Pompéu sempre me encantou com suas peculiaridades e na oportunidade de continuar estudando em um Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania – UFV, achei pertinente pesquisar sobre os fatores simbólicos que engendram o modo de vida dessa sociedade.

Sou professora e além de gostar de História e Geografia, gosto de livros e filmes e, especialmente, viajar e conhecer novos lugares e novas pessoas.

Nayara de Oliveira Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL PATRIMÔNIO CULTURAL PAISAGENS E CIDADANIA

DONA JOAQUINA DO POMPÉU COMO HISTÓRIA:

entre o passado e o presente

Nayara de Oliveira Souza

Livro Paradidático apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL

Yara Tupynamba 93